ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

# PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

CDF.

[TICKER DAS AÇÕES]

**CDF ASSISTÊNCIA E SUPORTE DIGITAL S.A.**
CNPJ/ME nº 08.769.874/0001-10 | NIRE 35.300.421.884
Alameda Rio Negro nº 500, 5º andar,
Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000, Barueri, SP
[=] Ações
**Valor Total da Oferta: R$[=]**
Código ISIN das Ações: [=]
Código de negociação das Ações na B3: "[=]"

**No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto).**

A **CDF ASSISTÊNCIA E SUPORTE DIGITAL S.A.** ("**Companhia**"), os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "Informações sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", na página 42 deste Prospecto ("**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**") e o Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("**Old Bridge FIP**" e, em conjunto com os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, "**Acionistas Vendedores**") estão realizando uma oferta pública de distribuição de, inicialmente, [=] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar (conforme abaixo definidos), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), compreendendo a distribuição (i) primária de[, inicialmente,] [=] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de[, inicialmente,] [=] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil,em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), atualmente vigente ("**Código ANBIMA**"), e demais normativos aplicáveis ("**Oferta**").

A Oferta será realizada no Brasil sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Banco ABC, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**"). Adicionalmente, não serão realizados esforços de colocação das Ações em qualquer outro país que não o Brasil.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido), poderá, a critério da [Companhia] {OU} [dos Acionistas Vendedores] {OU} [da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [=] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia] {OU} [ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [=] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia] {OU} [ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], [na proporção indicada neste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia] {OU} [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador (conforme definido neste Prospecto), nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, ao Banco ABC e à XP, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador, o Banco ABC e a XP quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto da Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de eventual Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto).

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas ou adquiridas, conforme o caso, será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação**.

| | Valor (R$)[1] | Comissões (R$)[1][2][3] | Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4] |
|---|---|---|---|
| Preço por Ação | [=] | [=] | [=] |
| Oferta Primária[5] | [=] | [=] | [=] |
| Oferta Secundária[6] | [=] | [=] | [=] |
| **Total Oferta** | **[=]** | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto.
(4) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações emitida pela Companhia e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 42 deste Prospecto.
(6) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos por cada um, veja a seção seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 42 deste Prospecto.

A realização da Oferta, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, incluindo seus termos e condições, bem como a abertura de capital da Companhia e a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de março de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial de São Paulo ("**JUCESP**") em [=] de [=] de 2021, sob o nº [=] e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") e no jornal "O Estado de São Paulo" em 11 de março de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foi aprovada pelo Old Bridge FIP, na forma de seu regulamento, em reunião do Comitê de Investimento realizada em 15 de março de 2021. Não será necessária qualquer aprovação societária pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar e a fixação do Preço por Ação. Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

**Os registros da Oferta Primária e a Oferta Secundária estão sujeitos à análise pela CVM, sendo que os respectivos registros foram requeridos em [=] de [=] de 2021.**

**"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".**

**Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.**

**OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" DESCRITOS NAS PÁGINAS 19 E 67, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.**

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

**Coordenadores da Oferta**

Itaú BBA
COORDENADOR LÍDER

BANCO ABC BRASIL

xp investment banking

A data deste Prospecto Preliminar é [=] de [=] de 2021.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

**DEFINIÇÕES** ..... **1**
**INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA** ..... **4**
**CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO** ..... **5**
**SUMÁRIO DA COMPANHIA** ..... **8**
Visão Geral ..... 8
Principais Informações Operacionais e Financeiras ..... 11
Dados Operacionais ..... 12
Oportunidades do Setor ..... 12
Nossas Vantagens Competitivas ..... 13
Modelo de negócios consolidado, com maior previsibilidade das operações e constante investimento em inovações tecnológicas ..... 14
Alto potencial de crescimento em mercados em plena expansão. ..... 14
Modelo de negócios Asset-Light e altamente escalável. ..... 14
Rápida expansão pelo território nacional e atuação em um mercado com fortes barreiras de entrada. ..... 15
Recrutamento e fidelização dos profissionais ..... 15
Consistente geração de caixa e resiliência dos nossos resultados. ..... 15
Administração com sólida experiência e um alto padrão de governança ..... 16
Nossa Estratégia ..... 17
Aumento da recorrência das nossas receitas com a implementação do modelo de planos mensais de assinaturas para nossos clientes. ..... 17
Desenvolvimento e aprimoramento constante das nossas tecnologias proprietárias. ..... 17
Aprimoramento das modalidades de contratos comerciais que possuam termos e condições vantajosos para o nosso modelo de negócios ..... 18
Crescer de forma não orgânica por meio da análise de oportunidades de aquisições nos mercados em que operamos. ..... 18
Impactos da Pandemia da COVID-19 em Nossas Atividades ..... 18
Breve Histórico e Estrutura Societária ..... 18
Informações Adicionais ..... 19
Principais Fatores de Riscos Relativos à Companhia ..... 19
**SUMÁRIO DA OFERTA** ..... **23**
**INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA** ..... **39**
Composição do Capital Social da Companhia ..... 39
Principais Acionistas e Administradores da Companhia ..... 40
Identificação dos Acionistas Vendedores ..... 41
Eventual Alteração do Controle após a realização da Oferta ..... 41
Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos ..... 42
Características Gerais da Oferta ..... 43
Descrição da Oferta ..... 43
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 ..... 44
Aprovações Societárias ..... 45
Instituições Participantes da Oferta ..... 45
Preço por Ação ..... 45
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta ..... 46
Custos de Distribuição ..... 47
Estabilização do Preço das Ações ..... 50
Características das Ações ..... 51
Público Alvo da Oferta ..... 51
Procedimento da Oferta ..... 51
Contratação de Formador de Mercado ..... 52

Oferta de Varejo ... 52
Oferta Institucional ... 56
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta ... 57
Suspensão ou Cancelamento da Oferta ... 58
Prazo de Distribuição ... 59
Liquidação ... 59
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação ... 59
Contrato de Distribuição ... 60
Violações de Normas de Conduta ... 60
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) ... 61
Instituição Financeira Escrituradora das Ações ... 61
Cronograma Tentativo da Oferta ... 62
Inadequação da Oferta ... 63
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta ... 63
Informações Adicionais ... 64
**FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES ... 67**
**APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA ... 76**
Coordenador Líder ... 76
Atividade de Investment Banking do Itaú BBA ... 76
Banco ABC Brasil S.A. ... 77
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ... 78
**RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA ... 80**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder ... 80
Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC ... 81
Relacionamento entre a Companhia e a XP ... 82
**RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA ... 84**
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ... 84
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC ... 85
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP ... 85
**INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES ... 87**
Declarações de Veracidade das Informações ... 87
**DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ... 88**
**CAPITALIZAÇÃO ... 91**
**DILUIÇÃO ... 92**
Plano de Opção de Compra de Ações ... 94
Histórico do Preço de Emissão de Ações ... 95

**ANEXOS** ..... **97**
**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA** ..... **99**
**MINUTA DA DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400** ..... **137**
**MINUTAS DAS DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400** ..... **141**
**MINUTA DA DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400** ..... **151**
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA** ..... **155**
**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO OLD BRIDGE FIP REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2021** ..... **165**
**MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO** ..... **169**
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018** .. **175**
**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480** ..... **257**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “CDF” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à CDF Assistência e Suporte Digital S.A. na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 23 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

| | |
|---|---|
| **Acionistas Vendedores** | Old Bridge FIP e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas. |
| **Acionistas Vendedores Pessoas Físicas** | Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle, Ana Elisa Pereira do Valle Staub e Ricardo Uchoa Alves Lima. |
| **Administração** | Conselho de Administração e Diretoria, considerados em conjunto. |
| **Administradores** | Membros da Administração. |
| **ANBIMA** | Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. |
| **Assembleia Geral** | Assembleia geral de acionistas da Companhia. |
| **Auditores Independentes** | Ernst & Young Auditores Independentes S.S. |
| **B3** | B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. |
| **Banco Central ou BACEN** | Banco Central do Brasil. |
| **Brasil ou País** | República Federativa do Brasil. |
| **CMN** | Conselho Monetário Nacional. |
| **CNPJ/ME** | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia. |
| **CPF/ME** | Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia. |
| **Código ANBIMA** | Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor. |
| **Companhia ou CDF** | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. |
| **Conselho de Administração** | O conselho de administração da Companhia. |
| **Conselho Fiscal** | O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente e que até a data deste Prospecto não havia sido instalado. |
| **Contrato de Participação no Novo Mercado** | Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. |

| | |
|---|---|
| **CVM** | Comissão de Valores Mobiliários. |
| **Deliberação CVM 476** | Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005. |
| **Deliberação CVM 860** | Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020. |
| **Diretoria** | A diretoria da Companhia. |
| **DOESP** | Diário Oficial do Estado de São Paulo. |
| **Estatuto Social** | Estatuto social da Companhia. |
| **Formulário de Referência** | Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto. |
| **Instituição Escrituradora** | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| **Instrução CVM 400** | Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. |
| **Instrução CVM 480** | Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada. |
| **Instrução CVM 505** | Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada. |
| **Instrução CVM 539** | Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada. |
| **IOF/Câmbio** | Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio. |
| **JUCESP** | Junta Comercial do Estado de São Paulo. |
| **Lei das Sociedades por Ações** | Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. |
| **Lei do Mercado de Capitais** | Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. |
| **Novo Mercado** | Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. |
| **Old Bridge FIP** | Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior. |
| **Prospecto ou Prospecto Preliminar** | Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos. |
| **Prospecto Definitivo** | O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos. |

| | |
|---|---|
| **Prospectos** | Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto. |
| **Real, real, reais ou R$** | Moeda oficial corrente no Brasil. |
| **Regulamento do Novo Mercado** | Regulamento de Listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado. |

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

| | |
|---|---|
| **Identificação** | CDF Assistência e Suporte Digital S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.874/0001-10, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.421.884. |
| **Registro na CVM** | A Companhia encontra-se em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, sendo que o pedido de registro de companhia aberta e da Oferta foram requeridos em [=] de [=] de 2021. |
| **Sede** | Localizada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000. |
| **Diretoria de Relações com Investidores** | Localizada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Tiago Bannitz Machado. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 3039-3000 e o seu endereço eletrônico é ri@cdf.net. |
| **Instituição Escrituradora** | Itaú Corretora de Valores S.A., conforme qualificada acima. |
| **Auditores Independentes** | Ernst & Young Auditores Independentes S.S. |
| **Títulos e Valores Mobiliários Emitidos** | As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[=]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à conclusão da Oferta. |
| **Jornais nos quais divulga informações** | As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo". |
| **Formulário de Referência** | Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto. |
| ***Website*** | https://ri.cdf.net .<br><br>As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto nem estão a ele incorporadas por referência. |
| **Informações Adicionais** | Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto. |

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

**Este Prospecto contém estimativas e declarações acerca do futuro, ou estimativas e declarações prospectivas, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", descritos nas páginas 19 e 67, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.**

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que a Companhia dispõe atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação dos serviços da Companhia;
- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus clientes;
- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;
- o relacionamento da Companhia com os seus atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados das operações da Companhia;
- nível de capitalização e endividamento e capacidade de contratar novos financiamentos e executar o plano de expansão da Companhia;
- eventos de força maior;

- o impacto da pandemia de COVID-19 na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;

- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da pandemia de COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de seus consumidores em razão da pandemia de COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- a confirmação ou não das principais tendências no setor de atuação da Companhia; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 19 e 67, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

**O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.**

As palavras "acreditamos", "podemos", "poderemos", "estimamos", "continuamos", "antecipamos", "pretendemos", "esperamos" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou

previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos, a seguir, o sumário de nossas atividades, informações financeiras e operacionais, baseado nas informações constantes do nosso Prospecto Preliminar e do nosso Formulário de Referência. Este sumário é apenas um resumo das nossas informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão em nosso Formulário de Referência e nas nossas demonstrações financeiras incluídas neste Prospecto. Leia este Prospecto, o nosso Formulário de Referência, bem como nossas demonstrações financeiras antes de aceitar a Oferta.

**ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE NOSSO PROSPECTO PRELIMINAR INTEGRALMENTE E O NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES "CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO", "PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS A NÓS" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 5, 19 E 67 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO AS SEÇÕES "3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS", "4. FATORES DE RISCO" E "10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES", RESPECTIVAMENTE, DO NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ASSIM COMO NAS NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS INCLUÍDAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR. RECOMENDA-SE AINDA AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES.**

### Visão Geral

Prestamos serviços de suporte e assistência residencial, com o objetivo de garantir que a manutenção e realização de melhorias domésticas sejam de fácil acesso e eficientes para os nossos clientes. Acreditamos ser um dos principais *marketplaces* B2B2C de serviços do Brasil, bem como um dos grandes *players* do mercado a oferecer serviços de assistência doméstica de forma completa e com presença nacional, com um modelo de negócios escalável e voltado a dois principais núcleos de atuação: (i) Suporte Tecnológico *Premium* (*Premium Technical Support*); e (ii) Assistência Residencial (*Home Services (HS)*. Temos como público-alvo, predominantemente, consumidores dos setores de varejo, *utilities*, telecomunicação, seguradoras, *e-commerce*, dentre outros segmentos, atuando majoritariamente através dos nossos parceiros comerciais de forma a agregar valor ao consumidor final por meio da prestação de nossos serviços, que viabilizam a utilização do produto inicialmente adquirido.

Com mais de 49 milhões de usuários passando pela nossa plataforma de atendimento, sendo 9,1 milhões deles atualmente ativos, possuímos uma rede de clientes consolidada, mantendo parcerias com os principais varejistas do país que possuem forte presença e destaque no *market share* do varejo brasileiro, além de parcerias com grandes grupos do segmento de energia e com seguradoras. Acreditamos que nossas parcerias comerciais garantem uma maior previsibilidade e consistência em nossa rede de clientes, bem como um maior potencial de fidelização. A tabela abaixo apresenta a evolução da receita líquida da Companhia nos últimos 6 (seis) exercícios:

No segmento de *Premium Technical Support*, atuamos prestando serviços de suporte remoto para problemas relacionados à tecnologia, incluindo configuração, instalação e manutenção de dispositivos, *hardwares* ou de *softwares* em modelo de *Help Desk* com atendimento remoto disponível 24 horas por dia por uma central de especialistas composta por 404 colaboradores. Nossa central de especialistas auxilia nossos clientes em questões que vão desde problemas técnicos nos seus equipamentos, até a configuração de aparelhos como smartphones, tablets, notebooks, sistemas de som, instalação de *softwares*, entre outros. Nosso modelo de negócios dentro dessa linha envolve a venda do serviço através de pacotes de assinaturas mensais de 1, 3, 4, 6, 12 e 24 meses, conforme o caso, com um ticket médio girando em torno de R$24 mensais.

Dentro de nossa linha de *Home Services* (HS), oferecemos serviços de (i) *Home Improvement (HI)*, que englobam a execução de serviços como a (a) instalação de eletrodomésticos, com ticket médio de R$348 por serviço; e (b) impermeabilização de estofados; e (ii) *Home Repair (HR)*, que envolve serviços domiciliares gerais de reparos e manutenção emergenciais, tal como encanamento e problemas elétricos, com um ticket médio de R$174 por serviço utilizado. Nosso atendimento na linha de *Home Services* é realizado por meio de serviços presenciais agendados, que conta com uma rede de mais de 7.000 técnicos especializados no serviço a ser prestado ao cliente. Além disso, oferecemos outras formas de suporte ao cliente por meio de diversos canais integrados: (i) canal de comunicação por *chat* e/ou *WhatsApp*; (ii) aplicativo de celular; (iii) *website* da Companhia; e (iv) atendimento por vídeo conferência.

Para o desenvolvimento de nossas operações, contamos com uma central de especialistas de 404 colaboradores e com uma rede de 7.785 técnicos que atuam (i) presencialmente, por meio de nossas visitas agendadas, com atuação na totalidade dos Estados brasileiros; e (ii) remotamente, por meio de nossas centrais e canais de atendimento para suporte à distância, em todo o território nacional. Ainda, contamos com 4.731 pontos de venda físicos, além de nosso canal de vendas *e-commerce* que representou crescimento de 55% em nossa receita líquida entre os exercícios de 2020 e 2019. Adicionalmente, para garantir o alcance nacional de sua plataforma, a Companhia também conta com uma central de atendimento de 1.000m$^2$ localizada em Alphaville, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com capacidade para 250 funcionários.

Acreditamos ser um dos pioneiros na forma como nossos serviços são prestados, além de uma referência no mercado de atuação pela inovação e utilização de tecnologia de ponta para garantir suporte completo aos nossos clientes. Com um sistema de plataformas proprietárias, tal como a Taki e a Toaki e uma área interna de Tecnologia da Informação especializada no gerenciamento de tais sistemas, priorizamos o desenvolvimento tecnológico do sistema de suporte oferecido aos nossos clientes. Adicionalmente, nossos sistemas proprietários são complementados com base na contratação e integração de outras plataformas de call center (AVAYA), ERP (TOTVS), suporte remoto de acesso e vídeo (ISLONLINE e Rescue Lens), gestão de atendentes (OPTIMUS) e Power B.I. (Microsoft).

A Companhia tem como principal foco a garantia de qualidade em todos os serviços prestados, se posicionando como uma empresa com qualidade em um mercado informal e com poucos players sofisticados. Para isso, controla e monitora a qualidade do serviço de maneira granular, realizando acompanhamento de todos os serviços e *compliance* interno, com um criterioso controle da

documentação e dos arquivos disponíveis para atendimento de eventuais solicitações por parte de seus clientes, medindo o *Net Promoter Score* ("NPS") por parceiro comercial, tipo do serviço e/ou produto, técnico de campo, técnico de suporte remoto, região, entre outros fatores, garantindo que seja capaz de identificar e melhorar problemas no atendimento, assegurando a entrega de melhores serviços para os nossos clientes e resultando em um NPS de 83 em 2020. Adicionalmente, buscando sempre ter em seu quadro profissionais de qualidade, a Companhia possui dois programas que auxiliam na seleção e treinamento da nossa rede de técnicos: (i) "Treina CDF", programa desenvolvido internamento para treinamento dos técnicos; (ii) "Educa CDF", programa de subsídios para qualquer curso educacional de nível técnico e superior, disponível para todos os funcionários da Companhia.

Ademais, o modelo de operações com técnicos *on-demand* desenvolvido internamente pela Companhia, conta com: (i) uma rede de mais de 7.000 técnicos de suporte *on-demand*; (ii) área de recrutamento de técnicos; (iii) rede de técnicos contratada como pessoa jurídica, por meio de MEIs e pequenas empresas; (iv) técnicos selecionados com *background check*, seguro e licenças necessárias; (v) treinamentos presenciais e online desenvolvidos para técnicos terceiros, e (vi) uma equipe de 16 (dezesseis) técnicos *offsite* próprios para desenvolvimento de processos[1].

Dessa forma, possuímos um sistema integrado com o de nossos principais parceiros comerciais que permite o acompanhamento e monitoramento de toda a jornada do cliente, desde o momento da realização da compra até a conclusão e avaliação do serviço prestado. Com o objetivo de garantir maior automação de nossos processos operacionais, desenvolvemos o aplicativo de celular voltado para a utilização de nossos técnicos, buscando uma maior padronização e qualidade no serviço. Ainda, utilizamos múltiplos canais para garantir o acompanhamento e crescente melhoria da experiência de nossos clientes.

Contamos também com uma central de especialistas com mais de 404 colaboradores e uma rede de 7.785 técnicos especializados, possuindo um sistema diferenciado para atender os mais de 130 mil clientes servidos mensalmente. Acreditamos que o modelo de negócio desenvolvido com foco na prestação de serviços de qualidade contribui para a fidelização de nossa rede de clientes, resultando em uma elevada taxa de satisfação. Investimos no constante desenvolvimento de nossa equipe técnica, oferecendo diversos treinamentos periódicos tanto para a nossa equipe própria quanto para os técnicos terceirizados, de forma a valorizar os talentos que possuímos e tornar o serviço cada vez mais especializado e satisfatório para nossos clientes.

Nossos produtos de PTS e *Home Services* são vendidos através de contratos de longo prazo com os nossos parceiros comerciais através dos mais de 4.731 pontos de venda B2B2C, com maior foco no setor varejista, no formato de *White Label*. A maior parte dos nossos contratos prevê condições que nos garantem uma geração consistente de receita, dentre eles pagamento antecipado, garantia mínima de receita, exclusividade na prestação e direito de preferência para novos serviços selecionados, longos prazos de vigência e a aplicação de multas em caso de

[1] Equipe própria da Companhia para realização de testes e recolhimentos de *insights* que serão repassados para a rede de empresas terceiras nos treinamentos

rescisão imotivada antes do final da respectiva vigência contratual. Além disso, oferecemos alguns dos nossos produtos através da página de *Check-Out* dos nossos canais digitais, com ofertas de produtos B2C, envolvendo vendas diretas, *subscription* e renovações. Destaca-se que como forma de solidificar seu relacionamento com parceiros, a Companhia oferece pagamentos de antecipação de comissão, como uma forma de prover liquidez ao parceiro.

A Companhia atua no mercado há mais de 14 anos, e vem apresentando uma geração de receita consistente, com lucratividade e geração de caixa. Com um *Compound Annual Growth Rate* ("CAGR") entre 2016 e 2020 girando em torno de 15,0%, nossa receita líquida atingiu R$174,9 milhões, apresentando um EBITDA de R$54,0 milhões e um lucro líquido de R$23,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Conseguimos também apresentar uma redução consistente de nossos custos e despesas, aumentando em mais de 10 pontos percentuais nossa margem EBITDA nos últimos 5 anos, que saiu de cerca de 19,0% no exercício de 2016 para 30,9% no exercício de 2020. Apesar do nosso crescimento e rentabilidade consistentes, fomos capazes de manter níveis adequados de risco, com uma carteira de clientes sólida e manutenção de contratos de longo prazo que garantem a consistência da nossa geração de receita.

**Principais Informações Operacionais e Financeiras**

As tabelas abaixo apresentam os principais indicadores financeiros e operacionais para os exercícios sociais indicados.

Dados Financeiros

| | **Exercício findo em 31 de dezembro de** | | |
|---|---|---|---|
| *(em milhares de reais, exceto %s)* | **2020** | **2019** | **2018** |
| Receita Líquida | 174.881 | 191.999 | 193.947 |
| Lucro Bruto | 99.676 | 104.594 | 96.473 |
| Lucro antes do resultado financeiro | 47.012 | 47.455 | 40.716 |
| Lucro Líquido | 23.725 | 25.147 | 23.623 |
| *Margem Líquida*[1] | 13,6% | 13,1% | 12,2% |
| EBITDA [2] [4] | 54.032 | 50.328 | 42.592 |
| *Margem EBITDA* [3] [4] | 30,9% | 26,2% | 22,0% |
| EBITDA Ajustado[5] | 56.483 | 61.911 | 47.360 |
| *Margem EBITDA Ajustado*[6] | 32,3% | 32,2% | 24,4% |
| ROE[7] | 162,4% | 180,6% | 203,7% |
| Dívida Líquida[8] | 126.727 | 128.675 | 127.404 |
| Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido[9] | 8,7x | 9,2x | 11,0x |

(1) A Margem líquida é representada pela divisão do lucro líquido do exercício pela receita líquida.

(2) O EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização. Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado considerado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, alternativa ao fluxo de caixa operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.

(3) A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.

(4) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

(5) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado pela amortização de contratos com varejistas e pelo resultado de compra vantajosa da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistência). Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.

(6) A Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.

(7) O ROE (*Return on Equity*) significa retorno sobre o patrimônio líquido e é obtido pela divisão do lucro líquido do exercício pelo patrimônio líquido consolidado da Companhia. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.

(8) A Dívida Líquida corresponde ao somatório de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento deduzido do caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possue significado padrão e pode não ser

comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência

(9) O Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido da Companhia.

## Dados Operacionais

| | Em e/ou no exercício findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | **2020** | **2019** | **2018** |
| Número de Atendimentos | 1.205.865 | 1.550.482 | 1.682.422 |
| Pontos de Venda Físicos | 4.731 | N/A | N/A |
| Rede de Técnicos | 7.785 | 3.948 | 2.148 |
| Empresas Terceirizadas na Rede | 2.595 | 1.316 | 716 |

## Oportunidades do Setor

Com uma carteira de clientes consolidada, contando com relacionamentos de longo prazo com os principais varejistas brasileiros, a Companhia entende que possui uma grande oportunidade de expansão considerando apenas o aumento da penetração da nossa atual carteira. Esse aumento poderá ocorrer tanto pela ampliação de linhas de serviço já atualmente oferecidas quanto pelo crescimento da conversão de venda no canal *online*, além de uma receita relevante já contratada (com metas mínimas estipuladas) e com potencial de renovação dos contratos.

Tendo já formado parcerias relevantes e com a concretização de relacionamentos e contratos com alguns dos líderes nacionais do varejo a longo prazo, acreditamos estar prontos para replicar o nosso modelo de negócios em varejistas menores, fortalecendo nossa rede de clientes. Em conjunto com fatores adicionais como (i) o forte relacionamento de longo prazo com nossos parceiros comerciais; (ii) a rede de técnicos independentes estabelecida e com *know-how* suficiente para atrair, capacitar e reter nossos talentos; (iii) o constante investimento no avanço tecnológico de nossos sistemas integrados com os de nossos parceiros; e (iv) a qualidade dos serviços prestados ao consumidor, com nota NPS de 83 em 2020, as vantagens competitivas no mercado em que atuamos tornam-se solidificadas.

Com cerca de 60% do *Market Share* no segmento de eletrônicos e eletrodomésticos sendo representados por varejistas menores (*Euromonitor, 2021*) e com o segmento de *Home and Garden* pulverizado, com as principais redes representando apenas 17,7% do Market Share (*Euromonitor, 2021*), o aumento da penetração nos varejistas menores será uma importante avenida de crescimento para a Companhia, permitindo não só o potencial aumento no volume, mas também uma potencial consistência na geração de receita, dada a possibilidade de criação de contratos com cláusulas de pagamento antecipado e garantia mínima de receita.

Apesar de mantermos contratos com os nossos principais parceiros que nos garantem uma certa resiliência na condução de nossos negócios, 93% de nossa receita advém apenas da captação de novos clientes, sendo que a renovação de planos de assinatura mensais para prestação de serviços representa apenas 7%. Buscamos a implantação de um modelo voltado à renovação de planos de assinatura mensais pela nova rede de clientes e reativação da base de clientes inativos, que atualmente representam 28,1 milhões dos 37,2 milhões da nossa base total de clientes. Além desse modelo, o *cross-sell* de produtos de assinatura para clientes que utilizam nossos serviços de instalação acreditamos que poderá representar, no longo prazo, uma estrutura de geração de receita recorrente, que hoje vemos acontecer em mercados internacionais, com *players* internacionais importantes, como a Frontdoor (maior provedora em receita de *Home Services* dos EUA, com um foco na assistência de reparos), que contou, em 31 de dezembro de 2020, com quase 69% da sua receita decorrente da renovação de clientes, além de uma taxa de retenção de clientes acima de 76% (Fonte: Earnings Release da Frotdoor, com data-base de 31 de dezembro de 2020).

Outro segmento com potencial de crescimento importante para a Companhia é o aumento da prestação de serviços de *utilities*, apresentando um amplo espectro de atividades de atuação, tal como manutenção de gás, serviços elétricos e serviços de encanamento, incluindo nomes importantes no exterior tal como a Home Serve, empresa britânica focada em prestar serviços de

seguros residenciais para manutenção, com cerca de 94% da sua receita proveniente de assinaturas e com parcerias comerciais com importantes nomes do segmento de *utilities*, tal como a Liberty Utilities, Water Authority, Appalachian Power, entre outros (Fonte: Earnings Release da Home Serve, com data-base de 31 de dezembro de 2020). Tal segmento pode representar uma importante avenida de crescimento para a Companhia tendo em vista que contribui para o desenvolvimento de uma maior gama de serviços a serem oferecidos aos nossos clientes, tornando sua experiência cada vez mais completa e possibilitando maior recorrência da receita da Companhia.

Neste sentido, assinamos contratos com duas grandes empresas do segmento de *utilities* com duração de 5 anos. Acreditamos que essas novas parcerias permitirão o aumento de nosso portfólio de serviços, passando a oferecer serviços como o de manutenção de aquecedores de gás, bem como a implementação e expansão do modelo de contratação com planos de assinaturas mensais.

Um outro setor importante de potencial crescimento está voltada aos segmentos de *PTS* e *Home Improvement*, que podem se beneficiar com a forte expansão do mercado de Telecom e ISPs que vem ocorrendo nos últimos anos, com um aumento expressivo do percentual de usuários da rede 4G no Brasil, saindo de 2,4% do total de usuários de rede móvel em 2014 para cerca de 67,8% em 2019, e um aumento de cerca de 1,5 vezes no número de usuários de banda larga durante o mesmo período, saindo de cerca de 22,2 milhões para cerca de 32,6 milhões de usuários no mesmo período (Fonte: Relatório Anual de Gestão – Anatel, 2019). Acreditamos que poderemos nos beneficiar ainda mais dessa tendência de mercado, com investimento no desenvolvimento de parcerias cada vez mais recorrentes com *players* regionais, que em 2019 representaram cerca de 32,9% do mercado de distribuição dos acessos de banda larga fixa no Brasil (Fonte: Relatório Anual de Gestão – Anatel, 2019).

A Companhia acredita que a expansão no segmento B2C também pode ser um importante veículo para seu crescimento nos próximos anos. Atuando através da sua marca Tecki, que possui um *website* próprio voltado à venda de assinatura de serviços de *PTS*, podemos utilizar da plataforma para expandir essa linha de negócios com pagamentos de comissões reduzidos, além da possibilidade de poder fazer um *Cross-Sell* de produtos complementares para assinantes.

Com um histórico de aquisições, incluindo a aquisição da Tectotal realizada em 2017 e a da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. ("Inter Partner"), em 2019, desenvolvemos *know-how* e um fluxo de fusões e aquisições, que, no nosso entendimento, apresenta potencial para adicionar importantes clientes à nossa base. Acreditamos que o desenvolvimento de um projeto de aquisição de empresas que atuem como nossos parceiros comerciais represente oportunidades de ganhos e sinergias para o nosso negócio, com um foco na expansão do portfólio dos nossos serviços, além da possibilidade de ganhos de escala e da criação de novos canais de distribuição.

Além das oportunidades de crescimento acima descritas, a Companhia entende que existem diversas outras frentes que devem ser abordadas no futuro, com o objetivo de destravar o potencial de geração de valor a partir da entrada em novos mercados e desenvolvimento de novos modelos de negócios, incluindo a expansão para o segmento de *Real Estate*, com a possibilidade de venda de serviços residenciais em conjunto com a venda dos imóveis, a introdução de programas de franquias com técnicos terceirizados, além da possibilidade de expansão internacional com a entrada em novos mercados da América Latina. Um exemplo concreto é o segmento de mobilidade, que apresenta uma ampla gama de oportunidades tal como reboque, socorro e troca de pneus, tratando-se de um mercado muito relevante e com poucos competidores.

**Nossas Vantagens Competitivas**

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para o nosso sucesso:

**Modelo de negócios consolidado, com maior previsibilidade das operações e constante investimento em inovações tecnológicas**

Possuímos um modelo de negócios cuja receita líquida advinda dos clientes que atendemos em decorrência de nossas parcerias comerciais representou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, praticamente a totalidade da nossa receita líquida, com menos de 0,1% proveniente de clientes não relacionados aos nossos parceiros comerciais. Por meio de um histórico de longo prazo e com a utilização de instrumentos contratuais cujos termos e condições podem prever garantia mínima de receita e exclusividade na prestação de serviços, dentre outros, possuímos maior garantia e previsibilidade sobre a base de clientes a ser atendida.

Ainda, a complementação de nossos serviços com os de nossos parceiros comerciais agrega valor ao consumidor final e, por meio do constante investimento no treinamento de nossa equipe especializada e nos recursos tecnológicos utilizados em nossas operações, atuamos com foco na satisfação do consumidor final. Dessa forma, buscamos, além da atração de novos clientes em decorrência da prestação de serviços assistenciais e emergenciais especializados e de qualidade, a fidelização dos clientes que atendemos inicialmente por meio de nossos parceiros comerciais. Por fim, focamos também no desenvolvimento de mecanismos tecnológicos que garantam o suporte completo aos nossos clientes durante todo o processo de envolvimento com o nosso negócio, além do investimento em garantir robusta integração de nossos sistemas internos com os de nossos parceiros comerciais.

**Alto potencial de crescimento em mercados em plena expansão.**

Com contratos de longo prazo já firmados com alguns dos principais varejistas do país, além da entrada em segmentos com potencial de expansão e baixa penetração do mercado de prestação de serviços de assistência e suporte tecnológico e doméstico, como o segmento de *utilities*, acreditamos no crescimento de nossas operações. O segmento de *utilities* envolve serviços como os de manutenção de gás periodicamente, bem como suporte presencial para assuntos relacionados aos produtos oferecidos.

Atualmente temos mais de 18 contratos assinados com alguns dos principais varejistas do país, cujo mercado de atuação vem apresentando um crescimento importante nos últimos anos, especialmente no segmento de *e-commerce*. Adicionalmente, contamos também com relações comerciais com algumas das maiores redes de *utilities* do país. Dessa forma, acreditamos no potencial para crescimento em um segmento que permitirá a expansão do modelo de assinaturas mensais para a contração de serviços e um aumento na proporção de nossas receitas recorrentes, o que, no entendimento da Companhia, pode garantir crescimento, de forma consistente e sustentável, a longo prazo.

**Modelo de negócios Asset-Light e altamente escalável.**

Possuímos uma estrutura de negócios enxuta e capaz de suportar níveis de crescimento importantes devido ao modelo de negócios *Asset Light*, bem como aos parceiros comerciais com alta capilaridade e capacidade de distribuição. Com mais de 130 mil clientes atendidos mensalmente, possuímos mais de 125 agentes de acompanhamento dos nossos técnicos, além de 279 agentes de *Help Desk* e mais de 80% dos chamados atendidos em menos de 20 segundos. Ainda, contamos com uma rede de técnicos na qual 100% são contratados como pessoa jurídica, incluindo MEIs e pequenas empresas. Temos somente 16 técnicos CLT em são Paulo, funcionando como um laboratório para testes e treinamento/capacitação dos terceiros. Portanto, o modelo de negócios baseia-se também em uma plataforma de suporte de serviços, trazendo inclusão digital e beneficiando os grupos mais vulneráveis, fornecendo serviços como: *streaming*, serviços de nuvem, controle parental e antivírus.

Adicionalmente, mantendo parcerias com alguns dos principais varejistas do país, possuímos acesso a uma equipe de vendas já treinada e uma base de clientes estabelecida, além de ter um

ganho de capilaridade em novas regiões a cada nova parceria estabelecida dada a extensão do número de lojas dos nossos principais parceiros.

**Rápida expansão pelo território nacional e atuação em um mercado com fortes barreiras de entrada.**

No entendimento da Companhia, o seu crescimento pelo território nacional ocorreu devido à uma estrutura de suporte remota e técnicos terceirizados, que resulta em uma maior eficiência operacional, permitindo um crescimento saudável associado a uma diluição das nossas despesas administrativas e comerciais, fazendo, inclusive, com que dobrássemos o número de cidades em que operamos no período compreendido entre 2016 e 2020, passando de 1.495 para cerca de 3.155. Com a nossa expansão já iniciada em novos segmentos, como o de *utilities*, além da oportunidade de parcerias com varejistas menores, a Companhia entende que poderá apresentar nos próximos anos um crescimento ainda mais acentuado, permitindo maior capilaridade e eficiência nas nossas operações. O desenvolvimento de novas parcerias comerciais tanto com varejistas que possuam atuação nacional quanto regional contribuem para facilitar o nosso acesso à consumidores em todo o território nacional.

Por fim, acreditamos que o nosso mercado de atuação possui atualmente fortes barreiras de entrada para novos competidores, tendo em vista que (i) possuímos relacionamentos de longo prazo e historicamente estáveis e renováveis com grandes parceiros comerciais (varejistas, seguradores, *e-commerce*, empresas de telecomunicações e de *utilities*); (ii) contamos com uma rede de técnicos independentes consolidada, bem como com a experiência e o *know-how* necessários para atrair, capacitar e reter nossos talentos; (iii) investimos em tecnologia voltada ao desenvolvimento de uma melhor experiência aos nossos clientes, inclusive por meio da integração entre os nossos sistemas internos e os de nossos parceiros comerciais. Dessa forma, a Companhia entende que consegue garantir todo o suporte necessário aos consumidores finais sem exigir quaisquer esforços adicionais por parte deles; e (iv) histórico e boa qualidade e consistência nos serviços prestados, conforme demonstram os dados de registro da Companhia que avaliam o seu NPS, que foi de 83 em 2020.

**Recrutamento e fidelização dos profissionais**

A Companhia garante qualidade no serviço prestado através do processo de recrutamento das empresas de rede de técnicos e capacitação dos mesmos, os quais enxergam uma oportunidade no volume de negócios gerado pela Companhia, o que é possibilitado com base em 4 pilares centrais: recrutamento, credenciamento, treinamento e fidelização.

**Consistente geração de caixa e resiliência dos nossos resultados.**

Fomos capazes de aumentar as vendas de nossos parceiros mesmo durante o período de pandemia, especialmente por meio de vendas referentes ao segmento de suporte tecnológico e de assistência residencial, que representaram 52,2% e 47,8% de nossa receita líquida, respectivamente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Além disso, 100% dos contratos com performance mínima garantida e não performada foram devidamente cumpridos pelos nossos parceiros comerciais, com pagamentos realizados dentro dos prazos estabelecidos.

O número de serviços realizados apresentou uma alta expressiva no terceiro e quarto trimestres de 2020 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, com uma alta média de cerca de 18,2%. Nosso faturamento bruto no segmento de varejo no período compreendido entre os meses de agosto e dezembro de 2020 apresentou um crescimento médio de 37%, mostrando tendência de recuperação.

Além disso, apresentamos um crescimento consistente em nossas receitas, bem como um aumento em nossos níveis de rentabilidade. Nosso EBITDA possui um CAGR de 29,8%, passando de R$19,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2016 para R$54,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2020, acompanhado de uma Margem EBITDA que passou de cerca de 19% no exercício de 2016 para 30,9% no exercício de 2020. Nosso lucro líquido vem apresentando também um crescimento consistente nos últimos anos, com uma margem líquida média próxima de 11% nos últimos 5 anos, além de apresentarmos taxa importante de conversão de caixa, acima de 60% desde 2017 e próximas de 70% no exercício de 31 de dezembro 2020.

Adicionalmente, a Companhia também apresenta uma boa performance histórica no que tange aos níveis de alavancagem do negócio.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado[1]

(1) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado pela amortização de contratos com varejistas e pelo resultado de compra vantajosa da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistência). Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.

**Administração com sólida experiência e um alto padrão de governança.**

Nossa equipe de gestores possui, além de uma formação acadêmica sólida, vasta experiência profissional em empresas do varejo e em grandes grupos do mercado financeiro, oferecendo um *background* técnico e um conhecimento sobre o segmento que representa potencial importante de desempenho operacional e financeiro para a Companhia desde a sua fundação em 2007.

Adicionalmente, adotamos as melhores práticas de governança corporativa exigidas pelo segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") no qual nossas ações serão listadas, com a criação de estruturas dedicadas para as funções de controles internos, auditoria interna, *compliance* e gestão de riscos. Possuímos um Conselho de Administração há mais de 13 anos e que conta atualmente com membros independentes, além de uma governança consolidada, com estruturas como uma Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração especializados e com ampla experiência na condução de empresas. Nossas ações serão listadas no Novo Mercado da B3, segmento de governança que adota o mais alto nível de governança corporativa, exigindo diversos requisitos, como por exemplo a composição do Conselho de Administração deve incluir, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes (ou 20% de sua composição, o que for maior), constituição de comitê de auditoria, instalação de área de auditoria interna e elaboração e divulgação de diversas políticas e regimentos internos com conteúdo mínimo exigido pela regulamentação aplicável, dentre outros. A adesão ao Novo Mercado representa nosso contínuo compromisso com altos padrões de governança corporativa e o respeito aos nossos acionistas, de modo que a Companhia seguirá investindo em mecanismos e procedimentos internos de integridade, ouvidoria e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta atualmente em vigor.

*Iniciativas* Environmental, Social and Governance *("ESG").*

**Nossa Estratégia**

Nosso objetivo a longo prazo é buscar maior consolidação da marca e fidelização de nossos clientes, inclusive dos consumidores finais que atendemos em decorrência de nossas parcerias comerciais, especialmente por meio do desenvolvimento de novos serviços de assistência e de tecnologia para garantir suporte e atendimento completo aos nossos consumidores. Acreditamos que a nossa estratégia, focada na expansão orgânica dos nossos serviços e fidelização da nossa base de clientes, pode servir de alicerce para a expansão planejada de nossos negócios e geração de valor para nossos acionistas. Os principais pontos de nossa estratégia estão resumidos abaixo:

**Aumento da recorrência das nossas receitas com a implementação do modelo de planos mensais de assinaturas para nossos clientes.**

Após a celebração de novas parcerias comerciais com grandes empresas do segmento de *utilities*, buscamos oferecer aos nossos clientes uma maior e mais completa oferta de produtos e serviços, de forma a expandir um modelo de negócios que conte com planos mensais de assinaturas para os nossos clientes. O aumento em nossa base de clientes fixos e assinantes tem potencial de garantir a contínua evolução, desenvolvimento e especialização dos nossos colaboradores, buscando atender de forma mais completa quaisquer dificuldades enfrentadas pelos nossos clientes de forma rápida e eficiente.

Ainda, o desenvolvimento de modelo de planos mensais de assinaturas contribuiria para a expansão de nosso modelo de negócios B2C, contando ainda com potencial de reativação de clientes com assinaturas vencidas, pagamentos de comissão reduzidos e receitas recorrentes. Por fim, a Companhia acredita que tal expansão permitirá um crescimento mais sustentável e ainda mais resiliente de suas receitas, fidelizando nossa base de clientes e permitindo a expansão para novas linhas de negócio.

**Desenvolvimento e aprimoramento constante das nossas tecnologias proprietárias.**

Buscamos constantemente implementar iniciativas visando a melhoria e completude da experiência dos consumidores, tendo como objetivo prestar um serviço de qualidade e garantir suporte integral ao cliente durante todo o processo, inclusive por meio do monitoramento de todas as etapas envolvidas e da disponibilização de diversos canais de atendimento. Assim, os softwares proprietários da companhia incluem: (i) software de gestão de contratos; (ii) software de gestão de visitas on-site com rastreamento por GPS; (iii) inteligência artificial para reduzir tempo do serviço remoto; e (iv) integração dos sistemas próprios com clientes para operacionalização das parcerias e experiência do usuário.

Desenvolvemos o "Taki", um *software* proprietário responsável pela gestão dos nossos contratos, além do registro e acompanhamento de cada serviço de assistência. O referido aplicativo é ainda integrado com o sistema dos nossos principais parceiros comerciais. Adicionalmente, o "Toaki" é um aplicativo de distribuição de tarefas, gestão e acompanhamento de serviço pelos técnicos. Nossas tecnologias proprietárias vêm se mostrando essenciais para uma melhor gestão das nossas operações e uma melhor entrega dos nossos serviços. Dessa forma, manteremos o foco

em desenvolver novos produtos e novas tecnologias para facilitar e atender satisfatoriamente nossos clientes, buscando aprimorar a experiência em nossa plataforma.

**Aprimoramento das modalidades de contratos comerciais que possuam termos e condições vantajosos para o nosso modelo de negócios**

Atualmente, trabalhamos com dois principais modalidades de instrumentos contratuais para a formalização de nossas parcerias comerciais. Enquanto um deles possui caráter mais flexível, investimos no desenvolvimento de um modelo de contrato que garanta maiores vantagens no desenvolvimento de nosso modelo de negócios, bem como na criação de valor agregado tanto para os nossos parceiros quanto para os consumidores finais.

Acreditamos que a utilização e o aperfeiçoamento de contratos que possuam (i) previsão de garantia mínima de receita, determinando a aplicação de multa em caso de não cumprimento da meta estipulada contratualmente; (ii) cláusula de exclusividade e direito de preferência para a prestação dos nossos serviços aos clientes de nossos parceiros comerciais; (iii) vigência de longo prazo, com previsões que facilitem a renovação do instrumento uma vez encerrada a vigência; e (iv) em caso de rescisão, a aplicação de multas que representem percentual do saldo da meta que não houver sido performada em função da rescisão.

**Crescer de forma não orgânica por meio da análise de oportunidades de aquisições nos mercados em que operamos.**

Temos como objetivo o crescente desenvolvimento e crescimento inorgânico de nosso negócio por meio da aquisição de empresas varejistas, seguradoras e de *e-commerce*, dentre outras, tendo em vista que representam potencial importante de expansão para nossa base de clientes e sinergia de negócios. Em decorrência das operações de fusões e aquisições que realizamos em 2017 e 2019 (aquisição da Tectotal e da Inter Partner, respectivamente), investimos no desenvolvimento de um time especializado em analisar e avaliar oportunidades de fusões e aquisições em nosso mercado de atuação. Acreditamos que o desenvolvimento de um modelo de negócios com foco na análise de tais oportunidades tem potencial de contribuir de forma rápida e eficiente com o nosso crescimento, aumentando nossa base de clientes, diversidade de serviços oferecidos e presença nacional em novas regiões.

**Impactos da Pandemia da COVID-19 em Nossas Atividades**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto por uma nova mutação de coronavírus, COVID-19, uma pandemia global. A pandemia COVID-19 e as respostas governamentais à pandemia alteraram drasticamente o cenário global e, em particular, têm tido desde março de 2020, e, em muitos casos, continuam a ter, um impacto severo nas condições econômicas globais e brasileiras, incluindo perturbação e volatilidade significativas nos mercados financeiros; interrupção das cadeias de abastecimento globais; fechamentos e várias outras interrupções de muitas empresas, levando à perda de receitas e aumento do desemprego e a determinação do distanciamento social e requisitos de abrigo no local e outras restrições a viagens no Brasil, nos Estados Unidos e em toda a América Latina e outros países.

Para mais informações sobre os impactos da pandemia de COVID-19 para a Companhia, vide itens 4.1 e 10.9 do Formulário de Referência.

**Breve Histórico e Estrutura Societária**

Tendo sido fundada em 2007, a Companhia passou a operar no segmento de prestação de serviços através de uma parceria inicial formalizada com o Unibanco. Além de oferecer serviços de suporte a equipamentos de áudio e vídeo e serviços para linha branca, passamos a oferecer serviços de assistência residencial e proteção digital a partir de 2015 e serviços de impermeabilização a partir de 2017. Nesse mesmo ano realizamos a aquisição da TecTotal e lançado nossas plataformas proprietárias (Taki e Toaki).

Em 2018, passamos a operar com o serviço de instalação de ar-condicionado e casa conectada. Em 2019, passamos também a oferecer serviços de montagem de pneus e de assistência para automóveis e motocicletas. Nesse mesmo ano, concluímos o processo de uma das nossas principais aquisições por meio da compra da Inter Partner no Brasil.

Em 2020, mesmo em um cenário conturbado por conta da pandemia do COVID-19, fomos capazes de dar continuidade à estratégia de consolidação do setor e expansão dos serviços oferecidos, firmando novas parcerias ou renovando as já existentes com alguns dos principais grupos varejistas do país, além de empresas que atuam no setor de telecomunicações e no segmento de utilities.

Atualmente, a Companhia possui a estrutura acionária indicada no organograma abaixo:

Para mais informações sobre o nosso histórico e a estrutura de nosso grupo, vide itens 6.3 e 15.8 do Formulário de Referência.

**Informações Adicionais**

A nossa sede está localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, Torre 1, 5º andar, conjuntos 509 a 516, Edifício West Tower, Bairro Alphaville Industrial, Estado de São Paulo, Brasil. Nossos dados de contato são: (i) telefones: +55 (11) 3039 3000 e +55 (11) 3476 1631; (ii) e-mail: ri@cdf.net; (iii) site de Relação com Investidores: https://ri.cdf.net. As informações contidas em nossa página na internet, ou que podem ser acessadas por meio dela, não são partes integrantes deste Prospecto Preliminar e não são a ele inseridas por referência.

**Principais Fatores de Riscos Relativos à Companhia**

*Esta seção contempla apenas alguns dos fatores de risco relacionados aos nossos negócios. Esta seção não descreve todos os fatores de risco relativos a nós e às nossas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Assim, antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações, recomendamos a leitura cuidadosa de todas as informações disponíveis neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial a seção "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", na página 19 deste Prospecto Preliminar, bem como as seções 4.1 "Fatores de Risco" e 4.2 "Fatores de Risco de Mercado" do nosso Formulário de Referência, onde poderão ser avaliados todos os riscos aos quais nós acreditamos estarmos expostos. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, nossos negócios, nossa situação financeira e/ou os nossos resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Ações. A leitura deste Prospecto Preliminar não substitui a leitura do Formulário de Referência e das demonstrações financeiras da Companhia.*

***A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS") em razão da disseminação do novo coronavírus (Sars-Cov-2), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia, depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos***

***relevantes nos negócios da Companhia, sua condição financeira, os resultados das suas operações e, finalmente, sua capacidade de continuar operando seus negócios e gerando resultados a seus acionistas.***

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, China. Em 11 março de 2020, a OMS declarou pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia de COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. A pandemia afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros e de capitais. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social e restrições de funcionamento de lojas, restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação de pessoas, parques e demais espaços públicos, medidas estas que podem continuar por um período significativo.

O alcance do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia e desempenho financeiro, inclusive a sua capacidade de executar suas estratégias de curto, médio e longo prazos e implantar iniciativas no período esperado dependerá de desdobramentos futuros, inclusive a duração e gravidade da pandemia, especialmente no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto.

As medidas adotadas pelas autoridades governamentais em todo o mundo, inclusive no Brasil, para estabilizar os mercados e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar a alta volatilidade ou evitar reduções graves e prolongadas das atividades econômicas. Adicionalmente, as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades governamentais para contenção da pandemia da COVID-19 resultaram na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores. No Brasil, tais medidas foram aplicadas de modo geral nas esferas estadual ou municipal, e, até o momento, não há como prever até quando tais medidas permanecerão em vigor, ainda mais se levarmos em conta um possível endurecimento de medidas sanitárias restritivas em virtude da segunda onda de contaminações pelo Sars-Cov-2. Tais políticas e medidas influenciaram e poderão ainda influenciar o comportamento do mercado consumidor e da população em geral, da demanda de serviços, produtos e de crédito.

A Companhia não pode prever a amplitude, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia de COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas ou a serem tomadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes que possam orientar a Companhia quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Assim, a amplitude e duração do impacto da pandemia de COVID-19 ou de surto de doença semelhante permanecem altamente incertos.

A desaceleração do mercado causada pela pandemia de COVID-19, teve e poderá continuar a ter um impacto negativo nos negócios da Companhia, principalmente na forma de:

(i) restrições a certas atividades de negócios que possam impactar a Companhia, bem como a seus funcionários, fornecedores, clientes, clientes de contrapartes e outros parceiros de negócios, afetando assim as operações da Companhia e a capacidade de seus clientes de realizar negócios e cumprir suas obrigações com a Companhia;

(ii) um aumento de investimentos e gastos da Companhia com segurança cibernética e segurança da informação e com medidas de redução dos riscos operacionais devido à expansão da infraestrutura de trabalho remoto ou home office; e

(iii) renegociações com parceiros comerciais para prever a flexibilização das parcerias que possuíam instrumentos contratuais mais rígidos.

A pandemia também pode causar interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia no futuro como consequência de, por exemplo, de novos períodos de decretação de quarentena, ataques cibernéticos, licença de funcionários em razão de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, restrições de viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos empregados da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens ou restrições impostas pelo governo relacionadas à pandemia, as atividades da Companhia poderão ser adversamente afetadas.

Adicionalmente, a disseminação da COVID-19 levou a Companhia a adotar uma política de home office para a totalidade de seus funcionários, os quais em sua grande maioria, na data deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos enfrentados pela Companhia, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operacionalizar suas atividades. Além disso, a Companhia pode vir a tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração. A Companhia não pode garantir que essas medidas não lhe trarão impactos adicionais aos aqui descritos e/ou se serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia do vírus ou, de outra forma, serão satisfatórias para as autoridades governamentais.

A extensão em que o surto da COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica dos casos, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Mesmo após a contenção do surto da COVID-19, a Companhia pode continuar a ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego, que poderá afetar o poder de compra de seus clientes.

Adicionalmente, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. Além disso, novas ondas da COVID-19 já estão surgindo por todo o Brasil. A Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19 caso haja novos surtos regionais e/ou globais ou mesmo caso novas ondas da COVID-19 se confirmem em larga escala.

Como inexistem eventos recentes comparáveis que possam fornecer orientação à Companhia quanto ao efeito de uma pandemia global severa, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto e sujeito a alterações que a Companhia não é capaz de estimar. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos no item 4.1 do Formulário de Referência. Para maiores informações sobre os efeitos da pandemia sobre as atividades da Companhia vide item 10.9 do Formulário de Referência.

***O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes.***

O mercado de prestação de serviços de instalação e assistência doméstica caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das

necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos e serviços. Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços, de modo a atender a demanda do mercado, a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Ainda, os padrões tecnológicos adotados pelo setor de atuação da Companhia são de rápida evolução. Dessa forma, os padrões com base nos quais a Companhia optou por desenvolver novos produtos podem não permitir competir de maneira eficiente nos mercados em que atua. A eventual não realização de avanços no tocante à padronização de linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros.

***A prestação inadequada de serviços pela Companhia e outros riscos correlatos podem prejudicar a reputação da Companhia, levando à abertura de processos arbitrais, judiciais e/ou administrativos e/ou resultando no fechamento da Companhia.***

Na hipótese de algum problema de qualidade ou não conformidade entre o produto ou serviço fornecido pela Companhia e as especificações solicitadas pelos clientes, a Companhia pode ser demandada por ressarcimento, em relação a eventuais perdas e danos sofridos pelos parceiros comerciais da Companhia, consumidores finais dos produtos da Companhia e de seus parceiros comerciais, ou outros agentes intermediários na cadeia produtiva, de distribuição ou comercialização dos serviços, além de outras demandas de indenização por danos morais, danos indiretos e outros danos, assim como punições adicionais promovidas por tais parceiros comerciais, consumidores ou agentes. Adicionalmente, eventuais problemas de qualidade ou não conformidade dos serviços com especificações dos clientes podem resultar na perda de tais clientes. A Companhia pode ser afetada negativamente por conta de eventual descumprimento contratual ou falta de pagamento por parte de seus clientes.

***Os negócios da Companhia estão sujeitos a riscos operacionais e de segurança***

A prestação de serviços de instalação e assistência residencial, bem como de resposta a emergências aos clientes da Companhia, envolve riscos operacionais como defeitos ou mau funcionamento de equipamentos e problemas nos treinamentos de profissionais, que podem resultar em acidentes envolvendo os empregados e clientes da Companhia.

Os programas de treinamento e manutenção de equipamentos que a Companhia oferece podem não ser adequados para abranger todas as suas potenciais responsabilidades, bem como para preparar os seus profissionais a desempenhar as atividades necessárias durante o atendimento ao cliente.

Eventuais acidentes durante a execução dos serviços prestados poderão prejudicar a reputação da Companhia junto aos clientes, bem como causar eventuais impactos trabalhistas e, consequentemente, impactar de maneira adversa os seus negócios e resultados operacionais.

***A Companhia pode não ser capaz de refletir eventual aumento de custos no preço pago pela prestação de seus serviços, ou de manter os seus clientes caso o faça.***

Condições contratuais, econômicas, competitivas ou específicas do mercado podem limitar a capacidade da Companhia de aumentar os preços cobrados pela prestação de seus serviços. Como resultado desses fatores, a Companhia pode não conseguir repassar eventuais aumentos nos custos para prestação de seus serviços, melhorar as margens operacionais e obter retornos de investimento adequados por meio de aumentos de preços. A Companhia também pode perder clientes para concorrentes de preço mais baixo e eventuais novos concorrentes podem entrar no mercado de atuação da Companhia à medida que aumenta os seus preços, o que pode impactar de maneira adversa os seus negócios e resultados operacionais.

## SUMÁRIO DA OFERTA

*O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 19 e 67, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.*

| | |
|---|---|
| **Acionistas Vendedores** | Old Bridge FIP e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas. |
| **Acionistas Vendedores Pessoas Físicas** | Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle, Ana Elisa Pereira do Valle Staub e Ricardo Uchoa Alves Lima. |
| **Ações** | [=] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. |
| **Ações Adicionais** | Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério da [Companhia] {OU} [dos Acionistas Vendedores] {OU} [da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [=] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia] {OU} [ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nas proporções indicadas neste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. |
| **Ações Alocação *Lock-up*** | Montante de, no mínimo, [8%] das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a ser alocado prioritariamente aos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up*. |
| **Ações da Oferta de Varejo** | Montante de, no mínimo, [10%] e, no máximo, [=]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva. |
| **Ações do Lote Suplementar** | Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [=] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia] {OU} [ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], [na proporção indicada neste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar a ser |

| | |
|---|---|
| | outorgada [pela Companhia] {OU} [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações. |
| **Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta** | São as ações ordinárias de emissão da Companhia menos as de propriedade dos acionistas controladores, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria. Na data deste Prospecto, a Companhia possuía [=] ações ordinárias, representativas de [=]% do seu capital social em circulação. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [=] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de [=]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, um montante de até [=] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de [=]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 39 deste Prospecto. |
| **Ações Sem Alocação Prioritária** | Montante de, no mínimo, [2%] das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a ser alocado aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária. |
| **Agente Estabilizador** | Banco Itaú BBA S.A., conforme qualificado abaixo. |
| **Alocação Varejo *Lock-up*** | Alocação prioritária aos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, no âmbito da Oferta de Varejo. |
| **Anúncio de Início** | Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., a ser divulgado em [=] de [=] de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto. |
| **Anúncio de Encerramento** | Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão CDF Assistência e Suporte Digital S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto. |
| **Anúncio de Retificação** | Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto. |

**Aprovações Societárias**

A realização da Oferta, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, incluindo seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de março de 2021, cuja ata será arquivada na JUCESP e foi publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" em 11 de março de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foi aprovada pelo Old Bridge FIP em reunião do Comitê de Investimento realizada em 15 de março de 2021. Não será necessária qualquer aprovação societária pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, e a fixação do Preço por Ação.

**Aviso ao Mercado**

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [=] de [=] de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto.

**Banco ABC**

Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, n° 803, 2º andar, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.195.667/0001-06.

**Características das Ações**

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social, anexo a este Prospecto, e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 99 deste Prospecto e na seção "*18.Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 51 deste Prospecto.

| | |
|---|---|
| **Contrato de Distribuição** | Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3. |
| **Contrato de Empréstimo** | Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., celebrado entre os Acionistas Vendedores, na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora. |
| **Contrato de Estabilização** | Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, o Banco ABC e a XP, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. |
| **Contrato de Participação no Novo Mercado** | Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. |
| **Coordenador Líder ou Itaú BBA** | Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1°, 2°, 3° (parte), 4° e 5° andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 17.298.092/0001-30. |
| **Coordenadores da Oferta** | O Coordenador Líder, o Banco ABC e a XP, considerados em conjunto. |
| **Corretora** | [=]. |
| **Cronograma Tentativo da Oferta** | Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta”, na página 62 deste Prospecto. |
| **Data de Liquidação** | Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até [=] dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início. |
| **Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar** | Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até [=] dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar. |
| **Deliberação CVM 476** | Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005. |

**Destinação dos Recursos**

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados para (i) a realização de investimentos para a ampliação da carteira de novos parceiros comerciais; (ii) investimento na área de marketing e vendas; (iii) expansão dos negócios por meio de potenciais aquisições de empresas; e (iv) crescimento orgânico da Companhia.

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores, na respectiva proporção, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.

Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 88 deste Prospecto.

**Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta**

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de disponibilizar os anúncios e avisos relacionados à Oferta, bem como o Prospecto Preliminar, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

**Distribuição Parcial**

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pago em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será

admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.", na página 70 deste Prospecto.

**Estabilização do Preço das Ações**

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**

Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo previsto na Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2021 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva.

**Faixa Indicativa**

Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

**Fatores de Risco**

Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", descritos nas páginas 19 e 67, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

**Garantia Firme de Liquidação**

Consiste na obrigação individual e não solidária de subscrição/aquisição e integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. Tal Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição, deferido os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 50 deste Prospecto.

**Inadequação da Oferta**

Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores

| | |
|---|---|
| | financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações". |
| **Informações Adicionais** | Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto.<br><br>A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [=] de [=] de 2021.<br><br>Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto. |
| **Instituição Financeira Escrituradora das Ações** | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| **Instituições Consorciadas** | Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Acionistas e aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder. |
| **Instituições Participantes da Oferta** | Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto. |
| **Instrumentos de *Lock-up*** | Acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia. |
| **Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*** | Investidores Não Institucionais que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo. |
| **Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária** | Investidores Não Instiucionais que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, de forma direta, durante o Período de Resera ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo. |

| | |
|---|---|
| **Investidores Institucionais** | Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos. |
| **Investidores Não Institucionais** | Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação vigente, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nos termos da Instrução CVM 539. |
| ***Lock-up* Oferta de Varejo** | Obrigação aplicável aos Investidores Não Institucionais que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up*, pelo prazo de [45] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, de não, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Como condição para a participação na Alocação Varejo Lock-up, cada Investidor da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de [45] dias do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Alocação Varejo Lock-up poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Alocação Varejo Lock-up que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. |

| | |
|---|---|
| **Negociação na B3** | As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[=]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à realização da Oferta.<br><br>A Companhia e a B3 celebrarão, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado, data na qual referido contrato entrará em vigor, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida na seção "12.12. – Práticas de Governança Corporativa" do Formulário de Referência. |
| **Oferta** | Em conjunto, a Oferta Primária e a Oferta Secundária. |
| **Oferta de Varejo** | Distribuição de, no mínimo [10]% e, no máximo [=]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, a qual compreende a Oferta de Varejo *Lock-up* e a Oferta de Varejo Sem *Lock-up*. |
| **Oferta de Varejo *Lock-up*** | No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, sendo certo que o montante de, no mínimo, [8]% das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) será prioritariamente alocado aos Investidores da Oferta de Varejo Lock-up. |
| **Oferta de Varejo Sem *Lock-up*** | No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, sendo certo que o montante de, no mínimo, [2]% das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será alocado aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária. |
| **Oferta Institucional** | Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*. |

| | |
|---|---|
| **Oferta Primária** | A distribuição primária de[, inicialmente,] [=] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais. |
| **Oferta Secundária** | A distribuição secundária de[, inicialmente,] [=] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais. |
| **Opção de Ações do Lote Suplementar** | Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia] {OU} [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. |
| **Pedido de Reserva** | Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso. |
| **Período de Reserva** | Período compreendido entre [=] de [=] de 2021, inclusive, e [=] de [=] de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais. |
| **Período de Reserva para Pessoas Vinculadas** | Período compreendido entre [=] de [=] de 2021, inclusive, e [=] de [=] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas. |

**Pessoas Vinculadas**

Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

**Prazo de Distribuição**

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

**Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2021 da CVM ("Ofício Circular"), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seus Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os

Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 70 deste Prospecto.

**Procedimento de *Bookbuilding***

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", neste Prospecto.

**Prospecto Definitivo** O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.

**Prospecto ou Prospecto Preliminar** Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.

**Prospectos** Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.

**Público Alvo da Oferta** Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.

**Rateio Varejo** Rateio Varejo *Lock-up* e Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária, considerados em conjunto.

**Rateio Varejo *Lock-up*** Rateio a ser realizado entre os Investidores da Oferta de Varejo Lock-up que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* exceda o total de Ações Alocação *Lock-up*.

Caso o total de Ações Alocação *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Alocação *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo.

**Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária**

Rateio a ser realizado entre os Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva da Oferta Varejo proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva Oferta Varejo, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária exceda o total de Ações Sem Alocação Prioritária.

Caso o total de Ações Sem Alocação Prioritária seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações Sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo.

**Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores da Companhia obrigaram-se perante os Coordenadores da Oferta a celebrar os Instrumentos de Lock-Up pelo período de [180] dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início e observadas as exceções previstas nos respectivos Instrumentos de Lock-up, por meio dos quais estes não poderão efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up, sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up; (iii) celebrar qualquer contrato de swap, hedge ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i), (ii) ou (iii).

*As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de lock-up; (ii) transferências a um trust em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de Lock-up e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o trust comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de lock-up; (iii) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de Lock-up para os Coordenadores da Oferta ou a qualquer instituição por eles indicadas, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização; e (iv) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.*

| | |
|---|---|
| | *Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive por seus Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia", na página 74 deste Prospecto.* |
| **Valor Total da Oferta** | R$[=], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. |
| **Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva** | O valor mínimo de pedido de investimento é de R$[=] e o valor máximo de pedido de investimento é de R$[=] por Investidor Não Institucional. |
| **Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*** | Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia. |
| **Veracidade das Informações** | A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder, prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 137. |
| **XP** | XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1909, Torre Sul, 30º andar, CEP 04543-010, São Paulo, SP. |

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$7.654.157,59 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto, e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| | **Composição Atual** | | **Composição Após a Oferta** | |
|---|---|---|---|---|
| **Espécie e Classe das Ações** | **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor[(1)(2)]** |
| | | *(em R$)* | | *(em R$)* |
| Ordinárias ..... | 30.000.000 | 7.654.157,59 | [=] | [=] |
| **Total .....** | 30.000.000 | 7.654.157,59 | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| | **Composição Atual** | | **Composição Após a Oferta** | |
|---|---|---|---|---|
| **Espécie e Classe das Ações** | **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor[(1)(2)]** |
| | | *(em R$)* | | *(em R$)* |
| Ordinárias ..... | 30.000.000 | 7.654.157,59 | [=] | [=] |
| **Total .....** | 30.000.000 | 7.654.157,59 | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas e tributos estimados da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

| | **Composição Atual** | | **Composição Após a Oferta** | |
|---|---|---|---|---|
| **Espécie e Classe das Ações** | **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor[(1)(2)]** |
| | | *(em R$)* | | *(em R$)* |
| Ordinárias ..... | 30.000.000 | 7.654.157,59 | [=] | [=] |
| **Total .....** | 30.000.000 | 7.654.157,59 | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas e tributos estimados da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e considerando as Ações do Lote Suplementar:

| | Composição Atual | | Composição Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Espécie e Classe das Ações** | **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor[(1)(2)]** |
| | | *(em R$)* | | *(em R$)* |
| Ordinárias ..... | 30.000.000 | 7.654.157,59 | [=] | [=] |
| **Total .....** | 30.000.000 | 7.654.157,59 | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

## Principais Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e Administradores, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| | Antes da Oferta | | Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **%** | **Ações Ordinárias** | **%** |
| Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle ..... | 3.999.002 | 13,33% | [=] | [=] |
| Ana Elisa Pereira do Valle Staub ..... | 11.001.018 | 36,67% | [=] | [=] |
| Ricardo Uchoa Alves Lima ..... | 7.500.010 | 25,00% | [=] | [=] |
| Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ..... | 7.500.010 | 25,00% | [=] | [=] |
| Ações em tesouraria ..... | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Outros ..... | 0 | 0% | [=] | [=] |
| **Total.....** | **30.000.000** | **100,00** | **[=]** | **100,00** |

(1) Não considera as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Srs. [=].

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| | Antes da Oferta | | Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **%** | **Ações Ordinárias** | **%** |
| Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle ..... | 3.999.002 | 13,33% | [=] | [=] |
| Ana Elisa Pereira do Valle Staub ..... | 11.001.018 | 36,67% | [=] | [=] |
| Ricardo Uchoa Alves Lima ..... | 7.500.010 | 25,00% | [=] | [=] |
| Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ..... | 7.500.010 | 25,00% | [=] | [=] |
| Ações em tesouraria ..... | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Outros ..... | 0 | 0% | [=] | [=] |
| **Total.....** | **30.000.000** | **100,00** | **[=]** | **100,00** |

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

| | Antes da Oferta | | Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **%** | **Ações Ordinárias** | **%** |
| Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle ..... | 3.999.002 | 13,33% | [=] | [=] |
| Ana Elisa Pereira do Valle Staub ..... | 11.001.018 | 36,67% | [=] | [=] |
| Ricardo Uchoa Alves Lima ..... | 7.500.010 | 25,00% | [=] | [=] |
| Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ..... | 7.500.010 | 25,00% | [=] | [=] |
| Ações em tesouraria ..... | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Outros ..... | 0 | 0% | [=] | [=] |
| **Total.....** | **30.000.000** | **100,00** | **[=]** | **100,00** |

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e considerando as Ações do Lote Suplementar:

| | Antes da Oferta | | Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **%** | **Ações Ordinárias** | **%** |
| Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle | 3.999.002 | 13,33% | [=] | [=] |
| Ana Elisa Pereira do Valle Staub | 11.001.018 | 36,67% | [=] | [=] |
| Ricardo Uchoa Alves Lima | 7.500.010 | 25,00% | [=] | [=] |
| Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior | 7.500.010 | 25,00% | [=] | [=] |
| Ações em tesouraria | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Outros | 0 | 0% | [=] | [=] |
| **Total** | **30.000.000** | **100,00** | **[=]** | **100,00** |

**Identificação dos Acionistas Vendedores**

**Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:**

**ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE**, brasileira, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG n° 23.655.801-8 e inscrita no CPF/ME sob n° 253.065.768-85.

**ANA ELISA PEREIRA DO VALLE STAUB**, brasileira, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG n° 21.396.702-SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob n° 253.066.028-00.

**RICARDO UCHOA ALVES LIMA**, brasileiro, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 2.712.930-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 061.291.538-72.

**OLD BRIDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 21.254.881/0001-47, registrado na CVM, constituído sob a forma de condomínio, com prazo de duração determinado.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. Controle” do Formulário de Referência, na página 257 deste Prospecto.

**Eventual Alteração do Controle após a realização da Oferta**

Conforme descrito na seção “Principais Acionistas e Administradores da Companhia”, contida na página 40 deste Prospecto, caso [a totalidade das Ações] seja colocada, os Acionistas Vendedores, que formam o grupo de controle da Companhia na data deste Prospecto, passarão a deter, em conjunto, [●]% do capital social da Companhia, o que poderá ser interpretado como uma alteração do controle da Companhia.

Eventual intepretação dos credores da Companhia sobre a alteração do controle da Companhia poderá ensejar o vencimento antecipado dos contratos financeiros da Companhia. Para mais informações sobre os riscos envolvidos, vide fator de risco “*A redução da participação societária do grupo de controle na Companhia em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia, e consequentemente configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.*”, contido na página 73 deste Prospecto.

## Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| | Quantidade | Montante[1] | Recursos Líquidos[1][2] |
|---|---|---|---|
| | | *(R$)* | *(R$)* |
| Companhia | [=] | [=] | [=] |
| Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle | [=] | [=] | [=] |
| Ana Elisa Pereira do Valle Staub | [=] | [=] | [=] |
| Ricardo Uchoa Alves Lima | [=] | [=] | [=] |
| Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior | [=] | [=] | [=] |
| **Total** | **[=]** | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Com dedução das comissões e outros custos, despesas e tributos estimados da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| | Quantidade | Montante[1] | Recursos Líquidos[1][2] |
|---|---|---|---|
| | | *(R$)* | *(R$)* |
| Companhia | [=] | [=] | [=] |
| Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle | [=] | [=] | [=] |
| Ana Elisa Pereira do Valle Staub | [=] | [=] | [=] |
| Ricardo Uchoa Alves Lima | [=] | [=] | [=] |
| Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior | [=] | [=] | [=] |
| **Total** | **[=]** | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Com dedução das comissões e outros custos, despesas e tributos estimados da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

| | Quantidade | Montante[1] | Recursos Líquidos[1][2] |
|---|---|---|---|
| | | *(R$)* | *(R$)* |
| Companhia | [=] | [=] | [=] |
| Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle | [=] | [=] | [=] |
| Ana Elisa Pereira do Valle Staub | [=] | [=] | [=] |
| Ricardo Uchoa Alves Lima | [=] | [=] | [=] |
| Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior | [=] | [=] | [=] |
| **Total** | **[=]** | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Com dedução das comissões e outros custos, despesas e tributos estimados da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| | Quantidade | Montante[1] | Recursos Líquidos[1][2] |
|---|---|---|---|
| | | *(R$)* | *(R$)* |
| Companhia | [=] | [=] | [=] |
| Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle | [=] | [=] | [=] |
| Ana Elisa Pereira do Valle Staub | [=] | [=] | [=] |
| Ricardo Uchoa Alves Lima | [=] | [=] | [=] |
| Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior | [=] | [=] | [=] |
| **Total** | **[=]** | **[=]** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Com dedução das comissões e outros custos, despesas e tributos estimados da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

## Características Gerais da Oferta

## Descrição da Oferta

A Oferta consistirá (i) na distribuição pública primária de[, inicialmente,] [=] novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) na distribuição pública secundária de[, inicialmente,] [=] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Adicionalmente, não serão realizados esforços de colocação das Ações em qualquer outro país que não o Brasil.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério [da Companhia] {OU} [dos Acionistas Vendedores] {OU} [da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [=] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia] {OU} [ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding,* nas proporções indicadas neste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá (sem considerar as Ações Adicionais) ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [=] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia] {OU} [ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], [na proporção indicada neste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia] {OU} [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações

ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

**Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3**

A Companhia voluntariamente solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações ("**Novo Mercado**" e "**Adesão ao Novo Mercado**", respectivamente), condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[=]". A Adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia aderirá às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "12.12 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

**Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, e a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 67 deste Prospecto.**

**Aprovações Societárias**

A realização da Oferta, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, incluindo seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de março de 2021, cuja ata será arquivada na JUCESP e foi publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" em 11 de março de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" na data de divulgação do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foi aprovada pelo Old Bridge FIP, na forma de seu regulamento, em reunião do Comitê de Investimento realizada em 15 de março de 2021. Não será necessária qualquer aprovação societária pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, e a fixação do Preço por Ação.

**Instituições Participantes da Oferta**

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações, exclusivamente, junto a Investidores Não Institucionais.

**Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[=] e R$[=] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definido) no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo transações de *total return swap*), são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 73 deste Prospecto.**

**A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário, especialmente se considerada a colocação prioritária das Ações aos Acionistas. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário, especialmente se considerada a colocação prioritária das Ações aos Acionistas*", na página 70 deste Prospecto.**

**Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta**

Na data de divulgação deste Prospecto, a Companhia não possuía ações ordinárias em circulação.

Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [=] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de [=]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar), um montante de até [=] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de [=]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [=] Ações, representativas de, aproximadamente, [=]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar, um montante de até [=] Ações, representativas de, aproximadamente, [=]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para mais informações, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 39 deste Prospecto e seções 15.1/15.2 e 15.3 do Formulário de Referência.

Cumpre ressaltar que, de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*).

## Custos de Distribuição

As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, bem como as despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| **Comissões e Despesas** | **Valor total[1][8]** | **% em relação ao Valor Total da Oferta[8]** | **Custo unitário por Ação[8]** |
|---|---|---|---|
| | *(R$)* | | *(R$)* |
| **Comissões da Oferta** | | | |
| Comissão de Coordenação[2] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Colocação[4] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Garantia Firme[3] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Incentivo[5] | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Comissões** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Despesas da Oferta** | | | |
| Impostos, Taxa e Outras Retenções | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na CVM | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na B3 | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Despesas com Taxas** | **[=]** | [=]**%** | **[=]** |
| Despesas com Advogados[6] | [=] | [=]% | [=] |
| Despesas com Auditores Independentes | [=] | [=]% | [=] |
| Outras Despesas[7] | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Outras Despesas** | **[=]** | [=]**%** | **[=]** |
| **Total de Despesas** | **[=]** | [=]**%** | **[=]** |
| **Total de Comissões e Despesas** | **[=]** | [=]**%** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação.

(3) Comissão de Garantia Firme composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(4) Comissão de Colocação composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações efetivamente colocadas, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [=]%, que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e consultores.

(8) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| **Comissões e Despesas** | **Valor total[(1)(8)]** | **% em relação ao Valor Total da Oferta[(8)]** | **Custo unitário por Ação[(8)]** |
|---|---|---|---|
| | *(R$)* | | *(R$)* |
| **Comissões da Oferta[(2)]** | | | |
| Comissão de Coordenação[(2)] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Colocação[(4)] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Garantia Firme[(3)] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Incentivo[(5)] | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Comissões** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Despesas da Oferta** | | | |
| Impostos, Taxa e Outras Retenções | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na CVM | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na B3 | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Despesas com Taxas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| Despesas com Advogados[(6)] | [=] | [=]% | [=] |
| Despesas com Auditores Independentes | [=] | [=]% | [=] |
| Outras Despesas[(7)] | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Outras Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Total de Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Total de Comissões e Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação.

(3) Comissão de Garantia Firme composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(4) Comissão de Colocação composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações efetivamente colocadas, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [=]%, que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e consultores.

(8) Considerando as Ações Adicionais, mas sem Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

| **Comissões e Despesas** | **Valor total[(1)(8)]** | **% em relação ao Valor Total da Oferta[(8)]** | **Custo unitário por Ação[(8)]** |
|---|---|---|---|
| | *(R$)* | | *(R$)* |
| **Comissões da Oferta** | | | |
| Comissão de Coordenação[(2)] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Colocação[(4)] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Garantia Firme[(3)] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Incentivo[(5)] | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Comissões** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Despesas da Oferta** | | | |
| Impostos, Taxa e Outras Retenções | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na CVM | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na B3 | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Despesas com Taxas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| Despesas com Advogados[(6)] | [=] | [=]% | [=] |
| Despesas com Auditores Independentes | [=] | [=]% | [=] |
| Outras Despesas[(7)] | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Outras Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Total de Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Total de Comissões e Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação.

(3) Comissão de Garantia Firme composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(4) Comissão de Colocação composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações efetivamente colocadas, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [=]%, que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e consultores.

(8) Considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| Comissões e Despesas | Valor total[1][8] | % em relação ao Valor Total da Oferta[8] | Custo unitário por Ação[8] |
|---|---|---|---|
| | *(R$)* | | *(R$)* |
| **Comissões da Oferta[2]** | | | |
| Comissão de Coordenação[2] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Colocação[4] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Garantia Firme[3] | [=] | [=]% | [=] |
| Comissão de Incentivo[5] | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Comissões** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Despesas da Oferta** | | | |
| Impostos, Taxa e Outras Retenções | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na CVM | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na B3 | [=] | [=]% | [=] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Despesas com Taxas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| Despesas com Advogados[6] | [=] | [=]% | [=] |
| Despesas com Auditores Independentes | [=] | [=]% | [=] |
| Outras Despesas[7] | [=] | [=]% | [=] |
| **Total de Outras Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Total de Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |
| **Total de Comissões e Despesas** | **[=]** | **[=]%** | **[=]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação.

(3) Comissão de Garantia Firme composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(4) Comissão de Colocação composta de [=]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, (ii) pelo Preço por Ação.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações efetivamente colocadas, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [=]%, que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e consultores.

(8) Considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

## Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização,

não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto.

**Características das Ações**

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

**Público Alvo da Oferta**

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

**Procedimento da Oferta**

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Distribuição, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais, compreendendo a Oferta de Varejo *Lock-up* e a Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta, a Companhia e os Acionistas Vendedores elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

**Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.**

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.", na página 70 deste Prospecto.**

**Contratação de Formador de Mercado**

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado em relação às Ações. [No entanto, não houve contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta] {OU} [A Companhia contratou o [=] ("**Formador de Mercado**") por meio do *"Contrato de Formador de Mercado"*, celebrado em [=] de [=] de 2021, com a finalidade de fomentar a liquidez das Ações no mercado secundário mediante a existência de ordens firmes diárias de compra e venda para as Ações, por meio dos ambientes administrados e operacionalizados pela B3 – Segmento CETIP UTVM, pelo prazo de [=].]

**Oferta de Varejo**

A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

Os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, não serão cancelados caso seja verificado o excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Nos termos da Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020 ("**Deliberação CVM 860**"), com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, no caso de a reserva antecipada efetuada pelo referido Investidor Não Institucional vir a ser efetivamente alocada no contexto da Oferta, o Pedido de Reserva preenchido por referido Investidor Não Institucional passará a ser o documento de aceitação de que trata a Deliberação CVM 860 por meio do qual referido Investidor Não Institucional aceitou participar da Oferta e subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocados, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e contrato de compra e venda.

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária, o montante de, no mínimo, [10]% e, no máximo, [=]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, sendo que:

(i) o montante de, no mínimo, [8]% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será prioritariamete alocado aos Investidores Não Institucionais que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo (conforme definido abaixo) ("**Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up***", "**Alocação Varejo *Lock-up***" e "**Ações Alocação *Lock-up***", respectivamente); e

(ii) o montante de, no mínimo, [2]% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será alocado aos demais Investidores Não Institucionais ("**Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária**" e "**Ações Sem Alocação Prioritária**").

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá Rateio Varejo (conforme definido abaixo).

*Procedimento da Oferta de Varejo*

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 57, 58 e 60, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer Tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). **Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e, posteriormente, no Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 19 e 67, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro; e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro**

**na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;**

(b) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar da Alocação Varejo *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de serem considerados Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária e não participarem da Alocação Varejo *Lock-up*;

(c) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional;

(d) **os Investidores Não Institucionais deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, conforme o caso, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(e) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas ou adquiridas, conforme o caso, e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (f) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio Varejo;

(f) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (e) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Caso o Investidor Não Institucional não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, tal Investidor Não Institucional deverá realizar o pagamento do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a ele alocadas no respectivo Pedido de Reserva. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(g) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (d) e (f) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 57, 58 e 60, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio Varejo prevista nas alíneas (h) e (i) abaixo. Caso tal relação resulte em

fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações Alocação *Lock-up*, não haverá Rateio Varejo *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações da Oferta de Varejo remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária; ou (b) exceda o total de Ações Alocação *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Varejo *Lock-up***"). Caso haja Rateio Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação;

(i) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações Sem Alocação Prioritária, não haverá Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações da Oferta de Varejo remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações Sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária**" e, em conjunto com o Rateio Varejo *Lock-up*, "**Rateio Varejo**"). Caso haja Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação; e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio Varejo descrito acima.

**Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja as seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 57, 58 e 60, respectivamente, deste Prospecto.**

**Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima.

Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* que adquirirem ou subscreverem, conforme o caso, Ações no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [45] dias contados da data de

divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("***Lock-up* Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Alocação Varejo *Lock-up*, cada Investidor da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. **Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *Os Investidores Não Institucionais que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo Lock-up, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*" na página 72 deste Prospecto.**

**Oferta Institucional**

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta junto aos Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A subscrição ou aquisição das Ações pelos Investidores Institucionais será formalizada mediante preenchimento do termo de aceitação (conforme solicitação de dispensa do boletim de subscrição/contrato de compra e venda de ações), que informa ao Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações (observada a possibilidade de dispensa de apresentação do boletim de subscrição, devendo o termo de aceitação ser utilizado por todos os Coordenadores da Oferta, nos termos da Deliberação CVM 860, com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações), cujo modelo foi previamente apresentado à CVM e da Deliberação da CVM n° 860, de 22 de julho de 2020.

**Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, e/ou (iv) o Preço por Ação seja inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4°, do Anexo II, do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2021 da CVM ("**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**"), os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; e (b) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até as 14:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedidos de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 71 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding*, seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

**Suspensão ou Cancelamento da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5° dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Adicionalmente, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

**Prazo de Distribuição**

A data de início da Oferta será divulgada mediante divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [=] de [=] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [=] de [=] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

**Liquidação**

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), [de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição]. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso.

**Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação**

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação. Tal Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição, deferido os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades

previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 50 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

| **Coordenadores da Oferta** | **Quantidade de Ações[1]** | **Quantidade de Ações[2]** | **Percentual** |
|---|---|---|---|
| | | | *(%)* |
| Coordenador Líder..... | [=] | [=] | [=] |
| Banco ABC ..... | [=] | [=] | [=] |
| XP | [=] | [=] | [=] |
| **Total .....** | **[=]** | **[=]** | **100,00** |

(1) Sem considerar a colocação das Ações Adicionais.
(2) Considerando a colocação das Ações Adicionais.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

**Contrato de Distribuição**

O Contrato de Distribuição estabelece que a obrigação dos Coordenadores da Oferta de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, sem limitação, como (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, e dos Coordenadores da Oferta; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros da Administração. De acordo com o Contrato de Distribuição, a Companhia obrigar-se-á a indenizar os Coordenadores da Oferta em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto.

**Violações de Normas de Conduta**

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores de quem tenham recebido os Pedidos de Reserva sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de

eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

**Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigaram-se perante o Coordenadores da Oferta a celebrar os Instrumentos de *Lock-Up*, pelo período de [180] dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início e observadas as exceções previstas nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais estes não poderão efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, hedge ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i), (ii) ou (iii).

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um trust em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o trust comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para os Coordenadores da Oferta ou a qualquer instituição por eles indicadas, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização; e (iv) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

**Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive por seus Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia", na página 74 deste Prospecto.**

**Instituição Financeira Escrituradora das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A..

## Cronograma Tentativo da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da divulgação deste Prospecto:

| # | Eventos | Data[1] |
|---|---|---|
| 1 | Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM | [=] |
| 2 | Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas)<br>Disponibilização deste Prospecto Preliminar | [=] |
| 3 | Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*)<br>Início do Procedimento de *Bookbuilding* | [=] |
| 4 | Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas)<br>Início do Período de Reserva<br>Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas | [=] |
| 5 | Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas | [=] |
| 6 | Encerramento do Período de Reserva | [=] |
| 7 | Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*)<br>Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*<br>Fixação do Preço por Ação pela Companhia<br>Aprovação do Preço por Ação pela Companhia<br>Assinatura do Contrato de Distribuição e dos demais contratos relacionados à Oferta<br>Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar | [=] |
| 8 | Concessão dos registros da Oferta pela CVM<br>Divulgação do Anúncio de Início<br>Disponibilização do Prospecto Definitivo | [=] |
| 9 | Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3 | [=] |
| 10 | Data de Liquidação | [=] |
| 11 | Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar | [=] |
| 12 | Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar | [=] |
| 13 | Término do *Lock-up* Oferta de Varejo | [=] |
| 14 | Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento | [=] |

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 59 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil, no período compreendido entre a data de disponibilização deste Prospecto Preliminar e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

**Inadequação da Oferta**

Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

**Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta**

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de disponibilizar os anúncios e avisos relacionados à Oferta, bem como o Prospecto Preliminar, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

**COMPANHIA**

https://ri.cdf.net (neste *website*, acessar [=]).

**Coordenadores da Oferta**

**Banco Itaú BBA S.A.**
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, acessar “CDF Assistência e Suporte Digital S.A.”, clicar em “2021”, em "Oferta Pública de Ações (IPO)" e, em seguida, clicar no *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

**Banco ABC Brasil S.A.**
https://www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-de-capitais-ecm/ (neste *website*, localizar “CDF Assistência e Suporte Digital S.A.” e, a seguir, clicar no link específico do documento correspondente”).

**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A.” e, então, clicar no *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o *link* referente à "CDF Assistência e Suporte Digital S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

**B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**
http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "CDF Assistência e Suporte Digital S.A.", *link* no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

**Informações Adicionais**

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações puderam e poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

**É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 19 e 67, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto ou a informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de disponibilizar este Prospecto uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

**COMPANHIA**

**CDF Assistência e Suporte Digital S.A.**
Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar
Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000, Barueri, SP
At.: Sr. Tiago Bannitz Machado
Tel.: +55 (11) 3039-3000
https://ri.cdf.net (neste *website*, acessar [=]).

**COORDENADORES DA OFERTA**

**Banco Itaú BBA S.A.**
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "CDF Assistência e Suporte Digital S.A." e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

**Banco ABC Brasil S.A.**
Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar
CEP 01453-000, São Paulo, SP
At.: Bruno Bilate Sbano
Tel.: +55 (11) 3170-2000
Fax: +55 (11) 3170-2000
https://www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-de-capitais-ecm/ (neste *website*, localizar "CDF Assistência e Suporte Digital S.A." e, a seguir, clicar no link específico do documento correspondente").

**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." e, então, clicar em "Prospecto Definitivo").

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM**
Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP 01333-010, São Paulo, SP
www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas", na página inicial, acessas "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o *link* referente ao "CDF Assistência e Suporte Digital S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível").

**B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**
http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "CDF Assistência e Suporte Digital S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

**INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS**

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado será intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [=] de [=] de 2021, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

**Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.**

**O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente**

**macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.**

**LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 19 E 67, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.**

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

**O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", a partir da página 19 deste Prospecto, e da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.**

*As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.*

*Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" na página 19 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.*

***O surto de doenças transmissíveis em escala global, como a COVID-19, tem acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.***

Surtos de doenças transmissíveis em escala global que afetem o comportamento das pessoas, como a COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto de COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e

também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

***Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. A este respeito, veja o risco "*O surto de doenças transmissíveis em escala global, como a COVID-19, tem acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*" na página 67 deste Prospecto.

Em 31 de dezembro de 2020, a capitalização de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R$[--] trilhões e a média de negociações diárias de, aproximadamente, R$[--] bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, [--]% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2020, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$[--] trilhões em 31 de dezembro de 2020 e um volume diário médio de negociação de US$[--] bilhões durante o ano de 2020.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. Além disso, caso tais surtos aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19.

***A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.***

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros da Administração celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição, durante

o período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 61 deste Prospecto.

***Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.***

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, poderá deixar imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para maiores informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 60 deste Prospecto.

***A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.***

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.***

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% das ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

***Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.***

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, intenções de investimentos e Termos de Aceitação automaticamente cancelados sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 58 deste Prospecto.

***A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio.***

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei de Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando

negativamente o valor e a liquidez de nossas ações. Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

***Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa podendo gerar uma menor dispersão acionária e uma captação menor do que o projetado pela Companhia.***

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seus Pedidos de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada. Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos", na página 88 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

***Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.***

O Preço por Ação será fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever as Ações na Oferta.

Considerando a subscrição de [=] Ações no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, pelo Preço por Ação, de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido da Companhia por ação de R$[=] para os acionistas existentes e uma diluição imediata por Ação de [=]% para novos investidores que investirem em Ações da Companhia no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 92 deste Prospecto.

***Os Investidores Não Institucionais que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo Lock-up, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.***

Os Investidores Não Institucionais que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [45] dias contados da data da divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta. Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, por quaisquer motivos, venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo, e tendo em vista a impossibilidade tais Ações de sua titularidade serem oferecidas, vendidas, alugadas (emprestadas), contratadas a venda, dadas em garantia ou cedidas ou alienadas de outra forma ou a qualquer título, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

***Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.***

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

***Caso a Companhia e seus controladores tenham êxito na realização da Oferta, nenhum acionista ou grupo de acionistas deterá a maioria do capital social da Companhia, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou um grupo de controle.***

Em razão da realização Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia pretendem alienar parte das ações de sua emissão de forma que, caso a Oferta seja bem-sucedida, nenhum acionista detenha mais do que 50% do capital soical da Companhia e, portanto, a Companhia deixará de ter um acionista controlador ou grupo de controle vinculado por acordo de voto e que seja titular de mais de 50% mais uma ação do capital votante.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Além disso, a Companhia e seus acionistas poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por acionistas controladores e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos eventualmente causados pela Companhia. A ausência de acionista ou grupo controlador pode deixar a Companhia suscetível à aliança ou acordos de votos entre os acionistas, cujos interesses podem não coincidir com os demais acionistas da Companhia, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

***Uma redução da participação societária do grupo de controle na Companhia em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia, e consequentemente configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.***

A Companhia é parte em contratos financeiros, cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia.

Caso haja a concretização da Oferta, o grupo de controle atualmente formado pelos Acionistas Vendedores pode ser diluído de modo que deixará de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Assim, caso algum credor dos contratos financeiros dos quais a Companhia é parte entenda que a redução da participação societária do grupo de controle na Companhia em decorrência da Oferta constitui uma alteração no controle da Companhia, caso o grupo de controle venha a efetuar no futuro vendas adicionais de sua participação, ou caso um novo acionista ou grupo de acionistas seja capaz de eleger a maioria dos administradores da Companhia em assembleia geral de acionistas levando a uma efetiva alteração no controle da Companhia e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, o evento poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de tais contratos financeiros da Companhia. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela relevante do caixa da Companhia, o que pode prejudicar sua situação financeira.

Os contratos financeiros da Companhia, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de cross acceleration e de cross default, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o vencimento antecipado ou no vencimento antecipado automático, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela do seu caixa, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1 do Formulário de Referência, a partir da página 257 deste Prospecto.

***A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.***

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos como forma de proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swaps*), conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais operações não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da

Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço e a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, não sendo considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

***Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.***

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido dos registros da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

***A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive por seus Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.***

A Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometeram, observadas as exceções previstas nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, durante o período de [180] dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após o término das Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*), as ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up* estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)”, na página 61 deste Prospecto.

***O Contrato de Distribuição contém condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição poderá ser rescindido e, consequentemente, os registros da Oferta pela CVM será cancelado.***

O Contrato de Distribuição condiciona a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição poderá ser rescindido. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja as seções "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição, nas páginas 58 e 60 deste Prospecto, respectivamente. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 64 deste Prospecto.

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

### Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2020, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$[=] trilhão e uma carteira de crédito de R$[=] bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

### Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto

com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2019 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$18,8 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 45 transações em 2019 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$8,5 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

**Banco ABC Brasil S.A.**

O Banco ABC, controlado pelo Arab Banking Corporation, é um banco múltiplo de capital aberto listado na B3 que está presente no Brasil há mais de 30 anos, atuando na concessão de crédito e serviços financeiros para empresas de grande e médio porte.

Reconhecido pela sua solidez e agilidade, o Banco ABC possui amplo portfólio de produtos bancários e produtos estruturados como Mercado de Capitais Renda Fixa, Equity Capital Markets, Fusões e Aquisições, Treasury e Trade Finance. Com 15 escritórios espalhados pelo território nacional, o Banco ABC possui uma base de 2.638 clientes ativos, carteira expandida (inclui empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) de crédito de R$34,4 bilhões, patrimônio líquido de R$4,3 bilhões e Índice de Basiléia de 16,8% (em dez/20).

O acionista controlador, Arab Banking Corporation, é um banco internacional com sede em Manama, Reino do Bahrein. O suporte operacional e financeiro do acionista controlador, em conjunto com o conhecimento do mercado brasileiro garante ao Banco ABC boa classificação entre as 3 principais agências de risco (AAA pela Fitch, Aa2.br pela Moody's e brAAA pela S&P, em escala local).

Em 2019, o Banco ABC assessorou seus clientes no total de 67 operações em todos os segmentos de Investment Banking em um montante superior a R$27 bilhões.

Com importantes transações realizadas, o Banco ABC terminou 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 56 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$14 bilhões originados.

No final de 2019, o Banco ABC teve 11 transações de M&A anunciadas com mais de R$13 bilhões de valor. As principais transações realizadas foram: (i) assessoria à Dasa na incorporação da Rede Ímpar, (ii e iii) assessoria à Sterlite nas vendas das ações da Sterlite Novo Estado Energia para a Engie e na venda da Arcoverde Transmissão de Energia para o fundo Vinci Energia FIP, (iv) assessoria ao Grupo Santa Isabel na venda de participação no Shopping Leblon para a Alliansce Shopping Centers, (v) co-assessor da Aena no leilão de concessão dos aeroportos do bloco Nordeste.

**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca "XP" (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas "Rico" (www.rico.com.vc) e "Clear" (www.clear.com.br).

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.777.000 (dois milhões, setecentos e setenta e sete mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$660 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

***Atividade de Mercado de Capitais da XP***

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$ 3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$ 1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R$7,30 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; *IPO* da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; *IPO* da Vivara no valor de R$2.041 milhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5.837 milhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; *IPO* da C&A no valor de R$1.627 milhões de reais e no *IPO* do Banco BMG no valor de R$1.391 milhões, *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; *IPO* da XP Inc. no valor de R$9.276 milhões e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1.837 milhões.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1.100 milhões; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1.027 milhões; Re-IPO da JSL no valor de R$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões, *follow-on* da Suzano no valor de R$6.910 milhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R$4.080 milhões; IPO da Enjoei no valor de R$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R$584 milhões, IPO da Aura Minerals no valor de R$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R$982 milhões; IPO da 3R Petroleum no valor de R$600 milhões; e IPO da Rede D'Or São Luiz no valor de R$10,1 bilhões.

E em 2021, a XP atuou no IPO da Jalles Machado no valor de R$651,5 milhões; IPO da Bemobi no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Westwing no valor de R$1, bilhão; IPO da Orizon no valor de R$486,9 milhões; e IPO da CSN Mineração no valor de R$4,6 bilhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

## RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

**Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento com Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro, com exceção das seguintes operações:

(i) Operação de câmbio (4131) celebrada entre a Companhia e o Coordenador Líder em 27 de março de 2020 e com vencimento final em 04 de abril de 2025. O montante contratado foi de R$30.690.740,00 e remuneração mensal é de 1,13%. A operação conta com garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia contra a Pernambucanas Financiadora S A Cred Fin e Investimento.

(ii) Operação de crédito para capital de giro contratada pela Companhia junto ao Coordenador Líder com data de contratação em 23 de dezembro de 2020 e com vencimento final em 21 de dezembro de 2029. O montante contratado foi de R$94.000.000,00, qual se aplica remuneração anual de CDI + 4,15%. A operação conta com garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia contra a VIA VAREJO S.A.

(iii) A Companhia contratou em 05/08/2019 serviço de prestação de serviços por meio do SISPAG, por prazo indeterminado, ao qual se aplica taxas de R$2,80 para DOCs e TEDs. Tais serviços não contam com nenhuma garantia por parte da Companhia.

(iv) A Companhia contratou serviço de de folha de pagamento pelo Coordenador Líder em 01/12/2020, com vigência até 31/03/2024. Não são aplicadas taxas ou garantias em favor do banco na prestação deste serviço.

(v) A Companhia conratou serviço de prestação de aplicação automática pelo Coordenador Líder, em 14/12/2019, por prazo indeterminado. Não são aplicadas taxas ou garantias em favor do banco na prestação deste serviço.

(vi) A Companhia contratou serviço de de cobrança pelo Coordenador Líder, em 11/08/2019, por prazo indeterminado, cujas taxas de são de R$2,98 por transação. Tais serviços não contam com nenhuma garantia por parte da Companhia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderá negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos

termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” na página 67 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

**Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento com o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de quaisquer sociedades de seu grupo econômico.

O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Banco ABC no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Banco ABC e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Banco ABC ou sociedade de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” na página 67 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco ABC ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Banco ABC como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco ABC ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

**Relacionamento entre a Companhia e a XP**

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico da XP e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. No âmbito da Oferta, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” na página 67 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, na seção “Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

### Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

#### *Acionistas Vendedores Pessoas Físicas*

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou outras sociedades do seu conglomerado financeiro, prestam serviços bancários para os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

#### *Old Bridge FIP*

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Itaú BBA e/ou outras sociedades do seu conglomerado financeiro, prestam ao Old Bridge FIP serviços de cash management e zeragem de caixa, conforme características abaixo:

- Serviços de cash management contratados em 14/11/2014, por prazo indeterminado, aos quais se aplicam taxas de R$2,50 por TED ou DOC. Tal serviço não conta com garantias.

- Serviço de zeragem de caixa com início em 02/02/2018, por prazo indeterminado e taxa de 0,15% a.a. sobre o valor aplicado. Tal serviço não conta com garantias.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

**Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Banco ABC e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Banco ABC e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Banco ABC e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão ou titularidade, conforme o caso, dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, na seção "Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco ABC como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

**Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com a XP e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar a XP e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão ou titularidade, conforme o caso, dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, na seção “Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

**Companhia e Acionistas Vendedores**

**CDF ASSISTÊNCIA E SUPORTE DIGITAL S.A.**
Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar
Alphaville Centro Industrial, Barueri – SP
CEP 06454-000
At.: Sr. Tiago Bannitz Machado
Tel.: +55 (11) 3039-3000
https://ri.cdf.net

**Coordenadores da Oferta**

**Coordenador Líder**
**Banco Itaú BBA S.A.**
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/

**Banco ABC Brasil S.A.**
Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar
CEP 01453-000, São Paulo, SP
At.: Bruno Bilate Sbano
Tel.: +55 (11) 3170-2000
www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-de-capitais-ecm/

**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar, CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br

**Consultores Legaisda Companhia**

**Pinheiro Neto Advogados**
Rua Hungria, nº 1.100 - Jardim Europa
CEP 01455-906, São Paulo, SP
At.: Sr. Fernando dos Santos Zorzo
Tel.: +55 (11) 3247-8400
Fax: +55 (11) 3247-8600
www.pinheironeto.com.br

**Consultores Legais dos Coordenadores da Oferta**

**Stocche Forbes Advogados**
Av. Brigadeiro Faria Lima, 4100 - 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Henrique Filizzola / Marcos Ribeiro
Tel.: +55 (11) 3755-5400
www.stoccheforbes.com.br

**Auditores Independentes**

**Ernst & Young Auditores Independentes S.S.**
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, Torre Norte – 7º andar
CEP 04543-011 São Paulo - SP - Brasil
At.: Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Tel.: +55 (11) 2573-3000
www.ey.com.br

### Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 137.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária obtidos pela Companhia serão, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, de aproximadamente (i) R$[=], sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; (ii) R$[=], considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; (iii) R$[=], sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (iv) R$[=], considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Os recursos líquidos da Oferta Primária e da Oferta Secundária correspondem a [=]% e [=]% da Oferta, respectivamente, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 47 deste Prospecto.

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão destinados: (i) à realização de investimentos para a ampliação da carteira de novos parceiros comerciais; (ii) investimento na área de marketing e vendas; (iii) expansão dos negócios por meio de potenciais aquisições de empresas; e (iv) crescimento orgânico da Companhia.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas por ela devidas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais:

| **Destinação dos Recursos** | **Percentual de alocação** | **Valor Estimado Líquido[(1)(2)]** |
|---|---|---|
| | | **(em Reais)** |
| Realização de investimentos para a ampliação da carteira de novos parceiros comerciais..... | [=]% | R$[=] |
| Investimento na área de marketing e vendas ..... | [=]% | R$[=] |
| Expansão dos negócios por meio de potenciais aquisições de empresas ..... | [=]% | R$[=] |
| Crescimento orgânico da Companhia | [=]% | R$[=] |
| **Total .....** | **100,00%** | **R$[=]** |

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[=], que é ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

### *Realização de investimentos para a ampliação da carteira de novos parceiros comerciais*

A Companhia pretende utilizar o percentual dos recursos líquidos acima indicado oriundos da Oferta Primária para realizar investimentos com foco em ampliar o número de parceiros comerciais que atuam nos setores de varejo, telecomunicações, seguradoras, em linha com sua estratégia de crescimento, especialmente frente ao crescimento de sua base de clientes. Ainda, a Companhia busca destinar tais recursos para o investimento em um novo setor com grande potencial de crescimento para a distribuição de novos serviços pela Companhia, que é o setor de serviços de *utilities*, que incluem serviços de energia, saneamento, dentre outros.

### *Investimento na área de marketing e vendas*

Adicionalmente, a Companhia pretende destinar parcela dos recursos líquidos da Oferta Primária para investimentos na área de marketing e vendas, que consistirão na realização de ações, campanhas e desenvolvimento de estratégias comerciais com o objetivo de ampliar os canais de vendas diretas ao seu consumidor.

***Expansão dos negócios por meio de potenciais aquisições de empresas***

Ainda, a Companhia também pretende utilizar parte dos recursos da Oferta Primária para financiar a expansão dos seus negócios por meio de potenciais aquisições estratégicas de outras empresas. Entretanto, tendo em vista que a realização de aquisições dependente de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização.

***Crescimento orgânico da Companhia***

Por fim, a Companhia pretende utilizar parcela dos recursos da Oferta Primária para investimento em ativos fixos e projetos com vistas a incrementar a produtividade e expandir o portfólio de serviços da Companhia, em linha com o seu plano de expansão. Neste sentido, a Companhia busca realizar projetos que visam otimizar o processo de distribuição de seus serviços, bem como ampliar e diversificar os serviços oferecidos visando o atendimento a um maior público de consumidores.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acredita estar dentro de sua política de investimento, visando à preservação de seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos da Companhia e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de Ações de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta em (i) R$[=], <u>sem considerar</u> as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; (ii) R$[=], <u>considerando</u> as Ações Adicionais, mas <u>sem considerar</u> as Ações do Lote Suplementar; (iii) R$[=], <u>sem considerar</u> as Ações Adicionais, mas <u>considerando</u> as Ações do Lote Suplementar; e (iv) R$[=], <u>considerando</u> as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia. Caso necessário, a forma de obtenção desses recursos adicionais será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado. Os recursos adicionais eventualmente captados pela Companhia em razão da eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar terão a mesma destinação acima prevista.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação, patrimonial e nos resultados da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 91 deste Prospecto.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta pelo total de empréstimos e financiamentos , passivos de arrendamento e o patrimônio líquido consolidado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, indicando (i) a posição histórica em 31 de dezembro de 2020 na coluna "Histórico"; e (ii) a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) estimados, com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, em R$[=], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, conforme descrito na seção "Custos de Distribuição" na coluna "Ajustado Pós-Oferta.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Histórico" foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

| | **Em 31 de dezembro de 2020** | |
|---|---|---|
| | **Efetivo** | **Ajustado Pós-Oferta[2]** |
| | (em milhares de R$) | |
| Empréstimos e financiamentos (circulante) | [=] | [=] |
| Empréstimos e financiamentos (não circulante) | [=] | [=] |
| Passivos de arrendamento (circulante) | [=] | [=] |
| Passivos de arrendamento (não circulante) | [=] | [=] |
| Patrimônio líquido | [=] | [=] |
| **Capitalização Total[1]** | [=] | **[=]** |

(1) Corresponde ao total dos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e o patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

(2) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária estimados, com base no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, em R$[=], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, em decorrência da colocação das Ações, após a dedução das despesas e comissões estimadas da Oferta devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, aumentaria (reduziria) o valor da capitalização total da Companhia em R$[=], sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Exceto pelo disposto acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 31 de dezembro de 2020.

## DILUIÇÃO

*Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.*

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[=] e o valor patrimonial por ação de sua emissão, na mesma data, era de R$[=]. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de dezembro de 2020. Em assembleia geral extraordinária de 15 de março de 2021, foi aprovado o desdobramento de 745.497 (setecentas e quarenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 40,241935 (quarenta inteiros e duzentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco milionésimos) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existente, cujas frações foram canceladas, resultando em um total de 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020, ajustado para dar efeito ao desdobramento, seria de R$[=].

Considerando a emissão da totalidade das Ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Primária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, pelo Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia estimado em 31 de dezembro de 2020 seria de R$[=], representando um valor patrimonial de aproximadamente R$[=] por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020, bem como as ações emitidas no contexto da Oferta Primária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R$[=] para os acionistas existentes, e uma diminuição imediata por Ação de [=] para novos investidores que investirem em nossas Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Considerando a emissão da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar, pelo Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia estimado em 31 de dezembro de 2020 seria de R$[=], representando um valor patrimonial de aproximadamente R$[=] por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020, bem como as ações emitidas no contexto da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R$[=] para os acionistas existentes, e uma diminuição imediata por Ação de R$[=] para novos investidores que investirem em nossas Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Considerando a emissão da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Primária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais, mas considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, pelo Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia estimado em 31 de dezembro de 2020 seria de R$[=], representando um valor patrimonial de aproximadamente R$[=] por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020, bem como as ações emitidas no contexto da Oferta Primária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais, mas considerando a colocação das

Ações do Lote Suplementar. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R$[=] para os acionistas existentes, e uma diminuição imediata por Ação de R$[=] para novos investidores que investirem em nossas Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Considerando a emissão da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, pelo Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia estimado em 31 de dezembro de 2020 seria de R$[=], representando um valor patrimonial de aproximadamente R$[=] por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020, bem como as ações emitidas no contexto da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R$[=] para os acionistas existentes, e uma diminuição imediata por Ação de R$[=] para novos investidores que investirem em nossas Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*", na página 47 deste Prospecto.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando a realização da Oferta:

| | **Após a Oferta[5]** | **Após a Oferta[6]** | **Após a Oferta[7]** | **Após a Oferta[8]** |
|---|---|---|---|---|
| | | *Em R$, exceto %* | | |
| Preço por Ação[1] | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020 [2] | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| [Aumento / Redução] do valor patrimonial contábil líquido por ação de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020 para os atuais acionistas | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| [Aumento / Diluição] do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia dos novos investidores[3] | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[4] | [=]% | [=]% | [=]% | [=]% |

(1) Considerando a subscrição das Ações, com base no Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020.
(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o preço por ação de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação a ser pago pelos investidores, e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.
(5) Sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar.
(6) Considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar.
(7) Sem considerar a colocação das Ações Adicionais, mas considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar.
(8) Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta" nas páginas 39 a 66 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento (redução), após a conclusão da Oferta: (i) de aproximadamente

R$[=] no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) de aproximadamente R$[=] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de nossa emissão; e (iii) na diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores desta Oferta em aproximadamente R$[=] por Ação, após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta a serem pagas por nós, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento (redução), após a conclusão da Oferta: (i) de aproximadamente R$[=] no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) de aproximadamente R$[=] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de nossa emissão; e (iii) na diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores desta Oferta em aproximadamente R$[=] por Ação, após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta a serem pagas por nós, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento (redução), após a conclusão da Oferta: (i) de aproximadamente R$[=] no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) de aproximadamente R$[=] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de nossa emissão; e (iii) na diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores desta Oferta em aproximadamente R$[=] por Ação, após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta a serem pagas por nós, sem considerar a colocação das Ações Adicionais, mas considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[=], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento (redução), após a conclusão da Oferta: (i) de aproximadamente R$[=] no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) de aproximadamente R$[=] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de nossa emissão; e (iii) na diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores desta Oferta em aproximadamente R$[=] por Ação, após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta a serem pagas por nós, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

**Plano de Opção de Compra de Ações**

A Companhia possui um plano de opção de compra de ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em [=] de [•] de 2021 ("Plano"). No entanto, não houve ainda a outorga de opções no âmbito do Plano, que caberá ao Conselho de Administração aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, por meio da aprovação de Programas de Opções de Compra de Ações.

O Plano estará limitado a uma diluição máxima de até 8% (oito por cento) do total de ações da Companhia na data de divulgação do Anúncio de Início. A tabela abaixo ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando (i) a emissão de ações no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar); e (ii) o exercício da totalidade das opções passíveis de outorga.

| | Após a Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) | Após a Oferta Primária (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) | Após a Oferta Primária (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) | Após a Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar) |
|---|---|---|---|---|
| Preço por Ação[1] | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| Valor patrimonial por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020 | R$[=] | R$[=] | R$[•] | R$[=] |
| Valor patrimonial pro forma por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020, considerando os eventos acima descritos, a emissão de [=] novas ações ordinárias em razão desta Oferta e o exercício da totalidade das opções de ações passíveis de outorga no âmbito do Plano (R$)[2] | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas (R$) | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária após o exercício da totalidade das opções de ações ordinárias para os novos investidores (R$) | R$[=] | R$[=] | R$[=] | R$[=] |
| Percentual de diluição por ação preferencial para os novos investidores (%) | [=]% | [=]% | [=]% | [=]% |

(1) Com base no valor de R$[=], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[=] e R$[=], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo da Faixa Indicativa.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

Para maiores informações sobre o Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência da Companhia.

## Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos, a Companhia não realizou aumentos de capital.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXOS**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Anexo I

## "ESTATUTO SOCIAL

## CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

**Artigo 1º.** A CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor.

**Parágrafo Único.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("**Regulamento do Novo Mercado**").

**Artigo 2º.** A Companhia tem a sua sede e foro na cidade de Barueri. Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000 podendo abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais no País ou no exterior por deliberação da Diretoria.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção, configuração, instalação e outros serviços em tecnologia da informação, em computadores, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico; (ii) a prestação de serviços de assessoria e consultoria em tecnologia da informação; (iii) a prestação de serviços de assistência residencial, o qual compreende o acionamento de serviços de chaveiro, encanador, eletricista, vidraceiro e demais serviços semelhantes para segurados; (iv) a prestação de serviços de reparação de móveis, serviços de estofador e demais serviços semelhantes; (v) prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência para condicionamento físico; (vi) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência para condicionamento alimentar; (vii) prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência para resolução de problemas com logística residencial; e (viii) prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência à resolução de administração de serviços de manutenção automotiva e (ix) a participação em outras sociedades, comerciais em civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

**Parágrafo Único**. A Companhia poderá explorar diretamente as atividades previstas no *caput* deste artigo 3º, bem como outros ramos de atividade afins ou complementares.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

**Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 7.654.157,59 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**§ 1º.** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**§ 2º.** Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") com a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados.

**§ 3º.** O custo de transferência da propriedade das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

**Artigo 6º.** A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

**§ 1º.** Dentro do limite autorizado neste artigo, o Conselho de Administração fixará o número, preço e prazo de integralização e as demais condições para a emissão de ações.

**§ 2º.** Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

**Artigo 7º.** A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

**Artigo 8º.** Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

## CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

### Seção I – Organização

**Artigo 9º.** A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

**§ 1º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais de companhias abertas.

**§ 2º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no artigo 11, parágrafo único, deste Estatuto Social.

**§ 3º.** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

**§ 4º.** As atas de Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

**Artigo 10.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) secretários para auxiliarem na condução dos trabalhos.

**Seção II – Competência**

**Artigo 11.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas por lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social:

I. tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

II. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos superiores a 50% (cinquenta por cento) do saldo indicado na (f) do caput artigo 34 deste Estatuto Social;

III. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

IV. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

V. aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;

VI. alterar o Estatuto Social;

VII. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;

VIII. aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;

IX. deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

X. suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

XI. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e

XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Único.** Para fins do inciso “IX” acima:

(a) a Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(b) caso o quórum previsto na alínea “(a)” acima não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e

(c) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

## CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

### Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

**Artigo 12.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo observado que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**§ 1º.** O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

**§ 2º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse em seus respectivos cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, observada a exigência de submissão à cláusula compromissória, conforme o disposto no artigo 41, parágrafo único deste Estatuto Social, bem como os demais requisitos legais aplicáveis.

**§ 3º.** Os administradores da Companhia permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos (seu respectivo prazo de mandato sendo estendido até esta data), salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

**Artigo 13.** As reuniões dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

**§ 1º.** Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será dispensada a convocação prévia e considerada regular a reunião em que estiverem presentes todos os seus membros.

**§ 2º.** As reuniões poderão ser realizadas de modo parcial ou exclusivamente digital, por meio de videoconferência, audioconferência ou qualquer outro sistema eletrônico que permita: (i) o registro de presença e dos respectivos votos; (ii) a manifestação e o acesso simultâneo a documentos apresentados durante a reunião e que não tenham sido disponibilizados anteriormente; e (iii) a possibilidade de comunicação entre os presentes, sendo facultada a gravação pela Companhia.

**§ 3º.** Os órgãos de administração deliberarão pelo voto da maioria dos presentes, nos termos dos artigos 18 e 22 deste Estatuto Social, conforme o caso.

**§ 4º.** Caso não estejam fisicamente presentes, os membros dos órgãos da administração terão a faculdade de manifestar seu voto por meio de: (i) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (ii) voto escrito enviado antecipadamente e (iii) voto escrito transmitido por correio eletrônico.

**Artigo 14.** Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata

de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

**Artigo 15.** Dentro dos limites estabelecidos neste artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes os membros do seu Conselho de Administração, membros da sua Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "**Beneficiários**"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

**§ 1º.** A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

**§ 2º.** Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

**§ 3º.** As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

## Seção II - Conselho de Administração

*Subseção I – Composição*

**Artigo 16.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo 7 (sete) membros titulares, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

**§ 1º.** Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

**§ 2º.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

**§ 3º.** Adicionalmente, as seguintes situações devem ser analisadas de modo a verificar se implicam na perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iii) tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da

companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

**§ 4º.** Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no § 2º deste artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**§ 5º.** Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

**§ 6º.** O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no § 7º deste artigo.

**§ 7º.** O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

**§ 8º.** No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes.

**Artigo 17.** O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. O cargo de Presidente é de preenchimento obrigatório, e o cargo de Vice-Presidente é de preenchimento facultativo.

**§ 1º.** Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente.

**§ 2º.** Na hipótese de vacância permanente do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá o cargo e deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância, para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração de forma permanente, até o término do prazo do mandato original, ou convocar uma Assembleia Geral com o objetivo de nomear o novo Presidente do Conselho de Administração para substituí-lo, até o término do prazo do mandato original.

*Subseção II – Reuniões*

**Artigo 18.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente ao final de cada trimestre, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada na forma do § 1º deste artigo. O Conselho de Administração pode deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia.

**§ 1º.** As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente ou ao Vice-Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

**§ 2º.** O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário previstas no § 1º do artigo 17.

**§ 3º.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas na forma do artigo 13 deste Estatuto Social, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

**§ 4º.** Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

**§ 5º.** O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

**§ 6º.** No caso de ausência ou impedimento temporário de membro do Conselho de Administração, tal membro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do membro ausente ou temporariamente impedido.

**§ 7º.** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

*Subseção III – Competência*

**Artigo 19.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;

III. aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (a) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (b) gerenciamento de riscos; (c) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses;

(d) remuneração de administradores; e (e) indicação de administradores;

IV. eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

V. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

VI. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

VII. apreciar o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

VIII. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

IX. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

X. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

XI. deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

XII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

XIII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

XIV. aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, no caso da administração da Companhia, nos termos deste Estatuto Social;

XV. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XVI. dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

XVII. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

XVIII. estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

XIX. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

XX. deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;

XXI. deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (a) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (b) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (c) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

XXII. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

XXIII. estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior à alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

XXIV. estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

XXV. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

XXVI. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

XXVII. elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (a) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

XXVIII. aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

XXIX. aprovar as atribuições da auditoria interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções;

XXX. designar os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;

XXXI. estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, a ser realizado ao menos uma vez durante a vigência do mandato da administração; e

XXXII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

## Seção III - Diretoria

### *Subseção I – Composição*

**Artigo 20.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo 4 (quatro)

membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor de Relações com Investidores cumulado com o cargo de Diretor Financeiro, um Diretor de Operações e um Diretor Comercial e Marketing. Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

**§ 1º.** O Diretor-Presidente deverá recomendar ao Conselho de Administração todos os demais Diretores.

**§ 2º.** O Diretor-Presidente poderá determinar o afastamento imediato, até a reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a matéria, de qualquer Diretor da Companhia.

*Subseção II – Eleição e Destituição*

**Artigo 21.** Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias; sendo permitida a reeleição e destituição.

**§ 1º.** Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

**§ 2º.** O Diretor-Presidente será substituído: (i) em caso de afastamento ou impedimento por período de até 30 (trinta) dias, por outro Diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias, por Diretor nomeado pelo Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para tal fim; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor-Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

**§ 3º.** Os demais Diretores (exceto pelo Diretor-Presidente) serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, por outro Diretor indicado pelo Diretor-Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo

igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor.

*Subseção III – Reuniões*

**Artigo 22.** O Diretor-Presidente presidirá as reuniões de Diretoria.

**§ 1º.** As reuniões de Diretoria serão instaladas na forma do artigo 13 deste Estatuto Social, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

**§ 2º.** Nas deliberações da Diretoria será atribuído ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

**§ 3º.** Das reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria, que serão assinadas pelos Diretores presentes.

*Subseção IV – Competência*

**Artigo 23.** A Diretoria possui todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e as competências dos demais órgãos societários.

**Artigo 24.** Compete à Diretoria implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e, como órgão colegiado:

I. aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;

III. individualizar a remuneração dos administradores após a definição da remuneração global para o exercício social em Assembleia Geral;

IV. deliberar sobre a abertura, manutenção, transferência e o fechamento de filiais; e

V. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

**§ 1º.** Compete ao Diretor-Presidente: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia; (ii) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (iii) aprovar a estrutura organizacional da Companhia; (iv) dirigir, no mais alto nível, as relações institucionais da Companhia; (v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e (vi) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

**§ 2º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

**§ 3º**. Compete ao Diretor Financeiro: (i) gerenciar e responder pelo controle orçamentário da Companhia; (ii) prover informações financeiras e gerenciais; (iii) responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia; (iv) supervisionar as atividades jurídicas, de contabilidade e fiscais da Companhia; (v) gerenciar a expansão da Companhia.

**§ 4º.** Compete ao Diretor de Operações:(i) gerenciar e garantir a execução de todos os procedimentos operacionais relativos aos atendimentos remotos e presenciais da Companhia, (ii) aplicar política de cadastramento, treinamento, gestão e controle da rede de técnicos envolvidos na prestação de serviço, (iii) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, e (iv) executar o planejamento estratégico e operacional definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

**§ 5º.** Compete ao Diretor Comercial e Marketing: (i) gerenciar e responder pelos resultados de vendas e marketing da companhia (ii) desenvolver novos negócios, prospectar potenciais clientes, trazer inovação em produtos e experiência do consumidor (iii) mapear potenciais empresas ou negócios para aquisição e (iv) definir e executar planejamento estratégico

*Subseção V – Representação*

**Artigo 25.** Observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e a as competências dos demais órgãos societários, a Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o § 1° abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 (um) procurador agindo isoladamente sempre que o ato a ser praticado for relativo aos poderes *ad judicia*.

**§ 1º.** Todas as procurações serão outorgadas pela assinatura do Diretor-Presidente e outro Diretor, agindo em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

**§ 2º.** Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo, bem como perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais.

**§ 3º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e fianças para entidades controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, creditício ou instituição financeira, departamento de crédito rural, de crédito comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas, sendo a Companhia, nestes atos, representada por no mínimo 2 (dois) Diretores, ou por um Diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato.

## Seção IV – Comitês

### *Subseção I - Comitê de Auditoria Estatutário*

**Artigo 26.** O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, dos quais:

I. pelo menos 1 (um) membro deverá ser Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado);

II. pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes;

III. 1 (um) dos membros poderá cumular as qualificações descritas nas alíneas “I” e “II” acima; e

IV. nenhum dos membros poderá ser controlador, nem diretor, ou subordinado de diretor, da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades

controladas, coligadas ou sob controle comum.

**§ 1º.** O Comitê de Auditoria será coordenado por um Coordenador designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria.

**§ 2º.** O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Coordenador do Comitê de Auditoria, entre outras matérias.

**§ 3º.** O Comitê de Auditoria será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

**Artigo 27.** Compete ao Comitê de Auditoria:

I. opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

III. acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

IV. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

V. avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos

internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

**Parágrafo Único.** O Comitê de Auditoria Estatutário deve elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

*Subseção II – Comitês Não-Estatutários*

**Artigo 28.** Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração de tempos em tempos.

**Parágrafo Único.** O Conselho de Administração aprovará o regimento interno dos demais Comitês que vierem a ser instituídos, o qual estipulará as competências, a composição, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

## CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL

**Artigo 29.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida por lei ou pelos regulamentos da CVM.

**Artigo 30.** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

**§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela Assembleia Geral que aprovar sua instalação. Seus prazos de mandato deverão terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos.

**§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

**§ 3º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

**Artigo 31.** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

**§ 1º.** As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

**§ 2º.** As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos. Para que uma reunião seja instalada, deverá estar presente a maioria dos seus membros.

**§ 3º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros presentes.

**Artigo 32.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A.

## CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

**Artigo 33.** O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**§ 1º.** Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

**§ 2º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A.

**§ 3º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

**Artigo 34.** Após realizadas as deduções contempladas no artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A., observado o disposto no § 3º abaixo;

**§ 1º.** O dividendo obrigatório previsto na alínea (f) do *caput* deste artigo não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em

funcionamento, deverá emitir parecer sobre esta informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia Geral.

**§ 2º.** Lucros retidos nos termos do § 1º deste artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

**§ 3º.** O Conselho de Administração está previamente autorizado a distribuir dividendos aos acionistas, de forma complementar ao dividendo mínimo obrigatório indicado na alínea (f) do caput deste artigo, até o montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido anual ajustado.

**Artigo 35.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá:

I. distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais;

II. levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.;

III. distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral; e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

**Artigo 36.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 6º, § 2º deste Estatuto Social.

**Artigo 37.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

## CAPÍTULO VII - ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

### Seção I – Alienação do Controle Acionário

**Artigo 38.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

### Seção II – Reorganização Societária

**Artigo 39.** Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a reorganização.

**Parágrafo Único.** Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura.

### Seção III – OPA por Atingimento de Participação Relevante

**Artigo 40.** Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social ("**Participação Relevante**"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações

(“**Novo Acionista Relevante**”), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, nos termos deste Artigo (“**OPA por Atingimento de Participação Relevante**”).

**§ 1º.** A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 2º deste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) instruída com o laudo de avaliação da Companhia, de que trata o § 4º deste Artigo.

**§ 2º.** O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante (“**Preço da OPA**”) não poderá ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) 120% (cento e vinte por cento) do valor econômico apurado em laudo de avaliação (avaliador escolhido pelo Conselho de Administração); (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital mediante distribuição pública nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, atualizado pelo IPCA; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação média das ações nos últimos 90 (noventa) dias; e (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago, a qualquer tempo, pela Novo Acionista Relevante em qualquer tipo de negociação, em qualquer um dos casos sujeito a ajustes decorrentes de distribuição de dividendos pela Companhia, reorganizações societárias envolvendo a Companhia, grupamentos e desdobramentos de ações da Companhia e quaisquer outras operações que afetem o capital social da Companhia.

**§ 3º**. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, contendo: (i) as informações previstas no Artigo 12 da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada e nos itens “i” até “m” do inciso I do Anexo II à Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada; (ii) informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (iii) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (iv) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários ocorridos após a data

da transação, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, acompanhada de demonstração justificada desse preço; e (v) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o § 2º deste Artigo ("**Preço Proposto**").

**§ 4º.** O Valor Justo de Mercado será apurado em laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão com independência em relação ao Novo Acionista Relevante, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo Artigo da lei.

**§ 5º**. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Justo de Mercado da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração.

**§ 6º.** Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

**§ 7º.** O laudo de avaliação deverá ser encaminhado pela instituição ou empresa especializada responsável ao Diretor de Relações com Investidores, para que este o divulgue imediatamente ao mercado, por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

**§ 8º.** Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia, excetuadas deste cômputo as ações de titularidade do Novo Acionista Relevante, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da OPA. O novo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação previsto no § 4º deste Artigo, de acordo com os procedimentos previstos no Artigo 4º-A da Lei das S.A. e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM e nos termos deste Capítulo e divulgado nos termos do § 6º deste Artigo. Na Assembleia Especial poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do Novo Acionista Relevante.

**§ 9º.** Caso o laudo de avaliação venha a apurar um Preço da OPA superior ao Preço Proposto, o Novo Acionista Relevante poderá dela desistir, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de divulgação do laudo de avaliação, obrigando-se, neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto no Artigo 28 da Instrução CVM nº 361, ou norma que venha a substituí-la, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data de comunicação da desistência à Companhia. A desistência deverá ser comunicada pelo Acionista Relevante ao Diretor de Relações com Investidores, quem por sua vez deverá comunicar o mercado promovendo a divulgação de fato relevante.

**§ 10º.** A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

I. a Assembleia Geral, se instalada na primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do total de Ações em Circulação e, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação;

II. a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e

III. não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação.

**§ 11º.** Se OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação.

**§ 12º.** Se OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM.

**§ 13º.** Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das S.A.

**§ 14º.** A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas (i) que na data da divulgação do anúncio de início da oferta inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia já detiver 20% (vinte por cento) do capital social, ou (ii) que atinja a Participação Relevante:

(a) por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA;

(b) de forma involuntária, como resultado de resgate ou cancelamento de ações;

(c) por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;

(d) em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; ou

(e) em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para *trust* ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de participação Acionaria Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge.

**§ 15º.** A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**§ 16º.** Para fins deste Artigo, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"**Acionista Controlador**" significa o acionista ou o Grupo de Acionistas composto por um grupo de pessoas (i) vinculadas por acordo de acionistas, (ii) sob controle comum ou (iii) entre as quais haja relação de controle, e que exerça o Poder de Controle da Companhia;

"**Ações em Circulação**" significa as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações em tesouraria, as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas e por Administradores da Companhia;

"**Administradores**" significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente;

"**Grupo de Acionistas**" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (vi) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da outra

pessoa; e (vii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (viii) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (ix) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

"**Outros Direitos de Natureza Societária**" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia;

"**Plano de Incentivo**" significa qualquer plano de opção de compra ou subscrição de ações (*stock option plan*), plano de incentivo de longo prazo prevendo pagamento de remuneração extra vinculada à valorização das ações da Companhia (*phantom shares*) ou plano de remuneração similar, voltado para um grupo selecionado de administradores e executivos da Companhia e de suas Controladas;

"**Poder de Controle**" e seus termos correlatos significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida; e

"**Valor Justo de Mercado**" significa o maior dentre os valores das ações da Companhia que vierem a ser determinados pela instituição ou empresa especializada escolhida para elaboração do laudo de avaliação, mediante a utilização dos critérios de (i) fluxo de caixa descontado (abordagem de renda) e (ii) patrimônio líquido a mercado (abordagem de ativo), com o ajuste do valor contábil (saldo líquido) das contas patrimoniais aos valores justos de mercado dos ativos e passivos.

## CAPÍTULO VIII - JUÍZO ARBITRAL

**Artigo 41.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**Parágrafo Único.** A posse dos administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória, referida no *caput* deste artigo.

## CAPÍTULO IX - DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

**Artigo 42.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

## CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo 43.** As disposições contidas nos Capítulos VII e VIII, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social (incluindo, *inter alia*, a vedação de que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia sejam acumulados pela mesma pessoa, constante do artigo 12), somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

**Artigo 44.** O disposto na Seção III do Capítulo VII deste Estatuto Social não se aplica ao acionista titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária na data de assinatura pela Companhia do Contrato de Participação do Novo Mercado da B3, bem como a: (i) seus descendentes e cônjuge que adquirirem as respectivas ações em decorrência de adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária; ou (ii) *trusts* ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas, seus descendentes ou seu cônjuge.

**Artigo 45.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado."

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**MINUTA DA DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**CDF ASSISTÊNCIA E SUPORTE DIGITAL S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Alameda Rio Negro, nº 500, 5° andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n° 08.769.874/0001-10, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." (respectivamente, "**Prospecto Preliminar**" e "**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil ("**Oferta**"), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Banco ABC, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre a Companhia e relacionados à Oferta;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(iii) as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de

Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, atualmente em vigor.

Barueri, [=] de [=] de 2021.

**CDF ASSISTÊNCIA E SUPORTE DIGITAL S.A.**

| | |
|---|---|
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

**MINUTAS DAS DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE**, brasileira, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG n° 23.655.801-8 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 253.065.768-85, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5° andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." (respectivamente, "**Prospecto Preliminar**" e "**Oferta**"), a ser realizada no Brasil ("**Oferta**"), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Banco ABC, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários,

expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, atualmente em vigor.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

_____

**ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE**

**DECLARAÇÃO**
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**ANA ELISA PEREIRA DO VALLE STAUB**, brasileira, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG n° 21.396.702-SSP/SP e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob o n° 253.066.028-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5° andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." (respectivamente, "**Prospecto Preliminar**" e "**Oferta**"), a ser realizada no Brasil ("**Oferta**"), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Banco ABC, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários,

expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, atualmente em vigor.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

_____

**ANA ELISA PEREIRA DO VALLE STAUB**

**DECLARAÇÃO**
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**RICARDO UCHOA ALVES LIMA**, brasileiro, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 2.712.930-SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob o nº 061.291.538-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5° andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." (respectivamente, "**Prospecto Preliminar**" e "**Oferta**"), a ser realizada no Brasil ("**Oferta**"), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Banco ABC, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários,

expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, atualmente em vigor.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

_____

**RICARDO UCHOA ALVES LIMA**

**DECLARAÇÃO**
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**OLD BRIDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR** inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 21.254.881/0001-47, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), constituído sob a forma de condomínio, com prazo de duração determinado, neste ato representado pelo seu administrador, na forma do seu regulamento, BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." (respectivamente, "**Prospecto Preliminar**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil ("**Oferta**"), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Banco ABC, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários,

expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, atualmente em vigor.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

_____

**OLD BRIDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

*representado por seu administrador*

**BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.**

**MINUTA DA DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores ("**Acionistas Vendedores**") identificados no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." (respectivamente, "**Prospecto Preliminar**" e "**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil ("**Oferta**"), sob coordenação do Coordenador Líder, do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Banco ABC, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

**CONSIDERANDO QUE:**

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em [--] de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A." ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles anexos por referência;

(D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e dos assessores legais dos Coordenadores da Oferta, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, do Banco ABC, da XP e dos assessores legais dos Coordenadores da Oferta, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", expedido pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA e atualmente em vigor; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo informações relacionadas às atividades da Companhia e à situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes, incluindo os riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

| | |
|---|---|
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CDF ASSISTÊNCIA E SUPORTE DIGITAL S.A.**

CNPJ/ME nº 08.769.874/0001-10
NIRE 35.300.421.884

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
**REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2021**

**1. Data, Horário e Local**: Aos 9 (nove) dias de março de 2021, às 10h00min, na sede da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 186, conjuntos 201 a 213 e 609 a 612, Alto de Pinheiros, CEP 05428-000.

**2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, face a presença de acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

**3. Mesa:** Sr. Eugênio Emílio Staub Filho – Presidente; Sr. Tiago Bannitz de Paula Machado – Secretário.

**4. Ordem do Dia**: Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a submissão do **(a)** pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); e **(b)** pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado "Novo Mercado" ("Novo Mercado"); e **(iii)** a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia; **(iv)** a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para implementação das medidas acima e **(v)** a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A.

**5.** **Deliberações**: Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

**(i)** a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

**(ii)** a submissão à B3 **(a)** do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; e **(b)** do pedido de adesão da Companhia ao segmento Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado;

**(iii)** a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente), no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

**(iv)** a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, ficando desde já autorizada a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para o cumprimento da autorização prevista no item (iii) acima; e

**(v)** a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme previsto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A.

**6.** **Encerramento**: Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Acionistas Presentes: Ana Elisa

Pereira do Valle Staub; Ricardo Uchoa Alves Lima; Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior e Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle.

Certifico que esta ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 9 de março de 2021.

**Eugênio Emílio Staub Filho**
Presidente

**Tiago Bannitz de Paula Machado**
Secretário

# Banco Itauleasing S.A.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas
Banco Itauleasing S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Itauleasing S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Itauleasing S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 02 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

## CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/ME nº 08.769.874/0001-10 - NIRE 35.300.421.884

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária**
**Realizada em 9 de Março de 2021**

**1. Data, Horário e Local:** Aos 9 (nove) dias de março de 2021, às 10h00min, na sede da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 186, conjuntos 201 a 213 e 609 a 612, Alto de Pinheiros, CEP 05428-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face a presença de acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Sr. Eugênio Emílio Staub Filho - Presidente; Sr. Tiago Bannitz Machado - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a submissão do **(a)** pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); e **(b)** pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado "Novo Mercado" ("Novo Mercado"); e **(iii)** a autorização para que a administração da Companhia realize estudos relacionados a alternativas de captação de recursos pela Companhia, com a emissão de ações, instrumentos de dívida ou instrumentos híbridos, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia; **(b)** contratação de financiamento privado junto a instituições financeiras de primeira linha; **(c)** emissão pública de títulos de dívida de emissão da Companhia; **(d)** prospecção e contratação de *private placement* junto a fundos de investimento em participações; e **(e)** a contratação de assessores financeiros de primeira linha para auxiliar a Companhia na operação de captação de recursos; **(iv)** a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para implementação das medidas acima e **(v)** a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **(i)** a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480; **(ii)** a submissão à B3 **(a)** do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; e **(b)** do pedido de adesão da Companhia ao segmento Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado; **(iii)** a autorização para que a administração da Companhia realize estudos relacionados a alternativas de captação de recursos pela Companhia, com a emissão de ações, instrumentos de dívida ou instrumentos híbridos, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia; **(b)** contratação de financiamento privado junto a instituições financeiras de primeira linha; **(c)** emissão pública de títulos de dívida de emissão da Companhia; **(d)** prospecção e contratação de *private placement* junto a fundos de investimento em participações; e **(e)** a contratação de assessores financeiros de primeira linha para auxiliar a Companhia na operação de captação de recursos; **(iv)** a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, ficando desde já autorizada a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para o cumprimento da autorização prevista no item (iii) acima; e **(v)** a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme previsto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A.. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Acionistas Presentes: Ana Elisa Pereira do Valle Staub; Ricardo Uchoa Alves Lima; Old Bridge Fundo de Investimento em Participações e Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle. Certifico que esta ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. São Paulo, 9 de março de 2021. **Eugênio Emílio Staub Filho -** Presidente, **Tiago Bannitz Machado** - Secretário.

## Porto Paraty Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 49.932.486/0001-95 - NIRE: 35.300.057.449

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

A administração da Porto Paraty Empreendimentos S.A. ("Companhia"), observada a competência de que trata o Artigo 123, *caput*, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, às 10h do dia 18 de março de 2021, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 14º andar, Pinheiros, São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a ratificação da definição do jornal Diário Comercial como veículo para publicações ordenadas pela legislação societária, em razão do encerramento das edições do Jornal DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços; (ii) aceitação de renúncia apresentada por diretor da Companhia; e (iii) eleição ou reeleição, conforme o caso, de membros da Diretoria da Companhia, tendo em vista o encerramento do mandato dos atuais diretores. São Paulo, 10 de março de 2021. **Jean Pierre Bernard -** Diretor.

## Irmandade da Santa Casa Andradina

CNPJ nº 43.535.210/0001-97

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**REFERENCIA: 002/2021. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA AREA DE SAÚDE. 1. DO PROCESSO: A O.S.S IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA - SP**, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.535.210 0001-97, estabelecida na Avenida Guanabara - 730 - Centro, na cidade de Andradina - SP - Brasil, CEP: 16901-100 Telefone: 18 3702-1100**,** por seu Diretor Presidente, na condição de Gestora na condição de gestora do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE BOTUCATU, CNPJ n. 43.535.210/0011-69, vêm, por meio deste, tornar público, para o conhecimento dos interessados que está instaurando processo de **Chamamento Público** para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE SAÚDE diante da conversão da Unidade em Hospital Campanha para enfrentamento da Pandemia SARS-Covid-19. **2. DO OBJETO:** O presente Chamamento Público tem por objeto credenciar pessoas jurídicas, para prestação de serviços médicos na área de saúde para realização de **plantões médicos na ordem de 744h/ mês, mediante a remuneração de R$ 200,00 (duzentos reais) por hora efetivamente trabalhada**. **3. EMBASAMENTO:** O presente edital está embasado nas disposições contidas nos artigos 46 e 47, VII, do Regulamento de Compras e Contratação de Obras e Serviços da O.S.S. IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA- SP visando dar publicidade as pessoas jurídicas interessadas a credenciarem-se para prestação de serviços técnicos especializados que envolvem assistência à saúde, sem prejuízo das demais legislações aplicáveis a matéria. **4. CONDIÇOES DE CREDENCIAMENTO:** A) As empresas interessadas em participar do Chamamento Público deverão ter seus estabelecimentos cadastrados junto ao CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde para realização dos procedimentos objeto deste certame; B) Poderão participar do presente Chamamento Público as pessoas jurídicas da área de saúde com **profissionais capacitados e com comprovado conhecimento Técnico e Experiência na área de UTI e/ou internados em regime hospitalar;** C) Para o Credenciamento a pessoa jurídica deverá estar regularmente constituída e em dia com suas obrigações sociais, fiscais, tributárias, contábeis e constitutivas, cuja prova se dará mediante a apresentação da documentação pertinente: Documento de constituição da empresa, documentos pessoais dos sócios, alvará de funcionamento, inscrição do CNPJ e certidões de débitos municipal, estadual e federal. **5. FORMA, PRAZO E ACESSO AO CREDENCIAMENTO:** A) O acesso ao credenciamento é livre para todos os estabelecimentos (pessoa jurídica) prestadores de serviços médicos na área de saúde devidamente cadastrados junto ao CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde e que possua em seu quadro **profissionais capacitados e com comprovado conhecimento Técnico e Experiência na área de UTI e/ou internados em regime hospitalar;** B) O credenciamento com a proposta deverá ser enviado, acompanhado dos documentos que comprovem as exigências do item 4, para o e-mail: ame@amebotucatu.com.br entre os dias **11/03/2021 a 12/03/2021. 6. DISPOSIÇÕES GERAIS:** A) O processo para contratação, consistirá inicialmente na análise da documentação apresentada, podendo solicitação para complementação de documentos. B) Para fins de contratação, os estabelecimentos (pessoa jurídica) prestadores de serviços médicos na área de saúde, além de comprovar o cadastro junto ao CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, devem demonstrar que possuem em seu quadro profissionais capacitados e com **comprovado conhecimento Técnico e Experiência na área de UTI e/ou internados em regime hospitalar;** C) A contratação destes serviços será feita e regida através de contrato de prestação de serviços médicos, em observância as regras civis e comerciais, sem qualquer tipo de vínculo empregatício. D) O presente chamamento não obriga a contratação que se dará somente se for de conveniência da contratante. E) Participarão do certame todas as empresas interessadas que tiverem conhecimento através do presente edital, como também aquelas que forem formalmente convidadas. Eventuais contratações ocorrerão dentro das normas, limites e condições que serão informadas por ocasião do cadastramento dos interessados e das empresas interessadas, bem como em conformidade com a regulamentação interna de contratação de serviços. Andradina, 09 de março de 2021. **O.S.S. IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA -** CNPJ (MF) sob o nº. 43.535.210/0001-97, **FÁBIO ANTÔNIO OBICI -** CPF 092.739.258-55.

## Montecitrus Participações Ltda.

CNPJ (MF): 51.817.112/0001-70 - NIRE Nº 35218649982

**Comunicado**

Prezados Sócios: Atendendo o disposto no §1º do artigo nº 1.078 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, colocamos à disposição de V.S.as, a partir da presente data, na sede social da Montecitrus Participações Ltda., CNPJ/MF nº 51.817.112/0001-70, NIRE nº 35218649982, na Via de Acesso Sebastião Fioreze nº 835, Centro, CEP 14730-000, na cidade de Monte Azul Paulista/SP, os seguintes documentos: - Contas dos administradores; - Balanço Patrimonial do exercício social encerrado em 31/12/2020 e o respectivo resultado econômico (demonstração do resultado). A documentação acima referida estará à disposição no setor de contabilidade com Euclides Rodrigues Júnior. Monte Azul Paulista, 10/03/2021. **Montecitrus Participações Ltda.** Ronaldo Anacleto - Diretor Presidente; Euclides Rodrigues Júnior - Diretor Administrativo; Valmi Lujan Júnior - Diretor Financeiro. (11,12,13)

## Irmandade da Santa Casa Andradina

CNPJ nº 43.535.210/0001-97

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**REFERENCIA: 003/2021. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA AREA DE SAÚDE. 1. DO PROCESSO: A O.S.S IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA - SP**, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.535.210 0001-97, estabelecida na Avenida Guanabara - 730 - Centro, na cidade de Andradina - SP - Brasil, CEP: 16901-100 Telefone: 18 3702-1100**,** por seu Diretor Presidente, na condição de Gestora na condição de gestora do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE BOTUCATU, CNPJ n. 43.535.210/0011-69, vêm, por meio deste, tornar público, para o conhecimento dos interessados que está instaurando processo de **Chamamento Público** para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE SAÚDE diante da conversão da Unidade em Hospital Campanha para enfrentamento da Pandemia SARS-Covid-19. **2. DO OBJETO:** O presente Chamamento Público tem por objeto credenciar pessoas jurídicas, para prestação de serviços médicos na área de saúde para prestação de serviços médicos especializados de Coordenação de Hospital de Campanha para enfrentamento da Pandemia SARS-Covid-19, mediante o pagamento de honorários mensais na ordem de **R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). 3. EMBASAMENTO:** O presente edital está embasado nas disposições contidas nos artigos 46 e 47, VII, do Regulamento de Compras e Contratação de Obras e Serviços da O.S.S. IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA - SP visando dar publicidade as pessoas jurídicas interessadas a credenciarem-se para prestação de serviços técnicos especializados que envolvem assistência à saúde, sem prejuízo das demais legislações aplicáveis a matéria. **4. CONDIÇOES DE CREDENCIAMENTO:** A) As empresas interessadas em participar do Chamamento Público deverão ter seus estabelecimentos cadastrados junto ao CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde para realização dos procedimentos objeto deste certame; B) Poderão participar do presente Chamamento Público as pessoas jurídicas da área de saúde com **profissionais capacitados e com comprovada Especialidade na área de UTI Adulto ou Neonatal**; C) Para o Credenciamento a pessoa jurídica deverá estar regularmente constituída e em dia com suas obrigações sociais, fiscais, tributárias, contábeis e constitutivas, cuja prova se dará mediante a apresentação da documentação pertinente: Documento de constituição da empresa, documentos pessoais dos sócios, alvará de funcionamento, inscrição do CNPJ e certidões de débitos municipal, estadual e federal. **5. FORMA, PRAZO E ACESSO AO CREDENCIAMENTO:** A) O acesso ao credenciamento é livre para todos os estabelecimentos (pessoa jurídica) prestadores de serviços médicos na área de saúde devidamente cadastrados junto ao CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde e que possua em seu quadro **profissionais capacitados e com comprovada Especialidade na área de UTI Adulto ou Neonatal;** B) O credenciamento com a proposta deverá ser enviado, acompanhado dos documentos que comprovem as exigências do item 4, para o e-mail: ame@amebotucatu.com.br entre os dias **11/03/2021 a 12/03/2021. 6. DISPOSIÇÕES GERAIS: A)** O processo para contratação, consistirá inicialmente na análise da documentação apresentada, podendo solicitação para complementação de documentos. D) Para fins de contratação, os estabelecimentos (pessoa jurídica) prestadores de serviços médicos na área de saúde, além de comprovar o cadastro junto ao CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, devem demonstrar que possuem em seu quadro profissionais capacitados e com comprovada Especialidade na área de UTI Adulto ou Neonatal; **B)** A contratação destes serviços será feita e regida através de contrato de prestação de serviços médicos, em observância as regras civis e comerciais, sem qualquer tipo de vínculo empregatício. **C)** O presente chamamento não obriga a contratação que se dará somente se for de conveniência da contratante. **D)** Participarão do certame todas as empresas interessadas que tiverem conhecimento através do presente edital, como também aquelas que forem formalmente convidadas. Eventuais contratações ocorrerão dentro das normas, limites e condições que serão informadas por ocasião do cadastramento dos interessados e das empresas interessadas, bem como em conformidade com a regulamentação interna de contratação de serviços. Andradina, 09 de março de 2021. **O.S.S. IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA -** CNPJ (MF) sob o nº. 43.535.210/0001-97 - **FÁBIO ANTÔNIO OBICI -** CPF 092.739.258-55.

## CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

CNPJ/MF nº 02.372.232/0001-04 - NIRE 35 3 0015327 8

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Realizada em 21 de Dezembro de 2020. Arquivada na JUCESP sob nº 71.843/21-8 em 05.02.2021. Por unanimidade e com as abstenções legais, os acionistas tomaram as seguintes deliberações: (I) Aprovar a alteração da denominação social da Sociedade, passando de "Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A." para "SUCEA Participações S.A", com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 1º - A SUCEA PARTICIPAÇÕES S.A. é uma sociedade anônima com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, regida por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis." (II) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, conforme Anexo I, parte integrante desta ata, que será levada a registro, dispensada sua publicação.

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Armando Carneiro Filho, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mairiporã, faz saber que o **Sr. ANDERSON PEDROSO DOS SANTOS, CPF/MF nº 0322.233.138-33** fica **INTIMADO** a comparecer nos termos do Art. 49 da Lei 6.766/79 ao mencionado Cartório, sito à Trav. Francisco Galrão De França Sobrinho, nº 10, 1º andar, Centro, Mairiporã/SP, onde deverá pagar no prazo de 30 (trinta) dias contados da última publicação deste edital, na forma das instruções contidas adiante, o débito correspondente aos encargos vencidos e os vincendos até a data do respectivo pagamento, consoante cálculo elaborado pelo Proprietário no processo de intimação (**protocolo nº 87.674**) decorrentes do contrato de Promessa de Venda e Compra firmado em 26/09/2015, registrado sob nº 01 na Matrícula nº 34.305 desta Cartório, referente ao Lote 27 da Quadra J do desmembramento "Chácaras Verdes da Cantareira - Partial II", Mairiporã/SP. Instrução para pagamento e purga de mora: I) Local - Oficial de Registro de Imóveis de Mairiporã, Trav. Francisco Galrão De França Sobrinho, nº 10, 1º andar, Centro, Mairiporã, Fone: 4604-4347 e 4604-2978.2) Horário de Atendimento: 09:00 às 16:00 horas. 3) A liquidação do débito atualizado poderá ser em moeda corrente nacional ou através de cheque administrativo emitido em favor do Proprietário **WILSON FORTUNATO TRISTÃO**, pagável nesta Comarca; 4) Além do débito atualizado deverá incluir as despesas de intimação; **ALERTA: o não pagamento no prazo legal importará no cancelamento do registro de contrato, dos termos da já citada legislação**. Dado e passado nesta Comarca, do Estado de São Paulo, aos 01 dias do mês de Março de 2021.

**Armando Carneiro Filho**
**Oficial**

---

**ITAIPU BINACIONAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 0165-21**

**Objeto:** aquisição de uniformes para os empregados da ITAIPU.

**Condição de participação:** empresa legalmente estabelecida no Brasil.

**Caderno de bases e condições:** disponível no *site* https://compras.itaipu.gov.br.

**Recebimento das propostas:** até as 8h (horário de Brasília) do 24 de março de 2021.

**Daniele Tassi Simioni Gemael**
Superintendente de Compras

**Samuel Valiente Claverol**
Superintendente-adjunto de Compras

---

**BANCO CENTRAL DO BRASIL** DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PATRIMONIAL — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Concorrência DEMAP nº 20/2021**

Processo 178499. Abertura: 26.4.2021, às 14h30. Objeto: Concorrência para contratação de serviço técnico especializado para o desenvolvimento de projeto museográfico com vistas ao reposicionamento do Museu de Valores do Banco Central do Brasil. Obtenção do edital: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/licitacoes. Informações: (+55 61) 3414-4960, (61) 3414-1990 ou (61) 3414-2444.

**Comissão Permanente de Licitação**

---

**ICS**

**INSTITUTO CURITIBA DE SAÚDE**
**PREGÃO ELETRÔNICO - ICS**
**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 07/2021**
**PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2021 – 57-000012/2021**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O INSTITUTO CURITIBA DE SAÚDE, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. PREGÃO ELETRÔNICO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP/MEI/EIRELI)
**VALOR ESTIMADO:** R$ 2.961.231,98 (Dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos)
**DATA /HORÁRIO PARA ENVIO DE PROPOSTAS:** 25/03/2021 – 09:00 ÀS 10:00 HORAS (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA/DF).
**DATA /HORÁRIO PARA ENVIO DE LANCES:** 25/03/2021 – 10:05 ÀS 11:05 HORAS (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA/DF).

Curitiba, 11 de março de 2021.
**KATIA CILENE DO CANTO SEVERO**
**PREGOEIRA**

**AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS VIA INTERNET NA DATA E HORÁRIOS DETERMINADOS ACIMA. O EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br SOMENTE PODERÃO PARTICIPAR DO ENVIO DE LANCES AS EMPRESAS QUE ESTIVEREM DEVIDAMENTE CADASTRADAS NO PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. INFORMAÇÕES CONTACTAR PELOS FONES: (0XX41) 3330-6033, 3330-6167 ou 3330-6070.**

---

**CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURAS**

**SERVIÇO FUNERÁRIO**
**COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

O Serviço Funerário do Município de São Paulo comunica aos interessados que se acha aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/SFMSP/2021** - Oferta de Compras nº 801080801002021OC00018 - Processo nº **6410.2021/0002412-7** promovido para a **AQUISIÇÃO DE INVÓLUCRO PARA MANEJO DE CORPOS, PARA USO DO SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.** A abertura será procedida **no dia 23/03/2021 às 10h30**, a ser realizada por intermédio do sistema eBEC 77 - e-pregão do Município www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, pelos sites http://e-negociocidadesp.prefeitura.sp.gov.br e www.bec.fazenda.sp.gov.br ou poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário das 9h00 às 16h00, até o último dia útil que anteceder a abertura, mediante a entrega no ato de 01 (um) CD-RW "virgem" de 700MB, ou mediante recolhimento junto à rede bancária credenciada, a importância correspondente a R$ 0,20 (vinte centavos), por folha, através de Guia de Arrecadação na Divisão Administrativa - Rua da Consolação, 247 - 5º andar - Centro - São Paulo/SP. Informações no telefone 011-3396-3803.

---

**CIDADE DE SÃO PAULO — DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Acha-se aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/SMDHC/2021** - Oferta de Compras nº **801028010002021OC00008** - Processo Administrativo Eletrônico nº **6074.2021/0000211-0,** que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução logística com locação de paleteiras c/ operadores para o Programa Cidade Solidária, para viabilizar a entrega de kits formados por: 01 cesta básica, 01 kit de higiene e limpeza, e 01 caixa de máscaras faciais (composta de 50 kits compostos por 5 máscaras faciais cada um), no Município de São Paulo. A abertura será procedida pela CPL, no dia **24/03/2021 às 10:00 horas**. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário das 9h30 às 15h30, até o último dia útil que anteceder a abertura, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância de R$ 0,24 (vinte e quatro centavos) por folha, por meio da DAMSP que será fornecida pela Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Libero Badaró, 119 - 4º andar, Centro - São Paulo/SP, ou através da Internet pelos sites http://e-negociocidadesp.prefeitura.sp.gov.br, www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

---

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CASCAVEL E REGIÃO – SICOOB CREDICAPITAL**
**CNPJ Nº. 04.529.074/0001-70 - NIRE: 4140001429 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CASCAVEL E REGIÃO – SICOOB CREDICAPITAL, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, resolve CANCELAR o edital de convocação para Assembleia Geral Ordinária publicado em 05/02/2021 nos jornais Correio do Povo de Porto Alegre, pág. 09, Correio do Povo de Paraná, pág. 09 e O Estado de São Paulo, Pág. B5 e CONVOCAR os delegados eleitos para se reunirem no 100 (cem) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizar no dia 28/04/2021, às 17:30h (decisesse horas e trinta minutos), com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; ou às 18:30h (dezoito horas e trinta minutos), em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos delegados, ou em terceira e última convocação, às 19:30h (dezesse horas e trinta minutos), com um mínimo de 20 (vinte) delegados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Prestação de contas do órgão de administração, compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanços elaborados no término e no segundo semestres do exercício social; c) Demonstrativo dos sobras ou perdas; d) Pareceres do Conselho Fiscal e da auditoria externa; 2 Destinação das sobras apuradas no exercício e estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras; 3. Eleição do novo Conselho de Administração; 4. Fixação do valor dos honorários ou gratificações e de cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e remuneração variável em razão do cumprimento de metas e dos encargos sociais aplicáveis, dos membros da Diretoria Executiva; 5. Aprovação da Política de Sucessão e Capacitação. 6. Apresentação do Planejamento das atividades da Cooperativa; - A Assembleia Geral ocorrerá de forma SEMI-PRESENCIAL a realizar-se na Unidade Administrativa da Cooperativa localizada na Av. Toledo, 247, bairro Cancelli, Cascavel, PR, e por meio do App MOOB, acessível aos delegados, por onde poderão participar e votar. - O documentos relativos à Assembleia Geral serão enviados aos delegados até 12/04/2021 - O pedido de registro de chapa deve ser feito na forma prevista no art. 7º e seguintes do Regulamento Eleitoral e entregue até às 17h do dia 26/03/2021 na sede da cooperativa. - A votação da(s) chapa(s) inscrita(s) iniciará após a deliberação relativa ao item 2 da ordem do dia; - Havendo empate na votação, fica designada nova assembleia para o dia 10/05/2021, que também ocorrerá de forma SEMI-PRESENCIAL e por meio da plataforma App MOOB, no mesmo local indicado acima. Cascavel - PR, 08 de março de 2021. Guido Brasolin Junior - Presidente do Conselho de Administração

---

**CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE**

**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS - CAS**
**DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS**
**ABERTURA DE LICITAÇÃO**

Encontra-se aberto no Gabinete, o seguinte pregão:
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 160/2021-SMS.G,** processo **6018.2021/0014950-6,** destinado ao **registro de preços** para o fornecimento de
**ANALGÉSICOS E OFTÁLMICOS: DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 10 ML, PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML, TOBRAMICINA SOLUÇÃO OFTÁLMICA 3 MG/ML (0,3%) FRASCO COM 5 ML e FLUORESCEÍNA SÓDICA 10 MG/ML (1%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 3 ML**, por intermédio, para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Suprimentos/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Medicamentos, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9h** do dia **26 de março de 2021,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da **11ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.
**DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO**
Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, **www.comprasnet.gov.br**, até a data de abertura, conforme especificado no edital.
**RETIRADA DE EDITAL.**
O edital do pregão acima poderá ser consultado e/ou obtido nos endereços: **http://e-negociocidadesp.prefeitura.sp.gov.br**; **www.comprasnet.gov.br**, quando pregão eletrônico; ou, no gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, na Rua General Jardim, 36 - 3º andar - Vila Buarque - São Paulo/SP - CEP 01223-010, mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo.

---

**CDF Assistência e Suporte Brasil LTDA.**
CNPJ/ME nº 08.769.874/0001-10 - NIRE 35.300.421.884
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 9 de Março de 2021**

**1. Data, Hora** e **Local**: Aos 9 (nove) dias de março de 2021, às 10h00min, na sede da CDF Assistência e Suporte Digital S.A ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 186, conjuntos 201 a 213 e 609 a 612, Alto de Pinheiros, CEP 05426-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face a presença de acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Sr. Eugênio Emilio Staub Filho - Presidente; Sr. Tiago Bannitz Machado - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Reunirsam-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"); (ii) a submissão do (a) pedido de admissão à negociação das ações da Companhia no B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); e (iii) o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado "Novo Mercado" ("Novo Mercado"); e **(iv)** a autorização para que a administração da Companhia realize estudos relacionados a alternativas de captação de recursos pela Companhia, com a emissão de ações, instrumentos de dívida ou instrumentos híbridos, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia; **(b)** contratação de financiamento privado junto a instituições financeiras de primeira linha; **(c)** emissão pública de títulos de dívida de emissão da Companhia; **(d)** prospecção e contratação de private placement junto a fundos de investimento em participações; **(e)** e a contratação de assessores financeiros de primeira linha para avaliar e propor as melhores alternativas de captação de recursos; **(f)** a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para implementação das medidas acima e **(v)** a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A. **5. Deliberações e Decisões:** Após as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram e decidiram por aprovar, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva ou restrições: **(i)** a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480; **(ii)** a submissão à B3 **(a)** do pedido de admissão à negociação das ações da companhia no B3 e **(b)** do pedido de adesão da Companhia ao segmento Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização do pedido de adesão ao Novo Mercado; **(iii)** a autorização para que a administração da Companhia realize estudos relacionados a alternativas de captação de recursos pela Companhia, com a emissão de ações, instrumentos de dívida ou instrumentos híbridos, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia; **(b)** contratação de financiamento privado junto a instituições financeiras de primeira linha; **(c)** emissão pública de títulos de dívida de emissão da Companhia; **(d)** prospecção e contratação de private placement junto a fundos de investimento em participações; **(e)** e a contratação de assessores financeiros de primeira linha para avaliar e propor as melhores alternativas de captação de recursos; **(iv)** a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, ficando desde já autorizada a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para o cumprimento da autorização prevista no item (iii) acima; e **(v)** a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme previsto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos por o tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Acionistas Presentes: Ana Elisa Pereira de Vallle Staub; Ricardo Uzhos Alves Lima; Dr Bridge Fundo de Investimento em Participações e Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle. Certifico que esta ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. São Paulo, 9 de março de 2021. **Eugênio Emilio Staub Filho** - Presidente. **Tiago Bannitz Machado** - Secretário.

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL**

A Associação Residencial Fazenda Casa Grande, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro, Roberto Zuccolo, 555 1o andar, Sala 1001 – Parte, CEP: 05307- 190, CNPJ 30.632.283/0001-55, através de seu Presidente, vem por meio desta CONVOCAR os associados titulares e associadas fundadoras a participarem da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto nos artigos 15 e 18 §4o do Estatuto Social, a ser realizada por meio eletrônico entre os dias 30/03/2021 às 9:00h e 31/03/2021 às 17:00h, afim de deliberarem sobre os seguintes itens:
**1.** O relatório anual e as contas da Administração, relativamente ao exercício social encerrado do ano de 2020 e Balanço anual, levantado em 31 de dezembro de 2020.
**2.** A Proposta Orçamentária apresentada pelo Conselho Diretor, para o exercício de 2021, bem como aprovar os valores das contribuições devidas à ASSOCIAÇÃO pelos ASSOCIADOS, propostos pelo Conselho Diretor;
**3.** Eleição de 2 suplentes do Conselho Diretor, (art. 24, § 4o a 25 do Estatuto Social);
**4.** Alteração e Reforma do Estatuto Social com relação a Sede Associativa e Foro de Eleição (artigo 2o e 81 do Estatuto Social);
**5.** Aprovar a contratação da empresa BROW TECNOLOGIA - SOLUÇÕES EM SEGURANÇA ELETRÔNICA (CNPJ 07.719.657/0001-52) para a prestação de serviços para: 1) Aquisição e instalação de 2120 metros de Cerca Elétrica com Hastes de 1,20 m e 600 metros com 03 centrais; 2) Aquisição e instalação de 600 metros de concertina de 1,20 m; 3) Aquisição e instalação de Sistema de CFTV Remoto com 06 Câmeras, Padronização do Rack, Subterrâneo, TV 50" no NOC, Acesso remoto e Infraestrutura. Conforme proposta comercial no valor total de R$ 165.110,00 (cento e sessenta e cinco mil cento e dez reais) conforme art. 24 inciso IV do artigo 34 "b" do Estatuto Social, informe-se que o Conselho Diretor obteve três orçamentos para estes serviços com propostas em valores superiores de empresas deste segmento (SEGTAU SECURITY CONTROL e ALARMAX SOLUÇÕES).
A votação será realizada por meio do sistema da administradora Adplan disponibilizado em seu site (www.adplantabuse.com.br) e no aplicativo Árbra Condomínio (Superlógica), com início as 9:00h do dia 30/03/2021 e fim no dia 31/03/2021 às 17:00h, com divulgação do resultado em 31/03/2021, após as 17:00h, pelos canais de comunicação da Associação. Aqueles que não tiverem condição de realizar a votação por meio eletrônico, poderão fazer presencialmente no escritório da administradora Adplan, no endereço Rua Doutor Renato Granadeiro Guimarães, 63 – Sala 01 – Ed. Carpe Diem – Centro, Taubaté/SP (CEP 12060-410), no dia 30/03/2021 das 09:00h as 12:30h e das 13:30h as 17h00, com agendamento prévio através do telefone (12) 3622-3986.
Fica esclarecido que somente poderão votar e ser votados os ASSOCIADOS regularmente registrados nos livros sociais, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data da realização da Assembleia, que estejam em dia com suas obrigações junto à ASSOCIAÇÃO (art. 19 §1º do estatuto Social), devendo Os Associados interessados aos cargos não preenchidos e suplentes se inscrever previamente através do e-mail candidatura.cyrela@gmail.com até 7 (sete dias) antes assembleia (Artigo 26, K do Estatuto Social) informando o nome completo, o lote e a quadra, a proposta (se houver), e preencher os requisitos estabelecidos no Artigo 19, §1o do Estatuto Social, ou seja, regularmente registrados nos livros sociais, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data da realização da Assembleia, que estejam em dia com suas obrigações junto à ASSOCIAÇÃO.
Taubaté, 09 de março de 2021. - Rodrigo Lanziari Moreira - Presidente do Conselho Diretor.

---

# TGSP-53 Empreendimentos Imobiliários S.A.

(atualmente denominada Tegra Incorporadora S.A.)
CNPJ nº 30.243.460/0001-09

**Demonstrações Financeiras - Período compreendido entre 17 de abril (data da constituição) a 31 de dezembro de 2018** (Valores expressos em reais)

**Balanço Patrimonial**

| | Nota | 2018 |
|---|---|---|
| Ativo circulante | | 556 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 334 |
| Total do ativo circulante | | 334 |
| **Total do ativo** | | **334** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|
| Integralização de capital escrita em 17 de abril de 2018 | 500 | – | 500 |
| Prejuízo do período | – | (166) | (166) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 500 | (166) | 334 |

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional:** A TGSP-53 Empreendimentos Imobiliários S.A., atualmente denominada Tegra Incorporadora S.A., é uma Sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.261 | B | 14º a - Vila Gertrudes - São Paulo. Foi constituída em 17 de abril de 2018. A Companhia tem como acionista controladora a TG São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A., controlada indireta pela BrookfieldAsset Management, empresa de capital aberto listada nas bolsas de Nova Iorque e de Toronto sob o símbolo BAM e na NYSE Euronext sob o símbolo BAMA. A Companhia tem por objetivo a participação no capital social de outras sociedades, podendo, para tanto, realizar todos os qualquer atos necessários para o cumprimento de seu objetivo social. Tem ainda como objetivo a compra, o planejamento, a promoção, a incorporação, a coordenação e a venda de empreendimentos imobiliários ou com financiamento por meio de vendas a prazo, compreendendo a entrega de unidades imobiliárias, prontas ou acabadas, com os respectivos construções concluídas e averbadas nos registros imobiliários; supervisão e fiscalização de obras civis, podendo inclusive, contratar a execução de todos os serviços ordinários, extraordinários e complementares necessários, nos termos da Lei nº 4.591/64. Transformação societária e adoção de determinação social: Em 17 de março de 2020, resolveram os sócios aprovar a transformação do tipo societário de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações, continuando com o mesmo objeto social, desta forma, a Companhia passou a ser denominada TGSP-53 Empreendimentos Imobiliários S.A., tem prazo indeterminado de duração, e encerramento do exercício social coincidente com o do Estado Civil/CVM/SNC/SEP nº 0218 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), Mesmo a Companhia tendo apurado prejuízo no período, as suas atividades estão voltadas à incorporação imobiliária. O objetivo da elaboração dessas demonstrações financeiras está em consonância com a intenção do registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com perspectiva de uma Oferta Pública Inicial (IPO) de suas ações, conforme demonstrado na Nota 5. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em se manter em funcionamento e não tem dúvidas quanto à capacidade operacional. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e são aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional:** A moeda funcional da

**Balanço Patrimonial**

| | Nota | 2018 |
|---|---|---|
| Capital social | | 500 |
| Prejuízos acumulados | | (166) |
| Total do patrimônio líquido | 4 | 334 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **334** |

**Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**

| | 2018 |
|---|---|
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | |
| Prejuízo do período | (166) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais | (166) |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | |
| Aumento de capital | 500 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | 500 |
| Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa | 334 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | – |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 334 |

Companhia é o Real, mesma moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação e preparação das demonstrações financeiras. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, mais investimento não-varejo, que são prontamente conversíveis em conta corrente e depósitos bancários de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e resgatáveis em até 90 dias. **2.4. A utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: a preparação das demonstrações financeiras requer a Administração fazer julgamentos e estimativas e adotar premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base dessas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas: as principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas da data dessas demonstrações financeiras, envolvendo risco de ocasionar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidos a seguir: • Tributos e demandas administrativas ou judiciais: a Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos em diversas jurisdições, administrativas, fiscais e procedimentos administrativos em matéria civel, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações processos judiciais ou procedimentos administrativos, pode ser difícil estimar o valor potencial de perda em determinado período, independente do respectivo resultado. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus consultores jurídicos, a Administração da Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2018 não havia ações cuja perda estimada era considerada provável e, portanto, não havia qualquer obrigação de mensurar, ou reconhecer, qualquer valor a ser provisionado em seus possíveis para fins de divulgação das demonstrações financeiras. • Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas técnicas são baseados nas melhores práticas no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam alterar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.5. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: a Companhia reconhece inicialmente os ativos financeiros, na data da

**Demonstração do Resultado**

| | 2018 |
|---|---|
| Despesas operacionais | |
| Despesas administrativas | (166) |
| Prejuízo do período | (166) |
| Quantidade de ações ao final do período | 500 |
| Prejuízo por ação | (0,332) |

**Demonstração do Resultado Abrangente**

| | 2018 |
|---|---|
| Prejuízo do período | (166) |
| Outros resultados abrangentes | – |
| Total dos resultados abrangentes do período | (166) |

**Demonstração do Valor Adicionado**

| | 2018 |
|---|---|
| Insumos adquiridos de terceiros | |
| Serviços de terceiros e outros | (166) |
| Valor adicionado bruto | (166) |
| Valor adicionado líquido produzido pela companhia | (166) |
| Distribuição do valor adicionado | |
| Prejuízo do período | (166) |
| Valor adicionado distribuído | (166) |

Caixa e depósitos bancários

**4. Capital social:** a) Capital: O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 é de R$500, dividido em 500 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. **5. Eventos subsequentes:** Reestruturação societária: Em 30 de setembro de 2020 a Companhia realizou a reestruturação societária envolvendo sua antiga controladora "TGBR", pela qual algumas empresas controladas passaram a ser controladas, além de algum ativos e passivos específicos selecionados da TGBR foram cindidos e subsequentemente incorporados pela Companhia. As transações societárias foram realizadas a valor contábil, não havendo ganho ou perda a ser reconhecido. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou a operação de TGBR para os diferentes projetos de gestão, lendo o foco da Companhia nos empreendimentos futuro e lançados nos últimos anos. Coronavírus (COVID-19): A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID-19 é uma pandemia. Os impactos gerados e passou a tratar a doença como uma pandemia, sendo necessário tomada de decisões significativas de governos e entidades do setor privado. Em atendimento ao ofício-Circular/CVM/SNC/Nº 02/2020, quanto aos impactos advindos da epidemia COVID-19, a Administração da Companhia tomou os cuidados e medidas necessárias para dar continuidade aos seus negócios, além de todas as outras medidas de acordo com as autoridades de saúde e governamentais. A Administração da Companhia está monitorando a situação e entende que não há necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas sobre seus ativos financeiros registrados nessas demonstrações financeiras. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes. Para fins de mensuração do valor justo gerado pelos instrumentos financeiros **2.5. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: a Companhia reconhece inicialmente os ativos financeiros, na data da

**Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período compreendido entre 17 de abril (data da constituição) a 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em reais)**

**Balanço patrimonial**

| | Nota | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | **66** | **556** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 27.248 | 334 |
| **Total do ativo circulante** | | **27.248** | **334** |
| **Total do ativo** | | **27.248** | **334** |

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|
| Integralização de capital escrita em 17 de abril de 2018 | 500 | – | 500 |
| Prejuízo do período | – | (166) | (166) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 500 | (166) | 334 |
| Aumento de capital | 29.000 | – | 29.000 |
| Prejuízo do exercício | – | (2.086) | (2.086) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 29.500 | (2.252) | 27.248 |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**1. Contexto operacional:** A TGSP-53 Empreendimentos Imobiliários S.A., atualmente denominada Tegra Incorporadora S.A., é uma Sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.261 | B | 14º a - Vila Gertrudes - São Paulo. Foi constituída em 17 de abril de 2018. A Companhia tem como acionista controladora a TG São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A., controlada indireta pela BrookfieldAsset Management, empresa de capital aberto listada nas bolsas de Nova Iorque e de Toronto sob o símbolo BAM e na NYSE Euronext sob o símbolo BAMA. A Companhia tem por objetivo a participação no capital social de outras sociedades, podendo, para tanto, realizar todos qualquer atos necessários para o cumprimento de seu objetivo social. Tem ainda como objetivo a compra, o planejamento, a promoção, a incorporação, a coordenação e a venda de empreendimentos imobiliários ou com financiamento por meio de vendas a prazo, compreendendo a entrega de unidades imobiliárias, prontas ou acabadas, com as respectivas construções concluídas e averbadas nos registros imobiliários; supervisão e fiscalização de obras civis, podendo inclusive, contratar a execução de todos os serviços ordinários, extraordinários e complementares necessários, nos termos da Lei nº 4.591/64. Transformação societária e adoção de determinação social: Em 17 de março de 2020, resolveram os sócios aprovar a transformação do tipo societário de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações, continuando com o mesmo objeto social, desta forma, a Companhia passou a ser denominada TGSP-53 Empreendimentos Imobiliários S.A., tem prazo indeterminado de duração, e encerramento do exercício social coincidente com o do Estado Civil/CVM/SNC/SEP nº 0218 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), Mesmo a Companhia tendo apurado prejuízo no período, as suas atividades estão voltadas à incorporação imobiliária. O objetivo da elaboração dessas demonstrações financeiras está em consonância com a intenção do registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com perspectiva de uma Oferta Pública Inicial (IPO) de suas ações, conforme demonstrado na Nota 5. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em se manter em funcionamento e não tem dúvidas quanto à capacidade operacional. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e são aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional:** A moeda funcional da

**Demonstração do Resultado**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Despesas operacionais | | |
| Despesas administrativas | (2.086) | (166) |
| Prejuízo do período | (2.086) | (166) |
| Quantidade de ações ao final do período | 29.500 | 500 |
| Prejuízo por ação | (0,071) | (0,332) |

**Demonstração do resultado abrangente**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Prejuízo do exercício/período | (2.086) | (166) |
| Outros resultados abrangentes | – | – |

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Armando Carneiro Filho, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mairiporã, faz saber que o **Sr. ANDERSON PEDROSO DOS SANTOS, CPF/MF nº 0322.233.138-33** fica **INTIMADO** a comparecer nos termos do Art. 49 da Lei 6.766/79 ao mencionado Cartório, sito à Trav. Francisco Galrão De França Sobrinho, nº 10, 1º andar, Centro, Mairiporã/SP, onde deverá pagar no prazo de 30 (trinta) dias contados da última publicação deste edital, na forma das instruções contidas adiante, o débito correspondente aos encargos vencidos e os vincendos até a data do respectivo pagamento, consoante cálculo elaborado pelo Proprietário no processo de intimação (**protocolo nº 87.674**) decorrentes do contrato de Promessa de Venda e Compra firmado em 26/09/2015, registrado sob nº 01 na Matrícula nº 34.305 deste Cartório, referente ao Lote 17 da Quadra J do desmembramento "Chácaras Verdes da Cantareira - Portal II", Mairiporã/SP. Instrução para pagamento e purga de mora: 1) Local - Oficial de Registro de Imóveis de Mairiporã, Trav. Francisco Galrão De França Sobrinho, nº 10, 1º andar, Centro, Mairiporã, Fone: 4604-4347 e 4604-2978.2) Horário de Atendimento: 09:00 às 16:00 horas. 3) A liquidação do débito atualizado poderá ser em moeda corrente nacional ou através de cheque administrativo emitido em favor do Proprietário **WILSON FORTUNATO TRISTÃO**, pagável nesta Comarca; 4) Além do débito atualizado deverá incluir as despesas de intimação; **ALERTA: o não pagamento no prazo legal importará no cancelamento do registro do contrato, dos termos da já citada legislação**. Dado e passado nesta Comarca, do Estado de São Paulo, aos 01 dias do mês de Março de 2021.

**Armando Carneiro Filho**
**Oficial**

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos - SICOOB COOPMOND**
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

A Diretora Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, inscrita sob o CNPJ nº 82.795.257/0001-34 e NIRE nº 35400010568, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 24 (vinte e quatro) delegados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada de forma virtual, na Rua Pedroso de Morais, 517 - 5º andar - CJ 51 - Pinheiros - São Paulo/SP - CEP: 05419-000, no dia 30 Março de 2021 em sua sede social, obedecendo os seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o estatuto social: 01) Em primeira convocação: às 16h00, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de delegados; 02) Em segunda convocação: às 17h00 com a presença de metade + mais um do número total de delegados; 03) Em terceira e última convocação: às 18h00 com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: **Ordem do Dia: Ordinária** - 1 - Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2020, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo da Conta de Sobras, Parecer do Conselho Fiscal, parecer dos auditores independentes; 2 - Destinação das sobras líquidas apuradas e sua fórmula de cálculo; 3 - Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; 4 - Eleição para preenchimento de cargo vago para composição dos membros do Conselho Fiscal; 5 - Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação). São Paulo, 12 de Março de 2021. **Jussara Kupper da Silva Machado -** Diretora Presidente. **Nota (I):** Conforme determina a Resolução CMN nº 4434/15 em seu artigo 46, as demonstrações contábeis do exercício de 2020 acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes estão à disposição dos associados na sede da cooperativa e nos postos de atendimento da cooperativa de todas as unidades da empresa. **Nota (II):** O Prazo de registro de inscrição para o Conselho Fiscal será no período entre 15/03/2021 a 25/03/2021, diretamente na sede da Cooperativa, dentro do horário normal de funcionamento.

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE GUARATUBA**
CNPJ 52.250.859/0001-52
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

Convocamos nos termos dos artigos 11 e 12 do Estatuto Social em vigor, os proprietários e compromissários compradores de imóveis no **Residencial Guaratuba** (Loteamento Guaratuba III), em Bertioga, SP, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 27 de março de 2021, sábado, às 10:00h, em primeira chamada, ou às 10:30h, em segunda chamada, na Praça X, 10, Praia de Guaratuba, em Bertioga, onde se localiza a sede da Associação, para analisar e votar as seguintes matérias: 1. Relatório e Contas da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2019; 2. Relatório e Contas da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2020; 3. Proposta Orçamentária para o Exercício de 2021; 4. Eleição dos Membros do Conselho Diretor para o biênio 2021/2022; 5. Eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o biênio 2021/2022; 6. Outros assuntos de interesse social. Por oportuno, lembramos aos Associados observarem o disposto nos Capítulos II (Do Quadro Associativo e dos Direitos e Deveres dos Associados) e III (Da Administração da Associação) do Estatuto Social. Obedecendo às recomendações da OMS – Organização Mundial da Saúde, foram adotadas todas as providências para que a realização da Assembleia Geral Ordinária ocorra em segurança e contamos com a colaboração de todos para evitar qualquer risco de contaminação, atendendo as seguintes indicações: ✓ Apenas um representante por lote; ✓ Permitir a aferição da temperatura na entrada do salão; ✓ Fazer uso do álcool em gel disponibilizado pela administração; ✓ Uso obrigatório de máscara para todos os presentes na reunião; ✓ Manter o distanciamento entre os associados presentes, obedecendo a disposição das cadeiras no salão; ✓ Recomendamos que cada associado traga sua própria caneta para a assinatura da lista de presença; ✓ Recomendamos que o Relatório de Atividades e a Previsão Orçamentária sejam lidos previamente, e trazidos para a assembleia, pois, por segurança, não serão disponibilizadas cópias na reunião. Bertioga, 12 de março de 2021.

**Wady José Mourão Cury - Presidente do Conselho Diretor**

**CDF Assistência e Suporte Digital S.A.**
CNPJ/ME nº 08.769.874/0001-10 - NIRE 35.300.421.884
**Errata**

Na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2021, publicada respectivamente nos jornais "Estadão", edição de 11 de março de 2021, na página B6, e Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 11 de março de 2021, na página 128 • onde se lê "a autorização para que a administração da Companhia realize estudos relacionados a alternativas de captação de recursos pela Companhia, com a emissão de ações, instrumentos de dívida ou instrumentos híbridos, incluindo, mas não se limitando a; **(a)** oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia; **(b)** contratação de financiamento privado junto a instituições financeiras de primeira linha; **(c)** emissão pública de títulos de dívida de emissão da Companhia; **(d)** prospecção e contratação de *private placement* junto a fundos de investimento em participações; e **(e)** a contratação de assessores financeiros de primeira linha para auxiliar a Companhia na operação de captação de recursos", leia-se "a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia"; • e onde se lê "a autorização para que a administração da Companhia realize estudos relacionados a alternativas de captação de recursos pela Companhia, com a emissão de ações, instrumentos de dívida ou instrumentos híbridos, incluindo, mas não se limitando a; (a) oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia; (b) contratação de financiamento privado junto a instituições financeiras de primeira linha; (c) emissão pública de títulos de dívida de emissão da Companhia; (d) prospecção e contratação de private placement junto a fundos de investimento em participações; e (e) a contratação de assessores financeiros de primeira linha para auxiliar a Companhia na operação de captação de recursos", leia-se "a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente), no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta". São Paulo, 11 de março de 2021. **Eugênio Emilio Staub Filho** - Presidente; **Tiago Bannitz Machado** - Secretário.

**FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA**

**ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA**

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA,** tipo **MENOR PREÇO,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras**:

**CONCORRÊNCIA:**

**FFM 0138-2021-00-CP** – Objeto – "TRANSPORTE INTERNACIONAL DE MATERIAIS BIOLÓGICOS SÃO PAULO/BRASIL_X_MARSEILLE/FRANÇA". **FFM 0184-2021-00-CP** – Objeto – "COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA CLÍNICA PARA O INRAD - HCFMUSP" **FFM 0190-2021-00-CP** – Objeto – "MICROCOMPUTADOR MODELO I3 OU EQUIVALENTE".

**ADJUDICAÇÃO**

COMPRA PRIVADA **FFM 1424-2020-00 CP** (RC 32.697)
LOTE 1 – INTELECTOOLS BUSINESS INTELLIGENCE – INF. LTDA, CNPJ Nº 05.827.668/0001-20
LOTE 2 – CAMPANA E ZAGO LTDA, CNPJ Nº 01.144.600/0001-96

**CANCELAMENTO**

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, comunica o **CANCELAMENTO** dos PROCESSOS DE COMPRAS: **FFM 0143-2020-00-CP** – Prestação de serviços de "MANUTENÇÃO DE TELHADO, CALHAS E DESCIDAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS LOCALIZADO NO CDM)", por motivo de revisão do memorial descritivo, por solicitação da área requisitante. **FFM 0391-2020-00-CP** – Prestação de serviços de "ASSISTÊNCIA MÉDICA NO CENTRO DE ATENÇÃO AO COLABORADOR (CeAC)", por solicitação da área requisitante.

**EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES-EMSERH**
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**
**LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 052/2021 – CSL/EMSERH**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187.583/2020 – EMSERH**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de **medicamentos de formas farmacêuticas diversas** para atender às necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH.
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM.
**DATA DA NOVA DISPUTA:** 01/04/2021, às 8h30, horário de Brasília.
**Local de Realização:** Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)
Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br**. **ID: 857057**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **lauro.costa@emserh.ma.gov.br** ou pelo **telefone (98) 3235-7333**.

São Luís (MA), 08 de março de 2021
**Lauro César Costa**
Agente de Licitação da EMSERH

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (PRESENCIAL). A Prefeitura Municipal de Guapiaçu torna publicó aos interessados a realização do **Pregão Presencial nº 029/2021; Ata de Registro de Preço nº 027/2021 e objeto do Processo nº 042/2021.** TIPO: Menor preço unitário. OBJETO: Aquisição de material odontológico para o Departamento de Saúde do Município de Guapiaçu/SP. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: 24 de março de 2021, às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Guapiaçu. EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 12/março/2021, das 08:30 horas às 15:30 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guapiaçu, sito na Avenida Abrahão José de Lima, nº 572, Centro, Guapiaçu – SP, Cep: 15.110-000. DATA: 11/março/2021. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (PRESENCIAL). A Prefeitura Municipal de Guapiaçu torna público aos interessados a realização do **Pregão Presencial nº 030/2021; Ata de Registro de Preço nº 028/2021 e objeto do Processo nº 043/2021.** TIPO: Menor preço unitário. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para Rede Municipal de Ensino, Residência Terapêutica e Administração Geral da Prefeitura Municipal de Guapiaçu/SP. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: 25 de março de 2021, às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Guapiaçu. EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 12/março/2021, das 08:30 horas às 15:30 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guapiaçu, sito na Avenida Abrahão José de Lima, nº 572, Centro, Guapiaçu – SP, Cep: 15.110-000. DATA: 11/março/2021 PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (PRESENCIAL). A Prefeitura Municipal de Guapiaçu torna público aos interessados a realização do **Pregão Presencial nº 031/2021; Ata de Registro de Preço nº 029/2021 e objeto do Processo nº 044/2021.** TIPO: Menor preço unitário. OBJETO: Aquisição de Material Hospitalar para o Departamento de Saúde do Município de Guapiaçu/SP. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: 26 de março de 2021, às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Guapiaçu. EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 12/março/2021, das 08:30 horas às 15:30 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guapiaçu, sito na Avenida Abrahão José de Lima, nº 572, Centro, Guapiaçu – SP, Cep: 15.110-000. DATA: 11/março/2021. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (PRESENCIAL). A Prefeitura Municipal de Guapiaçu torna público aos interessados a realização do **Pregão Presencial nº 032/2021; Ata de Registro de Preço nº 030/2021 e objeto do Processo nº 045/2021.** TIPO: Menor preço unitário. OBJETO: Aquisição de material para construção para uso nas obras em geral do município de Guapiaçu/SP. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: 29 de março de 2021, às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Guapiaçu. EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 12/março/2021, das 08:30 horas às 15:30 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guapiaçu, sito na Avenida Abrahão José de Lima, nº 572, Centro, Guapiaçu – SP, Cep: 15.110-000. DATA: 11/março/2021. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (PRESENCIAL). A Prefeitura Municipal de Guapiaçu torna público aos interessados a realização do **Pregão Presencial nº 033/2021; Ata de Registro de Preço nº 031/2021 e objeto do Processo nº 046/2021.** TIPO: Menor preço unitário. OBJETO: Aquisição de carne e derivados para Rede Municipal de Ensino, Administração e Residência Terapêutica do Município de Guapiaçu/SP. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: 31 de março de 2021, às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Guapiaçu. EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 12/março/2021, das 08:30 horas às 15:30 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guapiaçu, sito na Avenida Abrahão José de Lima, nº 572, Centro, Guapiaçu – SP, Cep: 15.110-000. DATA: 11/março/2021. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**ASSEMBLEIA GERAL DE ASSOCIADOS**
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS E INSPEÇÃO - ABENDE**

O Diretor Presidente da Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção - ABENDE, consoante o disposto no artigo 28, do Estatuto Social dessa Entidade,
CONSIDERANDO a situação da Pandemia de Covid 19;
CONSIDERANDO a Portaria MS nº 188, de 03/02/2020;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06/02/2020;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual 64.881, de 22/03/2020;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual 65.545, de 03/03/2021;
CONSIDERANDO o artigo 7º, da Lei 14.030, de 28 de julho de 2020;
CONSIDERANDO as manifestações e solicitações de associados para a realização de assembleias virtuais;
CONVOCA os Associados dessa, se estiverem em pleno gozo de seus direitos associativos, para participarem da Assembleia Geral de Associados a se realizar de forma VIRTUAL no dia 14 de abril de 2021, às 15h30min em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, ou às 16 horas, com qualquer número de associados - a ABENDE disponibilizará aos associados regulares em sua situação associativa os links de acesso e orientações para participação e votação nos e-mails cadastrados na forma do § 1º, do artigo 7º, do Estatuto Social da Associação -, para a deliberação sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Aprovação das Demonstrações Financeiras, Balanço e Prestação de Contas de 2020 (demonstrações disponíveis para exame dos associados na sede da Entidade); 2. Alteração do Estatuto da Associação (inclusão da modalidade de assembleias por meios virtuais); 3. Assuntos Gerais de interesse da Associação.

São Paulo, 12 de março de 2021.
Angelo Alberto Bellelis
Diretor Presidente da Diretoria Estatutária

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Femsa Brasil**
**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (Cumulativas)**

O Presidente da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo FEMSA Brasil**, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os 24 delegados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (Cumulativas), que se realizará de forma virtual, com vistas a utilização, por meio da ferramenta de reunião on-line denominada Microsoft Teams, que será disponibilizada aos delegados por endereço de e-mail, no próximo dia **25 de março de 2021**, em primeira convocação às 12h00min, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de delegados, caso não haja número legal para a instalação, ficam desde já convocados para a segunda convocação as 13h00min, no mesmo dia e forma, com a presença de metade mais um do número total de delegados, persistindo a falta de "Quorum" legal, a Assembleia se realizará, no mesmo dia e forma, em terceira e última convocação às 14h00min, com a presença mínima de 10 (Dez) delegados, a fim de deliberar, por meio do aplicativo Google FORMS sobre a seguinte ordem do dia: **Extraordinária**: a) Discussão e deliberação de Reforma Estatutária propostas pelo Conselho de Administração para alteração dos seguintes: Art. 4º (caput e inciso II); Art.6º (caput); Art. 11 (alínea a); Art. 12 (caput); Art. 14 (caput e § único); Art. 15 (caput); Art. 16 (caput); Art. 22 (§ 6º e § 7º); Art. 35 (§ 4º); Art. 46 (§ 1º); Art.47 (§ 5º) e por determinação do BACEN conforme Ofício 12597/2020 alteração do Art. 55 (caput) com o objetivo de especificar os critérios a serem observados para designação do Ouvidor. b) Discussão e deliberação sobre alterações nos normativos: Política de Sucessão, Regulamento de Auditoria Interna e Política de Conformidade. **Ordinária**: a) Leitura, discussão e avaliação do Relatório do Conselho de Administração, Balanço Geral, Demonstração da conta "Sobras e Perdas", parecer do Conselho Fiscal, parecer da Auditoria e demais contas dos semestres encerrados em 30.06.2020 e 31.12.2020. b) Destinação das Sobras Líquidas. c) Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal. e) Assuntos de Interesse Geral. Em anexo ao presente edital os delegados recebem o Boletim de Voto à Distância para, querendo, devolvê-lo no prazo máximo de 5 dias. Caso haja intenção de proferir o voto em assembleia, fica dispensado do encaminhamento do referido boletim. Os boletins de voto à distância recebido fora desse prazo não serão computados, mas o delegado poderá fazê-lo diretamente na reunião virtual. São Paulo, 12 de março de 2021. **César Antônio Ortiz** - Presidente

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO — MINISTÉRIO DA ECONOMIA — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Concorrência Pública SPU nº 23/2021**

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que **às 15 horas do dia 04 de maio de 2021**, no endereço eletrônico https://imoveis.economia.gov.br, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, receberá até **às 14:59 horas**,do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, respeitado o preço mínimo a eles atribuído.

| Item | Localidade | Endereço | Matrícula | Cartório | Descrição | Preço Mínimo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Lins/SP | Rua: Idalina Ribeiro de Noronha, s/nº (antiga Estrada Lins-Guaiçara) | Transcrições nº 20.975 e 6.025 | Registro de Imóveis da Comarca de Lins | Galpão 51.369 m² | R$ 10.535.000,00 |

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital da Concorrência SPU n.º23/2021.
3. Informações sobre a Concorrência SPU n.º23/2021 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 15 de março de 2021, no horário das 14h30 às 17 horas, no endereço Av. Prestes Maia, nº 733, 3º andar - Luz - São Paulo/SP ou solicitadas por e-mail: alienacao.spusp@economia.gov.br ou via telefone no número (11) 2113-2430/2474 . Maiores informações estão disponíveis no site https://imoveis.economia.gov.br.

**HAVNER DE ALENCAR TEIXEIRA BEZERRA**
**Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

***CONVOCAÇÃO***

*Prezada Sra. **Maria Jose Soares de Macedo Silva.** Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos V.Sra a comparecer na empresa **M. CASSAB COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA., CNPJ 49.698.723/0001-03**, Avenida das Nações Unidas, 20862 Vila Almeida, CEP 04795-000, São Paulo – SP, a fim de tratar de assuntos referente ao convênio médico em nome do titular Sr. João Leôncio, no prazo de 5 dias corridos a partir dessa publicação. Aliás o dados para contato. Dayane Gualfieri. Telefone: (11) 2395-8000 Ramal 7802 ou (11) 95377-8362.*

broadcast+ político
Por dentro da política Brasileira
ANÁLISE POLÍTICA | O DIA NA POLÍTICA | POLÍTICA HOJE | POLÍTICO REPORT | DIRETO AO PONTO LABORATÓRIO 2022 | ASPAS - DECLARAÇÕES DE POLÍTICOS | O QUE DIZ O LÍDER ELEIÇÕES | PULSO DA POLÍTICA | ESTADOS EM PAUTA | PAPO COM EDITOR
Acesse
www.broadcastpolitico.com.br
INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS / DECISÕES MELHORES
AGÊNCIA ESTADO

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE GUARATUBA**
CNPJ 52.250.859/0001-52
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

Convocamos nos termos dos artigos 11 e 12 do Estatuto Social em vigor, os proprietários e compromissários compradores de imóveis no **Residencial Guaratuba** (Loteamento Guaratuba III), em Bertioga, SP, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 27 de março de 2021, sábado, às 10:00h, em primeira chamada, ou às 10:30h, em segunda chamada, na Praça X, 10, Praia de Guaratuba, em Bertioga, onde se localiza a sede da Associação, para analisar e votar as seguintes matérias: 1. Proposta de celebração de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta tendo como objeto a discussão sobre supressão de vegetação debatida no Processo no. 003904-12.2014.8.26.0075, em trâmite perante a 1ª. Vara Cível de Bertioga e o Inquérito Civil no. 138/2014, instaurado pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa ao Meio Ambiente da Baixada Santista – (GAEMA-BS). Observação: a discussão e deliberação sobre a proposta de celebração de TAC, na forma da ordem do dia, estará condicionada ao recebimento pela Associação, até a data da Assembleia, de manifestação do Ministério Público sobre os termos e condições do termo de ajustamento de conduta a ser celebrado. Por oportuno, lembramos aos Associados observarem o disposto nos Capítulos II (Do Quadro Associativo e dos Direitos e Deveres dos Associados) e III (Da Administração da Associação) do Estatuto Social. Obedecendo às recomendações da OMS – Organização Mundial da Saúde, foram adotadas todas as providências para que a realização da Assembleia Geral Ordinária ocorra em segurança e contamos com a colaboração de todos para evitar qualquer risco de contaminação, atendendo as seguintes indicações: ✓ Apenas um representante por lote; ✓ Permitir a aferição da temperatura na entrada do salão; ✓ Fazer uso do álcool em gel disponibilizado pela administração; ✓ Uso obrigatório de máscara para todos os presentes na reunião; ✓ Manter o distanciamento entre os associados presentes, obedecendo a disposição das cadeiras no salão; ✓ Recomendamos que cada associado traga sua própria caneta para a assinatura da lista de presença; Bertioga, 12 de março de 2021.

**Wady José Mourão Cury - Presidente do Conselho Diretor**

Residencial 11 — Condomínio Alphaville

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
***ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 29/03/2021***

Convidamos a todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no Salão Social da Associação Alphaville Residencial 11, sito à Av. Dr. Yojiro Takaoka, 6.720 – Alphaville – Santana de Parnaíba – SP., com primeira convocação às 19h30, com a presença de metade + 1 dos associados, e em segunda convocação 30 (trinta) minutos após, com quaisquer números de associados em condições de votarem, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

**- Eleição de membros para o Conselho deliberativo;**
**- Aprovação das contas do exercício de 2020;**
**- Assuntos Gerais não passíveis de votação.**

Informamos ainda que se encontra disponível através de nossa Home Page (http://www.alpha11.org.br/noticias/2021/03/circular-588/) cópias do Relatório Anual das Atividades do ano de 2020, bem como os respectivos pareceres.

São Paulo, 12 de Março de 2021.
**Milton Domingues Petri**
**Presidente do Conselho Deliberativo**

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO — MINISTÉRIO DA ECONOMIA — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Concorrência Pública SPU nº 24/2021**

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que **às 15 horas do dia 06 de maio de 2021**, no endereço eletrônico https://imoveis.economia.gov.br, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, receberá até **às 14:59 horas**,do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, respeitado o preço mínimo a eles atribuído.

| Item | Localidade | Endereço | Matrícula | Cartório | Descrição | Preço Mínimo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Mairinque /SP | RODOVIA RAPOSO TAVARES, KM 65 - JARDIM GRANADA | Transcrição nº 120 | Cartório de Registro de Imóveis de São Roque | Terreno 9.839,50 m² | R$ 2.350.000,00 |
| 02 | Campinas /SP | AV. RICARDO BASSOLI CEZARE, S/Nº - ALTURA DO KM 4,5 DA RODOVIA SANTOS DUMONT (SP-79) | 111.374 | 3º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas | Terreno 13.792,67 m² | R$ 5.780.000,00 |

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital da Concorrência SPU n.º24/2021.
3. Informações sobre a Concorrência SPU n.º 24/2021 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 15 de Março de 2021, no horário das 14h30 às 17 horas, na Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo no endereço Av. Prestes Maia, nº 733, 3º andar - Luz - São Paulo/SP ou solicitadas por e-mail: alienacao.spusp@economia.gov.br ou via telefone no número (11) 2113-2430/2474. Maiores informações estão disponíveis no site https://imoveis.economia.gov.br.

**HAVNER DE ALENCAR TEIXEIRA BEZERRA**
**Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

EDITAL

**USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA (ART. 216-A DA LEI FEDERAL Nº 6.015/73)**

**JERSÉ RODRIGUES DA SILVA,** 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 470.373, em 18 de junho de 2020, e autuado, o Requerimento feito por OLAERÇO PICCOLO, brasileiro, solteiro, maior, professor aposentado, RG. nº 2.933.344-1-SSP/SP, CPF/MF. nº 072.777.098-53, residente e domiciliado em Igarapava, neste Estado, na Avenida Dr. Pereira Rebouças nº 1.158, Bairro Centro, a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA do imóvel consistente no APARTAMENTO Nº 204, no 20º andar do EDIFÍCIO CHAMONIX, situado na Rua São Vicente de Paula nº 638, no 11º Subdistrito – Santa Cecília,** objeto da matrícula 31.783, desta Serventia. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 425 a 434 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado"**, ficam eles por este Edital **INTIMADOS** da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral , de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 13:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. **São Paulo, 12 de março de 2021. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).**

Publicidade Legal é no Estadão

Publique suas demonstrações financeiras no Estadão.
146 anos de credibilidade.

Contate nossa equipe: (11) 3856-2080 ou publicidade.legal@estadao.com

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE
broadcast+ UMA EMPRESA ESTADÃO

## Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia Aberta
CNPJ/MF: 61.856.571/0001-17 - NIRE: 35.300.045.611
**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração**

**1. Data, Local e Hora:** Ao 02º (segundo) dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às 11:00 (onze horas), por meio de Plataforma Digital, considerada realizada na sede social da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4.100, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na Capital do Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e Quórum de Presença:** Convocação realizada nos termos do artigo 21, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes os seguintes membros: Srs. Rubens Ometto Silveira Mello, Nelson Roseira Gomes Neto, Marcelo Eduardo Martins, Maria Rita de Carvalho Drummond, Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães. Burkhard Otto Cordes e Silvio Renato Del Boni, membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Leandro Arean Oncala. **4. Ordem do dia:** aprovação da proposta de pagamento de dividendos no valor total de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para pagamento em 17 de fevereiro de 2021**. 5. Deliberações:** Aberta a sessão, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, que convidou o Sr. Leandro Arean Oncala para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a proposta de pagamento aos acionistas, com base no balanço patrimonial da Companhia de 31 de janeiro de 2021, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, de (a) dividendos intermediários distribuídos com base no saldo da reserva de lucros, sem retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), no valor de R$ 111.709.188.51 (cento e onze milhões setecentos e nove mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), sendo que R$ 85.698.624,05 (oitenta e cinco milhões seiscentos e noventa e oito mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinco centavos) serão pagos às ações ordinárias, no valor de R$ 0,825114000941 por ação, e R$ 26.010.564,46 (vinte e seis milhões dez mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) serão pagos às ações preferenciais, no valor de R$ 0,907625401035 por ação, ambas integrantes do capital social integralizado; e (b) dividendos intercalares, distribuídos, à conta do lucro líquido do referido período, sem retenção de IRRF, no valor de R$ 38.290.811,49 (trinta e oito milhões duzentos e noventa mil oitocentos e onze reais e quarenta e nove centavos), sendo que R$ 29,375.111,41 (vinte e nove milhões trezentos e setenta e cinco mil cento e onze reais e quarenta e um centavos) serão pagos às ações ordinárias, no valor de R$ 0,282826194358 por ação, e R$ 8.915.700,08 (oito milhões novecentos e quinze mil setecentos reais e oito centavos) serão pagos às ações preferenciais, no valor de R$ 0,311108813794 por ação, ambas integrantes do capital social integralizado. Os dividendos aprovados nos itens (a) e (b) acima serão imputados integralmente ao dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído pela Companhia referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, nos termos do artigo 40, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia e serão pagos com base na composição acionária de 05 de fevereiro de 2021, inclusive, sendo que as ações da Companhia serão negociadas "ex" dividendos a partir de 08 de fevereiro de 2021, inclusive. O pagamento dos dividendos será realizado em 17 de fevereiro de 2021, observado o §3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/76, sem remuneração ou atualização monetária de qualquer natureza. Também foi autorizada a divulgação de Aviso aos Acionistas com informações adicionais acerca dos pagamentos ora deliberados, conforme material arquivado na sede da Companhia. **6. Encerramento, Lavratura e Assinatura:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho de Administração abriu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Rubens Ometto Silveira Mello (Presidente); Leandro Arean Oncala (Secretário). Conselheiros Presentes: Burkhard Otto Cordes, Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Marcelo Eduardo Martins, Maria Rita de Carvalho Drummond, Nelson Roseira Gomes Neto, Rubens Ometto Silveira Mello e Silvio Renato Del Boni. *A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Mesa: Leandro Arean Oncala - Secretário. **JUCESP** nº 112.762/21-9 em 01/03/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia Aberta
CNPJ/MF: 61.856.571/0001-17 - NIRE: 35.300.045.611
**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração**

**1. Data, Local e Hora:** Ao 09º (nono) dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às 11h00 (onze horas), por meio de Plataforma Digital, considerada realizada na sede social da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4.100, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na Capital do Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e Quórum de Presença:** Convocação realizada nos termos do artigo 21, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes os seguintes membros: Srs. Rubens Ometto Silveira Mello, Nelson Roseira Gomes Neto, Marcelo Eduardo Martins, Maria Rita de Carvalho Drummond, Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Burkhard Otto Cordes e Silvio Renato Del Boni, membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Leandro Arean Oncala. **4. Ordem do dia:** autorizar a operação de refinanciamento entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia, consistente na liquidação antecipada do contrato de financiamento ("Credit Agreement") firmado entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia em 07.04.2020, e na aprovação para assinatura de novo Credit Agreement, nos termos da Lei nº 4.131/1962, entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia, nos termos do artigo 25, XII e XIX do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Aberta a sessão, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, que convidou o Sr. Leandro Arean Oncala para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade e nos termos do artigo 25, inciso XII e XIX do Estatuto Social da Companhia, a liquidação antecipada do Credit Agreement firmado entre a Companhia e o The Bank of Nova Scotia em 07.04.2020, conforme Registro de Operações Financeiras (ROF) nº B044964, e a assinatura de um novo Credit Agreement, nos termos da Lei nº 4.131/1962. entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia, de acordo com o material apresentado aos Conselheiros e arquivado na sede da Companhia, com a ratificação de todos os atos até então praticados pela Diretoria da Companhia para a formalização do Credit Agreement. **6. Encerramento, Lavratura e Assinatura:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho de Administração abriu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Rubens Ometto Silveira Mello (Presidente); Leandro Arean Oncala (Secretário). Conselheiros Presentes: Burkhard Otto Cordes, Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Marcelo Eduardo Martins, Maria Rita de Carvalho Drummond, Nelson Roseira Gomes Neto, Rubens Ometto Silveira e Silvio Renato Del Boni. *A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Mesa: Leandro Arean Oncala - Secretário. **JUCESP** nº 112.761/21-5 em 01/03/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Terra Santa Agro S.A.

CNPJ/MF nº 05.799.312/0001-20
Companhia Aberta de Capital Autorizado
**Aviso aos Acionistas – Disponibilidade dos Documentos Previstos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76**

Comunicamos aos Srs. Acionistas da Terra Santa Agro S.A. que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia, na Praça General Gentil Falcão nº 108, conjunto 81, São Paulo-SP, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020. São Paulo, 10/03/2021. ***Silvio Tini de Araújo** – Presidente do Conselho de Administração.* (11, 12 e 13/03/2021)

## Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 2.282, da Diretoria, realizada em 19.1.2021**

Aos 19 dias do mês de janeiro de 2021, às 9h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, e por videoconferência, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor Octavio de Lazari Junior. Durante a reunião, os Diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Waldemar Ruggiero Júnior** ao cargo de Diretor Departamental, em carta desta data (19.1.2021). Os senhores Diretores dispensaram a transcrição da respectiva carta que ficará arquivada na sede da Sociedade, para todos os fins de direito, consignando, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os Diretores presentes assinam, registrando-se as ausências dos senhores Eurico Ramos Fabri e Antonio José da Barbara, em férias. aa) Octavio de Lazari Junior, Marcelo de Araújo Noronha, André Rodrigues Cano, Cassiano Ricardo Scarpelli, Moacir Nachbar Junior, Renato Ejnisman, Walkiria Schirrmeister Marchetti, Guilherme Muller Leal, Rogério Pedro Câmara, João Carlos Gomes da Silva, Bruno D'Avila Melo Boetger, Glaucimar Peticov, José Ramos Rocha Neto, Edson Marcelo Moreto, José Sérgio Bordin, Leandro de Miranda Araujo, Roberto de Jesus Paris e Edilson Wiggers. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. aa) - Antonio Campanha Junior e Dagilson Ribeiro Carnevali - Procuradores. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 99.588/21-3, em 18.2.2021. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/ME nº 08.769.874/0001-10 - NIRE 35.300.421.884
**Errata**

Na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2021, publicada respectivamente nos jornais "Estadão", edição de 11 de março de 2021, na página B9, e Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 11 de março de 2021, na página 128: **•** onde se lê "a autorização para que a administração da Companhia realize estudos relacionados a alternativas de captação de recursos pela Companhia, com a emissão de ações, instrumentos de dívida ou instrumentos híbridos, incluindo, mas não se limitando a,: **(a)** oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia; **(b)** contratação de financiamento privado junto a instituições financeiras de primeira linha; **(c)** emissão pública de títulos de dívida de emissão da Companhia; **(d)** prospecção e contratação de *private placement* junto a fundos de investimento em participações; e **(e)** a contratação de assessores financeiros de primeira linha para auxiliar a Companhia na operação de captação de recursos", leia-se "a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia"; e **•** onde se lê "a autorização para que a administração da Companhia realize estudos relacionados a alternativas de captação de recursos pela Companhia, com a emissão de ações, instrumentos de dívida ou instrumentos híbridos, incluindo, mas não se limitando a,: (a) oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia; (b) contratação de financiamento privado junto a instituições financeiras de primeira linha; (c) emissão pública de títulos de dívida de emissão da Companhia; (d) prospecção e contratação de private placement junto a fundos de investimento em participações; e (e) a contratação de assessores financeiros de primeira linha para auxiliar a Companhia na operação de captação de recursos", leia-se "a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente), no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta". São Paulo, 11 de março de 2021. **Eugênio Emílio Staub Filho -** Presidente; **Tiago Bannitz Machado -** Secretário.

## Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

CNPJ/MF 28.042.871/0001-97 | NIRE 35300505182
**Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Em nome do Presidente do Conselho de Administração da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Companhia"), Sr. Francisco Javier Muñoz Bermejo, e conforme previsão dos artigos 5º e seguintes do Estatuto Social da Companhia, sirvo-me da presente para convocá-los para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia Geral"), a realizar-se no próximo dia **18 de março de 2021, das 18:00 às 19:00**, por meio digital ou na sede da Companhia, na Alameda Araguaia, 2.104, 8º Andar - Alphaville, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Deliberar sobre: **a)** aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos da recomendação efetuada pelo Conselho de Administração na reunião do dia 26 de fevereiro de 2021, **b)** aprovar o limite global de remuneração dos administradores para o exercício de 2021, de acordo com o material analisado pelo Comitê de Pessoas e Remuneração do Conselho de Administração; **c)** Aprovar a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia para o Mandato 2021-2023, em chapa a ser indicada até a presente data. Os materiais de apoio, incluindo a minuta de ata, já se encontram disponibilizados no Portal do Conselho, no endereço eletrônico https://account.nasdaq.com/Login, no item "Documentos/Atas e Reuniões / AGE - 18março l2021", ao qual as equipes de governança dos Acionistas possuem acesso seguro e identificado. Sr. **Francisco Javier Muñoz Bermejo, Presidente do Conselho de Administração.**

## J. Pilon S.A Açúcar e Álcool

CNPJ - N° 47.254.396/0002-48 - NIRE: 35.3.0010525.7
**Edital de Convocação Assembléia Geral Ordinária**

Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 16/04/2021, às 10:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Rua Professor Artur Ramos, 241, Conjunto 72, Jardim Paulistano, no município de São Paulo, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **I) Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração, Balanço Geral, Demonstrações de Resultados referente ao exercício encerrado em 31/12/2020; b) Destinação do resultado do exercício; c) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2021 a abril/2022; d) Outros Assuntos do interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020. São Paulo, 10/03/2021. **José Pilon** - Presidente do Conselho de Administração.

## FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA

CNPJ: 45.332.194/0001-60
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2021**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2021 – CONVITE DE PREÇOS Nº. 002/2021 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA QUALIFICADA PARA DAR CONSULTORIA, FAZER O PLANEJAMENTO E A IMPLEMENTAÇÃO DO "CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS", ORIUNDO DE UM PROJETO EM CONVÊNIO (COM O FEHIDRO (PROCESSO 2019-SMG-COB-9/ CONTRATO 147/2020) POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2021 – CONTRATANTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA – CNPJ: 45.332.194/0001-60 – CONTRATADA: ECOPLANS – ECOLOGIA PLANEJADA SUSTENTÁVEL – CONSULTORIA AGROAMBIENTAL LTDA ME – CNPJ: 06.063.664/0001-86 – VALOR DO CONTRATO: R$ 174.000,00. DATA DA ASSINATURA: 10 DE MARÇO DE 2021. VIGÊNCIA: 24 MESES. Ituverava, 10 de março de 2021. ROBERTO INÁCIO BARBOSA – Presidente da Fundação Educacional de Ituverava.

## FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA

CNPJ: 45.332.194/0001-60
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2021**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2021 – CONVITE DE PREÇOS Nº. 001/2021 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE DOIS WORKSHOPS (COM PALESTRAS, APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS NA FORMA DE PAINEL E MINICURSO) REFERENTE AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS", ORIUNDO DO CONVÊNIO COM O FEHIDRO NO PROCESSO 2019-SMG-COB-9, CONTRATO 147/2020, POR 18 (DEZOITO) MESES. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2021 – CONTRATANTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA – CNPJ: 45.332.194/0001-60 – CONTRATADA: OFICINA DE EVENTOS BUFFET E FORMATURAS LTDA ME – CNPJ: 08.147.226/0001-21 – VALOR DO CONTRATO: R$ 109.580,00. DATA DA ASSINATURA: 10 DE MARÇO DE 2021. VIGÊNCIA: 18 MESES. Ituverava, 10 de março de 2021. ROBERTO INÁCIO BARBOSA – Presidente da Fundação Educacional de Ituverava.

## Sharon Labs Brasil Ltda.

CNPJ nº 13.835.167/0001-14
**Convocação para a Reunião de Sócios**

Nos termos do Artigo 6° do Contrato Social da **Sharon Labs Brasil Ltda**. ("Sociedade"), venho com a presente convocá-lo para a reunião de sócios da Sociedade, a realizar-se em 01 de abril de 2021, às 10h00, em primeira convocação, ou às 11h00, em segunda convocação, remotamente, por meio de sistema eletrônico (conforme instruções abaixo), nas formas permitidas na Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, e na Lei Federal nº 14.030, de 28 de julho de 2020. Em conformidade com o disposto no Artigo 1º, §3º da referida Instrução Normativa, considerar-se-á que a reunião ocorrerá na sede da Sociedade, na Cidade de Indaiatuba, no Estado de São Paulo, na Rua Eduardo Borsari, n° 1679, Distrito Industrial Domingos Giomi, CEP 13.347-320, para deliberaram sobre a substituição do Gerente Geral da Sociedade, Sr. George Pikielny, em razão de seu falecimento. Data: 01/04/2021. Início: 10h00 em primeira convocação caso tenha atingido o quórum legal ou em segunda convocação às 11h00 com qualquer dos presentes. Transmissão: Plataforma Teams ou similar. Dados de acesso: Serão enviados, até 05 dia úteis antes da data de realização da reunião, por e-mail. São Paulo, 10 de março de 2021. Atenciosamente, **Sharon Laboratories Ltd.** p.p. Maria Alice Pikielny Schmuziger.

## Agrícola Mantiqueira S.A.

CNPJ/MF nº 30.657.295/0001-34 – NIRE 35.300.517.521
**Assembléia Geral Ordinária – Edital de Convocação**

O Diretor Executivo da Agrícola Mantiqueira S.A. com sede na Estrada Vicinal Alberto Bartholomei-Bartho – Sítio São José II – Bairro Albertão, Comarca de Espírito Santo do Pinhal-SP, convoca todos os acionistas para a AGO, que se realizará no **dia 27/03/2021, às 09h00 em 1ª convocação e às 09h30 em 2ª convocação**, via online para deliberar sobre as seguintes ordem do dia: 1) Aumento do Capital Social em 2.536.717,79; 2) Aprovação das contas encerradas em 31/12/2020; 3) Eleição da Diretoria; 4) Eleição do Conselho de Administração; 5) Encerramento da filial com sede a Rua Jacob Worms, nº 206, Vila de Fátima, Espírito Santo do Pinhal-SP; 6) Inclusão da atividade econômica de Fabricação de vinhos – CNAE 1127-7/00; 7) Chamada de Capital específica para unificação safra 2021. **Informações Gerais:** As Assembléias instalar-se-ão em 2ª convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um terço do capital com direito a voto. Espírito Santo do Pinhal, 08/03/2021. **Agrícola Mantiqueira S.A.** ***João Batista Detore** – Diretor Executivo.*
(11, 12 e 13/03/2021)

## Jumil – Justino de Morais, Irmãos S/A.

CNPJ/MF nº 44.944.668/0001-62 – NIRE 35.300.014.481
**Convocação**

Ficam os Senhores Acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22 de março de 2021, às 07h00, na Sede Social, Avenida Moacyr Dias de Morais, nº 1043, Riachuelo, Batatais, SP. **Ordem do Dia da AGO: a)** Tomada de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019; **c)** Aprovar o Planejamento Estratégico da Sociedade; **d)** Ratificação do montante global, mensal, da remuneração da Diretoria, relativo ao ano de 2019. **e)** Escolher e destituir auditores independentes.

Batatais, 11 de março de 2021.
***Fabrício Rosa de Morais** – Diretor Presidente.*
(12, 13 e 16/03/2021)

## Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56
**COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores**

PROCESSO: 001/0708/003.146/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2021. OFERTA DE COMPRA: 895000801002021OC00046. OBJETO: SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BANCOS E ARMÁRIOS EM AÇO INOX PARA VESTIÁRIO, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 26/03/2021 a partir das 09:30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 15/03/2021, site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital está disponível também no site: http://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/srp-pregao-eletronico-.

## Jumil – Justino de Morais, Irmãos S/A.

CNPJ/MF nº 44.944.668/0001-62 – NIRE 35.300.014.481
**Aviso aos Acionistas**

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Companhia, na Avenida Moacyr Dias de Morais, nº 1.043, Batatais, SP, CEP 14.315-358, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Batatais, 10 de março de 2021.
***Fabrício Rosa de Morais** – Diretor Presidente.*
(11, 12 e 13/03/2021)

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO OLD BRIDGE FIP REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: 56E246E3-AFBD-40A2-98BD-E4001C0C05C2

**OLD BRIDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**
**CNPJ/ME nº 21.254.881/0001-47**

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2021**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL**: Aos 15 (quinze) de março de 2021, às 9h00min, na sede da **BRL Trust Investimentos Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob nº 23.025.053/0001/62 ("Administrador"), conforme estabelecido no parágrafo primeiro do Artigo 29 do regulamento do Fundo ("Regulamento").

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros do Comitê de Investimentos do **OLD BRIDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 21.254.881/0001-47 ("Fundo"), tendo-se verificado quórum de instalação e aprovação, bem como da gestora do Fundo, **VERUS GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.968.113/0001-97 ("Gestora").

**ORDEM DO DIA:** Deliberar, nos termos do Artigo 28 do Regulamento, sobre as seguintes matérias: **(i)** ratificar a orientação de votos proferidos pela Gestora, em nome do Fundo, em Assembleia Geral Extraordinária da **CDF Assistência e Suporte Digital S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob nº 08.769.874/0001-10 e NIRE 35.300.421.884, com sede na cidade de cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 186, conjuntos 201 a 213 e 609 a 612, Alto de Pinheiros, CEP 05428-000 ("Companhia"), realizada no dia 9 de março de 2021, às 10h00min ("AGE"), no sentido de serem aprovadas as matérias constantes da ordem do dia da AGE; **(ii) (a)** a autorização e recomendação, conforme aplicável, da alienação de ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade do Fundo ("Ações"), por meio de uma oferta pública primária e secundária de distribuição de Ações, a ser realizada na B3, nos termos da Instrução da CVM n° 400, de 12 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400" e "Oferta", respectivamente); e **(b)** autorizar a Gestora a tomar, em nome do Fundo, todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta, conforme descrita no item "(a)" acima; e **(iii)** a autorização para que a Gestora tome todas as providências e pratique todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, celebração, em nome do Fundo, de formulários cadastrais, termos de transferências de ações, cartas, anexos, entre outros documentos, visando a implementação das deliberações citadas acima.

**DELIBERAÇÕES:** Os membros do Comitê decidiram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições:

**(i)** ratificar a orientação de votos proferidos pela Gestora, em nome do Fundo, na AGE, no sentido de serem aprovadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia da AGE:

**(a)** a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("ICVM 480");

DocuSign Envelope ID: 56E246E3-AFBD-40A2-98BD-E4001C0C05C2

**(b)** a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (1) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; e (2) do pedido de adesão da Companhia ao segmento Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado;

**(c)** a realização de Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e as demais disposições legais aplicáveis. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

**(d)** a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, ficando desde já autorizada a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para o cumprimento da autorização prevista no item (c) acima

(ii) **(a)** autorizar e recomendar, conforme aplicável, da alienação das Ações, por meio da Oferta; e **(b)** autorizar a Gestora a tomar, em nome do Fundo, todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta; e

(iii) autorizar que a Gestora tome todas as providências e pratique todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, celebração, em nome do Fundo, de formulários cadastrais, termos de transferências de ações, cartas, anexos, entre outros documentos, visando a implementação das deliberações citadas acima.

**VI. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

São Paulo, 15 de março de 2021.

_____ _____

**DIMAS DE CAMARGO MAIA FILHO** **GILBERTO LEITE CESAR FILHO**

_____

**VERUS GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.**

Gestora

**MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CDF ASSISTÊNCIA E SUPORTE DIGITAL S.A.**

CNPJ/ME nº 08.769.874/0001-10
NIRE 35.300.421.884

**Ata de Reunião do Conselho de Administração**
**realizada em [•] de [•] de 2021**

**1. Data, Hora e Local**: Aos [•] ([•]) de [•] de 2021, às [•], na sede da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia"), na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000.

**2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

**3. Mesa:** Sr. Eugênio Emílio Staub Filho – Presidente; Sr. Tiago Bannitz Machado – Secretário.

**4. Ordem do Dia**: no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada [nesta data / em [•] de [•] de 2021] ("Oferta"), deliberar sobre as seguintes matérias:

**(i)** a fixação do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta ("Ações" e "Preço por Ação", respectivamente);

**(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.");

**(iii)** a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações;

**(iv)** a aprovação dos direitos atribuídos às novas Ações;

**(v)** a verificação da subscrição das Ações distribuídas no âmbito da Oferta e a

homologação do novo capital social da Companhia; e

**(vi)** a autorização para a Diretoria da Companhia emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar o ["Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A.", o "*Placement Facilitation Agreement"*, o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A."] e todos os outros contratos e documentos que se fizerem necessários no âmbito da Oferta (os "Documentos da Oferta").[1]

**5. Deliberações**: Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração:

**(i)** a fixação do Preço por Ação em R$ [●] ([●]), com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), conduzido exclusivamente com investidores profissionais no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta (conforme definidos no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A.), nos termos do artigo 23, parágrafo primeiro, e artigo 44 da Instrução nº 400, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. De acordo com o artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III da Lei das S.A., a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e pelo fato de as Ações serem distribuídas por meio de uma oferta pública, na qual o preço de mercado das Ações foi definido com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding;*

**(ii)** o aumento no capital social da Companhia, de R$ 7.654.157,59 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) para R$ [●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) Ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, para subscrição pública no âmbito da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso

[1] Nota à Minuta. a confirmar quais contratos deverão ser firmados pela Companhia.

I, da Lei das S.A. e com o Estatuto Social da Companhia. Do Preço por Ação de R$ [●] ([●] reais): **[**(a) o valor de R$ [●] ([●]) será destinado à conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$ [●] ([●]) em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente será destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R$ [●] ([●]) destinada à reserva de capital**]**[2];

**(iii)** a integralização das Ações sujeitas à Oferta deverá ser feita em moeda corrente nacional, na data de liquidação da Oferta, nos termos das cláusulas aplicáveis do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da CDF Assistência e Suporte Digital S.A.;

**(iv)** a atribuição, aos titulares das novas Ações emitidas em virtude do aumento do capital social da Companhia, dos mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das Ações previamente emitidas pela Companhia, de acordo com a Lei das S.A., o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia, a partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta;

**(v)** a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [●] ([●]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$ [●] ([●] reais), dividido em [●] ([●]) Ações. O Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral de acionista a proposta para alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o novo capital social após o aumento ora aprovado; e

**(vi)** autorizar a Diretoria da Companhia a emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar os Documentos da Oferta.

**6.** **Encerramento**: Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Conselheiros Presentes: [●].

Certifico que esta ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio.

---

[2] Nota à Minuta. a ser confirmado se parte do valor subscrito será destinado à conta de ágio.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

| | |
|---|---|
| **Eugênio Emílio Staub Filho** | **Tiago Bannitz Machado** |
| Presidente | Secretário |

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

## CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

# Relatório da Administração

## A Companhia

Acreditamos ser a maior provedora de suporte tecnológico premium (PTS) do Brasil. Também somos especializados em serviços de instalação e assistência residencial. Somos uma equipe comprometida, objetiva e atenciosa que resolve dúvidas e problemas dos nossos usuários.

Oferecemos soluções de assistência para atender as necessidades de consumidores e parceiros comerciais, através de uma central de especialistas para suporte remoto e uma rede de técnicos para atendimento presencial.

## Breve Retrospectiva

A Companhia foi fundada em 2007 com o lançamento do Suporte Tecnológico Preminum Remoto e início da distribuição de seus serviços no canal das seguradoras.

Em 2010, ingressamos no varejo nacional e demos início ao programa Educa CDF. Essa iniciativa concede bolsas de estudo para todos os nossos colaboradores que queiram estudar englobando qualquer área de conhecimento. Entendemos que temos um papel relevante na melhoria das condições de vida de nossos colaboradores.

Em 2012, passamos a atuar junto a operadoras de telecomunicação ampliando o portfólio de serviços que passou a incluir instalação de equipamentos de áudio e vídeo e serviços de suporte tecnológico presencial.

Em 2014, continuamos a expandir nosso portfólio com a inclusão de serviços de instalação de equipamentos de linha branca e iniciamos o atendimento ao varejo regional.

Em 2015, incluímos a assistência residencial e proteção digital no rol de serviços por nós prestados.

Em 2017, realizamos a aquisição da Tectotal uma empresa pioneira na prestação de serviços de instalação, configuração, integração, orientação e personalização de equipamentos digitais para o cliente final do varejo, operadoras e provedores. No mesmo ano realizamos mais uma expansão em nosso portfólio e passamos a atuar com impermeabilização de estofados e colchões.

Entre 2019 e 2018, passamos a oferecer serviços de instalação de ar-condicionado, casa conectada e montagem de pneus e assistência auto e moto a nossos clientes.

No ano de 2020, realizamos mais uma aquisição e incluímos à Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda (atualmente denominada CDF Assistências Ltda. ("CDF Assistência")) no portfólio de empresas da Companhia, com atuação no Brasil há mais de 30 anos, buscando neste tempo construir sólidas parcerias com o objetivo de complementar ou expandir os negócios dos clientes, oferecendo serviços de assistência 24horas a seus consumidores, nas linhas Auto, Viagem, Saúde, Concierge e Home foi uma oportunidade de aquisição estratégica para a Companhia. Ainda em 2020, recebemos a premiação Ouro Cliente S.A. na categoria líder em projeto de integração.

## Estratégia

Com o objetivo de aumentarmos o número de parceiros comerciais por meio de contratos com grandes redes varejistas e incrementarmos nosso portfólio de serviços fornecendo capacidade técnica para prestação de novos serviços, concluímos o processo de aquisição da CDF Assistência em março de 2020. O valor da operação foi de R$ 6.472 mil e já estamos colhendo resultados positivos dessa aquisição. Em 2020, a CDF Assistência contribuiu para o resultado operacional da Companhia com receita líquida de R$ 26.443 mil e lucro antes dos impostos de R$ 5.191 mil representando, respectivamente, 15,1% da nossa receita líquida consolidada e 17,8% do nosso lucro antes dos impostos consolidado.

**Desempenho operacional e financeiro**

Receita líquida

No exercício de 2020, fomos impactados por uma forte redução no faturamento, principalmente no primeiro semestre do ano, em função da pandemia do COVID-19. Nossa receita líquida consolidada reduziu R$ 17.118 mil no exercício de 2020, quando comparada ao exercício de 2019. Entre os meses de março e maio a maior parte das lojas de nossos parceiros comerciais varejistas ficaram fechadas em função das regras de distanciamento social impostas pelas autoridades brasileiras. Além disso, ao final do exercício de 2019 um de nossos parceiros comerciais, o qual estava enfrentando problemas societários, decidiu descontinuar a venda de nossos serviços. Esses dois fatores impactaram de forma negativa nossas operações, mas foram parcialmente compensados por receitas adicionais advindas da aquisição da CDF Assistência no primeiro trimestre de 2020.

Nossa receita líquida consolidada reduziu R$ 1.948 mil no exercício de 2019, quando comparada ao exercício de 2018. Essa redução deve-se, principalmente, a descontinuidade de serviço de Help Desk de informática em um grande parceiro comercial. A decisão de descontinuar a operação deste serviço baseou-se na percepção de que referido serviço estava canibalizando outros serviços vendidos pelo parceiro comercial que geravam maiores margens para a Companhia, além disso, este serviço apresentava um baixo ticket médio.

Entre 2020 e 2018, renovamos contrato com 3 (três) parceiros comerciais que envolveram investimentos financeiros relevantes de nossa parte totalizando R$ 124.360 mil. Esses contratos tiveram como contrapartida metas de vendas estabelecidas e volume financeiro mínimo garantido durante sua vigência.

Custo dos serviços prestados

No exercício de 2020, houve redução de R$ 12.200 mil em nosso custo dos serviços prestados consolidado. Essa redução deve-se, principalmente, por dois motivos, primeiro em função da redução do volume de vendas principalmente impactado pela pandemia da COVID-19; e segundo pelo encerramento de contrato com um de nossos parceiros comerciais ao final de 2019. Além disso, dois parceiros comerciais que tiveram seus contratos renovados com base em pagamentos antecipados efetuados por nós para fins de renovação dos contratos tiveram problemas para garantir o volume financeiro mínimo garantido em função do fechamento de suas lojas. Apesar disso, honraram suas obrigações contratuais junto à Companhia, havendo uma redução nos custos de intermediação de vendas desses contratos.

Nosso custo dos serviços prestados consolidado reduziu R$ 10.069 mil no exercício de 2019, quando comparado ao exercício anterior. Essa redução está relacionada, principalmente, a redução dos custos de intermediação de vendas pagas a um dos nossos principais parceiros comerciais. No exercício de 2018, efetuamos a renovação do contrato com esse parceiro comercial, tal renovação englobou metas de vendas e volume financeiro mínimo garantido, como contrapartida a pagamento antecipado realizado por nós ao parceiro que totalizou R$ 100.000 mil. No exercício de 2019, o volume financeiro desse contrato ficou abaixo do mínimo garantido e pelas cláusulas contratuais tivemos uma redução no pagamento da comissão de vendas desse parceiro comercial o que gerou a redução de nossos custos.

Lucro bruto e Margem Bruta

Devido aos fatores discutidos acima, houve uma redução de R$ 4.918 mil em nosso lucro bruto no exercício de 2020, quando comparado ao exercício anterior. Já no exercício de 2019, nosso lucro bruto consolidado aumentou R$ 8.121 mil, quando comparado ao exercício anterior.

Apesar da redução observada em nossa receita líquida consolidada, nossa conseguimos aumentar consistentemente nossa margem bruta que passou de 49,7% no exercício de 2018 para 57,0% no exercício de 2020.

Despesas administrativas e comerciais

No exercício de 2020, nossas despesas administrativas e comerciais consolidadas aumentaram R$ 5.846 mil. Esse aumento deve-se, principalmente, a devolução de 2/3 do espaço físico locado por nós que gerou multas rescisórias, sendo essa uma despesa pontual que proporcionará reduções de despesa no longo prazo. Outro importante aumento de despesa foi relacionado a continuidade do processo de melhoria dos sistemas e infraestrutura de tecnologia da informação, as despesas com tecnologia da informação aumentaram R$ 1.381 mil no exercício de 2020, quando comparadas ao exercício anterior. Por fim, gostaríamos de destacar o aumento no nosso quadro administrativo nas áreas de marketing, produtos, qualidade e gestão operacional para suportar os planos de crescimento da Companhia dos próximos anos, que culminou com um aumento de R$ 2.891 mil nas despesas com pessoal no exercício de 2020, quando comparado ao exercício anterior.

No exercício de 2019, nossas despesas administrativas e comerciais consolidadas aumentaram R$ 855 mil, quando comparadas ao exercício anterior. Como principais variações podemos destacar, principalmente, o aumento das despesas relacionadas ao processo de digitalização dos últimos anos com aumento das despesas com tecnologia da informação de R$ 545 mil no exercício de 2019, quando comparada ao

exercício de 2018. Além disso, houve um aumento das despesas com serviços de terceiros de R$ 229 mil relacionadas, entre outras coisas, à aquisição da Inter Partner Assistance.

Buscamos investir em capital humano e em tecnologias para estarmos preparados para um novo ciclo de crescimento. Nosso número de colaboradores passou de 548 em 2018 para 477 em 2019 e atingiu 530 em 2020. Com isso, nossas despesas com pessoal totalizaram R$ 33.480 mil no exercício de 2018, R$ 31.878 mil no exercício de 2019 e R$ 34.769 mil no exercício de 2020. A nossa preparação para suportar nossa estratégia está em curso e acreditamos estar com as pessoas certas com incentivos de longo prazo e focadas na fase de crescimento que estamos planejando para os próximos anos.

Lucro líquido

Nosso lucro líquido consolidado reduziu R$ 1.422 mil no exercício de 2020, quando comparado ao exercício anterior. Essa redução ocorreu, principalmente, em função da redução de R$ 4.918 mil no lucro bruto consolidado, somado ao aumento de despesas administrativas e comerciais de R$ 5.846 mil, parcialmente compensados pela contabilização da compra vantajosa da aquisição da Inter Partner Assistance no valor de R$ 9.429 mil e redução da despesa de imposto de renda e contribuição social de R$ 5.192 mil.

Nosso lucro líquido consolidado aumentou R$ 797 mil, quando compara ao exercício anterior. Este aumento deve-se, principalmente, pelo aumento do lucro bruto consolidado de R$ 8.121 mil, parcialmente compensado pelo aumento das despesas administrativas e comerciais em R$ 855 mil e pelo aumento das despesas financeiras em R$ 596 mil. Para fazer frente aos investimentos necessários para a renovação dos contratos com 3 (três) parceiros comerciais, a Companhia aumentou seu endividamento o que gerou uma piora no seu resultado financeiro.

O ano de 2020 foi bastante desafiador para o ambiente de negócios no país, convivemos com a pandemia do COVID-19 que trouxe efeitos negativos sem precedentes para os mercados. O necessário distanciamento social adotado para combater a pandemia prejudicou a geração da oferta e da demanda de todos os setores da economia. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o setor de serviços apresentou uma retração de 7,8% em comparação ao ano de 2019. Diante desse cenário adverso, a CDF sofreu impactos relevantes no seu negócio principalmente no 1º semestre de 2020. Entre os meses de março e maio a maior parte das lojas dos nossos parceiros comerciais varejistas tiverem suas portas fechadas em função das regras de distanciamento social impostas pelas autoridades brasileiras. Essa realidade fez com que o volume de venda de serviços tivesse uma forte queda nesse período (-23,15% vs. 2019) e por consequência o volume de atendimentos remotos e presencias da Companhia também foram reduzidos.

Após 15 dias do estabelecimento da quarentena no país, a CDF se organizou e conseguiu prover infraestrutura de TI para que 100% dos seus funcionários passassem a trabalhar de casa acessando todos os sistemas de tecnologia e telecomunicações da Companhia. A liderança da Companhia avaliou que a produtividade do corpo administrativo de seus funcionários se manteve nos níveis pré-pandemia e que a qualidade dos serviços prestados pelos funcionários do grupo de atendimento também se manteve em patamares iguais ou maiores do que quando trabalhavam no escritório. Essa realidade fez com que fosse definido que mesmo após o final da pandemia a Companhia estabelecerá uma prática híbrida de trabalho entre escritório e o trabalho remoto (home office). Os funcionários administrativos passarão a trabalhar 60% do tempo no escritório e 40% em casa e os funcionários do atendimento trabalharão 10% do tempo no escritório e 90% em casa. Essa decisão possibilitou a devolução de 2/3 do espaço de escritório que a CDF tinha em locação. O valor das multas rescisórias pagas referentes aos contratos desses imóveis foi de R$ 1.260. Outro efeito importante ligado a essa decisão foi a redução do custo mensal de vale transporte dos funcionários. Estes eventos contribuíram para redução das despesas da Companhia, melhorando a rentabilidade da sua operação. Outra importante ação da CDF para minimizar o impacto da pandemia em seu resultado foi a utilização da Medida Provisória n° 936 aprovada pelo governo federal suspendendo e/ou reduzindo a jornada de trabalho de boa parte dos funcionários da Companhia até que o volume de atendimentos voltasse a patamares mais altos.

A partir do mês de julho de 2020 o efeito da pandemia no varejo brasileiro diminuiu e as lojas que estavam fechadas puderam ser reabertas. Em função da retomada das vendas no varejo e do aumento da confiança do consumidor brasileiro, no 2º semestre de 2020, a CDF apresentou um acelerado crescimento do seu faturamento e do seu volume de atendimentos remotos e presenciais. Essa forte retomada mostra que os serviços prestados pela Companhia têm um grande valor percebido por seus clientes e parceiros comerciais.

| | 1º Semestre | 2º Semestre | Total |
|---|---|---|---|
| | 2020 vs. 2019 | 2020 vs. 2019 | 2020 vs. 2019 |
| Faturamento (i) | -23,15% | +13,16% | -4,08% |
| # Atendimentos Remotos | -35,7% | +18,7% | -12,4% |
| # Atendimentos Presenciais | -3,9% | +27,5% | +13,3% |

*(i) Não leva em consideração o efeito do diferimento das receitas dos serviços prestados ao longo do tempo dos contratos.*

A performance da CDF no 2º semestre de 2020 mostrou a resiliência do seu modelo de negócio, a qualidade de suas parcerias comerciais e a capacidade que a Companhia tem de adequar sua estrutura operacional à realidade da demanda por seus serviços.

Apesar de todos os desafios, em 2020 a Companhia continuou a execução de seu plano estratégico aumentando os seus canais de distribuição e seu portfólio de serviços. A aquisição da operação brasileira da Inter Partner Assistance Prestadora De Serviços De Assistência 24 Horas Ltda (CDF Assistência) feita em março de 2020 foi muito importante, trazendo contratos com algumas grandes redes varejistas e ampliando o portfólio de serviços da Companhia nas atividades de assistência automotiva e assistência funeral. Outra importante conquista da CDF foi o início da relação comercial com empresas do setor de gás e energia, que tem um grande potencial para se tornar um novo e importante canal de distribuição dos serviços da empresa.

A Companhia tem aumentado sua base de clientes ativos desde 2018 em função da sua estratégia de aumento de canais de distribuição e diversificação do seu portfólio de serviços.

Considerando os impactos severos do Covid-19 no decorrer do 1º semestre e retomada com crescimento do 2º semestre, a administração avaliou suas operações e possíveis impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Foram avaliados: i) a possível deterioração do crédito que poderia impactar no fluxo de caixa das operações; ii) a capacidade dos varejistas para arcarem com os pagamentos de upfronts determinados nos contratos (classificados na rubrica "custos e despesas antecipadas"; iii) as estimativas de realização dos ativos financeiros e não financeiros, incluindo ágio; iv) a existência de potenciais contratos onerosos; e não foram observados indicadores que pudessem resultar na contabilização de provisões para ajustes ao valor de realização ou quaisquer outras provisões ou passivos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia seguirá monitorando a situação da pandemia para manter atualizadas as suas projeções de geração de resultados e correspondentes análises de eventuais efeitos nas nessas demonstrações financeiras.

A administração da Companhia tem convicção que a empresa encerrou o período de 2018 a 2020 mais forte do que quando entrou. A força dos seus contratos comerciais com volume financeiro mínimo garantido, os novos parceiros comercias e novos serviços provenientes da aquisição da Inter Partner Assistance, os investimentos na digitalização da prestação dos seus serviços, o fortalecimento de sua equipe administrativa, somado a redução de seus custos e despesas através da implantação da modalidade do trabalho remoto (home office), diminuindo espaço físico de escritório e valores de transporte para os funcionários, são pilares importantes que foram construídos para ajudar a Companhia a seguir sua trajetória de crescimento.

**Declaração da Diretoria Estatutária**

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**Relacionamento com os auditores independentes**

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram durante os exercícios de 2020, 2019 e 2018 outros serviços que não os relacionados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes**

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **CDF Assistência e Suporte Digital S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06.454-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 08.769.874/0001-10, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.421.884 ("Companhia"), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 16 de março de 2021

**Eugênio Emílio Staub Filho**
Diretor Presidente

**Tiago de Paula Bannitz Machado**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**CDF Assistência e Suporte Digital S.A.**
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4 (v), em decorrência da apresentação das demonstrações do valor adicionado, das informações por segmentos e resultado por ação, e aprimoramento de certas divulgações em notas explicativas, além da reapresentação de certos saldos contábeis devido à revisão de política contábil que a administração entende melhor refletir as operações da Companhia e devido à correção de erros descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados conforme previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada à esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

<u>Cláusulas restritivas incidentes sobre empréstimos e financiamentos – “covenants”</u>

Em 31 de dezembro de 2020, conforme nota explicativa 16, a Companhia possui registrado empréstimos e financiamentos no montante de R$155.744 mil, na controladora e no consolidado, sendo R$125.818 mil classificados no passivo não circulante, representando, respectivamente, 55% e 45% do total do passivo e do patrimônio líquido naquela data. Esses empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao cumprimento de certas cláusulas restritivas anuais (“covenants”), os quais são calculados por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Consideramos como um principal assunto de auditoria pois o descumprimento desses “covenants” poderia resultar na declaração de vencimento antecipado desses empréstimos e financiamentos, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente os respectivos valores em aberto na data de eventual decretação, impactando de forma significativa sua posição patrimonial e financeira, motivo pelo qual consideramos o cumprimento dessas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais (“covenants”) desses empréstimos e financiamentos, e; (ii) análise e recálculo independente dos indicadores desses “covenants” efetuado pela administração. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 16 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos “covenants”, adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Combinação de negócios - CDF Assistência Ltda.

Em 03 de março de 2020, conforme nota explicativa 2.1, a Companhia adquiriu o controle da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atual CDF Assistência Ltda.), empresa que atua substancialmente no mesmo segmento de negócios da Companhia, pelo valor de R$6.472 mil. Pela aquisição do controle, a Companhia reconheceu e mensurou, em suas demonstrações financeiras consolidadas, os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como mensurou e reconheceu ganho proveniente de compra vantajosa, apurado na combinação de negócios, no valor de R$9.429 mil.

A determinação da data de aquisição do controle e, especialmente, a alocação do preço de aquisição aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos que resultaram na apuração da compra vantajosa, envolveram o uso de especialistas externos pela administração, o exercício de julgamentos e a consideração de estimativas relevantes, principalmente na determinação da dos valores alocados a carteira de clientes, principal objeto da aquisição da controlada. Tais estimativas para serem realizadas necessitam de dados e premissas subjetivas, como por exemplo, taxas de cancelamentos de clientes (“churn rate”), fluxos de caixa descontados estimados, dentre outras, o que aumenta os riscos de mensuração e alocação do preço de compra.

Consideramos como um principal assunto de auditoria devido os valores envolvidos, assim como uso de estimativas e julgamentos relevantes adotados pela administração na determinação da alocação do preço de aquisição, que podem ter impacto relevante na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição da CDF Assistência Ltda., análise dos atos societários relevantes e dos principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição; (ii) entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra; (iii) obtenção das informações financeiras auditadas da CDF Assistência Ltda., cujos valores contábeis foram considerados na alocação do preço de compra; (iv) revisão da avaliação pela administração das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a CDF Assistência Ltda.; (v) avaliação da competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra; (vi) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração e na avaliação das principais premissas, estudos técnicos e projeções adotadas para identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, as quais foram comparadas com informações históricas disponíveis; (vii) avaliação dos principais impactos contábeis e fiscais resultantes da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que a metodologia, os julgamentos e as premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Building a better working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador CRC-1SP234620/O-4

# CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

**Índice**


| | |
|---|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 1 |
| Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas | |
| Balanços patrimoniais | 5 |
| Demonstrações dos resultados | 7 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 11 |

# CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| | | | Reapresentado | Reapresentado | | Reapresentado | Reapresentado |
| **Ativo** | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 17.639 | 586 | 1.360 | 32.743 | 1.915 | 2.927 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 20.407 | 24.594 | 22.973 | 40.919 | 30.107 | 31.117 |
| Impostos a recuperar | 8 | 6.953 | 4.859 | 3.086 | 10.460 | 5.893 | 3.770 |
| Custos e despesas antecipadas | 10 | 14.636 | 23.174 | 21.952 | 23.431 | 27.042 | 24.498 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5.3 | 693 | - | - | 693 | - | - |
| Outros ativos | | 1.970 | 757 | 2.391 | 8.611 | 768 | 2.418 |
| **Total do ativo circulante** | | **62.298** | **53.970** | **51.762** | **116.857** | **65.725** | **64.730** |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 7 | 1.412 | 817 | - | 1.412 | 817 | - |
| Partes relacionadas | 9 | 42.579 | 33.428 | 31.192 | 25.562 | 33.428 | 31.192 |
| Custos e despesas antecipadas | 10 | 72.922 | 79.668 | 86.549 | 98.502 | 79.668 | 86.549 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 29 | 287 | 89 | - | 1.164 | 1.871 | 3.145 |
| Depósitos judiciais | 22 | 75 | 51 | 33 | 891 | 242 | 222 |
| Investimentos | 11 | 33.137 | 6.754 | 5.839 | - | - | - |
| Imobilizado | 12 | 3.528 | 2.910 | 3.101 | 3.760 | 2.910 | 3.102 |
| Intangível | 13 | 8.722 | 9.653 | 9.767 | 29.210 | 9.653 | 9.767 |
| Ativo de direito de uso | 14 | 3.418 | 4.116 | - | 3.418 | 4.116 | - |
| **Total do ativo não circulante** | | **166.080** | **137.486** | **136.481** | **163.919** | **132.705** | **133.977** |
| **Total do ativo** | | **228.378** | **191.456** | **188.243** | **280.776** | **198.430** | **198.707** |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| **Passivo** | | | Reapresentado | Reapresentado | | Reapresentado | Reapresentado |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Fornecedores | 18 | 12.326 | 12.246 | 12.924 | 34.076 | 14.806 | 18.077 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 29.926 | 32.134 | 19.258 | 29.926 | 32.134 | 19.258 |
| Debêntures | 15 | - | 1.315 | 3.453 | - | 1.315 | 3.453 |
| Passivos de arrendamento | 14 | 894 | 1.760 | - | 894 | 1.760 | - |
| Receitas diferidas | 17 | 16.735 | 18.894 | 18.585 | 43.396 | 27.115 | 25.204 |
| Partes relacionadas | 9 | 15.519 | 7.987 | 4.963 | 8.257 | 1.985 | 1.035 |
| Obrigações tributárias | 19 | 585 | 3.302 | 2.899 | 4.198 | 4.351 | 3.588 |
| Salários e encargos sociais | 20 | 4.698 | 4.252 | 6.946 | 5.204 | 4.737 | 7.382 |
| Valores a pagar por aquisição controlada | 21 | 2.107 | - | - | 2.107 | - | - |
| **Total do passivo circulante** | | **82.790** | **81.890** | **69.028** | **128.058** | **88.203** | **77.997** |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 125.818 | 92.899 | 106.990 | 125.818 | 92.899 | 106.990 |
| Debêntures | 15 | - | - | 630 | - | - | 630 |
| Passivos de arrendamento | 14 | 2.832 | 2.482 | - | 2.832 | 2.482 | - |
| Receitas diferidas | 17 | - | - | - | 4.183 | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5.3 | 93 | - | - | 93 | - | - |
| Valores a pagar por aquisição controlada | 21 | 2.107 | - | - | 2.107 | - | - |
| Provisões para contingências | 22 | 125 | 263 | - | 2.670 | 351 | 556 |
| Parcelamentos fiscais | 20 | - | - | - | 402 | 573 | 939 |
| **Total do passivo não circulante** | | **130.975** | **95.644** | **107.620** | **138.105** | **96.305** | **109.115** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | | | |
| Capital social | 23 | 7.654 | 15.693 | 11.452 | 7.654 | 15.693 | 11.452 |
| Reserva de capital - especial de ágio | | 5.428 | 5.428 | 5.428 | 5.428 | 5.428 | 5.428 |
| Reserva de dividendos | | - | - | 81 | - | - | 81 |
| Reserva legal | | 1.531 | 1.416 | 2.290 | 1.531 | 1.416 | 2.290 |
| Reserva de lucros | | - | 1.413 | 1.413 | - | 1.413 | 1.413 |
| Prejuízos acumulados | | - | (10.028) | (9.069) | - | (10.028) | (9.069) |
| **Total do patrimônio líquido** | | **14.613** | **13.922** | **11.595** | **14.613** | **13.922** | **11.595** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **228.378** | **191.456** | **188.243** | **280.776** | **198.430** | **198.707** |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| | | | Reapresentado | Reapresentado | | Reapresentado | Reapresentado |
| Receita líquida | 24 | 102.593 | 159.886 | 165.175 | 174.881 | 191.999 | 193.947 |
| Custo dos serviços prestados | 25 | (38.020) | (69.145) | (81.205) | (75.205) | (87.405) | (97.474) |
| Lucro bruto | | **64.573** | **90.741** | **83.970** | **99.676** | **104.594** | **96.473** |
| Despesas administrativas e comerciais | 26 | (55.898) | (55.605) | (53.797) | (61.859) | (56.013) | (55.158) |
| Equivalência Patrimonial | 11 | 23.609 | 8.841 | 7.255 | - | - | - |
| Outras despesas e receitas | 27 | 8.538 | (639) | (473) | 9.195 | (1.126) | (599) |
| Lucro antes do resultado financeiro | | **40.822** | **43.338** | **36.955** | **47.012** | **47.455** | **40.716** |
| Resultado financeiro | | | | | | | |
| Receitas financeiras | 28 | 2.933 | 2.720 | 2.649 | 3.656 | 2.946 | 2.818 |
| Despesas financeiras | 28 | (20.230) | (13.996) | (8.444) | (21.486) | (14.061) | (8.587) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | **23.525** | **32.062** | **31.160** | **29.182** | **36.340** | **34.947** |
| Imposto de renda e contribuição social | 29 | 200 | (6.915) | (7.537) | (5.457) | (11.193) | (11.324) |
| Lucro líquido do exercício | | **23.725** | **25.147** | **23.623** | **23.725** | **25.147** | **23.623** |
| Lucro básico e diluído por ação | (em R$) | 0,79 | 0,84 | 0,79 | 0,79 | 0,84 | 0,79 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2020** | **2019** | **2018** | **2020** | **2019** | **2018** |
| | | Reapresentado | Reapresentado | | Reapresentado | Reapresentado |
| Lucro líquido do exercício | 23.725 | 25.147 | 23.623 | 23.725 | 25.147 | 23.623 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 23.725 | 25.147 | 23.623 | 23.725 | 25.147 | 23.623 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | Notas | Capital social | Reserva de capital especial de Ágio | Reserva de dividendos | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucro (prejuízos) acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2018** | | **11.452** | **-** | **81** | **2.290** | **1.413** | **-** | **15.236** |
| Efeito da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 1º janeiro de 2018 | | - | - | - | - | - | (12.402) | (12.402) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 23.623 | 23.623 |
| Distribuição de dividendos | | - | - | - | - | - | (20.290) | (20.290) |
| Transações entre sócios | | - | 5.428 | - | - | - | - | 5.428 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)** | 23 | **11.452** | **5.428** | **81** | **2.290** | **1.413** | **(9.069)** | **11.595** |
| Subscrição de capital social | | 4.241 | - | (81) | (2.290) | - | (1.870) | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 25.147 | 25.147 |
| Reserva legal | | - | - | - | 1.416 | - | (1.416) | - |
| Distribuição de dividendos | | - | - | - | - | - | (22.891) | (22.891) |
| Transações entre sócios | | - | - | - | - | - | 71 | 71 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)** | 23 | **15.693** | **5.428** | **-** | **1.416** | **1.413** | **(10.028)** | **13.922** |
| Distribuição de dividendos | | - | - | - | - | (1.413) | (13.582) | (14.995) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 23.725 | 23.725 |
| Subscrição de capital social | | (8.039) | - | - | - | - | - | (8.039) |
| Reserva legal | | - | - | - | 115 | - | (115) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | 23 | **7.654** | **5.428** | **-** | **1.531** | **-** | **-** | **14.613** |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| | | | Reapresentado | Reapresentado | | Reapresentado | Reapresentado |
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | | | | |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** | | **23.525** | **32.062** | **31.160** | **29.182** | **36.340** | **34.947** |
| **Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o fluxo de caixa:** | | | | | | | |
| Depreciação e amortização | 11, 12 e 13 | 4.967 | 1.869 | 1.874 | 4.967 | 1.870 | 1.876 |
| Amortização de ativo de direito de uso | 14 | 2.053 | 1.890 | - | 2.053 | 1.890 | - |
| Juros de arrendamento | 28 | 674 | 649 | - | 674 | 649 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (23.609) | (8.841) | (7.255) | - | - | - |
| Resultado de compra vantajosa | 2.1 | (9.429) | - | - | (9.429) | - | - |
| Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures | 15 e 16 | 10.231 | 13.597 | 6.321 | 10.231 | 13.597 | 6.321 |
| Variação cambial líquida | 16 | 3.455 | - | - | 3.455 | - | - |
| Desreconhecimento de ativo de direito de uso | | 1.599 | - | - | 1.599 | - | - |
| Desreconhecimento de passivo de arrendamento | | (2.339) | - | - | (2.339) | - | - |
| Valor residual de imobilizado baixado | - | 233 | 207 | 23 | 233 | 207 | 23 |
| Provisão para contingências | 22 | (138) | 263 | - | (1.529) | (205) | (41) |
| Instrumentos financeiros derivativos | | (600) | - | - | (600) | - | - |
| Receitas diferidas | 17 | (2.159) | 309 | 6.183 | 7.961 | 1.911 | 12.802 |
| Custos e despesas antecipadas | | 15.284 | 5.659 | (7.769) | (3.191) | 4.337 | (10.063) |
| **(Aumento) redução das contas de ativo** | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | 3.592 | (2.438) | (1.957) | 26.883 | 193 | (7.127) |
| Depósitos judiciais | | (24) | (18) | (20) | (10) | (20) | (60) |
| Partes relacionadas | | (9.151) | (2.236) | (31.192) | 7.868 | (2.236) | (31.192) |
| Impostos a recuperar | | (2.094) | (1.773) | (2.695) | (2.964) | (2.123) | (3.212) |
| Outros ativos | | (1.213) | 1.565 | (97.510) | (6.151) | 1.733 | (97.128) |
| **(Aumento) redução das contas de passivo** | | | | | | | |
| Fornecedores | | 80 | (678) | (2.867) | (28.814) | (3.271) | 732 |
| Salários e encargos sociais | | 446 | (2.694) | (626) | (1.344) | (3.011) | (907) |
| Obrigações tributárias | | 206 | 403 | 10.563 | (1.762) | 763 | 1.379 |
| Partes relacionadas | | 1.260 | 3.024 | 3.928 | 142 | 1.900 | 11 |
| | | **16.849** | **42.819** | **(91.839)** | **37.115** | **54.524** | **(91.639)** |
| Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures | | (7.242) | (2.018) | (1.075) | (7.242) | (2.018) | (1.075] |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (2.923) | (7.622) | (6.995) | (4.750) | (11.639) | (8.474) |
| **Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais** | | **6.684** | **33.179** | **(99.909)** | **25.123** | **40.867** | **(101.188)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | | | | |
| Aquisição de imobilizado | | (1.674) | (836) | (533) | (587) | (836) | (533) |
| Aquisição de intangível | | (690) | (1.198) | (1.036) | (690) | (1.198) | (1.036) |
| Investimentos | | (2.259) | - | (3.313) | 2.739 | - | - |
| Recebimento de dividendos e devolução de capital a integralizar | 11 | 10.607 | 7.926 | 7.649 | - | - | - |
| **Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento** | | **5.984** | **5.892** | **2.767** | **1.462** | **(2.034)** | **(1.569)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 16 | 149.206 | - | 126.500 | 149.206 | - | 126.500 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | 16 | (124.939) | (12.517) | (5.481) | (124.939) | (12.517) | (5.481) |
| Pagamento de debêntures | | (1.315) | (3.045) | (3.934) | (1.315) | (3.045) | (3.934) |
| Distribuição de dividendos | 23 | (8.723) | (21.941) | (21.314) | (8.865) | (21.941) | (21.314) |
| Contraprestações de arrendamento mercantil | 14 | (1.805) | (2.413) | - | (1.805) | (2.413) | - |
| Transações com sócios | 23 | - | 71 | (1.321) | - | 71 | 3.689 |
| Redução de capital social | | (8.039) | - | - | (8.039) | - | - |
| **Caixa gerado (aplicado) nas atividades financiamento** | | **4.385** | **(39.845)** | **94.450** | **4.243** | **(39.845)** | **99.460** |
| **Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa** | | **17.053** | **(774)** | **(2.692)** | **30.828** | **(1.012)** | **(3.297)** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 6 | 586 | 1.360 | 4.052 | 1.915 | 2.927 | 6.224 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 6 | 17.639 | 586 | 1.360 | 32.743 | 1.915 | 2.927 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidada.

# CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2020** | **2019** | **2018** | **2020** | **2019** | **2018** |
| Receitas | | | | | | |
| Serviços prestados | 111.840 | 172.827 | 177.903 | 191.204 | 207.808 | 209.118 |
| | 111.840 | 172.827 | 177.903 | 191.204 | 207.808 | 209.118 |
| Serviços e insumos adquiridos de terceiros | | | | | | |
| Custo dos serviços prestados | (38.021) | (69.145) | (81.205) | (75.287) | (87.405) | (97.474) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (16.092) | (13.087) | (9.668) | (17.237) | (13.530) | (10.605) |
| | (54.113) | (82.232) | (90.873) | (92.524) | (100.935) | (108.079) |
| **Valor adicionado bruto** | **57.727** | **90.595** | **87.030** | **98.680** | **106.873** | **101.039** |
| Retenções | | | | | | |
| Depreciação e amortização | (4.256) | (3.759) | (1.874) | (4.256) | (3.760) | (1.876) |
| | (4.256) | (3.759) | (1.874) | (4.256) | (3.760) | (1.876) |
| **Valor líquido produzido pela Companhia** | **53.471** | **86.836** | **85.156** | **94.424** | **103.113** | **99.163** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 23.609 | 8.841 | 7.255 | - | - | - |
| Outros resultados em investimento | 9.429 | - | - | 9.429 | - | - |
| Receitas financeiras | 2.933 | 2.720 | 2.649 | 3.656 | 2.946 | 2.818 |
| **Valor total adicionado recebido em transferência** | **35.971** | **11.561** | **9.904** | **13.085** | **2.946** | **2.818** |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **89.442** | **98.397** | **95.060** | **107.509** | **106.059** | **101.981** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | | | |
| Pessoal e encargos | | | | | | |
| Salários e encargos | 31.136 | 31.435 | 32.936 | 34.769 | 31.878 | 33.480 |
| Honorários da administração | 1.596 | 1.567 | 1.451 | 1.596 | 1.567 | 1.451 |
| Participação de empregados nos lucros | 3.212 | 5.580 | 5.714 | 3.270 | 5.588 | 5.718 |
| | 35.944 | 38.582 | 40.101 | 39.635 | 39.033 | 40.649 |
| Impostos, taxas e contribuições | 9.047 | 19.856 | 20.265 | 21.780 | 27.002 | 26.495 |
| Aluguéis | 496 | 816 | 2.627 | 967 | 816 | 2.627 |
| Juros e despesas bancárias | 20.230 | 13.996 | 8.444 | 21.402 | 14.061 | 8.587 |
| | 29.773 | 34.668 | 31.336 | 44.149 | 41.879 | 37.709 |
| **Remuneração de capitais próprios** | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 23.725 | 25.147 | 23.623 | 23.725 | 25.147 | 23.623 |
| | 23.725 | 25.147 | 23.623 | 23.725 | 25.147 | 23.623 |
| **Valor adicionado total distribuído** | **89.442** | **98.397** | **95.060** | **107.509** | **106.059** | **101.981** |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidada.

# 1. Contexto operacional

A CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia" ou "CDF") é o maior provedor de Suporte Tecnológico e um dos maiores provedores de Assistências Residenciais do Brasil, oferecendo serviços como *help desk* de informática, instalação de eletrodomésticos, impermeabilização de estofados e assistências emergenciais, dentre outros serviços. A Companhia presta esses serviços através de uma central de especialistas (serviços remotos) e através de uma rede de técnicos terceirizados (serviços presenciais) que cobrem 100% do território nacional. A venda dos serviços se dá primordialmente através de parceiros comerciais. O maior canal de distribuição dos serviços são as redes varejistas, seguido das empresas de telecomunicações e seguradoras.

A Companhia vem crescendo nos últimos anos através da execução do seu plano estratégico que tem como base ampliar seu portfólio de serviços e aumentar os seus canais de distribuição através do desenvolvimento de novas parcerias comerciais. Essa estratégia é executada de maneira orgânica, mas também é acelerada através de aquisições de empresas. Entre elas, a aquisição em 2020 da operação brasileira da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (razão social subsequentemente alterada para CDF Assistências Ltda. ). Essa aquisição aumentou o número de parceiros comerciais trazendo contratos com grandes redes varejistas e incrementaram o portfólio de serviços da empresa fornecendo capacidade técnica para prestação de novos serviços.

## 1.1. Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido da controladora é negativo em R$14.342 e no consolidado em R$5.071, consequência de uma estratégia da Administração de trabalhar com uma estrutura de capital circulante líquido reduzida, em função dos contratos de exclusividade dos balcões de vendas dos varejistas, que exigem pagamentos de upfronts, e características do negócio, que depende da performance de venda dos nossos parceiros. Certos contratos com os parceiros preveem garantia de ressarcimentos financeiros à Companhia em relação aos upfronts, que podem ser executadas ao longo de sua vigência, conforme condições pré-estabelecidas entre as partes.

Ressalta-se que a Companhia apresentou em 2020 uma geração de caixa operacional positiva de R$6.684 na controladora e R$25.123 no consolidado, além de trabalhar no alongamento do prazo dos seus empréstimos bancários.

Adicionalmente, diversas outras ações foram tomadas para a melhor gestão dos recursos da Companhia, dentre elas a capitação adicional de empréstimos para o reforço de caixa do grupo e aquisição da nova controlada, com o intuído de aumentar a carteira de clientes e o portfólio de serviços prestados pelo grupo, e a revisão da estrutura de custos e despesas diante da nova realidade trazida pela pandemia do Covid-19. A administração avalia ainda a realização de operações financeiras estruturadas de modo a manter a continuidade operacional de longo prazo.

A Administração, considerando as ações retro mencionadas, o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do

pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 2. Combinação de negócios

### 2.1. CDF Assistência Ltda. (atual denominação da antiga Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda.)

Em 3 de março de 2020, a CDF realizou a aquisição de 100% das ações da CDF Assistência Ltda. A Companhia adquirida tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência. Os serviços prestados são divididos em duas categorias: assistência auto e moto, e assistências residenciais e emergenciais.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente, dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de negócios, para alocação do preço de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição.

A data-base de aquisição utilizada para esse estudo foi de 29 de fevereiro de 2020. Esta data foi acordada entre as partes dado que não houve movimentação significativa nesse período e por se tratar de uma data usual de fechamento contábil.

Para alocação do preço foram realizados ajustes para harmonização de práticas contábeis, de modo a adequá-las às práticas utilizadas pela CDF.

A tabela a seguir resume os valores justos atribuídos aos ativos adquiridos e passivos assumidos na data-base da aquisição:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| **Ativos** | |
| Caixa e equivalente de caixa | 4.998 |
| Contas a receber de clientes | 38.290 |
| Tributos a recuperar | 1.603 |
| Custos e despesas antecipadas | 6.263 |
| Depósitos judiciais | 639 |
| Imobilizado | 1.319 |
| Intangível - carteira de clientes | 23.011 |
| Intangível – outros (i) | 5.769 |
| Outros ativos | 1.692 |
| | **83.584** |

| | |
|---|---|
| **Passivos** | |
| Fornecedores | (48.084) |
| Salários e encargos sociais | (1.639) |
| Obrigações tributárias | (1.609) |
| Receitas diferidas | (12.503) |
| Provisões para contingências | (3.848) |
| | **(67.683)** |

| | |
|---|---|
| **Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo** | **15.901** |
| **Deságio – compra vantajosa** | (9.429) |
| **Total da contraprestação a ser paga** | **6.472** |

(i) Como parte da harmonização de práticas contábeis, os saldos de intangíveis – outros adquiridos, relacionados a contratos com varejistas, foram reclassificados após aquisição para a rubrica de "contratos a vencer - upfront".

O valor original da contraprestação foi de R$6.774. Houve um ajuste de preço da ordem de -4,45% em função do não atingimento de metas de faturamento pelos antigos acionistas, logo o valor ajustado de aquisição foi de R$ 6.472. A alocação do preço de aquisição resultou em compra vantajosa no montante de R$9.429, e a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre este montante.

A contraprestação paga até o momento foi de R$2.258. O saldo remanescente será pago em 2 parcelas anuais no valor de R$2.107, sujeitas a correção pelo CDI, com vencimentos em março de 2021 e 2022.

Desde a data da aquisição, a CDF Assistência contribuiu para o Grupo com receitas de R$ 26.551 e lucro antes dos tributos de R$ 10.711. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas do Grupo totalizariam R$ 137.365, e o resultado das operações seria de (R$ 21.785). Os Custos de transação no valor de R$ 810 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas gerais e administrativas.

### 2.1. Saída líquida de caixa na aquisição de controladas

| | 31/12/2020 |
|---|---|
| Contraprestação transferida em caixa | **2.258** |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquirido | **(4.998)** |
| Efeito da aquisição apresentado nos fluxos de caixa | **(2.740)** |

## 3. Base de preparação

### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas identificadas como controladora e consolidado foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas

Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

A Companhia considerou as orientações da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e, desta forma, as informações próprias e consideradas mais relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.

As demonstrações contábeis foram devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia para emissão em 16 de março de 2021.

### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 3.3. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

<u>As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:</u>

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| | Participação direta % | Participação direta % | Participação direta % |
| Tectotal Assistência e Suporte Digital Ltda. | 100% | 100% | 100% |
| CDF Assistência Ltda. | 100% | - | - |

Em novembro de 2018, a Companhia adquiriu 100% de participação na Suporte Saúde Assistências e Participações Ltda. ("Suporte Saúde"), tendo incorporado esta empresa no mesmo mês, em 30 de novembro de 2018. Esta empresa era de propriedade dos sócios fundadores e foi adquirira por R$1,00. A CDF detinha valores a receber com a Suporte Saúde de R$2.832, que foram considerados incobráveis. O acervo líquido incorporado montou R$2.611 (passivo a descoberto), líquido de caixa (R$144), créditos fiscais (R$18) e bens do ativo imobilizado e intangível (R$62), além de obrigações tributárias (R$3).

O registro da incorporação se deu por meio de transações entre sócios no patrimônio líquido, conforme Interpretação técnica ICPC 09 (R2).

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A CDF determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a CDF avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC48/IFRS 15 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da CDF que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

## 3.5. Estimativas contábeis e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, no final do exercício. Estas estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em vários outros fatores que se acredita ser razoável sob as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas premissas são revistas em uma base continua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revisada.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas incertezas sobre premissas e estimativas incluem:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e do intangível;
- Realização do ativo intangível (ágio);
- Realização dos impostos diferidos ativos;
- Determinação da provisão para perdas de crédito esperada;
- Determinação da provisão para riscos;
- Provisão para custo dos serviços prestados e receita de prestação de serviços.

## 3.6. Apresentação de informações por segmento e natureza

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração.

### 3.7. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto e são apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### 3.8. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é exigida pela legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades anônimas de capital aberto. A DVA foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Consequentemente, para efeitos das IFRS, esta demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

## 4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto pelas mudanças dos CPC 06 (R2)/IFRS 16 e ICPC 22/IFRIC 23, cuja adoção se deu a partir de 2019.

(a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

*Ativos financeiros*

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de caixa e equivalentes de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, compostos

exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(iii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a receber de clientes, de partes relacionadas e parte dos custos e despesas antecipadas (contratos a vencer, também denominados de upfront).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

Análise de recuperabilidade dos ativos financeiros

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nos históricos e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

(i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.

(ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

*Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como: (i) passivos financeiros ao custo amortizado; e (ii) ao valor justo por meio do resultado.

(i) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a pagar a fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, obrigações relacionadas a arrendamentos mercantis e saldos de dividendos a pagar.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, e que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem características de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, com vencimento de curto prazo e/ou longo prazo (podendo ter restrições de resgate) e com algum componente de risco de mudança de valor.

(d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação de serviços, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas conforme indicado no item (a) acima.

(e) Tributos

Imposto de renda e contribuição social

*Corrente*

Calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

*Diferido*

Gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais ou base negativa da contribuição social.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e sobre prejuízos fiscais ou base negativa da contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que os benefícios possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é

uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicáveis, são também reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A CDF contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela CDF se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Impostos sobre as vendas

Tributos incidentes sobre as vendas, o PIS e da COFINS são, respectivamente, calculados com base nas alíquotas de 1,65% e de 7,6%, com desconto de alguns créditos apurados com base em custos e despesas incorridas. Adicionalmente, incidem sobre as vendas o imposto sobre serviços – ISS, cujas alíquotas variam de 2 a 5% sobre a receita operacional bruta, a depender do local e tipo do serviço prestado.

(f) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A vida útil estimada atualmente utilizada encontra-se abaixo indicada:

| | Anos |
|---|---|
| Instalações | 20 |
| Máquinas e equipamentos | 2 a 20 |
| Moveis e utensílios | 10 a 20 |
| Equipamentos de informática | 3 a 15 |
| Aparelhos telefônicos | 10 |
| Equipamentos de telemarketing | 10 |
| Benfeitorias (i) | 3 |

(i) Depreciação com base no prazo dos contratos de arrendamento (média de 36 meses).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

(g) Intangível

Intangível é representado substancialmente por licenças de uso de software e valores alocados de combinações de negócios como carteira de clientes; além do ágio na aquisição de controladas.

A Administração da Companhia entende que as taxas de amortização utilizadas estão de acordo com a vida útil-econômica desses ativos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido das empresas adquiridas por meio de combinações de negócios, após alocação dos valores justos atribuíveis aos ativos adquiridos e passivos assumidos (alocação do preço de aquisição), é considerado como “ágio”. O saldo de ágio não é amortizado contabilmente, sendo avaliado anualmente na perspectiva de realização.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”), exceto ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o em uso ou valor justo menos os custos na venda do bem. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável.

(i) Redução ao valor recuperável do ágio (“impairment”)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa anual do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentados como passivo circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(k) Debêntures

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo valor de custo amortizado.

São representadas no passivo pelo valor correspondente ao montante dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas e dos juros pagos.

No transcorrer de 2020 as debentures foram liquidadas.

(l) Empréstimo e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e são registrados na rubrica de “Despesas financeiras” pela taxa efetiva de juros.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações contábeis.

(m) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (ou possível com viés de provável no caso de incertezas sobre o lucro).

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As contingências avaliadas como risco possível de perda (ou possível com viés de remoto no caso de incertezas sobre o lucro) são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras.

(n) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros, bolsa de estudos e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

(o) Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. Esses prêmios não contêm condições de aquisição (non-vesting conditions), e o valor justo na data da outorga é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Os acordos foram aprovados em 2021, e passarão a vigorar a partir desse exercício, conforme divulgado na nota explicativa 32.

(p) Participação nos lucros

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas pela Administração e contabilizadas com contrapartida no resultado do exercício.

(q) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

(r) Receita e custos com contratos com cliente

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador, com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.

- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Para reconhecimento das receitas de contratos, a Companhia avalia se atua como principal ou agente desses contratos. Nos casos em que atua como principal, a Companhia pode satisfazer à obrigação de desempenho para fornecer o serviço mediante esforço próprio, ou pode contratar outra parte (subcontratada) para satisfazer a totalidade ou parte da obrigação de desempenho em seu nome. Nesses casos, receitas e custos são reconhecidos separadamente no resultado do exercício. Nos casos em que atua como agente, a Companhia é responsável por providenciar o fornecimento de serviços especificados por outra parte e não controla esse antes que seja transferido ao cliente (normalmente em processos de quarteirização). Nesses casos, a Companhia reconhece a receita equivalente ao valor das taxas de agenciamento ou comissões acordadas com os parceiros comerciais.

As receitas e os custos de certos contratos de prestação de serviço que tem vigência superior a 2 meses são reconhecidos ao longo do tempo do contrato. Parte dos custos referentes a esses contratos, que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados na rubrica de “Custos e despesas antecipadas”, no ativo, como “Custos com intermediação de vendas”. São custos variáveis incidentes sobre as vendas requeridos pelos parceiros de negócios em decorrência da utilização do espaço e estrutura pessoal e tecnológica. As correspondentes receitas encontram-se registradas na rubrica “Receitas diferidas”, no passivo.

(s) Resultado básico por ação – básico e diluído

O resultado por ação básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento. Não houve no período de apresentação dessas demonstrações financeiras fatores diluidores que pudessem alterar o cálculo do lucro por ação.

(t) Novos pronunciamentos técnicos adotados durante o período de apresentação das demonstrações financeiras

**Normas 2019**

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez no período de apresentação das demonstrações financeiras, mas não apresentam impactos à Companhia.

A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo:

i) *CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos*

A Companhia adotou, em 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3), que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

*Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária*

A Companhia reconheceu como ativo ("Direito de uso em arrendamentos") os seus contratos de locação, principalmente imóveis e máquinas e equipamentos, em contrapartida do registro dos compromissos futuros como ("Obrigações de arrendamento mercantil").

O que antes era tratado como despesa de aluguel passou a ser registrado como amortização de "direitos de uso" e os juros sobre as obrigações, divulgadas como resultado financeiro. Consequentemente, o EBITDA (métrica não contábil) e o resultado operacional foram afetados.

*Transição*

A Companhia aplicou a CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada que não exige a apresentação das informações de períodos anteriores comparativas. Na transição, as obrigações de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa de empréstimo incremental dos arrendatários (taxa nominal).

Os fluxos reais de pagamentos foram estimados brutos de impostos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual as obrigações de arrendamento a valor presente. Em conformidade com a CPC 06 (R2)/NBC TG 06(R3)/ IFRS 16, na mensuração e na remensuração de suas obrigações de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03.

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2019 sobre o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/ IFRS 16, o qual impactou principalmente na questão tributária, em que foi definido o reconhecimento bruto de Impostos. Com isso, o saldo de Arrendamentos a pagar, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

A conciliação dos efeitos da adoção desta norma contábil nas contas patrimoniais, e a movimentação em 2019 do direito de uso de arrendamentos, e das obrigações de arrendamentos é demonstrada na nota 14.

ii) *ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Administração da Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Administração Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que a Administração Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do ICPC 22/IFRIC 23 desde 1º de janeiro de 2019, e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

**Normas 2020**

A CDF aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. O a CDF decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

*i) Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3: Definição de negócios*

As alterações do CPC 15 (R1) / IFRS 3 esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas considerações foram observadas no contexto da Combinação de Negócios realizada no exercício de 2020.

Essa alteração foi observada no contexto da Combinação de Negócios realizada no transcorrer do exercício.

*ii) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 / IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência.*

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 (IFRS 9) fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CDF, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

*iii) Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8: Definição de material*

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que

a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a CDF.

*iv) Revisão no CPC 00 (R2) / Conceptual Framework:: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CDF.

*v) Alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento*

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento

relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) / IFRS 16 se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CDF.

(u) Normas emitidas, mas não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da CDF, estão descritas a seguir. A CDF pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

*Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante*

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a CDF avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

(v) Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para apresentar a demonstração do valor adicionado, as informações por segmentos e resultado por ação e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Não houve efeitos decorrentes desses ajustes aos saldos de abertura de 1º de janeiro de 2018.

Os quadros a seguir demonstram os efeitos desses ajustes de reapresentação:

**Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados |
| **Ativo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.360 | - | 1.360 | 2.927 | - | 2.927 |
| Contas a receber de clientes | 22.973 | - | 22.973 | 31.117 | - | 31.117 |
| Impostos a recuperar **(a)** | 1.938 | 1.148 | 3.086 | 2.622 | 1.148 | 3.770 |
| Custos e despesas antecipadas | 21.952 | - | 21.952 | 24.498 | - | 24.498 |
| Outros créditos | 2.391 | - | 2.391 | 2.418 | - | 2.418 |
| **Total do ativo circulante** | 50.614 | 1.148 | 51.762 | 63.582 | 1.148 | 64.730 |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Partes relacionadas | 31.192 | - | 31.192 | 31.192 | - | 31.192 |
| Custos e despesas antecipadas **(a)** | 89.925 | (3.376) | 86.549 | 89.925 | (3.376) | 86.549 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | | - | 3.145 | - | 3.145 |
| Depósitos judiciais | 33 | - | 33 | 222 | - | 222 |
| Investimentos | 5.839 | - | 5.839 | - | - | - |
| Imobilizado | 3.101 | - | 3.101 | 3.102 | - | 3.102 |
| Intangível | 9.767 | - | 9.767 | 9.767 | - | 9.767 |
| **Total do ativo não circulante** | **139.857** | **(3.376)** | **136.481** | **137.353** | **(3.376)** | **133.977** |
| **Total do ativo** | **190.471** | **(2.228)** | **188.243** | **200.935** | **(2.228)** | **198.707** |

**Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados |
| **Passivo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Fornecedores | 12.924 | - | 12.924 | 18.077 | - | 18.077 |
| Partes relacionadas | 4.963 | - | 4.963 | 1.035 | - | 1.035 |
| Debêntures | 3.453 | - | 3.453 | 3.453 | - | 3.453 |
| Empréstimos e financiamentos | 19.258 | - | 19.258 | 19.258 | - | 19.258 |
| Receitas diferidas | 18.585 | - | 18.585 | 25.204 | - | 25.204 |
| Obrigações tributárias | 2.899 | - | 2.899 | 3.588 | - | 3.588 |
| Salários e encargos sociais | 6.946 | - | 6.946 | 7.382 | - | 7.382 |
| **Total do passivo circulante** | 69.028 | - | 69.028 | 77.997 | - | 77.997 |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 106.990 | - | 106.990 | 106.990 | - | 106.990 |
| Debêntures | 630 | - | 630 | 630 | - | 630 |
| Provisões para contingências | - | - | - | 556 | - | 556 |
| Salários e encargos sociais | - | - | - | 939 | - | 939 |
| **Total do passivo não circulante** | 107.620 | - | 107.620 | 109.115 | - | 109.115 |
| **Patrimônio líquido** | **13.823** | **(2.228)** | **11.595** | **13.823** | **(2.228)** | **11.595** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **190.471** | **(2.228)** | **188.243** | **200.935** | **(2.228)** | **198.707** |

**Demonstrações do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** |
| Receita líquida | 165.175 | | 165.175 | 193.947 | | 193.947 |
| Custo dos serviços prestados | (81.205) | | (81.205) | (97.474) | | (97.474) |
| Lucro bruto | 83.970 | - | 83.970 | 96.473 | - | 96.473 |
| Despesas administrativas e comerciais **(b)** | (45.515) | (8.282) | (53.797) | (46.347) | (8.811) | (55.158) |
| Despesas Tributarias | (19) | 19 | - | (14) | 14 | - |
| Equivalência Patrimonial | 7.255 | | 7.255 | - | | - |
| Outras despesas e receitas **(b)** | (8.736) | 8.263 | (473) | (9.396) | 8.797 | (599) |
| Lucro antes do resultado financeiro | 36.955 | - | 36.955 | 40.716 | - | 40.716 |
| Resultado financeiro **(a)** | (2.419) | (3.376) | (5.795) | (2.393) | (3.376) | (5.769) |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | 34.536 | (3.376) | 31.160 | 38.323 | (3.376) | 34.947 |
| Imposto de renda e contribuição social **(a)** | (8.685) | 1.148 | (7.537) | (12.472) | 1.148 | (11.324) |
| Lucro líquido do exercício | **25.851** | **(2.228)** | **23.623** | **25.851** | **(2.228)** | **23.623** |
| Lucro por ação - básico e diluído | 0,86 | | 0,79 | 0,86 | | 0,79 |

**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

| | Capital social | Reserva de dividendos | Reserva ágio | Reserva legal | Reserva de lucros | Total do patrimônio |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 (anteriormente apresentado) | **11.452** | **81** | **-** | **2.290** | **-** | **13.823** |
| Efeito de ajustes (a) | - | - | | | (2.228) | (2.228) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 (apresentados) | **11.452** | **81** | **-** | **2.290** | **(2.228)** | **11.595** |

**Demonstração do fluxo de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados |
| Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais | (102.137) | 2.228 | (99.909) | (103.416) | 2.228 | (101.188) |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento | 2.767 | - | 2.767 | (1.569) | - | (1.569) |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento | 96.678 | (2.228) | 94.450 | 101.688 | (2.228) | 99.460 |
| Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa | (2.692) | - | (2.692) | (3.297) | - | (3.297) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4.052 | - | 4.052 | 6.224 | - | 6.224 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 1.360 | - | 1.360 | 2.927 | - | 2.927 |

**Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2019**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados |
| **Ativo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 586 | | 586 | 1.915 | | 1.915 |
| Contas a receber de clientes | 24.594 | | 24.594 | 30.107 | | 30.107 |
| Impostos a recuperar | 1.910 | 2.949 | 4.859 | 2.944 | 2.949 | 5.893 |
| Custos e despesas antecipadas | 23.174 | | 23.174 | 27.042 | | 27.042 |
| Outros créditos | 757 | - | 757 | 768 | - | 768 |
| **Total do ativo circulante** | 51.021 | 2.949 | 53.970 | 62.776 | 2.949 | 65.725 |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Partes relacionadas | 33.428 | | 33.428 | 33.428 | | 33.428 |
| Custos e despesas antecipadas (a) | 88.340 | (8.672) | 79.668 | 88.340 | (8.672) | 79.668 |
| Contas a receber de clientes | 817 | | 817 | 817 | | 817 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) | - | 89 | 89 | 1.752 | 119 | 1.871 |
| Depósitos judiciais | 51 | | 51 | 242 | | 242 |
| Investimentos (c) | 6.256 | 498 | 6.754 | - | | - |
| Direito de uso em arrendamentos | 4.116 | | 4.116 | 4.116 | | 4.116 |
| Imobilizado | 2.910 | | 2.910 | 2.910 | | 2.910 |
| Intangível | 9.653 | | 9.653 | 9.653 | | 9.653 |
| **Total do ativo não circulante** | 145.571 | (8.085) | 137.486 | 141.258 | (8.553) | 132.705 |
| **Total do ativo** | 196.592 | (5.136) | 191.456 | 204.034 | (5.604) | 198.430 |

**Demonstrações do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** |
| Receita líquida | 159.886 | - | 159.886 | 191.999 | - | 191.999 |
| Custo dos serviços prestados | (69.145) | - | (69.145) | (87.405) | - | (87.405) |
| Lucro bruto | 90.741 | - | 90.741 | 104.594 | - | 104.594 |
| Despesas administrativas e comerciais (a) (b) | (44.310) | (11.295) | (55.605) | (45.186) | (10.827) | (56.013) |
| Despesas Tributarias (b) | (174) | 174 | - | (245) | 245 | - |
| Equivalência Patrimonial (c) | 8.343 | 498 | 8.841 | - | | - |
| Outras despesas e receitas (b) | (11.497) | 10.858 | (639) | (11.913) | 10.787 | (1.126) |
| Lucro antes do resultado financeiro | **43.103** | **235** | **43.338** | **47.250** | **205** | **47.455** |
| Resultado financeiro (a) | (5.980) | (5.296) | (11.276) | (5.819) | (5.296) | (11.115) |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | 37.123 | (5.061) | 32.062 | 41.431 | (5.091) | 36.340 |
| Imposto de renda e contribuição social (a) | (8.805) | 1.890 | (6.915) | (13.113) | 1.920 | (11.193) |
| Lucro líquido do exercício | 28.318 | (3.171) | 25.147 | 28.318 | (3.171) | 25.147 |
| Lucro por ação - básico e diluído | 0,94 | | 0,84 | 0,94 | | 0,84 |

**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

| | Capital social | Reserva de dividendos | Reserva de ágio | Reserva legal | Reserva de lucros | Total do patrimônio |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 (anteriormente apresentado) | **15.693** | **-** | **-** | **2.212** | **1.416** | **19.321** |
| Efeito de ajustes (a) (b) | - | - | | | (5.399) | (5.399) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 (apresentados) | **15.693** | **-** | **-** | **2.212** | **(3.983)** | **13.922** |

**Demonstração do fluxo de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores reapresentados |
| Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais | 27.780 | 5.399 | 33.179 | 35.468 | 5.399 | 40.867 |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento | 5.892 | - | 5.892 | (2.034) | - | (2.034) |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento | (34.446) | (5.399) | (39.845) | (34.446) | (5.399) | (39.845) |
| Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa | (774) | - | (774) | (1.012) | - | (1.012) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1.360 | - | 1.360 | 2.927 | - | 2.927 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 586 | - | 586 | 1.915 | - | 1.915 |

Os ajustes efetuados estão relacionados:

a) Capitalização indevida de determinadas despesas financeiras às contas de custos e despesas antecipadas, em específico aos gastos antecipados a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas com determinada empresa do varejo, bem como seus efeitos tributários

b) A administração da Companhia identificou a necessidade de reclassificação de determinados ativos e determinadas despesas entre contas na demonstração de resultados para melhor apresentação de acordo com a sua natureza.

c) Em decorrência da implementação de novos procedimentos de controle das provisões para contingências e em observância ao CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões para contingências trabalhistas foram devidamente atualizadas, na controladora e nas controladas, considerando o risco efetivo do assunto, independentemente do estágio em que se encontra a discussão. Os valores foram registrados na rubrica de despesas operacionais, com base nos relatórios de monitoramento de riscos do departamento jurídico da Empresa nas datas dos balanços. Este ajuste resultou na correção dos impostos diferidos ativos e no ajuste dos saldos em investimentos decorrente do efeito das correções na controlada Tectotal.

## 5. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### 5.1. Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

| | | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Balanço** | **Qualificação** | **Nível** | **2020** | **2019** | **2018** | **2020** | **2019** | **2018** |
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio do resultado | 2 | 17.639 | 586 | 1.360 | 32.743 | 1.915 | 2.927 |
| Contas a receber | Custo amortizado | 2 | 21.819 | 25.411 | 22.973 | 42.331 | 30.924 | 31.117 |
| Custos e despesas antecipadas | Custo amortizado | 2 | 80.672 | 88.282 | 101.004 | 100.345 | 88.482 | 101.104 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | 2 | 42.579 | 33.428 | 31.192 | 25.560 | 33.428 | 31.192 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Valor justo por meio do resultado | 2 | 600 | - | - | 600 | - | - |
| **Total ativo** | | | **163.309** | **147.707** | **156.529** | **201.579** | **153.824** | **157.431** |
| | | | | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 2 | 12.326 | 12.246 | 12.924 | 34.076 | 14.806 | 18.077 |
| Debêntures | Custo amortizado | 2 | - | 1.315 | 4.083 | - | 1.315 | 4.083 |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | 2 | 155.744 | 125.033 | 126.248 | 155.744 | 125.033 | 126.248 |
| Obrigações de arrendamento | Custo amortizado | 2 | 3.726 | 4.242 | - | 3.726 | 4.242 | - |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | 2 | 9.389 | 7.987 | 4.963 | 2.127 | 1.985 | 1.035 |
| **Total passivo** | | | **181.185** | **150.823** | **148.218** | **195.673** | **147.381** | **149.443** |

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## 5.2. Gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (i) risco de mercado (taxa de juros); (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de taxas de câmbio, preços e taxas de juros. A governança e as macro diretrizes desse processo estão definidas na política de gestão de riscos de mercado.

i) Risco de mercado (taxas de juros e câmbio)

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros fixas e variáveis.

A Companhia estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros e de câmbio que impactam o fluxo de caixa. As exposições a cada indexador de taxa de juros (principalmente CDI) e de câmbio (empréstimos indexados em EURO) são projetadas até o fim da vigência dos ativos e passivos atrelados a tais indexadores. Para gerenciar o risco de taxa de câmbio, a Companhia contrata utiliza as operações de *Non-deliverable forward ("NDF")* para fixar o valor em Reais de parcela significativa da exposição ao EURO. Para maiores detalhes vide seção 5.3. A Companhia não esteve exposta a riscos cambiais relevantes em 2019 e 2018.

ii) Risco de crédito

Principalmente relacionado aos saldos de equivalentes de caixa e valores a receber de clientes, que geram exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas como bancos de primeira linha.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de valores a receber de clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito de cada cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes ("provisão para perdas de crédito esperada"), sempre que necessário.

A provisão para perdas de crédito esperada é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes

e é incluída nas despesas de vendas (uma vez que a Companhia não tem histórico de perdas relevantes que justifiquem o reconhecimento como redutor da receita quando da emissão dos títulos a receber de clientes).

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a composição por classe de vencimento dos saldos para os quais não foram reconhecidas provisões para perdas de crédito esperada era a seguinte:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Exposição ao risco de crédito | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 17.639 | 586 | 1.360 | 32.743 | 1.915 | 2.927 |
| Custos e despesas antecipadas | 80.672 | 88.282 | 101.004 | 100.345 | 88.482 | 101.004 |
| Partes relacionadas | 42.579 | 33.428 | 31.192 | 25.560 | 33.428 | 31.192 |
| | **140.890** | **122.296** | **133.556** | **158.648** | **123.825** | **135.123** |

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o saldo do contas a receber sujeito a provisão para perdas de crédito esperada conforme a seguir:

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimentos dos recebíveis de clientes | | | | | | |
| Saldos vencidos (a) | - | - | - | 801 | 801 | 801 |
| Saldos a vencer | 21.819 | 25.411 | 22.973 | 42.331 | 30.924 | 31.117 |
| (-) Provisão para perda de créditos esperada | - | - | - | (801) | (801) | (801) |
| **Total de recebíveis** | **21.819** | **25.411** | **22.973** | **42.331** | **30.924** | **31.117** |

(a) A Companhia pré-determina em contrato os vencimentos das cobranças, bem como acompanha de forma efetiva o cumprimento por parte dos varejistas, acarretando a inexistência de títulos vencidos.

iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando a garantir recursos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo, e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os valores contábeis das obrigações não considerando, portanto, o efeito dos juros futuros a serem incorridos nas datas de pagamento dessas obrigações:

| Controladora | 31/12/2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Maturidade de passivos financeiros** | **Valor contábil** | **6 meses ou menos** | **6 a 12 meses** | **1 a 2 anos** | **2 a 5 anos** | **6 anos em diante** |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 155.744 | 14.735 | 14.581 | 57.536 | 46.473 | 22.419 |
| Fornecedores | 12.326 | 12.326 | - | - | - | - |
| Obrigações de arrendamento | 3.726 | 487 | 473 | 860 | 1.906 | - |
| Partes relacionadas | 9.389 | 9.389 | - | - | - | - |
| | **181.185** | **36.937** | **15.054** | **58.396** | **48.379** | **22.419** |

| Consolidado | 31/12/2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Maturidade de passivos financeiros** | **Valor contábil** | **6 meses ou menos** | **6 a 12 meses** | **1 a 2 anos** | **2 a 5 anos** | **6 anos em diante** |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 155.744 | 14.735 | 14.581 | 57.536 | 46.473 | 22.419 |
| Fornecedores | 34.076 | 31.969 | 2.107 | - | - | - |
| Obrigações de arrendamento | 3.726 | 487 | 473 | 860 | 1.906 | - |
| | **193.546** | **47.191** | **17.161** | **58.396** | **48.379** | **22.419** |

## 5.3. Derivativos

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, contratados na modalidade de *Non-deliverable forward ("NDF")*, os quais podem divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos spreads bancários e fatores de mercado no momento da cotação.

Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado. O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para obtenção do valor justo, é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada para operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI.

Os contratos foram realizados com o objetivo de fixar o preço futuro de compra do Euro com prazos de vencimento que variam entre 21/01/2021 e 05/03/2025 (de acordo com os prazos para liquidação das parcelas de empréstimo contratado em moeda estrangeira). As taxas futuras contratadas variam de R$ 5,7353 à R$ 8,5150, que correspondem a uma taxa efetiva de 1,13% a.m. ou 14,43% a.a. O valor total do nocional contratado é de € 4.600.000 (R$35.680 considerando o termo futuro contratado). O valor da marcação a mercado não realizada desses

contratos em 31 de dezembro de 2020 representa R$599, dos quais R$693 classificados no ativo circulante, e R$ (94) classificados no passivo não circulante.

### 5.4. Análise de sensibilidade

*Análise de sensibilidade para risco de taxa de juros*

| Instrumento de taxa variável | Taxa \| Moeda | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 17.639 | 32.743 |
| Custos e despesas antecipadas | CDI | 80.672 | 100.345 |
| Partes relacionadas | CDI | 42.581 | 25.435 |
| **Total dos instrumentos financeiros ativos** | | **140.892** | **158.523** |
| | | | |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 126.414 | 126.414 |
| Empréstimos e financiamentos | Euro | 29.330 | 29.330 |
| Obrigações de arrendamento | CDI | 3.726 | 3.726 |
| **Total dos instrumentos financeiros passivos** | | **159.470** | **159.470** |
| | | | |
| **Exposição líquida em R$** | | **10.752** | **28.383** |
| **Exposição em €** | | **(29.330)** | **(29.330)** |

| Indexador | Queda Cenário remoto | Queda Cenário possível | Cenário provável | Aumento Cenário possível | Aumento Cenário remoto |
|---|---|---|---|---|---|
| CDI | 1,40% | 2,40% | 3,40% | 4,40% | 5,40% |
| Euro | 4,91 | 5,41 | 5,91 | 6,41 | 6,91 |

**Controladora**

| | Saldo em 31/12/2020 | Queda Cenário remoto | Queda Cenário possível | Cenário provável | Aumento Cenário possível | Aumento Cenário remoto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Exposição em R$ | 10.752 | 151 | 258 | 366 | 473 | 581 |
| Empréstimos e financiamentos em € (Ponta Passiva) | (29.328) | 6.750 | 4.451 | 2.152 | (148) | (2.447) |
| Valor nocional das NDFs fixadas em € (Ponta Ativa) (i) | 35.680 | (6.750) | (4.451) | (2.152) | 148 | 2.447 |
| Total Exposição em € | 6.352 | - | - | - | - | - |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2020 | Cenário remoto | Cenário possível | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto |
| Exposição em R$ | 28.383 | 397 | 681 | 965 | 1.249 | 1.533 |
| Empréstimos e financiamentos em € (Ponta Passiva) | (29.328) | 6.750 | 4.451 | 2.152 | (148) | (2.447) |
| Valor nocional das NDFs fixadas em € (Ponta Ativa) (i) | 35.680 | (6.750) | (4.451) | (2.152) | 148 | 2.447 |
| Total Exposição em € | 6.352 | - | - | - | - | - |

(i) Os R$35.680 representam os valores nocionais a termo futuro dos contratos de NDFs. Em 31 de dezembro de 2020, conforme seção 5.3, os ganhos não realizados líquidos com a marcação a mercado desses contratos montam R$599. Caso esses contratos não sejam liquidados antecipadamente, a exposição passiva em EURO (empréstimos indexados) se aproximaria de Zero, pois eventual ganho na ponta ativa seria compensado por perda equivalente na ponta passiva, sendo a recíproca verdadeira.

A alíquota de 3,40% para o CDI corresponde a taxa projetada para o final ano de 2021 pelo Banco Itaú (nossa principal instituição financeira) em seu relatório de projeções econômicas de 12/02/2021. Os cenários extrapolados consideram variações de 1p.p e 2p.p. dessa taxa.

Para o cálculo da marcação a mercado (MtM) é utilizada a PTAX projetada pelo Banco Itaú em seu relatório de projeções econômicas de 12/02/2021. Os cenários extrapolados consideram uma desvalorização/valorização de 50 centavos e 1 euro dessa taxa. Cumpre-nos informar, no entanto, que o risco de flutuação do EURO é compensado pelas *NDFs* contratadas; entretanto, a Companhia não adotou a prática contábil de *hedge accounting* para registro contábil desses contratos, consequentemente, os efeitos dos ganhos e perdas não realizados encontram-se classificados no resultado financeiro da Companhia.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Bancos conta movimento | 7.449 | 68 | 1 | 11.371 | 68 | 1 |
| Aplicações financeiras (a) | 10.190 | 518 | 1.359 | 21.372 | 1.847 | 2.926 |
| **Total** | **17.639** | **586** | **1.360** | **32.743** | **1.915** | **2.927** |

(a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha, e refletem as condições usuais de mercado. Nas datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) que possuem liquidez diária e remuneração que corresponde à taxa média de 84,8% em 2020, 99,5% em 2019, 93,1% em 2018 e 99,5% em 01/01/2018 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 7. Contas a receber de clientes

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Clientes mercado interno | 21.819 | 25.411 | 22.973 | 38.529 | 31.725 | 31.918 |
| Clientes mercado externo | - | - | - | 4.603 | - | - |
| **Total** | **21.819** | **25.411** | **22.973** | **43.132** | **31.725** | **31.918** |
| (-) Provisão para perda de créditos esperada | - | - | - | (801) | (801) | (801) |
| | **21.819** | **25.411** | **22.973** | **42.331** | **30.924** | **31.117** |
| **Classificadas como:** | | | | | | |
| Ativo circulante | 20.407 | 24.594 | 22.973 | 40.919 | 30.107 | 31.117 |
| Ativo não circulante | 1.412 | 817 | - | 1.412 | 817 | - |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| A vencer | | | | | | |
| Vencimento até 30 dias | 20.407 | 24.594 | 19.995 | 36.316 | 30.107 | 27.162 |
| Vencimento até 45 dias | - | - | 2.978 | 4.603 | - | 3.955 |
| Acima de 360 dias | 1.412 | 817 | - | 1.412 | 817 | - |
| Total | **21.819** | **25.411** | **22.973** | **42.331** | **30.924** | **31.117** |

As vendas são sujeitas às políticas de crédito fixadas pela Administração, que visam minimizar eventuais problemas futuros decorrentes da inadimplência de seus clientes.

As condições, os prazos e os limites estabelecidos para o crédito concedido são fixados em contrato com cada cliente. O prazo médio de recebimento do contas a receber é de 30 a 45 dias.

Os valores apresentados no ativo não circulante referem-se a valores a receber de parceiros varejistas em função de métricas de performance de vendas cuja liquidação é esperada ao término dos contratos.

A provisão para perdas de crédito esperada é calculada com base em análise individualizada da carteira de clientes e correspondentes recebíveis, e sua movimentação está assim demonstrada:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| **Saldo inicial** | **-** | **-** | **-** | **801** | **801** | **-** |
| (+) adição | - | - | - | - | - | 801 |
| **Saldo final** | **-** | **-** | **-** | **801** | **801** | **801** |

## 8. Impostos a recuperar

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | reapresentado | reapresentado | | reapresentado | reapresentado |
| IRRF - Imposto de renda retido na fonte | 153 | 334 | 346 | 2.164 | 742 | 400 |
| PIS/COFINS | 498 | 1.193 | 1.147 | 643 | 1.526 | 1.510 |
| Imposto de renda e contribuição social | 5.962 | 2.951 | 1.148 | 6.728 | 3.080 | 1.265 |
| Imposto sobre serviços | 340 | 381 | 445 | 955 | 545 | 595 |
| **Total** | **6.953** | **4.859** | **3.086** | **10.490** | **5.893** | **3.770** |

Os saldos representam impostos pagos antecipadamente, calculados por meio de estimativas e retenções na fonte, os quais são passíveis de compensação no futuro com tributos da mesma natureza e ou esfera, no caso dos tributos federais.

Impostos a recuperar apresentados líquidos dos impostos a recolher:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | reapresentado | reapresentado | | reapresentado | reapresentado |
| IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte | 113 | 314 | 239 | 1.999 | 607 | 281 |
| PIS/COFINS | 248 | 0 | 676 | 0 | 85 | 892 |
| Imposto de renda e contribuição social | 5.962 | 2.951 | 1.189 | 6.728 | 3.110 | 1.265 |
| Imposto Sobre Serviços | 63 | 8 | 67 | 554 | 117 | 412 |
| **Total** | **6.386** | **3.273** | **2.171** | **9.281** | **3.919** | **2.850** |

## 9. Partes relacionadas

| | Ativo | | Passivo | | Resultado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **31/12/2020** |
| Mútuo a receber dos acionistas (i) | - | 25.560 | - | - | 2.191 |
| Cdf Assistência (ii) | | 17.019 | 283 | - | - |
| Tectotal (ii) | - | - | 6.889 | - | - |
| Dividendos a pagar (iii) | | - | 8.347 | - | - |
| **31/12/2020** | **-** | **42.579** | 15.519 | **-** | **2.191** |
| 31/12/2019 | - | 33.428 | 7.897 | - | 2.181 |
| 31/12/2018 | | 31.192 | 4.963 | - | 1.198 |

| | Ativo | | Passivo | | Resultado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **31/12/2020** |
| Mútuo a receber dos acionistas (i) | - | 25.560 | - | - | 2.191 |
| Dividendos a pagar (iii) | - | - | 8.257 | - | - |
| **31/12/2020** | **-** | **25.560** | **8.257** | **-** | **2.191** |
| 31/12/2019 | - | 33.428 | 1.985 | - | 2.181 |
| 31/12/2018 | | 31.192 | 1.035 | - | 1.198 |

(i) Em fevereiro de 2018, os acionistas fundadores adquiriram a totalidade das ações da Companhia, até então pertencentes à Oi Internet S.A., que detinha 15% de participação no capital da CDF. Essa operação foi viabilizada através da celebração de contrato de mútuo entre a Companhia e seus acionistas fundadores. Para tanto, a Companhia captou recursos através de contrato de empréstimo com o Banco Itaú S.A..Em 31 de outubro 2019, foi realizada a portabilidade do contrato de empréstimo para o Banco Santander S.A. Os efeitos do desreconhecimento do passivo pela modificação substancial do contrato foram registrados no resultado do exercício.

O contrato de mútuo com os acionistas fundadores possui remuneração equivalente aos custos de captação correspondentes. O prazo do contrato de mútuo e demais condições foram aprovados pelo Conselho de Administração da CDF. As taxas praticadas de atualização incluem CDI + 1,89% a.a,.
A compra das ações da Oi Internet S.A. foi feita de maneira proporcional à participação que os acionistas fundadores tinham do capital da CDF antes da aquisição, ao correspondente valor contábil na data.

(ii) A operação com empresas relacionadas se trata de mútuo com intuito de fortalecer giro operacional das empresas. A operação com a CDF Assistência conta com prazo estabelecido de pagamento de 60 meses e o custo desse contrato é de 14,44% a.a.. A operação com TecTotal se encerra em fevereiro em 2021 e o custo desse contrato é o equivalente a taxa Selic.

(iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia deliberou o pagamento de R$ 8.865 de dividendos aos acionistas e a parcela de dividendos deliberados e ainda não pagos está classificado no passivo circulante no valor de R$ 2.217 em 31 de dezembro de 2020 (R$1.985 em 2019 e R$1.035 em 2018).

### Remuneração da administração

O pessoal-chave da administração inclui os Diretores. A remuneração reconhecida no resultado do exercício em despesas gerais e administrativas e está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** |
| Pró-labore | 1.596 | 1.596 | 1.594 | 1.596 | 1.596 | 1.594 |
| Bônus | 1.200 | 2.434 | 2.241 | 1.200 | 2.434 | 2.241 |
| **Total** | **2.796** | **4.030** | **3.835** | **2.796** | **4.030** | **3.835** |

## 10. Custos e despesas antecipadas

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** |
| | | reapresentado | reapresentado | | reapresentado | reapresentado |
| Contratos a vencer - upfront (i) | 80.672 | 88.282 | 101.004 | 100.345 | 88.482 | 101.004 |
| Custos com intermediação de vendas (ii) | 6.514 | 14.128 | 7.039 | 21.198 | 17.795 | 9.582 |
| Seguros a apropriar | 134 | 310 | 393 | 153 | 310 | 393 |
| Outras despesas antecipadas | 238 | 122 | 65 | 238 | 123 | 68 |
| **Total** | **87.558** | **102.842** | **108.501** | **121.934** | **106.710** | **111.047** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Classificadas como:** | | | | | | |
| Ativo circulante | 14.636 | 23.174 | 21.952 | 23.431 | 27.042 | 24.498 |
| Ativo não circulante | 72.922 | 79.668 | 86.549 | 98.502 | 79.668 | 86.549 |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | reapresentado | reapresentado | | reapresentado | reapresentado |
| Amortização até 12 meses | 14.636 | 23.174 | 21.952 | 23.431 | 27.042 | 24.498 |
| Amortização de 12 a 24 meses | 9.760 | 13.891 | 12.199 | 11.116 | 11.116 | 12.199 |
| Amortização de 24 a 36 meses | 10.070 | 9.760 | 13.891 | 11.499 | 11.499 | 13.891 |
| Amortização acima de 36 meses | 53.092 | 56.017 | 60.459 | 75.887 | 57.053 | 60.459 |
| **Total** | **87.558** | **102.842** | **108.501** | **121.933** | **106.710** | **111.047** |

(i) Refere-se a valores antecipados a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização. Os contratos de exclusividade possuem prazo de até doze anos, com encerramento em 2022, 2029 e 2032, e incluem metas de vendas preestabelecidas e volume financeiro mínimo garantido. Para viabilizar estas operações, a Companhia captou recursos através de contrato de empréstimos com o Banco Itaú S.A. (Vide nota 16). A amortização dos contratos a vencer segue o desempenho de vendas atrelado aos contratos de exclusividade junto aos varejistas.

(ii) Conforme preconizado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, as receitas e os custos de certos contratos com clientes, que até 2017 eram reconhecidas no mês da venda do contrato, passaram a ser reconhecidas ao longo do tempo do contrato. Os custos referentes a esses contratos, que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados como "Custos com intermediação de vendas".

## 11. Investimentos

Os saldos de investimentos estão assim demonstrados:

| | Controladora | | |
|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | reapresentado | |
| Tectotal Assistência e Suporte Digital S.A. | 9.045 | 6.754 | 5.839 |
| CDF Assistência Ltda. | 24.092 | - | - |
| **Total do ativo** | **33.137** | **6.754** | **5.839** |

A movimentação dos investimentos em 2020, 2019 e 2018 está assim demonstrada:

| | Tectotal | CDF Assistência | Montpellier | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01/01/2018** | **1.926** | **-** | **3.671** | **5.597** |
| Equivalência patrimonial | 6.495 | - | 760 | 7.255 |
| Incorporação pela controladora | - | - | (4.431) | (4.431) |
| Transferência de cotas de participação da Montpellier na Tectotal (69,10%) | 3.370 | - | - | 3.370 |
| Adoção inicial do CPC 47 (IFRS 15) | (3.313) | - | - | (3.313) |
| Capital a integralizar | 5.010 | - | - | 5.010 |
| Devolução de capital a integralizar | (755) | - | - | (755) |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Dividendos recebidos | (6.894) | - | - | (6.894) |
| **Saldo em 31/12/2018** | **5.839** | **-** | **-** | **5.839** |
| Equivalência patrimonial | 8.841 | - | - | 8.841 |
| Dividendos recebidos | (10.000) | - | - | (10.000) |
| Devolução de capital a integralizar | 2.074 | - | - | 2.074 |
| **Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)** | **6.754** | **-** | **-** | **6.754** |
| Equivalência patrimonial | 12.898 | 10.711 | - | 23.609 |
| Dividendos recebidos | (10.607) | | - | (10.607) |
| Adições | - | 15.904 | | 15.904 |
| Amortização de mais valia | | (2.523) | | (2.523) |
| **Saldo em 31/12/2020** | **9.045** | **24.092** | **-** | **33.137** |

As principais informações da investida estão a seguir descritas:

| | | | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Participação | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Valor contábil do investimento | Resultado da equivalência patrimonial |
| Tectotal Assistência e Suporte Digital S.A. | 100% | 9.045 | 12.898 | 9.045 | 12.898 |
| CDF Assistência Ltda. | 100% | 3.602 | 10.711 | 24.092 | 10.711 |
| | | **12.647** | **23.609** | **33.137** | **23.609** |

| | | | | 31/12/2019 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Participação | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Valor contábil do investimento | Resultado da equivalência patrimonial |
| Tectotal Assistência e Suporte Digital S.A. | 100% | 6.754 | 8.841 | 6.754 | 8.841 |
| | | **6.754** | **8.841** | **6.754** | **8.841** |

| | | | | 31/12/2018 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Participação | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Valor contábil do investimento | Resultado da equivalência patrimonial |
| Tectotal Assistência e Suporte Digital S.A. | 100% | 5.839 | 6.495 | 45.839 | 6.495 |
| | | **5.839** | **6.495** | **5.839** | **6.495** |

Informações dos principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas:

| | Ativo | | | Passivo | | | Patrimônio líquido | | | Resultado do exercício | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Tectotal Assistência e Suporte Digital S.A. | 32.067 | 19.700 | 20.231 | 23.022 | 12.945 | 14.392 | 9.045 | 6.754 | 5.839 | 12.898 | 8.841 | 7.255 |
| CDF Assistência Ltda. | 56.884 | - | - | 53.282 | - | - | 3.602 | - | - | 10.711 | - | - |

Conforme nota 2.1 às demonstrações financeiras, no exercício de 2020, a CDF adquiriu 100% do capital da CDF Assistência Ltda. A empresa tem a atividade preponderante a prestação de serviços de assistência e suporte técnico, manutenção, instalação e outros serviços de tecnologia em computadores, smartphones, tablets, periféricos e equipamentos de comunicação.

## 12. Imobilizado

O saldo do imobilizado está assim demonstrado:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Instalações | 1.872 | 1.777 | 1.775 | 1.872 | 1.777 | 1.775 |
| Máquinas e equipamentos | 1.092 | 1.095 | 1.059 | 1.092 | 1.095 | 1.059 |
| Móveis e utensílios | 732 | 678 | 638 | 732 | 678 | 638 |
| Equipamentos de informática | 865 | 1.130 | 599 | 1.125 | 1.130 | 602 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (i) | 2.251 | 1.015 | 1.015 | 2.251 | 1.015 | 1.015 |
| Aparelhos telefônicos | 287 | 236 | 237 | 287 | 236 | 237 |
| Equipamentos de telemarketing | 198 | 198 | 197 | 198 | 198 | 197 |
| **Total do custo** | **7.297** | **6.129** | **5.520** | **7.557** | **6.129** | **5.523** |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Depreciação de Instalações | (1.208) | (854) | (500) | (1.208) | (854) | (500) |
| Depreciação Máquinas e equipamentos | (668) | (575) | (474) | (668) | (575) | (474) |
| Depreciação de Móveis e utensílios | (288) | (267) | (195) | (288) | (267) | (195) |
| Depreciação de Equipamentos de informática | (297) | (328) | (98) | (325) | (328) | (100) |
| Depreciação Benfeitorias em imóveis de terceiros | (1.085) | (1.015) | (1.015) | (1.085) | (1.015) | (1.015) |
| Depreciação de Aparelhos telefônicos | (144) | (120) | (97) | (144) | (120) | (97) |
| Depreciação de Equipamentos de telemarketing | (79) | (60) | (40) | (79) | (60) | (40) |
| **Total da depreciação** | **(3.769)** | **(3.219)** | **(2.419)** | **(3.797)** | **(3.219)** | **(2.421)** |
| **Imobilizado líquido** | **3.528** | **2.910** | **3.101** | **3.760** | **2.910** | **3.102** |

## Movimentação dos saldos para os exercícios de 2020, 2019 e 2018:

**Controladora**

| Custo | 01/01/2018 | Adições | Baixas | 31/12/2018 | Adições | Baixas | 31/12/2019 | Adições | Baixas | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Instalações | 1.635 | 140 | - | 1.775 | 2 | - | 1.777 | 135 | (40) | 1.872 |
| Máquinas e equipamentos | 974 | 85 | - | 1.059 | 53 | (17) | 1.095 | 2 | (5) | 1.092 |
| Móveis e utensílios | 586 | 63 | (11) | 638 | 40 | - | 678 | 158 | (104) | 732 |
| Equipamentos de informática | 493 | 118 | (12) | 599 | 741 | (210) | 1.130 | 92 | (357) | 865 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (i) | 1.015 | - | - | 1.015 | - | - | 1.015 | 1.236 | - | 2.251 |
| Aparelhos telefônicos | 237 | - | - | 237 | - | - | 237 | 50 | - | 287 |
| Equipamentos de telemarketing | 70 | 127 | - | 197 | - | - | 197 | 1 | - | 198 |
| | **5.010** | **533** | **(23)** | **5.520** | **836** | **(227)** | **6.129** | **1.674** | **(506)** | **7.297** |
| **Depreciação** | **01/01/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2019** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2020** |
| Instalações | (164) | (336) | - | (500) | (354) | - | (854) | (354) | - | (1.208) |
| Máquinas e equipamentos | (371) | (103) | - | (474) | (101) | - | (575) | (97) | 4 | (668) |
| Móveis e utensílios | (126) | (69) | - | (195) | (72) | - | (267) | (76) | 55 | (288) |
| Equipamentos de informática | - | (98) | - | (98) | (250) | 20 | (328) | (291) | 322 | (297) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (i) | (919) | (96) | - | (1.015) | - | - | (1.015) | (70) | - | (1.085) |
| Aparelhos telefônicos | (73) | (24) | - | (97) | (23) | - | (120) | (24) | - | (144) |
| Equipamentos de telemarketing | (24) | (16) | - | (40) | (20) | - | (60) | (19) | - | (79) |
| | **(1.677)** | **(742)** | **-** | **(2.419)** | **(820)** | **20** | **(3.219)** | **(931)** | **381** | **(3.769)** |
| **Imobilizado líquido** | **3.333** | **(209)** | **(23)** | **3.101** | **16** | **(207)** | **2.910** | **743** | **(125)** | **3.528** |

**Consolidado**

| Custo | 01/01/2018 | Adições | Baixas | 31/12/2018 | Adições | Baixas | 31/12/2019 | Aquisição de controlada | Adições | Baixas | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Instalações | 1.635 | 140 | - | 1.775 | 2 | - | 1.777 | - | 135 | (40) | 1.872 |
| Máquinas e equipamentos | 974 | 85 | - | 1.059 | 53 | (17) | 1.095 | 116 | 2 | (121) | 1.092 |
| Móveis e utensílios | 586 | 63 | (11) | 638 | 40 | - | 678 | 185 | 158 | (289) | 732 |
| Equipamentos de informática | 493 | 121 | (12) | 602 | 738 | (210) | 1.130 | 1.101 | 92 | (1.198) | 1.125 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (i) | 1.015 | - | - | 1.015 | - | - | 1.015 | - | 1.236 | - | 2.251 |
| Aparelhos telefônicos | 237 | - | - | 237 | - | - | 237 | - | 50 | - | 287 |
| Equipamentos de telemarketing | 70 | 127 | - | 197 | - | - | 197 | - | 1 | - | 198 |
| | **5.010** | **536** | **(23)** | **5.523** | **833** | **(227)** | **6.129** | **1.402** | **1.674** | **(1.648)** | **7.557** |

| Depreciação | 01/01/2018 | Adições | Baixas | 31/12/2018 | Adições | Baixas | 31/12/2019 | Aquisição de controlada | Adições | Baixas | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Instalações | (164) | (336) | - | (500) | (354) | - | (854) | - | (354) | - | (1.208) |
| Máquinas e equipamentos | (371) | (103) | - | (474) | (101) | - | (575) | (3) | (97) | 7 | (668) |
| Móveis e utensílios | (126) | (69) | - | (195) | (72) | - | (267) | (3) | (76) | 58 | (288) |
| Equipamentos de informática | - | (100) | - | (100) | (248) | 20 | (328) | (77) | (291) | 371 | (325) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (i) | (919) | (96) | - | (1.015) | - | - | (1.015) | - | (70) | - | (1.085) |
| Aparelhos telefônicos | (73) | (24) | - | (97) | (23) | - | (120) | - | (24) | - | (144) |
| Equipamentos de telemarketing | (24) | (16) | - | (40) | (20) | - | (60) | - | (19) | - | (79) |
| | **(1.677)** | **(744)** | **-** | **(2.421)** | **(818)** | **20** | **(3.219)** | **(83)** | **(931)** | **436** | **(3.797)** |
| **Imobilizado líquido** | **3.333** | **(208)** | **(23)** | **3.102** | **15** | **(207)** | **2.910** | **1.319** | **743** | **(1.212)** | **3.760** |

(i) Depreciação com base no prazo dos contratos de arrendamento (média de 36 meses).

## 13. Intangível

O saldo do intangível está assim demonstrado:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Direito de uso – software (iv) | 6.750 | 6.168 | 4.970 | 6.750 | 6.168 | 4.970 |
| Carteira de clientes – Montpellier/Tectotal (i) | 1.194 | 1.193 | 1.193 | 1.194 | 1.193 | 1.193 |
| Carteira de clientes – CDF Assistência (iii) | - | - | - | 23.011 | - | - |
| Ágio (Goodwill) (ii) | 5.530 | 5.530 | 5.530 | 5.530 | 5.530 | 5.530 |
| **Total** | **13.474** | **12.891** | **11.693** | **36.485** | **12.891** | **11.693** |

| **Amortização** | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Amortização Direito de uso – software | (3.802) | (2.530) | (1.461) | (3.802) | (2.530) | (1.461) |
| Amortização carteira de clientes Montpellier/Tectotal | (950) | (708) | (465) | (950) | (708) | (465) |
| Amortização carteira de clientes CDF Assistência | - | - | - | (2.523) | - | |
| **-Total** | **(4.752)** | **(3.238)** | **(1.926)** | **(7.275)** | **(3.238)** | **(1.926)** |
| **Intangível líquido** | **8.722** | **9.653** | **9.767** | **29.210** | **9.653** | **9.767** |

(i) Registrado na alocação do preço de aquisição da empresa Montpellier Participações S.A. (que tinha participação de 69,10% na Tectotal, e que foi incorporada em 28 de fevereiro de 2018), no montante de R$1.193, a ser amortizado em 59 meses. Em 31 de dezembro de 2020 restam 12 meses a serem amortizados.

(ii) Ágio gerado na aquisição da Montpellier Participações S.A. (que tinha participação de 69,10% na Tectotal, e que foi incorporada em 28 de fevereiro de 2018).

(iii) Registrado na alocação do preço de aquisição da CDF Assistência Ltda. durante o ano de 2020 conforme nota explicativa 2.1., a ser amortizado entre 36 e156 meses de acordo com os contratos com os parceiros.

(iv) O direito de uso de software está sendo amortizado segundo a vida útil econômica determinada de 5 anos (20% a.a).

## Movimentação dos saldos para os exercícios de 2020, 2019 e 2018:

| | Controladora | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | **01/01/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2019** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2020** |
| Direito de uso – software | 3.934 | 1.036 | - | 4.970 | 1.204 | (6) | 6.168 | 690 | (108) | 6.750 |
| Carteira de clientes – Montpellier/Tectotal (i) | 1.193 | - | - | 1.193 | - | - | 1.193 | - | - | 1.193 |
| Ágio (Goodwill) (ii) | 5.530 | - | - | 5.530 | - | - | 5.530 | - | - | 5.530 |
| | **10.657** | **1.036** | **-** | **11.693** | **1.204** | **(6)** | **12.891** | **690** | **(108)** | **13.473** |
| **Amortização** | **01/01/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2019** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2020** |
| Direito de uso – software | (796) | (665) | - | (1.461) | (1.069) | - | (2.530) | (1.271) | - | (3.801) |
| Amortização carteira de clientes Montpellier/Tectotal | - | (465) | - | (465) | (243) | - | (708) | (242) | | (950) |
| | **(796)** | **(1.130)** | **-** | **(1.926)** | **(1.312)** | **-** | **(3.238)** | **(1.513)** | **-** | **(4.751)** |
| **Intangível líquido** | **9.861** | | | **9.767** | | | **9.653** | | | **8.722** |

| | Consolidado | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | **01/01/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2019** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2020** |
| Direito de uso – software | 3.934 | 1.036 | - | 4.970 | 1.204 | (6) | 6.168 | 690 | (108) | 6.750 |
| Carteira de clientes – Montpellier/Tectotal | 1.193 | - | - | 1.193 | - | - | 1.193 | - | - | 1.193 |
| Carteira de clientes – CDF Assistência | - | - | - | - | - | - | - | 23.011 | - | 23.011 |
| Ágio (Goodwill) | 5.530 | - | - | 5.530 | - | - | 5.530 | - | - | 5.530 |
| | **10.657** | **1.036** | **-** | **11.693** | **1.204** | **(6)** | **12.891** | **23.701** | **(108)** | **36.484** |
| **Amortização** | **01/01/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2018** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2019** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2020** |
| Direito de uso – software | (796) | (665) | - | (1.461) | (1.069) | - | (2.530) | (1.271) | - | (3.801) |
| Amortização carteira de clientes Montpellier/Tectotal | - | (465) | - | (465) | (243) | - | (708) | (242) | | (950) |
| Amortização carteira de clientes CDF Assistência | - | - | - | - | - | - | - | (2.523) | | (2.523) |
| | **(796)** | **(1.130)** | **-** | **(1.926)** | **(1.312)** | **-** | **(3.238)** | **(4.036)** | **-** | **(7.274)** |
| **Intangível líquido** | **9.861** | **(94)** | **-** | **9.767** | **(108)** | **(6)** | **9.653** | **19.665** | **(108)** | **29.210** |

### 13.1. Teste de recuperabilidade do ágio da Tectotal

A Companhia avaliou a realização do ágio em 31 de dezembro de 2020, tendo concluído que o valor de realização é superior ao valor contábil da Unidade Geradora de Caixa.

O método utilizado foi do Fluxo de Caixa Descontado com base em estimativas financeiras em termos nominais aprovadas pela Alta Administração para um período de cinco anos. Ao fim deste período é calculada uma perpetuidade considerando-se constantes os fluxos de caixa gerados a partir do último ano projetado. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 13,3%.

Principais premissas utilizadas no cálculo

Margem: as receitas foram projetadas à uma taxa de crescimento anual composta de 20,2% para os próximos 5 anos. A margem bruta utilizada foi de 54,3%, de acordo com margem média obtida nos últimos 5 anos.

Despesas operacionais: foi adotada a correlação sobre as receitas conforme a natureza do grupo de despesas, resultando em ganhos de escala, haja visto que a representatividade destas em relação à receita líquida reduz se no horizonte das projeções.

Taxa de crescimento para perpetuidade: a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 3%, equivalente à inflação esperada no longo prazo.

Taxa de desconto: representa a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Tectotal, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Tectotal é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

## 14. Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019 a Companhia aplicou o novo modelo de contabilização de arrendamentos do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Em decorrência reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento em montante equivalente ao valor presente dos pagamentos contratuais ao longo do prazo do contrato.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativo de direito de uso | 3.418 | 4.116 | 3.418 | 4.116 |
| **Total do ativo** | **3.418** | **4.116** | **3.418** | **4.116** |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Passivos de arrendamento - circulante | 894 | 1.760 | 894 | 1.760 |
| Passivos de arrendamento – não circulante | 2.832 | 2.482 | 2.832 | 2.482 |
| **Total do passivo** | **3.726** | **4.242** | **3.726** | **4.242** |

O quadro abaixo apresenta os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 em de 1º janeiro de 2019 e os saldos em 31 de dezembro de 2020:

| | Controladora e consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo de direito de uso** | 01/01/2019 | Amortização | Adições | 31/12/2019 | Amortização | Baixas | Adições | 31/12/2020 |
| Imóveis e máquinas e equipamentos | 6.006 | (1.890) | - | 4.116 | (2.053) | (1.599) | 2.954 | 3.418 |
| **Total do ativo** | **6.006** | **(1.890)** | **-** | **4.116** | **(2.053)** | **(1.599)** | **2.954** | **3.418** |

| **Passivos de arrendamento** | 01/01/2019 | Juros | Pagamentos | 31/12/2019 | Juros | Baixas | Adições | Pagamentos | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivos de arrendamento | 6.006 | 649 | (2.413) | 4.242 | 674 | (2.339) | 2.954 | (1.805) | 3.726 |
| **Total do passivo** | **6.006** | **649** | **(2.413)** | **4.242** | **674** | **(2.339)** | **2.954** | **(1.805)** | **3.726** |

(i) Devido as medidas restritivas da pandemia no exercício de 2020, a Companhia adotou o home office para grande parte de seu corpo de funcionário. Por conta disto, neste mesmo exercício a administração devolveu parte dos ativos locados e utilizados na atividade operacional, incluindo de sua matriz.

**Taxa de desconto:**

Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa de desconto em 1º de janeiro de 2019. A taxa aplicada foi de 6,14% para todos os contratos firmados até o exercício de 2020.

**Fluxo de pagamento:**

O detalhamento dos fluxos de pagamentos está demonstrado no quadro a seguir:

| Fluxo de pagamento | MR$ |
|---|---|
| 2021 | 894 |
| 2022 | 891 |
| 2023 | 723 |
| 2024 em diante | 1.218 |
| | **3.726** |

## 15. Debêntures

O saldo das debentures estão assim apresentados:

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Encargos financeiros** | **Prazo** | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** |
| 5,5% a.a. + 100% CDI | 36 meses | - | 1.315 | 4.083 | - | 1.315 | 4.083 |
| | | **-** | **1.315** | **4.083** | **-** | **1.315** | **4.083** |
| Classificadas como: | | | | | | | |
| Passivo circulante | | - | 1.315 | 3.453 | - | 1.315 | 3.453 |
| Passivo não circulante | | - | - | 630 | - | - | 630 |

Movimentação das debêntures:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** |
| **Saldo inicial** | **1.315** | **4.083** | **8.000** | **1.315** | **4.083** | **8.000** |
| Provisão de juros | - | 915 | 766 | - | 915 | 766 |
| Amortização do principal | (1.315) | (3.045) | (3.934) | (1.315) | (3.045) | (3.934) |
| Amortização de juros | - | (638) | (749) | - | (638) | (749) |
| **Saldo final** | **-** | **1.315** | **4.083** | **-** | **1.315** | **4.083** |

As debêntures foram captadas em 20 de fevereiro de 2017 com um valor de R$8.000 e possuem remuneração aos debenturistas em valores correspondentes a 100% da variação das taxas medias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, de 5,5% ao ano, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures por um período de contrato de 36 meses.

A totalidade das debêntures poderia ser convertida em ações ordinárias representativas de 8,5% do capital social total da emissora pós-conversão; após a realização das amortizações mensais disciplinadas na escritura, o percentual de conversão acima mencionado seria calculado na data da conversão. A liquidação integral das parcelas destas debentures se deu em janeiro de 2020.

## 16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são representados por:

| Linha de crédito | Encargos (%a.a) | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2018 | Vencimento |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Em moeda nacional | | | | | | |
| Capital de Giro Garantido (Banco Itaú) (i) | (3,80% + 100% do CDI) | - | - | 19.915 | - | 15/02/2022 |
| Capital de Giro Garantido (Banco Itaú) (ii) | (3,30% + 100% do CDI) | - | 102.172 | 106.333 | - | 22/03/2023 |
| Capital de Giro Garantido (Banco Santander S.A.) (i) | (1.89% + 100% do CDI) | - | 22.861 | - | - | 19/10/2022 |
| Capital de Giro Garantido (Banco Itaú) (ii) | (4,15% + 100% do CDI) | 96.414 | - | - | - | 21/12/2029 |
| Capital de Giro Garantido (Banco Santander S.A.) (iii) | (4,33% + 100% do CDI) | 30.000 | - | - | - | 10/06/2024 |
| Em moeda estrangeira - EURO | | | | | | |
| Capital de Giro Garantido (Banco Itaú) (iv) | (5,82% + variação do cambial) | 29.330 | - | - | - | 21/03/2025 |
| **Total do ativo** | | **155.744** | **125.033** | **126.248** | **-** | |
| **Classificados como:** | | | | | | |
| Passivo circulante | | 29.926 | 32.134 | 19.258 | - | |
| Passivo não circulante | | 125.818 | 92.899 | 106.990 | - | |

Cronograma de vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos dos financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2020:

| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 em diante | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Capital de giro Itaú | 21.355 | 18.329 | 17.592 | 16.899 | 12.464 | 39.105 | **125.744** |
| Capital de giro Santander | 8.571 | 8.571 | 8.571 | 4.287 | - | - | **30.000** |
| **Total** | **29.926** | **26.900** | **26.163** | **21.186** | **12.464** | **39.105** | **155.744** |

(i) Empréstimo captado em moeda nacional para obtenção de recursos que foram direcionados aos acionistas fundadores da Companhia, com o objetivo de adquirir as ações da CDF até então pertencentes à Oi Internet S.A. em fevereiro de 2018. Em contrapartida a essa operação, foi firmado contrato de mútuo com os acionistas fundadores respeitando as mesmas condições e custos praticados no empréstimo junto ao Itaú (Nota 9). Esse empréstimo foi liquidado em novembro de 2019, com a portabilidade do contrato para o Banco Santander. Os efeitos do resreconhecimento do passivo pela modificação substancial do contrato foram registrados no resultado do exercício.

(ii) Empréstimo captado em moeda nacional em função do investimento realizado pela CDF em 2018, com o objetivo de renovar o contrato de exclusividade com um dos parceiros (varejista) da Companhia. O contrato com o varejista tinha prazo inicial de seis anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido (Vide nota 11 (i)). Em 2020 ocorreu a renegociação do contrato de exclusividade com esse cliente, aumentando o prazo desse contrato. Com o objetivo de alinhar o prazo dos contratos houve a captação de novo empréstimo com Itaú com liquidação do anterior. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas medias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 4,15% ao ano. Os efeitos do resreconhecimento do passivo pela modificação substancial do contrato foram registrados no resultado do exercício.

(iii) Em 2020 o contrato houve a captação de novo empréstimo em moeda nacional com Santander com liquidação do empréstimo anterior citado no item (i). Essa operação aconteceu para alinhar o prazo do contrato de empréstimo com o contrato comercial com um dos parceiros da companhia (varejista) cujos recebíveis dos clientes intermediados por este varejista são objeto de garantia dessa operação. Além disso, os recursos captados nesse contrato foram usados para reforçar o caixa da Companhia. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas medias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 4,33% ao ano.

(iv) Empréstimo captado em moeda estrangeira (4.600.000 €) para obtenção de recursos em função do investimento realizado pela CDF com o objetivo de renovar o contrato de exclusividade com um dos parceiros (varejista) da Companhia. O contrato com o varejista tem prazo de 12 anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido. Além disso, os recursos captados nesse contrato foram usados para reforçar o caixa da Companhia no início da pandemia. O custo dessa operação corresponde a 5,82% ao ano, além da variação cambial. Para proteger os efeitos da variação cambial foi contratada uma operação de compra a termo (NDF) da moeda estrangeira. Vide maiores detalhes na nota explicativa 5.3.

Os contratos financeiros celebrados com o Itaú possuem certas cláusulas restritivas ("covenants") incluindo, principalmente, cláusulas de restrição de mudança de controle e aquelas que exigem a manutenção de determinados índices financeiros: (i) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado menor ou igual que (a) 2,6x no ano de 2020; (b) 2,1x no ano de 2021; e (c) 1,8x a partir do ano de 2022 até a liquidação de todas as obrigações assumidas; (ii) a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos, realizar pagamento de juros sobre o capital próprio ou quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia e/ou qualquer um dos devedores solidários estejam em mora com qualquer uma das obrigações assumidas. Sendo certo que, na hipótese de a Companhia estiver adimplente com todas as obrigações previstas, e desde que a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado seja igual ou superior a 1,0x, a Companhia poderá distribuir dividendos e juros sobre capital próprio de até no máximo (a) 50% do lucro líquido no ano de 2020; (b) 70% do lucro líquido no ano de 2021 e (c) 80% do lucro líquido a partir do ano de 2022 até a integral liquidação das obrigações assumidas; (iii) hipótese de ocorrência de vencimento antecipado se (a) a Companhia não mantiver o índice resultante do quociente entre sua dívida líquida por seu EBITDA Ajustado em 2020 igual ou inferior a 1,8x até o final da operação em 2024; e (iv) não realizar distribuição de lucros (a) caso esteja inadimplente perante o Itaú Unibanco em decorrência do financiamento assumido; e (b) acima de 80% do lucro líquido do período.

Por EBITDA Ajustado entenda-se ajuste pela exclusão dos efeitos da "Amortização do Upfront VV", registrados na rubrica de "Contratos a vencer - upfront" na nota 10.

O contrato financeiro celebrado com o Santander possui cláusulas restritivas e que determinam, entre outras restrições, os seguintes covenants financeiros à Companhia: (i) haverá vencimento antecipado do contrato (a) se a Companhia distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 70% (setenta por cento) do lucro líquido anual, apurado pelo Banco Santander, em qualquer momento, caso a relação dívida financeira líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, seja igual ou superior a 1,0x; ou (b) se a Companhia distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual, apurado pelo Banco, em qualquer situação e em qualquer outro momento, observado o disposto no item (a) acima; e (c) a Companhia deverá manter a relação dívida financeira líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, menor ou igual a 2,00x em 2021; e 1,50x a partir de 2022.

A Companhia monitora essas cláusulas restritivas de forma sistemática e constante, para garantir que os requisitos sejam atendidos. Tais medições são realizadas anualmente, em 31 de dezembro de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as cláusulas restritivas pactuadas entre as partes foram cumpridas, e essas obrigações só serão mensuradas novamente com base nos dados financeiros de 31 de dezembro de 2020.

Garantias

Foram oferecidas garantias representadas pela cessão fiduciária de 100% recebíveis de direitos creditórios de contratos de prestação de serviço já celebrados com clientes e 84% de fiança bancária nacional.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

**Movimentação dos empréstimos**

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **125.033** | **126.248** | **-** |
| Captação de empréstimos | 149.206 | - | 126.500 |
| Variação cambial | 3.455 | - | - |
| Provisão de juros | 10.231 | 12.682 | 5.555 |
| Amortização do principal | (124.939) | (12.517) | (5.481) |
| Amortização de juros | (7.242) | (1.380) | (326) |
| **Saldo final** | **155.744** | **125.033** | **126.248** |

## 17. Receitas diferidas

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receitas diferidas (contratos) | 16.735 | 18.894 | 18.585 | 47.579 | 27.115 | 25.204 |
| **Total** | **16.735** | **18.894** | **18.585** | **47.579** | **27.115** | **25.204** |
| | | | | | | |
| **Classificados como:** | | | | | | |
| Passivo circulante | 16.735 | 18.894 | 18.585 | 43.396 | 27.115 | 25.204 |
| Passivo não circulante | - | - | - | 4.183 | - | - |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Amortização | | | | | | |
| 0 até 90 dias | 12.446 | 13.204 | 12.988 | 26.758 | 18.949 | 17.614 |
| 91 até 120 dias | 759 | 3.335 | 3.280 | 4.670 | 4.785 | 4.448 |
| 121 até 360 dias | 3.530 | 2.355 | 2.317 | 11.968 | 3.381 | 3.142 |
| Acima de 360 dias | - | - | - | 4.183 | - | - |
| **Total** | **16.735** | **18.894** | **18.585** | **47.579** | **27.115** | **25.204** |

Conforme preconizado pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, as receitas e os custos de certos contratos com clientes, que até 2017 eram reconhecidas no mês da venda do contrato, passaram a ser reconhecidas ao longo do tempo do contrato. Os custos referentes a esses contratos, que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados como "Custos com intermediação de vendas" no ativo.

## 18. Fornecedores

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Fornecedores de serviços | 12.326 | 12.246 | 12.924 | 34.076 | 14.806 | 18.077 |
| **Total** | **12.326** | **12.246** | **12.924** | **34.076** | **14.806** | **18.077** |
| | | | | | | |
| Vencimento até 30 dias | 11.403 | 10.001 | 11.115 | 28.043 | 12.561 | 15.546 |
| Vencimento até 45 dias | 923 | 2.245 | 1.809 | 6.033 | 2.245 | 2.531 |
| **Total** | **12.326** | **12.246** | **12.924** | **34.076** | **14.806** | **18.077** |

## 19. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias estão assim apresentadas:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| PIS | 44 | 240 | 80 | 150 | 279 | 105 |
| COFINS | 206 | 971 | 391 | 692 | 1.161 | 513 |
| IRRF a recolher | 41 | 120 | 107 | 187 | 135 | 119 |
| IRPJ e CSLL | - | 1.579 | 2.197 | 2.651 | 2.321 | 2.648 |
| ISS sobre faturamento | 279 | 373 | 106 | 468 | 428 | 183 |
| Tributos federais retidos e outros | 15 | 19 | 18 | 50 | 27 | 20 |
| **Total** | **585** | **3.302** | **2.899** | **4.198** | **4.351** | **3.588** |

Obrigações tributárias apresentadas líquidas dos impostos a recuperar:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| PIS | - | 4 | - | 36 | - | - |
| COFINS | - | 14 | - | 164 | - | - |
| IRRF a recolher | 1 | 100 | - | 22 | - | - |
| IRPJ e CSLL | - | 1.579 | 2.197 | 2.651 | 2.321 | 2.648 |
| ISS sobre faturamento | - | - | - | - | - | - |
| Tributos federais retidos e outros | 15 | 19 | 18 | 50 | 27 | 20 |
| **Total** | **16** | **1.716** | **2.215** | **2.923** | **2.348** | **2.668** |

## 20. Salários e encargos sociais

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| FGTS | 177 | 161 | 168 | 179 | 169 | 201 |
| INSS | 613 | 414 | 435 | 626 | 420 | 455 |
| IRRF s/ salário | 971 | 741 | 681 | 974 | 746 | 685 |
| Parcelamento de obrigações trabalhistas (i) | - | - | - | 720 | 994 | 1.278 |
| Provisão de férias e encargos | 2.931 | 2.432 | 2.496 | 3.070 | 2.473 | 2.536 |
| Outras obrigações trabalhistas | 6 | 504 | 3.166 | 35 | 508 | 3.166 |
| **Total** | **4.698** | **4.252** | **6.946** | **5.604** | **5.310** | **8.321** |
| Classificados como: | | | | | | |
| Passivo circulante | 4.698 | 4.252 | 6.946 | 5.204 | 4.737 | 7.382 |
| Passivo não circulante | - | - | - | 402 | 573 | 939 |

(i) Adesão pela controlada Tectotal nas modalidades de parcelamento convencional e PERT, classificadas em circulante e não circulante, no total de 148 parcelas com vencimento final em 31/01/2030.

## 21. Valores a pagar por aquisição de controlada

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Parcelas a pagar pela aquisição da CDF Assistência Ltda. (i) | 4.214 | - | - | 4.214 | - | - |
| | **4.214** | **-** | **-** | **4.214** | **-** | **-** |
| Classificadas como: | | | | | | |
| Passivo circulante | 2.107 | - | - | 2.107 | - | - |
| Passivo não circulante | 2.107 | - | - | 2.107 | - | - |

(i) Conforme descrito na nota explicativa 2.1 a Companhia concluiu em 2020 a aquisição da CDF Assistência Ltda. (anteriormente denominada Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda) ao valor de R$ 6.472. A contraprestação paga até o momento monta R$2.258, e o saldo remanescente será pago em 2 parcelas anuais no valor de R$2.107, sujeitas a correção pelo CDI, com vencimentos em março de 2021 e 2022.

## 22. Provisões para contingências

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis.

Com base na análise individual desses processos, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, o montante de causas consideradas prováveis (ou com risco de perda possível com viés de provável no caso de incertezas sobre o lucro) e correspondentes naturezas estão assim compostos:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | reapresentado | | | reapresentado | |
| Provisão para contingências trabalhistas | 125 | 263 | - | 1.194 | 351 | 556 |
| Provisão para contingências cíveis | - | - | - | 312 | - | - |
| Provisão para contingências tributárias | - | - | - | 1.164 | | |
| **Total** | **125** | **263** | **-** | **2.670** | **351** | **556** |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Depósitos judiciais trabalhistas | 75 | 51 | 33 | 891 | 242 | 222 |
| **Total** | **75** | **51** | **33** | **891** | **242** | **222** |

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

**Controlada**

| | 01/01/2018 | Reversão | 31/12/2018 | Constituição | Reversão | 31/12/2019 | Constituição | Reversão | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | - | - | - | 263 | - | **263** | - | (138) | **125** |
| Cíveis | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | **-** | **-** | **-** | **263** | **-** | **263** | **-** | **(138)** | **125** |

**Consolidado**

| | 01/01/2018 | Reversão | 31/12/2018 | Constituição | Reversão | 31/12/2019 | Aquisição de controlada | Constituição | Reversão | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 597 | (41) | 556 | 263 | (468) | 351 | 1.242 | 1.331 | (1.730) | **1.194** |
| Cíveis | - | - | - | - | - | - | 2.606 | 66 | (2.360) | **312** |
| Tributários | - | - | - | - | - | - | - | 1.164 | - | **1.164** |
| **Total** | **597** | **(41)** | **556** | **263** | **(468)** | **351** | **3.848** | **2.561** | **(4.090)** | **2.670** |

Contingências possíveis

Os processos judiciais classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2020 estão classificados conforme abaixo:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Cível | 121 | 4.567 | - | 3.986 | 4.577 | 1 |
| Trabalhista | 175 | 214 | - | 175 | 407 | 152 |
| **Total** | **296** | **4.781** | **-** | **4.161** | **4.984** | **153** |

## 23. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital subscrito era de R$11.452, representado por 1.528.465 ações ordinárias.

Em 3 de junho de 2019, AGE deliberou sobre o aumento do capital social subscrito sem a emissão de ações, mediante a capitalização da reserva legal de R$2.290, reserva de dividendos de R$81 e lucro acumulado parcial de R$1.870. O capital social subscrito da Companhia passou de R$11.452 para R$15.693.

Em 4 de fevereiro de 2020, AGE deliberou sobre a redução do capital social subscrito, no montante de R$ 8.039 mediante ao cancelamento de 782.974 ações de emissão da Companhia, passando o capital social compor o montante de R$ 7.654 com a totalidade de 745.491 ações ordinárias.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 15 de março de 2021, proposta de desdobramento de ações, à razão de 40,241935 (quarenta inteiros e duzentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco milionésimos) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existe, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 745.491 (setecentas e quarenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e um) para 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor do capital social autorizado é de R$ 30.000.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base de 5% do lucro de cada exercício, não deve exceder 20% do capital social, e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

Reserva de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecidos em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia confere aos seus acionistas, após a constituição das reservas, a distribuição de dividendos ajustados conforme os termos da legislação societária.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia deliberou o pagamento de R$ 14.995 de dividendos aos acionistas, dos quais R$1.413 às contas de reservas de lucros e o restante de lucros acumulados (R$22.891 em 2019 e R$20.290 em 2018). O valor de dividendos deliberados e ainda não pagos está classificado no passivo no valor de R$ 8.347 em 31 de dezembro de 2020 (R$1.985 em 2019 R$1.035 em 2018).

Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a distribuição de dividendos intermediários, no montante total de R$ 6.130.000,00 (seis milhões, cento e trinta mil reais), com base no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de novembro de 2020; (ii) a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para implementação da deliberação acima; e (iii) a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A.

## 24. Receita líquida

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Serviços prestados | 113.918 | 174.660 | 179.986 | 194.093 | 210.681 | 211.986 |
| Impostos incidentes | (9.247) | (12.941) | (12.728) | (16.323) | (15.809) | (15.171) |
| Cancelamentos de vendas | (2.078) | (1.833) | (2.083) | (2.889) | (2.873) | (2.868) |
| | **102.593** | **159.886** | **165.175** | **174.881** | **191.999** | **193.947** |

## 25. Custo dos serviços prestados

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Custo dos serviços prestados | (37.869) | (55.454) | (68.841) | (65.846) | (67.025) | (81.635) |
| Repasse mínimo contratual (i) | 27.372 | 13.224 | 3.564 | 27.372 | 13.224 | 3.564 |
| Representantes comerciais | (73) | (55) | (4) | (234) | (183) | (8) |
| Serviços prestados de rede | (14.424) | (13.909) | (10.647) | (22.213) | (19.722) | (13.678) |
| Amortização de contratos com varejistas | (11.880) | (11.583) | (4.768) | (11.880) | (11.583) | (4.768) |
| Outros serviços prestados | (1.146) | (1.368) | (509) | (2.404) | (2.116) | (949) |
| | **(38.020)** | **(69.145)** | **(81.205)** | **(75.205)** | **(87.405)** | **(97.474)** |

(i) No transcorrer dos exercícios de 2020, 2019 e 2018 a Companhia abateu os correspondentes montantes dos custos de intermediação junto aos varejistas em função de repasses mínimos contratuais.

## 26. Despesas administrativas e comerciais (por natureza)

As contas de despesas administrativas e comerciais estão assim apresentadas:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | reapresentado | reapresentado | | reapresentado | reapresentado |
| Despesas com pessoal | (31.136) | (31.435) | (32.936) | (34.769) | (31.878) | (33.480) |
| Despesas administrativas | (3.742) | (5.222) | (4.141) | (5.560) | (4.916) | (4.757) |
| Despesa com tecnologia de informação | (3.408) | (2.074) | (1.529) | (3.455) | (2.074) | (1.529) |
| Participação nos lucros | (3.212) | (5.580) | (5.714) | (3.270) | (5.588) | (5.718) |
| Despesas com locação e correlatas | (496) | (816) | (2.627) | (967) | (816) | (2.627) |
| Despesas com depreciação e amortização | (2.203) | (1.869) | (1.874) | (2.203) | (1.870) | (1.876) |
| Amortização de gastos para obtenção de contratos | (4.943) | (884) | - | (4.943) | (884) | - |
| Amortização de direito de uso em arrendamento mercantil | (2.053) | (1.890) | - | (2.053) | (1.890) | - |
| Remuneração da administração | (1.596) | (1.567) | (1.451) | (1.596) | (1.567) | (1.451) |
| Despesas com serviços de terceiros | (1.596) | (2.067) | (1.835) | (2.288) | (2.067) | (1.838) |
| Despesas comerciais | (1.227) | (1.938) | (1.690) | (1.860) | (2.200) | (1.882) |
| Provisão para contingências | 138 | (263) | - | 1529 | (263) | - |
| Outras despesas | (424) | - | - | (424) | - | - |
| | **(55.898)** | **(55.605)** | **(53.797)** | **(61.859)** | **(56.013)** | **(55.158)** |

## 27. Outras despesas e receitas

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | **reapresentado** | **reapresentado** | | **reapresentado** | **reapresentado** |
| Despesas com brindes | (664) | (235) | (235) | (664) | (236) | (235) |
| Despesas com baixa de recebíveis | - | - | - | (241) | - | - |
| Despesas com doações | (33) | (146) | (146) | (58) | (146) | (146) |
| Despesas com multas e taxas | (9) | - | - | (96) | - | - |
| Despesa processuais e estornos de contingências | (17) | (59) | (59) | (20) | (85) | (62) |
| Despesas tributárias | - | (174) | (19) | - | (245) | (14) |
| Resultado de compra vantajosa em combinação de negócios (nota 2.1) | 9.429 | - | - | 9.429 | - | - |
| Outras receitas e despesas | (168) | (25) | (14) | 845 | (414) | (142) |
| | **8.538** | **(639)** | **(473)** | **9.195** | **(1.126)** | **(599)** |

## 28. Resultado financeiro

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | reapresentado | reapresentado | | reapresentado | reapresentado |
| **Receitas financeiras** | | | | | | |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | 142 | 226 | 173 | 263 | 452 | 258 |
| Resultado de operações com NDFs | 600 | - | - | 1.163 | | |
| Receita Financeira sobre mútuos | 2.191 | 2.494 | 2.476 | 2.230 | 2.494 | 2.560 |
| | **2.933** | **2.720** | **2.649** | **3.656** | **2.946** | **2.818** |
| **Despesas financeiras** | | | | | | |
| Juros e encargos | (10.231) | (12.247) | (8.029) | (11.377) | (12.270) | (8.137) |
| Despesas bancárias (i) | (5.870) | (1.100) | (415) | (5.896) | (1.142) | (450) |
| Variação cambial passiva | (3.455) | - | - | (3.455) | - | - |
| Juros de arrendamento mercantil | (674) | (649) | - | (674) | (649) | - |
| Outras despesas financeiras | | - | - | (84) | | |
| **Total** | **(20.230)** | **(13.996)** | **(8.444)** | **(21.486)** | **(14.061)** | **(8.587)** |
| | **(17.297)** | **(11.276)** | **(5.795)** | **(17.830)** | **(11.115)** | **(5.769)** |

(i) Em 2020 refere-se substancialmente aos efeitos reconhecidos no resultado do desreconhecimento dos empréstimos e financiamentos indicados na nota explicativa 16, pela modificação substancial dos contratos conforme CPC 48 / IFRS 9, além das custas bancárias incorridas nas renegociações desses contratos de empréstimos e financiamentos.

## 29. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Constituídos conforme as alíquotas vigentes, com base no lucro ajustado para fins tributários (lucro real).

As taxas de imposto de renda são de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de imposto de renda de 10% sobre o valor acima de R$240 ao ano, sendo a contribuição social calculada à taxa de 9% sobre o lucro tributável.

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | reapresentado | reapresentado | | reapresentado | reapresentado |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 23.525 | 32.062 | 31.160 | 29.183 | 36.340 | 34.947 |
| Equivalência patrimonial | (23.609) | (8.841) | (7.255) | - | - | - |
| **Adições e exclusões, líquidas** | | | | | | |
| Compensações | - | - | - | (13.347) | (1.393) | (1.280) |
| Outras adições (exclusões) | (504) | (2.883) | (1.737) | 215 | (2.026) | (361) |
| **Base cálculo** | **588** | **20.338** | **22.168** | **16.051** | **32.921** | **33.306** |
| | | | | | | |
| Alíquota combinada vigente | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% |
| **Imposto de renda e contribuição social - Corrente** | **200** | **(6.915)** | **(7.537)** | **(5.457)** | **(11.193)** | **(11.324)** |

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes. Conforme as estimativas os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2020 em um ano.

A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. A controlada CDF Assistência Ltda. possui prejuízos fiscais e bases negativas no valor de R$81.450 passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros sem prazo de prescrição. Não foi reconhecido ativo diferido pois a empresa possui um histórico de perdas nos últimos anos e não há ainda outras oportunidades de planejamento fiscal ou outras evidências que pudessem indicar sua recuperabilidade no futuro próximo. O valor de ativo fiscal diferido não reconhecido é de R$27.693.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os saldos de imposto de renda e contribuição diferidos ativos estão assim apresentados:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **reapresentado** | **reapresentado** | | **reapresentado** | **reapresentado** |
| Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social | 2.170 | - | - | 2.170 | 1.871 | 3.145 |
| Impostos diferidos sobre diferenças temporárias | 1.322 | 89 | - | 2.400 | - | - |
| Compra vantajosa | (3.205) | - | - | (3.406) | - | - |
| | **287** | **89** | **-** | **1.164** | **1.871** | **3.145** |

## 30. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com dois segmentos sujeitos a divulgação de informações:

Suporte Tecnológico é a prestação de serviços de manutenção, configuração, instalação e outros serviços de tecnologia da informação, em computadores, celulares, tablets, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico.

Assistências Residenciais são serviços baseados na instalação de produtos eletroeletrônicos como aparelhos de áudio e vídeo e instalação de produtos linha branca. Além disso, a companhia presta serviços emergências como encanador, eletricista, chaveiro, telhadista, impermeabilização de estofados etc.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

**Controladora**

| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Suporte Tecnológico | Assistências residenciais | **Total** | Suporte Tecnológico | Assistências residenciais | **Total** | Suporte Tecnológico | Assistências residenciais | **Total** |
| Receita líquida | 60.356 | 42.238 | **102.593** | 118.474 | 41.412 | **159.886** | 131.599 | 33.576 | **165.175** |
| Custo dos serviços prestados | (27.926) | (10.094) | **(38.020)** | (46.726) | (22.419) | **(69.145)** | (64.697) | (16.508) | **(81.205)** |
| **Lucro Bruto** | **32.430** | **32.144** | **64.573** | **71.748** | **18.993** | **90.741** | **66.902** | **17.068** | **83.970** |

**Consolidado**

| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Suporte Tecnológico | Assistências residenciais | **Total** | Suporte Tecnológico | Assistências residenciais | **Total** | Suporte Tecnológico | Assistências residenciais | **Total** |
| Receita Líquida | 91.285 | 83.597 | **174.881** | 138.186 | 53.813 | **191.999** | 152.396 | 41.551 | **193.947** |
| Custo dos serviços prestados | (39.495) | (35.710) | **(75.205)** | (54.192) | (33.213) | **(87.405)** | (76.485) | (20.989) | **(97.474)** |
| **Lucro Bruto** | **51.790** | **47.887** | **99.676** | **83.994** | **20.600** | **104.594** | **75.911** | **20.562** | **96.473** |

Os ativos e passivos não estão segmentados, pois, a Administração entende que ambos contribuem de forma igualitária para a prestação dos serviços assistências residenciais e de suporte tecnológico. O mesmo se aplica as despesas administrativas e comerciais e resultado financeiro.

## 31. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos com danos materiais, danos na execução de serviço e seguro de locação de imóvel. A cobertura em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentada abaixo:

| | Controladora e consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Danos materiais (RCG) | 12.000 | 12.000 | 12.000 |
| Danos na execução de serviço (RCP) | 3.000 | 3.000 | 3.000 |
| Seguro de locação imóvel (Danos Materiais) | 20.000 | 20.000 | 20.000 |

## 32. Eventos subsequentes

Incorporação da TecTotal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2021, a Companhia aprovou a incorporação da Tectotal Assistência e Suporte Digital Ltda., que foi extinta por incorporação. A incorporação não acarretou alteração no capital social da Companhia, uma vez que a Companhia era titular, em tal data, da totalidade das quotas emitidas pela Tectotal.

Desdobramento de ações da Companhia

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 15 de março de 2021, proposta de desdobramento de ações, à razão de 40,241935 (quarenta inteiros e duzentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco milionésimos) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existe, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 745.497 (setecentas e quarenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e sete) para 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aprovação de plano de pagamento baseado em ações

Na mesma Assembleia Geral Extraordinária, foi também aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Companhia, que estabelece as condições gerais para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações ordinárias de sua emissão aos seus administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia e suas subsidiárias (a critério do Conselho de Administração), sem direito de preferência para os acionistas e no limite do capital autorizado da Companhia.

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# Índice

## 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

## 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 5

## 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6
3.2 - Medições Não Contábeis 7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 16
3.7 - Nível de Endividamento 17
3.8 - Obrigações 18
3.9 - Outras Informações Relevantes 19

## 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 44
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 46
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 49
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 51
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 52
4.7 - Outras Contingências Relevantes 54
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 55

# Índice

## 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos


5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 56

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 62

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 64

5.4 - Programa de Integridade 68

5.5 - Alterações significativas 72

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 73


## 6. Histórico do Emissor


6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 74

6.3 - Breve Histórico 75

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 78

6.6 - Outras Informações Relevantes 79


## 7. Atividades do Emissor


7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 80

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 91

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 92

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 93

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 110

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 111

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 117

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 118

7.8 - Políticas Socioambientais 119

7.9 - Outras Informações Relevantes 120


## 8. Negócios Extraordinários


8.1 - Negócios Extraordinários 121

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 122

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 123

# Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 124

## 9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 125

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 126

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 127

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 147

9.2 - Outras Informações Relevantes 148

## 10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 149

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 167

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 169

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 170

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 172

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 174

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 175

10.8 - Plano de Negócios 176

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 178

## 11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 180

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 181

## 12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 182

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 191

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 195

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 198

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 199

12.7/8 - Composição Dos Comitês 203

# Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 205

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 208

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 209

12.12 - Outras informações relevantes 210

**13. Remuneração Dos Administradores**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 213

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 217

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 221

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 224

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 228

13.6 - Opções em Aberto 229

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 230

13.8 - Precificação Das Ações/opções 231

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 232

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 233

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 234

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 235

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 236

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 237

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 238

13.16 - Outras Informações Relevantes 239

**14. Recursos Humanos**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 240

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 242

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 243

# Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 245

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 246

## 15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 247

15.3 - Distribuição de Capital 254

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 255

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 256

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 258

15.7 - Principais Operações Societárias 259

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 263

## 16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 264

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 265

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 266

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 268

## 17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 269

17.2 - Aumentos do Capital Social 270

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 271

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 272

17.5 - Outras Informações Relevantes 273

## 18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 274

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 275

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 276

# Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 277

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 278

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 279

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 280

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 281

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 282

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 283

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 284

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 285

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 286

**19. Planos de Recompra/tesouraria**

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 287

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 288

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 289

**20. Política de Negociação**

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 290

20.2 - Outras Informações Relevantes 291

**21. Política de Divulgação**

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 292

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 293

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 296

21.4 - Outras Informações Relevantes 297

# 1.0 - Identificação dos responsáveis

| | |
|---|---|
| **Nome do responsável pelo conteúdo do formulário** | **Eugênio Emílio Staub Filho** |
| **Cargo do responsável** | Diretor Presidente |

| | |
|---|---|
| **Nome do responsável pelo conteúdo do formulário** | **Tiago Bannitz de Paula Machado** |
| **Cargo do responsável** | Diretor de Relações com Investidores |

# 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

## 1.1 - Declaração do Diretor Presidente

**DECLARAÇÃO**

**PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**EUGÊNIO EMÍLIO STAUB FILHO**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.051.088-9 (SSP/SP) e inscrito no CPF sob nº 148.108.828-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06.454-000, na qualidade de Diretor Presidente da **CDF Assistência e Suporte Digital S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06.454-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.874/0001-10 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

**EUGÊNIO EMÍLIO STAUB FILHO**

Diretor Presidente

# 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

**DECLARAÇÃO**

**PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**TIAGO BANNITZ DE PAULA MACHADO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.909.770-0, inscrito no CPF/ME sob nº 273.665.778-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06.454-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **CDF Assistência e Suporte Digital S.A**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06.454-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.874/0001-10 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

**TIAGO BANNITZ DE PAULA MACHADO**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

| | |
|---|---|
| **Possui auditor?** | SIM |
| **Código CVM** | 471-5 |
| **Tipo auditor** | Nacional |
| **Nome/Razão social** | Ernst &Young Auditores Independentes S.S. |
| **CPF/CNPJ** | 61.366.936/0001-25 |
| **Data Início** | 01/01/2018 |
| **Descrição do serviço contratado** | Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e (ii) prestação de serviços profissionais em conexão com a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia. |
| **Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço** | A remuneração dos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelos serviços prestados no item (i) acima foi de R$588.921,28 (impostos inclusos). |
| **Justificativa da substituição** | Não houve substituição dos auditores independentes. |
| **Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor** | Não houve substituição dos auditores independentes. |

| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço |
|---|---|---|---|
| Cezar Augusto Ansoain de Freitas | 01/01/2018 | 218.314.608-74 | Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, 7° andar, Torre Norte, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-907, Telefone (11) 25733000, e-mail: cezar.freitas@br.ey.com |

# 2.3 - Outras Informações Relevantes

**2.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

A Companhia possui procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados junto aos seus auditores independentes, visando evitar conflito de interesse ou perda de objetividade de seus auditores independentes e por meio da análise dos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, conforme o art. 3º da Instrução da CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, o auditor independente da Companhia deverá declarar à administração das entidades auditadas as razões de que, em seu entendimento, a prestação de outros serviços não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria.

A Companhia não tem nenhuma situação de desacordo com as regras de independência para os auditores independentes conforme NBC PA 290 – Independência, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.311/2010. O Comitê de Auditoria da Companhia é o órgão responsável por opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente ou qualquer outro serviço, verificando as qualificações e independência do auditor independente.

Adicionalmente, a Companhia reitera que não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre o auditor independente e partes relacionadas da Companhia, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

| (Reais) | Exercício social (31/12/2020) | Exercício social (31/12/2019) | Exercício social (31/12/2018) |
|---|---|---|---|
| Patrimônio Líquido | 14.613.000,00 | 13.922.000,00 | 11.595.000,00 |
| Ativo Total | 280.776.000,00 | 198.430.000,00 | 198.707.000,00 |
| Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos | 174.881.000,00 | 191.999.000,00 | 193.947.000,00 |
| Resultado Bruto | 99.676.000,00 | 104.594.000,00 | 96.473.000,00 |
| Resultado Líquido | 23.725.000,00 | 25.147.000,00 | 23.623.000,00 |
| Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades) | 30.000.000 | 30.000.000 | 30.000.000 |
| Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade) | 0,690000 | 0,460000 | 0,390000 |
| Resultado Básico por Ação | 0,790000 | 0,840000 | 0,790000 |
| Resultado Diluído por Ação | 0,79 | 0,84 | 0,79 |

270

# 3.2 - Medições Não Contábeis

## 3.2 - Medições não contábeis

### (a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

| | Em e/ou exercício findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| **(Em milhares de reais, exceto percentuais)** | **2020 (1)** | **2019 (1)** | **2018** |
| EBITDA | 54.032 | 51.215 | 42.592 |
| EBITDA Ajustado | 56.483 | 62.798 | 47.360 |
| Margem EBITDA | 30,9% | 26,7% | 22,0% |
| Margem EBITDA Ajustado | 32,3% | 32,7% | 24,4% |
| ROE | 162,4% | 180,6% | 203,7% |
| Dívida Líquida | 126.727 | 128.675 | 127.404 |
| Dívida Líquida / EBITDA Ajustado | 2,2x | 2,0x | 2,7x |
| Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido | 8,7x | 9,2x | 11,0x |

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

### (a.1) EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527 ("Instrução CVM 527), de 4 de outubro de 2012, conforme alterada, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização.

Não obstante o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado considerado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA apresentado por outras sociedades.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado pela amortização de contratos com varejistas e pelo resultado de compra vantajosa da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistência).

A Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medidas de desempenho operacional, alternativa ao fluxo de caixa operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos e não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o resultado da Companhia foi impactado pela adoção do CPC 06-R2, equivalente ao IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção de tal norma a Companhia optou pelo método retrospectivo modificado, não reapresentando os exercícios anteriores. Desta forma, as informações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção

## 3.2 - Medições Não Contábeis

desta norma e, portanto, não são comparáveis com as informações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os principais efeitos trazidos pela nova norma são: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização dos passivos de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações sobre a adoção do CPC 06-R2/IFRS 16, vide seção 10.4 deste Formulário de Referência.

**(a.2) Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)**

O ROE (*Return on Equity*) significa retorno sobre o patrimônio líquido e é obtido pela divisão do lucro líquido do exercício pelo patrimônio líquido consolidado da Companhia.

O ROE não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International FInancial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROE de maneira diferente da Companhia.

**(a.3) Dívida Bruta e Dívida Líquida**

A Dívida Bruta refere-se ao somatório de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento.

A Dívida Líquida corresponde a Dívida Bruta deduzido do caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

**(a.4) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado**

A Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à divisão da dívida líquida pelo EBITDA Ajustado. A Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia.

**(a.5) Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido**

O Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido da Companhia.

O Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido de maneira diferente da Companhia.

**(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

# 3.2 - Medições Não Contábeis

## (b.1) Reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| (*em milhares de reais, exceto %s*) | **2020 (1)** | **2019 (1)** | **2018** |
| Lucro Líquido do exercício | 23.725 | 25.147 | 23.623 |
| (+/-) Resultado Financeiro Líquido | 17.830 | 11.115 | 5.769 |
| (+/-) Imposto de renda e contribuição social | 5.457 | 11.193 | 11.324 |
| (+) Depreciações e Amortizações | 7.020 | 3.760 | 1.876 |
| **(=) EBITDA** | **54.032** | **51.215** | **42.592** |
| (+) Amortização de contratos com varejistas(2) | 11.880 | 11.583 | 4.768 |
| (-) Receita com compra vantajosa - CDF Assistência(3) | (9.429) | 0 | 0 |
| **(=) EBITDA Ajustado** | **56.483** | **62.798** | **47.360** |
| Receita Líquida | 174.881 | 191.999 | 193.947 |
| **Margem EBITDA(1) (4)** | **30,9%** | **26,7%** | **22,0%** |
| **Margem EBITDA Ajustado(1) (5)** | **32,3%** | **32,7%** | **24,4%** |

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

(2) Refere-se a valores antecipados a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização. Os contratos de exclusividade possuem prazo de até doze anos, com encerramento em 2022, 2029 e 2032, e incluem metas de vendas preestabelecidas e volume financeiro mínimo garantido. A amortização segue o desempenho de vendas atrelado aos contratos de exclusividade junto aos varejistas.

(3) Em 3 de março de 2020, a Companhia realizou a aquisição de 100% das ações da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistência Ltda.). A empresa adquirida tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência. Os serviços prestados são divididos em duas categorias: assistência auto e moto, e assistências residenciais e emergenciais. A alocação do preço de aquisição resultou em compra vantajosa. Para maiores detalhes sobre esta aquisição vide item 15.7 deste Formulário de Referência e nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras da Companhia.

(4) A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

(5) A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

## (b.2) Reconciliação do ROE

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| (*em milhares de reais, exceto %s*) | **2020 (1)** | **2019 (1)** | **2018** |
| Patrimônio Líquido | 14.613 | 13.922 | 11.595 |
| Lucro Líquido | 23.725 | 25.147 | 23.623 |
| **ROE** | **162,4%** | **180,6%** | **203,7%** |

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

## 3.2 - Medições Não Contábeis

### (b.3) Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

| | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| (*em milhares de reais*) | **2020** | **2019** | **2018** |
| (+) Empréstimos e financiamentos | 155.744 | 125.033 | 126.248 |
| (+) Debêntures | 0 | 1.315 | 4.083 |
| (+) Passivos de arrendamento | 3.726 | 4.242 | 0 |
| **Dívida Bruta** | **159.470** | **130.590** | **130.331** |
| (-) Caixa e equivalente de caixa | (32.743) | (1.915) | (2.927) |
| **Dívida Líquida** | **126.727** | **128.675** | **127.404** |

### (b.4) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado

| | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| (*em milhares de reais, exceto índice*) | **2020** | **2019** | **2018** |
| Dívida líquida | 126.727 | 128.675 | 127.404 |
| EBITDA Ajustado | 56.483 | 62.798 | 47.360 |
| **Dívida Líquida / EBITDA Ajustado** | **2,2x** | **2,0x** | **2,7x** |

### (b.5) Reconciliação Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido

| | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| (*em milhares de reais, exceto índice*) | **2020** | **2019** | **2018** |
| Dívida líquida | 126.727 | 128.675 | 127.404 |
| Patrimônio líquido | 14.613 | 13.922 | 11.595 |
| **Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido** | **8,7x** | **9,2x** | **11,0x** |

### (c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que, devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das informações apresentadas em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, tais medições não contábeis proporcionam, na visão dos Diretores da Companhia, melhor comparabilidade com o desempenho de outras companhias que atuam no mesmo setor.

### (c.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas apropriadas para apresentar sua condição financeira e o resultado de suas operações, pois apresentam o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e outros impactos considerados não recorrentes e/ou que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia. Devido ao seu modelo de negócios *asset-light*, a Companhia entende que estas medidas possuem uma correlação relevante com a geração de caixa da Companhia, possuindo, desta forma, uma relação importante na avaliação do desempenho operacional e financeiro da Companhia.

## 3.2 - Medições Não Contábeis

**(c.2) Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)**

Os Diretores da Companhia entendem que o ROE possibilita à Companhia, investidores e analistas financeiros avaliar a eficiência da Companhia na aplicação de seus recursos próprios. Isso porque as informações interpretadas por ele contribuem para a identificação da qualidade da gestão da empresa.

**(c.3) Dívida Bruta e Dívida Líquida**

A Dívida Bruta e Dívida Líquida apresentadas são utilizadas pela Companhia para medir o seu nível de endividamento. Os Diretores da Companhia entendem que alguns investidores e analistas financeiros utilizam a dívida bruta e a dívida líquida como um indicador de endividamento. Os Diretores da Companhia também entendem que a medição da dívida bruta e da dívida líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

**(c.4) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado**

A medida de Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado é utilizada pela Companhia para medir o grau de alavancagem e observância de *covenants* em contratos financeiros, de forma que os Diretores da Companhia entendem que a referida medida é útil para acompanhar o seu nível de endividamento.

**(c.5) Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido**

O Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido é utilizado pela Companhia para medir o seu nível de endividamento, tendo em vista que demonstra a posição de endividamento por meio da relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido consolidado da Companhia.

# 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

## 3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

*Incorporação da TecTotal*

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2021, a Companhia aprovou a incorporação da Tectotal Assistência e Suporte Digital Ltda., que foi extinta por incorporação. A incorporação não acarretou alteração no capital social da Companhia, uma vez que a Companhia era titular, em tal data, da totalidade das quotas emitidas pela Tectotal.

*Desdobramento de ações da Companhia*

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 15 de março de 2021, proposta de desdobramento de ações, à razão de 40,241935 (quarenta inteiros e duzentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco milionésimos) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existe, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 745.497 (setecentas e quarenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e sete) para 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

*Aprovação de Plano de Opção de Compra de Ações*

Na mesma Assembleia Geral Extraordinária, foi também aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Companhia, que estabelece as condições gerais para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações ordinárias de sua emissão aos seus administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia e suas subsidiárias (a critério do Conselho de Administração), sem direito de preferência para os acionistas e no limite do capital autorizado da Companhia.

# 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

## 3.4 - Política de destinação dos resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **a) Regras sobre retenção de lucros** | Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia dos últimos três exercícios sociais previa que 5% do lucro líquido do exercício podia ser destinado para a constituição da reserva legal, até que atingisse os limites fixados em lei, e que o valor necessário podia ser destinado, quando fosse o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). | | |
| **a.i) Valores das retenções de lucros** | No exercício social encerrado em 31/12/2020 foi apurado lucro líquido no valor de R$23.725 mil, sendo que R$115 mil foi destinado à reserva legal. Não houve constituição de outras reservas. | No exercício social encerrado em 31/12/2019 foi apurado lucro líquido no valor de R$25.147 mil, sendo que R$1.416 mil foi destinado à reserva legal. Não houve constituição de outras reservas. | No exercício social encerrado em 31/12/2018, os acionistas decidiram pela não constituição da reserva legal tendo em vista que a distribuição antecipada de dividendos superou o resultado do exercício após considerados os efeitos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) sobre a reserva de lucros. O valor excedente dos dividendos em relação ao lucro líquido daquele exercício foi convertido em empréstimo (mútuo). |
| **a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados** | 0,5% | 5,6% | N/A |
| **b) Regras sobre distribuição de dividendos** | O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. | | |
| **c) Periodicidade das distribuições de dividendos** | A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Por fim, nos termos da Lei das S.A., o pagamento do dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à assembleia-geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. | | |
| **d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais** | Salvo pelo disposto no Código Civil e na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia, com exceção dos *covenants* financeiros existentes em determinados contratos financeiros da Companhia, que impõem restrição à distribuição de dividendos. Para maiores informações, vide item 10.1(f)(iv). | | |

## 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado** | Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época. | | |

## 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

| (Reais) | Exercício social 31/12/2020 | Exercício social 31/12/2019 | Exercício social 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido ajustado | 23.725.000,00 | 25.147.000,00 | 23.623.000,00 |
| Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%) | 14.995.000,000000 | 22.891.000,000000 | 20.290.000,000000 |
| Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%) | 114,375934 | 180,627783 | 203,734368 |
| Dividendo distribuído total | 14.995.000,00 | 22.891.000,00 | 20.290.000,00 |
| Lucro líquido retido | 8.730.000,00 | 2.256.000,00 | 3.333.000,00 |
| Data da aprovação da retenção | | 13/10/2020 | 30/07/2019 |

| Lucro líquido retido | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |
| Ordinária | 14.995.000,00 | | 22.891.000,00 | 13/10/2020 | 20.290.000,00 | 30/07/2019 |

# 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

### 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018, não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas de lucros a realizar.

## 3.7 - Nível de Endividamento

| Exercício Social | Soma do Passivo Circulante e Não Circulante | Tipo de índice | Índice de endividamento | Descrição e motivo da utilização de outro índice |
|---|---|---|---|---|
| **31/12/2020** | 260.033.000,00 | Índice de Endividamento | 12,53594000 | |
| | 0,00 | Outros índices | 2,24363100 | A Companhia utiliza o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado como indicador para medir o grau de alavancagem e observância de covenants em contratos financeiros.<br>Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Líquida da Companhia era de R$126,7 milhões e no exercício findo naquela data o EBITDA Ajustado era R$56,5 milhões, representando um índice de Dívida Líquida / EBITDA Ajustado de 2,24 vezes. Por Dívida Líquida entende-se o total dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e dos passivos de arrendamento menos o caixa e equivalentes de caixa. A Companhia entende que o índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado representa, de forma mais apropriada, o seu nível de endividamento, pois reflete a relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado este último não impactado pela estrutura de capital, efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e outros impactos considerados não recorrentes e/ou que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia. |

## 3.8 - Obrigações

| Exercício social (31/12/2020) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Empréstimo | Garantia Real | | 29.926.000,00 | 57.536.000,00 | 36.771.000,00 | 31.511.000,00 | 155.744.000,00 |
| Total | | | 29.926.000,00 | 57.536.000,00 | 36.771.000,00 | 31.511.000,00 | 155.744.000,00 |

**Observação**

Os montantes apresentados na tabela acima referem-se aos empréstimos e financiamentos da Companhia conforme apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

# 3.9 - Outras Informações Relevantes

## 3.9 - Outras informações relevantes

### *Covenants* Financeiros

Nos contratos financeiros de empréstimos e financiamentos celebrados pela Companhia, existem cláusulas de "*cross default*" e "*cross acceleration*" que podem resultar na declaração de vencimento antecipado da respectiva dívida e/ou resultar no vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia. Para mais informações sobre os instrumentos de dívida da Companhia, incluindo eventuais restrições e previsões de "*cross default*" e "*cross acceleration*" em tais instrumentos, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

### Desdobramento de Ações

Adicionalmente, a Companhia informa que as informações referentes ao número de ações, valor patrimonial de ações e o resultado básico e diluído por ação indicadas no item 3.1 deste Formulário de Referência considera o desdobramento de ações, à razão de 40,241935 (quarenta inteiros e duzentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco milionésimos) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária anteriormente existente, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de março de 2021. Assim, a quantidade de ações passou de 745.497 (setecentas e quarenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e sete) para 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

# 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

## 4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia. As atividades, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir e/ou por outros fatores de risco. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses riscos, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-lo adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que ela considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, reputação, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4.Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

### (a) Riscos Relacionados à Companhia

***A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”) em razão da disseminação do novo coronavírus (Sars-Cov-2), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia, depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes nos negócios da Companhia, sua condição financeira, os resultados das suas operações e, finalmente, sua capacidade de continuar operando seus negócios e gerando resultados a seus acionistas.***

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, China. Em 11 março de 2020, a OMS declarou pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia de COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. A pandemia afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros e de capitais. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social e restrições de funcionamento de lojas, restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação de pessoas, parques e demais espaços públicos, medidas estas que podem continuar por um período significativo.

O alcance do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia e desempenho financeiro, inclusive a sua capacidade de executar suas estratégias de curto, médio e longo prazos e implantar iniciativas no período esperado dependerá de desdobramentos futuros, inclusive a duração e gravidade da pandemia, especialmente no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto.

As medidas adotadas pelas autoridades governamentais em todo o mundo, inclusive no Brasil, para estabilizar os mercados e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar a alta volatilidade ou evitar reduções graves e prolongadas das atividades econômicas. Adicionalmente, as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades governamentais para contenção da pandemia da COVID-19 resultaram na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores. No Brasil, tais medidas foram aplicadas de modo geral nas esferas estadual ou municipal, e, até o momento, não há como prever até quando tais medidas permanecerão em vigor, ainda mais se levarmos em conta um possível endurecimento de medidas sanitárias restritivas em virtude da segunda onda de contaminações pelo Sars-Cov-2. Tais políticas e medidas influenciaram e poderão ainda influenciar o comportamento do mercado consumidor e da população em geral, da demanda de serviços, produtos e de crédito.

A Companhia não pode prever a amplitude, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia de COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas ou a serem tomadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes que possam orientar a Companhia quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Assim, a amplitude e duração do impacto da pandemia de COVID-19 ou de surto de doença semelhante permanecem altamente incertos.

A desaceleração do mercado causada pela pandemia de COVID-19, teve e poderá continuar a ter um impacto negativo nos negócios da Companhia, principalmente na forma de:

(i) restrições a certas atividades de negócios que possam impactar a Companhia, bem como a seus funcionários, fornecedores, clientes, clientes de contrapartes e outros parceiros de negócios, afetando assim as operações da Companhia e a capacidade de seus clientes de realizar negócios e cumprir suas obrigações com a Companhia;

(ii) um aumento de investimentos e gastos da Companhia com segurança cibernética e segurança da informação e com medidas de redução dos riscos operacionais devido à expansão da infraestrutura de trabalho remoto ou home office; e

(iii) renegociações com parceiros comerciais para prever a flexibilização das parcerias que possuíam instrumentos contratuais mais rígidos.

A pandemia também pode causar interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia no futuro como consequência de, por exemplo, de novos períodos de decretação de quarentena, ataques cibernéticos, licença de funcionários em razão de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, restrições de viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos empregados da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens ou restrições impostas pelo governo relacionadas à pandemia, as atividades da Companhia poderão ser adversamente afetadas.

Adicionalmente, a disseminação da COVID-19 levou a Companhia a adotar uma política de home office para a totalidade de seus funcionários, os quais em sua grande maioria, na data deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos enfrentados pela Companhia, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operacionalizar suas atividades. Além disso, a Companhia pode vir a tomar outras ações adicionais,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração. A Companhia não pode garantir que essas medidas não lhe trarão impactos adicionais aos aqui descritos e/ou se serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia do vírus ou, de outra forma, serão satisfatórias para as autoridades governamentais.

A extensão em que o surto da COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica dos casos, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Mesmo após a contenção do surto da COVID-19, a Companhia pode continuar a ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego, que poderá afetar o poder de compra de seus clientes.

Adicionalmente, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. Além disso, novas ondas da COVID-19 já estão surgindo por todo o Brasil. A Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19 caso haja novos surtos regionais e/ou globais ou mesmo caso novas ondas da COVID-19 se confirmem em larga escala.

Como inexistem eventos recentes comparáveis que possam fornecer orientação à Companhia quanto ao efeito de uma pandemia global severa, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto e sujeito a alterações que a Companhia não é capaz de estimar. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência. Para maiores informações sobre os efeitos da pandemia sobre as atividades da Companhia vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

***O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes.***

O mercado de prestação de serviços de instalação e assistência doméstica caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos e serviços. Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços, de modo a atender a demanda do mercado, a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Ainda, os padrões tecnológicos adotados pelo setor de atuação da Companhia são de rápida evolução. Dessa forma, os padrões com base nos quais a Companhia optou por desenvolver novos produtos podem não permitir competir de maneira eficiente nos mercados em que atua. A eventual não realização de avanços no tocante à padronização de linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros.

***A prestação inadequada de serviços pela Companhia e outros riscos correlatos podem prejudicar a reputação da Companhia, levando à abertura de processos arbitrais, judiciais e/ou administrativos e/ou resultando no fechamento da Companhia.***

Na hipótese de algum problema de qualidade ou não conformidade entre o produto ou serviço fornecido pela Companhia e as especificações solicitadas pelos clientes, a Companhia pode ser demandada por ressarcimento, em relação a eventuais perdas e danos sofridos pelos parceiros

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comerciais da Companhia, consumidores finais dos produtos da Companhia e de seus parceiros comerciais, ou outros agentes intermediários na cadeia produtiva, de distribuição ou comercialização dos serviços, além de outras demandas de indenização por danos morais, danos indiretos e outros danos, assim como punições adicionais promovidas por tais parceiros comerciais, consumidores ou agentes. Adicionalmente, eventuais problemas de qualidade ou não conformidade dos serviços com especificações dos clientes podem resultar na perda de tais clientes. A Companhia pode ser afetada negativamente por conta de eventual descumprimento contratual ou falta de pagamento por parte de seus clientes.

***Os negócios da Companhia estão sujeitos a riscos operacionais e de segurança***

A prestação de serviços de instalação e assistência residencial, bem como de resposta a emergências aos clientes da Companhia, envolve riscos operacionais como defeitos ou mau funcionamento de equipamentos e problemas nos treinamentos de profissionais, que podem resultar em acidentes envolvendo os empregados e clientes da Companhia.

Os programas de treinamento e manutenção de equipamentos que a Companhia oferece podem não ser adequados para abranger todas as suas potenciais responsabilidades, bem como para preparar os seus profissionais a desempenhar as atividades necessárias durante o atendimento ao cliente.

Eventuais acidentes durante a execução dos serviços prestados poderão prejudicar a reputação da Companhia junto aos clientes, bem como causar eventuais impactos trabalhistas e, consequentemente, impactar de maneira adversa os seus negócios e resultados operacionais.

***A Companhia pode não ser capaz de refletir eventual aumento de custos no preço pago pela prestação de seus serviços, ou de manter os seus clientes caso o faça.***

Condições contratuais, econômicas, competitivas ou específicas do mercado podem limitar a capacidade da Companhia de aumentar os preços cobrados pela prestação de seus serviços. Como resultado desses fatores, a Companhia pode não conseguir repassar eventuais aumentos nos custos para prestação de seus serviços, melhorar as margens operacionais e obter retornos de investimento adequados por meio de aumentos de preços. A Companhia também pode perder clientes para concorrentes de preço mais baixo e eventuais novos concorrentes podem entrar no mercado de atuação da Companhia à medida que aumenta os seus preços, o que pode impactar de maneira adversa os seus negócios e resultados operacionais.

***O aumento dos custos operacionais e os obstáculos à recuperação de custos incorridos pela Companhia para o desempenho de suas atividades poderão impacta-la de maneira adversa.***

A lucratividade dos serviços da Companhia pode ser afetada negativamente por aumentos de custos com alimentos, salários e outras despesas trabalhistas, seguros, combustíveis, serviços públicos e o preço de equipamento, especialmente na medida em que não possa recuperar esse aumento de custos por meio de aumentos nos preços de seus serviços devido a condições econômicas gerais, condições competitivas ou disposições contratuais firmadas com clientes.

Adicionalmente, os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 podem representar um aumento nos custos operacionais acima descritos, bem como acarretar no aumento da dificuldade da Companhia em arcar com o aumento de tais custos.

Dessa forma, a Companhia pode não conseguir recuperar, total ou parcialmente, os eventuais aumentos nesses custos, o que poderia impactar negativamente a sua lucratividade.

***As medidas de segurança de tecnologia da informação ("TI") da Companhia poderão ser violadas ou comprometidas por ataques cibernéticos, inclusive no que se refere à infraestrutura necessária à manutenção dos sistemas de TI da Companhia, podendo acarretar em indisponibilidades nos sistemas de TI e danos reputacionais e financeiros para a Companhia.***

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para o desenvolvimento e monitoramento de suas atividades, sendo que esses sistemas são vulneráveis. A título exemplificativo, podem ocorrer falhas de rede, desastres naturais, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas ou cibernéticos, erros de software, avarias, invasões físicas ou eletrônicas, e/ou vírus que podem resultar em fraudes, roubos e/ou destruição de informações em seus sistemas. Qualquer ação praticada com o objetivo de burlar as medidas de segurança de tecnologia da informação da Companhia e de seus produtos e/ou de seus fornecedores teriam potencial para ocasionar a apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e/ou de seus clientes que estejam armazenadas nos servidores da Companhia ou em nuvens públicas por ela homologadas. Tais ações poderiam também provocar interrupções em serviços ou operações.

Adicionalmente, as medidas de segurança de proteção de dados, próprios e de clientes, processados e armazenados pela Companhia, podem ser inadequadas ou insuficientes para impedir violações de segurança, incluindo ataques cibernéticos. Além disso, os sistemas de backup, planos de continuidade de negócios e de recuperação de desastres, podem não cobrir todos estes eventos e sistemas usados. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação dos quais os aspectos críticos das operações da Companhia dependam poderá ter um efeito adverso sobre seus negócios, reputação, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, a Companhia armazena informações confidenciais relacionadas a seus produtos, processos, fornecedores, funcionários e clientes. Qualquer violação de segurança envolvendo a apropriação indevida, perda ou outra divulgação ou uso não autorizados de informações confidenciais de terceiros ou da Companhia, poderá sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais, expor a Companhia a responsabilidades diversas perante os seus fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais, e/ou ter efeitos adversos nos negócios, reputação, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Caso a Companhia seja obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança ou reparar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade nos seus sistemas internos de TI e/ou de seus clientes, seus negócios e suas receitas poderão ser negativamente afetados.

Ademais, incêndios ou outros desastres podem afetar as instalações e escritórios administrativos da Companhia, incluindo as suas bases de dados, o que poderá afetar adversamente suas atividades administrativas, armazenamento e processamento de dados corporativos, volumes de produção e, consequentemente, seu desempenho financeiro.

Para além disso, caso a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos ou realizar as atualizações necessárias tempestivamente em seus sistemas, e se essa eventual interrupção ou mau funcionamento se prolongar, as operações e os controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os resultados da Companhia.

Para que a Companhia possa atingir suas metas de crescimento, ela precisa melhorar continuamente seus sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos resultados financeiros da Companhia.

Além disso, sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se a Companhia não conseguir atualizá-los corretamente, as suas operações poderão ser prejudicadas, o que pode lhe causar efeito adverso.

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.***

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza dados pessoais, tais como dados de clientes e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais, e qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

transferência ou eliminação sob sua responsabilidade deve ser realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, a Companhia deve observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis. Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada no Brasil a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n° 13.709/2018 - "LGPD") que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

Após muitas discussões, a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020. A aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD foi adiada para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias estarão sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor de suas ações. Destacamos, ainda, que alguns dos contratos firmados com terceiros que envolvem o tratamento de dados pessoais não possuem cláusulas-padrão de proteção de dados e essa ausência pode acarretar prejuízo financeiro para a Companhia na hipótese de descumprimento da LGPD por qualquer uma das partes. Adicionalmente, não é possível prever como as autoridades brasileiras irão aplicar e interpretar a LGPD.

***A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao uso não autorizado ou indevido de sua propriedade intelectual e/ou industrial, bem como falha na proteção de seus ativos de propriedade intelectual ou, ainda, a eventual violação aos direitos de propriedade intelectual de terceiros.***

A Companhia está sujeita à apropriação e ao uso inadequado de suas soluções, bem como a processos legais e administrativos em relação à propriedade intelectual ou industrial. O uso indevido do software pelo usuário pode implicar ainda em multa para a Companhia, o que pode resultar em custos significativos e acarretar no uso de recursos não previstos para essa finalidade, bem como

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

na necessidade da atenção da Administração e da equipe tecnológica da Companhia, o que poderá afetar adversamente seus negócios, sua posição competitiva, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marca da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos seus registros marcários podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou afetar adversamente sua reputação ou ainda interferir no sistema de franquias estruturada pela Companhia.

Ainda, cabe ressaltar, que o monitoramento de uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e não há como garantir que terceiros não tenham registrado ou adquirido direitos sobre marcas idênticas ou similares para produtos ou serviços que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações da Companhia pode afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia.

Por fim, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

***A Companhia está sujeita a riscos associados a incapacidade ou falha na proteção de seus ativos de propriedade intelectual ou, ainda, a eventual violação aos direitos de propriedade intelectual de terceiros.***

Os ativos de propriedade intelectual da Companhia, são importantes para o seu sucesso, de modo que o sucesso da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger os ativos de propriedade intelectual, tais como marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e know-how e, quaisquer problemas relacionados a tais ativos podem afetar a Companhia negativamente.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos seus registros marcários podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou afetar adversamente sua reputação ou ainda interferir no sistema de franquias estruturada pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar o registro de alguma marca em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia, e se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente de forma significativa.

Ainda, cabe ressaltar, que o monitoramento de uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e não há como garantir que terceiros não tenham registrado ou adquirido direitos sobre marcas idênticas ou similares para produtos ou serviços que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações da Companhia pode afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia.

Por fim, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***O crescimento da Companhia também depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia.***

A continuidade da Companhia depende em grande parte da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas. Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia.

A perda dos membros da alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios da Companhia e, consequentemente, os seus resultados operacional e financeiro. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, pode não conseguir atrair e manter novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. O sucesso também depende da habilidade da Companhia em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia da informação, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderá não ter capacidade para conduzir o negócio com sucesso e, consequentemente, os resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

***Recursos financeiros de quaisquer naturezas podem não estar sempre disponíveis ou não serem suficientes em termos aceitáveis pela Companhia e/ou em valor suficiente para atender às suas futuras necessidades de capital.***

A Companhia pode precisar de financiamentos, empréstimos ou capital acionário adicional para financiar suas operações, adquirir novos softwares e produtos ou para outros fins ligados à natureza de suas operações. O mercado de capitais tanto de dívida quanto de capital acionário têm sofrido o impacto da crise econômica geral no Brasil e em determinados países, bem como de dificuldades específicas de nosso setor de atuação tanto no Brasil quanto no exterior, dentre outros fatores. Estes eventos, bem como a pandemia do COVID-19, afetaram desfavoravelmente as condições econômicas gerais. Em especial, o custo da captação de recursos nos mercados financeiros aumentou substancialmente, ao passo que a disponibilidade de fundos provenientes desses mercados diminuiu significativamente. Igualmente, em decorrência das preocupações a respeito da estabilidade de mercados financeiros de modo geral e, especificamente, da solvência de contrapartes, o custo de obtenção de recursos nos mercados de crédito aumentou, uma vez que vários mutuantes e investidores institucionais aumentaram suas taxas de juros, aprovaram normas de financiamento mais rígidas, reduziram e, em alguns casos, suspenderam o fornecimento de financiamento a mutuários em termos comercialmente razoáveis.

Atualmente, a Companhia depende de, e sua estratégia de negócios poderá requerer, financiamentos contraídos junto às instituições públicas e privadas. Se não houver financiamento disponível por parte de bancos ou outras instituições públicas ou privadas quando necessário, ou se o financiamento disponível se der apenas em termos menos favoráveis, a Companhia poderá não conseguir atender às suas necessidades de capital, o que poderá limitar ou impedir (i) a obtenção de vantagens relativas às oportunidades de negócios; e (ii) a realização de investimentos ou manutenções importantes.

***É possível que haja incapacidade de identificação de falhas nos sistemas, políticas internas e procedimentos de controles internos por parte dos funcionários, administradores e terceiros agindo em nome da Companhia, as quais poderão expô-la a riscos e consequentes sanções previstas em leis de combate à corrupção, o que poderá afetar adversamente seus negócios.***

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os processos de prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes, pela administração da Companhia, de suas subsidiárias, funcionários, terceiros que atuem em seu nome ou fornecedores se posicionem de forma que violem legislações e regulamentos, por exemplo, no âmbito de pagamentos indevidos a funcionários do governo para obter ou manter vantagens comerciais ou empresariais.

A esse respeito, a Companhia está sujeita à Lei Federal nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), à Lei 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), Lei 8.666/96 ("Lei de Licitações"), a Lei 12.813/2013 ("Lei de Conflito de Interesses"), o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, às portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of* 1977 e o *UK Bribery Act* 2010, dentre outros dispositivos que impõem responsabilidade por danos à administração pública, conforme aplicável (em conjunto "Leis Anticorrupção"). Qualquer violação a essas leis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, incluindo na captação de empréstimos e financiamentos.

De acordo com a Lei Anticorrupção, na ocorrência de violações à referida Lei, as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas objetivamente por danos à administração pública e poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R$ 6.000,00 e R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Ainda, violações das Leis Anticorrupção podem levar a penalidades nas esferas administrativa, civil e penal, tais como de (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perda de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (v) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (vi) dissolução compulsória da Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Além disso, não há como assegurar que não serão identificadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia. Se os sistemas e controles internos da Companhia não estiverem operando de maneira efetiva, a Companhia poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou de prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficiência nos sistemas, políticas ou controles internos da Companhia poderá causar um efeito adverso relevante em seus resultados.

***Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta.***

A Companhia está sujeita às Leis Anticorrupção, que impõem responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por suas subsidiárias, seus dirigentes, administradores, colaboradores ou ainda por terceiros agindo em seu benefício. Dentre as sanções aplicadas, além da multa citada acima, estão: (i) a publicação extraordinária da decisão condenatória; (ii) a apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente; (iii) a suspensão ou a proibição parcial das operações; (iv) a dissolução da entidade; (v) a suspensão temporária para a obtenção de novos financiamentos para empreendimentos; (vi) a perda de licenças operacionais; e (vii) a proibição de contratar e de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público. Adicionalmente, os processos de prevenção e combate à corrupção, de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar (i) violações às Leis Anticorrupção, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) mitigação dos

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer dessas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários ou terceiros que agem em nome da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa e civil, além das penalidades no âmbito criminal aos indivíduos que concorrerem para a infração, ocasionando um efeito adverso relevante sobre a reputação, bem como sobre as operações da Companhia, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, o que poderá afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

***Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente seus negócios.***

As políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos da Companhia podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Adicionalmente, os procedimentos de *compliance* e controle internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários e membros de sua administração. Caso seus funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou suas políticas internas, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e imagem.

***Perdas não cobertas ou insuficientemente cobertas pelos seguros contratados pela Companhia podem resultar em prejuízos, o que poderá nos afetar adversamente.***

Certos riscos não são garantidos pelas apólices de seguro das seguradoras contratadas pela Companhia. Além disso, desastres naturais, condições meteorológicas adversas e outros eventos podem causar danos de todo tipo, incluindo, danos ao meio ambiente e interrupção das atividades da Companhia, dentre outros. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro atualmente contratadas serão adequadas e/ou estarão disponíveis e/ou serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. Adicionalmente, a Companhia poderá vir a ser responsabilizada judicialmente por eventuais danos causados a terceiros e, assim, obrigada a indenizar as respectivas vítimas, o que poderá ter um efeito adverso para ela.

Ainda, a cobertura das apólices de seguro da Companhia está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em efetuar o pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, em que o dano

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

não será indenizado sob a cobertura contratada junto à seguradora. Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para a Companhia.

***Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, bem como inquéritos e investigações podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.***

A Companhia e/ou seus administradores são e podem vir a ser parte em diversos processos nas esferas judicial, administrativa e arbitral, incluindo, ações indenizatórias, trabalhistas, criminais, fiscais, ambientais e regulatórias, dentre outras, bem como pode ser objeto de inquéritos e investigações. Não há como garantir que tais processos, inquéritos e investigações serão julgados ou concluídos, conforme o caso, favoravelmente à Companhia, ou, ainda, que sejam constituídos ou mantidos provisionamentos que sejam suficientes para a cobertura dos valores decorrentes de eventuais condenações. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a imagem da Companhia ou impeçam a realização dos seus negócios conforme planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos negócios da Companhia, na sua condição financeira, na sua reputação e nos seus resultados operacionais. Ademais, decisões desfavoráveis em eventuais processos movidos em face de administradores da Companhia podem, por exemplo, também vir a inabilitá-los para atuarem como administradores da Companhia, bem como afetar adversamente a reputação e os negócios da Companhia.

Adicionalmente, é possível que a Companhia não tenha recursos necessários para realizar depósitos judiciais ou prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, incluindo processos que discutam valores substanciais. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a continuidade destas cobranças em razão da eventual incapacidade de realização destes depósitos ou da prestação ou do oferecimento destas garantias poderá gerar a formalização de penhora livre de seus bens, inclusive de seus ativos financeiros, penhora do seu faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de suas certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso em suas operações e no desenvolvimento de seu negócio.

***Potenciais fusões e aquisições e/ou alternativas estratégicas relacionadas ao portfólio de ativos da Companhia apresentam mudanças relevantes e/ou riscos para a Companhia e podem não se concretizar ou não resultar nos benefícios esperados.***

A estratégia da Companhia inclui a avaliação e a adequação de seus ativos frente aos seus objetivos e ao contexto de mercado, o que poderá gerar oportunidades de operações de fusões e aquisições e/ou outras alternativas estratégicas relacionadas ao seu portfólio de ativos, as quais podem incluir disposição, descontinuidade operacional ou alteração de determinados ativos ou produtos. Não há como prever se e quando tais operações ocorrerão ou a possibilidade de uma determinada operação ser concluída em termos e condições favoráveis à Companhia.

A Companhia pode incorrer em custos significativos em processos de fusões e aquisições e/ou outras alternativas estratégicas e, ainda assim, tais processos podem não ser concluídos ou, se concluídos, podem não apresentar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os seus negócios e/ou de mantê-los em níveis adequados por meio de processos de fusões e aquisições e/ou outras alternativas estratégicas depende de diversos fatores, dentre os quais a capacidade de identificar oportunidades ou acessar os mercados financeiro e de capitais e negociar condições favoráveis para tais operações. Alguns dos principais concorrentes da Companhia podem também estar em busca de crescimento e/ou readequação de ativos por meio de operações

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

estratégicas, o que pode reduzir a probabilidade de sucesso na implementação de tal estratégia ou pode demandar custos mais elevados devido a um aumento de demanda causado pela concorrência.

Mesmo se a Companhia identificar oportunidades de processos de fusões e aquisições e/ou outras alternativas estratégicas e obter os financiamentos e/ou demais condições necessárias à realização de tais operações, a Companhia pode precisar incorrer em novos empréstimos, aumentando o seu endividamento, ou ainda acessar mercados de capitais, o que poderá acarretar a diluição da participação acionária dos acionistas em seu capital social.

As despesas da Companhia também podem aumentar em consequência de processos de fusões e aquisições e/ou outras alternativas estratégicas a serem implementadas pela Companhia, incluindo em decorrência de esforços na otimização da sinergia entre a Companhia e as demais companhias envolvidas e/ou em decorrência de eventuais regras de indenização acordadas entre as partes. Além disso, eventuais processos de fusões e aquisições envolvendo produtores, concorrentes e/ou instalações estarão sujeitos à obtenção de autorizações das autoridades governamentais competentes, que pode incluir, inclusive, a autorização pelos órgãos de defesa da concorrência no Brasil ou em outros países. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção das autorizações necessárias ou em sua obtenção em tempo hábil, prejudicando sua estratégia. Contingências e responsabilidades significativas associadas a processos de fusões e aquisições e/ou outras alternativas estratégicas também pode afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à operação, ou causaria prejuízos importantes.

Nesse contexto, a Companhia pode ser responsável por contingências decorrentes de fusões e aquisições realizadas no passado e/ou por indenizar os vendedores de ativos e/ou sociedades adquiridas. Com efeito, em algumas fusões e aquisições, os direitos de indenização decorrentes das responsabilidades sucessórias são geridos por meio de lançamentos de créditos e débitos em nome das partes em contas gráficas destinadas a administrar eventuais prejuízos que as partes envolvidas venham a sofrem em razão da transação. A liquidação e/ou encerramento de referidas contas gráficas, ou acordos buscando a solução antecipada das contas gráficas e/ou outras divergências e, consequentemente, eventuais indenizações a serem pagas pela Companhia aos vendedores de ativos e/ou de sociedades adquiridos podem impactar de forma significativa e adversa a situação financeira da Companhia.

Da mesma forma, eventuais indenizações (quando devidas) que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de sociedades e/ou ativos adquiridos podem não ser suficientes à proteção ou compensação de contingências e responsabilidades ou não serem cumpridas. Os processos de auditoria (*due diligence*) que a Companhia conduziu no passado, bem como outros que a Companhia pode vir a realizar em relação a uma aquisição e quaisquer garantias contratuais (ou de outra natureza), também podem não ser suficientes à proteção ou compensação de contingências e responsabilidades ou não serem cumpridas. Ademais, as eventuais garantias outorgadas podem vir a perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e os contratos de que é parte podem não prever obrigações de reforço ou substituição de tais garantias.

***A competição na aquisição de empresas, a eventual consolidação do setor de prestação de serviços assistenciais domésticos e as condições econômicas e de mercado podem limitar a capacidade da Companhia de crescer por meio de aquisições.***

A Companhia busca crescer por meio de aquisições estratégicas, além do crescimento orgânico, o que significa que depende da avaliação e identificação de empresas compatíveis com os seus negócios. No entanto, a Companhia não pode garantir que será capaz de adquiri-las a preços ou termos e condições favoráveis a ela.

Adicionalmente, outras empresas adotaram ou podem adotar a estratégia de aquisição e consolidação de negócios regionais e locais, podendo aceitar termos e condições ou avaliações que a Companhia considera inadequados. Na medida em que a concorrência aumenta, pode se tornar inviável realizar novas aquisições ou a Companhia pode não conseguir localizar ou adquirir empresas

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

adequadas a níveis de preços e termos e condições que a Companhia considere apropriados, principalmente em mercados que a Companhia não atende.

Ainda, a potencial consolidação do setor de serviços assistenciais domésticos pode levar à redução do número de empresas estratégicas para suas aquisições. Como resultado, a Companhia poderia vir a ter menos oportunidades de aquisição, e essas oportunidades podem ser em termos menos atraentes do que no passado, o que poderia causar uma redução na taxa de crescimento da Companhia, que potencialmente se daria através de aquisições.

***Incapacidade de manter níveis de capital de giro suficientes para o seu negócio pode limitar crescimento da Companhia e a afetar adversamente.***

Não existe garantia de que, caso necessário, a Companhia terá a oportunidade de (i) renovar suas linhas de crédito atuais; (ii) ter acesso a novos financiamentos; (iii) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (iv) negociar os prazos de pagamento com seus fornecedores em condições atrativas; ou (v) receber pagamentos de seus clientes em prazos reduzidos. Caso essas condições não ocorram, a Companhia poderá se tornar insolvente, incapaz de implementar sua estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a Companhia, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e situação financeira.

***A Companhia pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio.***

O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, apurado com base nas demonstrações financeiras. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral e dependerá de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, as condições financeiras, as necessidades de caixa e as perspectivas futuras da Companhia, inclusive para atendimento às normas regulamentares, como as regras sobre capital mínimo, além daqueles que o Conselho de Administração e os acionistas da Companhia julguem relevantes. O lucro líquido pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou então vir a ser retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não haver lucro líquido disponível para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais ao mínimo obrigatório assegurado aos acionistas da Companhia.

**(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle**

***Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem conflitar com os interesses dos demais acionistas da Companhia.***

Na data deste Formulário de Referência, os acionistas controladores da Companhia controlam direta ou indiretamente a totalidade das ações ordinárias com direito a voto da Companhia. Consequentemente, o acionista controlador tem o poder de controlar a Companhia, incluindo o poder para: (i) eleger seus conselheiros e diretores executivos, definir a sua política administrativa e exercer controle geral sobre a sua administração; (ii) concordar em vender ou de qualquer forma transferir a participação controladora na Companhia ou em quaisquer de suas subsidiárias; e (iii) decidir sobre qualquer ato exigindo aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisição e alienação de ativos e o prazo e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Pode haver circunstâncias nas quais os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem conflitar com os interesses dos demais acionistas. Por exemplo, o acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias nos resultados operacionais, causando um efeito relevante adverso à Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

**(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas**

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

**(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui riscos relevantes relacionadas às suas controladas e coligadas.

**(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores**

***A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar na assunção, pela Companhia, de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.***

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária de modo que a Companhia pode ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas das empresas terceirizadas, podendo, assim, ser autuada e/ou obrigada a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes.

A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Ainda, a utilização de mão de obra terceirizada pela Companhia pode implicar eventual discussão de vínculo empregatício entre os empregados das prestadoras de serviços e a Companhia e/ou subsidiárias.

A ocorrência de eventuais contingências poderá afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

***A Companhia não pode garantir que seus fornecedores e terceiros contratados não se envolvam com práticas irregulares. O descumprimento de leis e regulamentações (incluindo de natureza socioambiental) por fornecedores e/ou terceiros contratados poderá expor a Companhia a riscos de imagem, responsabilidade civil e a risco de violação de direitos trabalhistas, bem como de direitos humanos tais como trabalho infantil ou trabalho análogo ao de escravo.***

A Companhia trabalha com fornecedores em diversos ramos de atuação e não pode garantir que tais fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias e/ou corrupção. Se qualquer dos fornecedores da Companhia se envolver com essas práticas, a sua reputação poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação à Companhia, poderá ser afetada adversamente.

Na esfera ambiental, a responsabilidade civil é objetiva e solidária. Isso significa que a obrigação de reparar e/ou compensar eventual degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental (incluindo eventuais parceiros, contratados e/ou sócios), independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Portanto, a Companhia poderá ser responsabilizada a reparar e/ou compensar eventuais danos ao meio ambiente ou à saúde pública causados por práticas irregulares realizadas por fornecedores ou terceiros contratados. Caso a Companhia seja responsabilizada por esses eventuais danos, seus resultados e reputação poderão ser adversamente afetados.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A comprovação de não cumprimento pelos fornecedores e terceirizados da Companhia com a legislação trabalhista, desrespeito aos direitos do trabalhador ou condições de trabalho degradante que possa ser caracterizado a análogo ao de escravo, ou mesmo identificação de trabalho infantil em quaisquer destes fornecedores e/ou em prestadores de serviços contratados pela Companhia e/ou por referidos fornecedores, pode gerar impacto direto para a Companhia, que pode ser acionada e envolvida nas discussões e nos processos judiciais que vierem a ser iniciados pelos funcionários de referidos fornecedores e/ou prestadores de serviços, além de impacto adverso relevante direto na nossa imagem, reputação e consequentemente resultados financeiros da Companhia. Adicionalmente, caso venha a ser solidária ou subsidiariamente responsável por tais atos, a Companhia poderá ser incluída em listas do ministério do trabalho, afetando sua imagem e, entre outros, sua capacidade de contrair dívidas, contratar com o poder público e gozar de benefícios fiscais.

**(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes**

***As relações comerciais de longo prazo da Companhia com clientes podem ser reduzidas ou encerradas.***

A Companhia possui relacionamentos de longo prazo com diversos clientes e parceiros comerciais, que podem, observados os termos contratuais aplicáveis, rescindir unilateralmente os contratos que celebraram com ela, reduzindo materialmente a quantidade de negócios que conduzem a sua receita. Este fator é responsável por gerar inúmeras renegociações e, nos casos em que os contratos são, de fato, encerrados, a Companhia pode conceder oportunidades de negócios aos seus concorrentes.

Adicionalmente, no início do período enfrentado pela pandemia da COVID-19, a Companhia realizou renegociações com alguns de seus parceiros comerciais cuja parceria era regida por instrumentos mais rígidos.

Não há garantias de que a Companhia irá manter ou renovar os contratos existentes, manter relacionamento com seus atuais clientes ou parceiros de negócios, recuperar valores devidos por clientes ou parceiros de negócios inadimplentes ou ser capaz de acordar em termos favoráveis os contratos renegociados em decorrência do enfrentamento à pandemia da COVID-19. Ainda, não é possível garantir que será possível substituir a receita destes contratos, uma vez que dependem de vários fatores fora de nosso controle. Desta forma, a perda de um ou mais dos clientes ou parceiros de negócios de longo prazo pode afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia possui alguns contratos relevantes com determinados clientes e parceiros de negócios em sua base. O término do vínculo com tais clientes poderá causar um impacto significativo na receita da Companhia.***

A Companhia possui vínculos e contratos relevantes com grandes clientes, tanto no segmento de serviços de instalação quanto no suporte tecnológico premium, conforme descrito no item 7.4 deste Formulário de Referência. O maior contrato com clientes desse tipo representou 29,6% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Caso tais clientes decidam por rescindir unilateralmente os contratos que celebraram conosco, a receita da Companhia poderá ser materialmente impactada.

***A Companhia está sujeita aos riscos enfrentados por seus principais parceiros de negócios e poderá ser adversamente afetada por tais riscos.***

Em 31 de dezembro de 2020, praticamente a totalidade dos clientes da Companhia tornaram-se usuários de seus serviços de instalação e assistência doméstica por intermédio das parcerias comerciais estabelecidas pela Companhia. Os parceiros de negócios da Companhia, no entanto, estão expostos a diversos riscos na execução de seus próprios negócios, e podem ser adversamente afetados no caso da concretização de quaisquer desses riscos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, os principais parceiros comerciais da Companhia que atuam no setor de varejo sofreram impactos decorrentes do enfrentamento da pandemia do COVID-19, tendo em vista a alteração no hábito de seus consumidores em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas provocados pela pandemia. Dessa forma, a Companhia poderá ser adversamente afetada em decorrência da diminuição de vendas observada pelos seus principais parceiros comerciais.

Caso os principais parceiros de negócios da Companhia, conforme descritos no item 7.4 deste Formulário de Referência, sejam afetados por um risco que impacte adversamente os seus resultados, reputação e número de clientes e/ou vendas, a Companhia poderá sofrer as consequências deste impacto na prestação de seus próprios serviços, bem como uma potencial redução no seu número de clientes e, portanto, nos seus resultados.

***A Companhia pode ser considerada responsável por incidentes com consumidores que envolvam problemas na prestação dos serviços da Companhia.***

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa à Companhia o ônus da prova na demanda de um cliente. Os produtos vendidos e o serviços oferecidos podem causar reações adversas nos consumidores. Incidentes envolvendo esses produtos podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Processos judiciais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser propostos contra a Companhia, sobre as alegações, entre outras, de que os produtos e os serviços estavam defeituosos, danificados, estavam adulterados ou não possuíam as propriedades anunciadas. Qualquer risco real ou possível associado aos serviços prestados, incluindo a publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda da confiança dos consumidores com relação à segurança, eficácia e qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia. Qualquer alegação dessa natureza contra os produtos vendidos e os serviços oferecidos pela Companhia pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a imagem e os resultados financeiros.

***Alguns dos contratos celebrados pela Companhia com seus parceiros de negócios contêm disposições que permitem a rescisão unilateral de tais contratos por seus clientes.***

A maior parte dos contratos celebrados com parceiros de negócios da Companhia contém metas mínimas de desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade dos serviços e ao tempo demandado para a conclusão dos mesmos. Caso a Companhia não cumpra as exigências de serviço de um de seus parceiros de negócios e/ou haja falhas no curso da prestação dos serviços, os contratos poderão ser (i) rescindidos unilateralmente pelo respectivo parceiro comercial, (ii) renovados em condições desvantajosas para a Companhia, ou (iii) não ser renovados, causando um efeito relevante adverso para os negócios da Companhia.

**(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia atue**

***Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais***

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças da indústria ou da economia global relacionadas à Companhia ou aos seus clientes. O crescimento de receita e da rentabilidade potencial do negócio da Companhia depende em grande parte da demanda dos consumidores finais dos parceiros de negócios da Companhia e pelos serviços a eles relacionados.

Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos usuários ativos. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por seus serviços, a receita desta pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais no poder de compra do consumidor final do varejo, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia no que se refere à prestação de serviços de instalação.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Ações estratégicas dos potenciais concorrentes da Companhia podem enfraquecer a sua competitividade e afetar negativamente a sua rentabilidade.***

A Companhia, juntamente a prestadores de serviços de instalação e assistência doméstica, compete por capital, consumidores, colaboradores, produtos, serviços e outros aspectos importantes de seu negócio. Alterações de preços e outros termos negociados, condições contratuais ou práticas desses concorrentes podem afetar a Companhia. Além disso, o aumento da concorrência pode resultar na redução de margens brutas, num declínio do capital de giro e perda de participação de mercado, o que pode afetar a Companhia.

Adicionalmente, os concorrentes podem conseguir captar mais recursos do que a Companhia para investir no desenvolvimento de seus negócios. Os concorrentes podem ser adquiridos por receber investimentos de, ou firmar outros tipos de relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e com uma boa situação financeira. Se não conseguir introduzir novos produtos em tempo hábil, ou se os consumidores finais acreditarem que os produtos e serviços dos concorrentes são melhores, as vendas, rentabilidade e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados de forma negativa.

**(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia atue**

***A falha ou incapacidade em proteger a propriedade intelectual das marcas, patentes e domínios ou a violação à propriedade intelectual por terceiros pode ter impactos negativos nos negócios da Companhia***

A Companhia não pode garantir que as proteções existentes das suas informações confidenciais serão adequadas para prevenir eventuais violações por parte de terceiros. Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa ou outros meios, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia e reduzir o valor de suas marcas, produtos e serviços. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

***Mudanças na legislação tributária brasileira e conflitos ou divergências em sua interpretação podem ter um impacto negativo sobre os tributos incidentes sobre negócios da Companhia.***

O governo brasileiro pode adotar mudanças de regimes fiscais e de previdência social que podem afetar tanto a Companhia quanto seus clientes e/ou fornecedores. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas de impostos, taxas e contribuições e, ocasionalmente, a criação de outros tributos, ainda que temporários. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas alterações podem resultar em um aumento da carga tributária a que a Companhia está sujeita, o que pode afetar negativamente a rentabilidade da indústria e aumentar os preços de seus produtos e serviços, restringir sua capacidade de fazer negócios em seus mercados atuais e mercados-alvo e, dessa forma, afetar negativamente seus resultados financeiros.

Além disso, a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Da mesma forma, atualmente há no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária por meio do Projeto de Lei no 3.887, de 21 de julho de 2020, para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota de 12%, com a possibilidade de tomada de créditos em determinadas condições. Ressalta-se que uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Por fim, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira. Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos e suficientes, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram recentemente o número de fiscalizações. Existem várias questões fiscais que preocupam as autoridades brasileiras e em relação às quais as autoridades brasileiras fiscalizam regularmente as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

***Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.***

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e aprovados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB.

***A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão prejudicar os negócios da Companhia.***

A Companhia está sujeita às regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet. Não há atualmente na legislação brasileira distinção entre as leis relativas ao e-commerce e ao comércio em geral. Essas leis e regulamentações atuais, bem como leis e regulamentações futuras, incluindo leis e regulamentações específicas sobre e-commerce poderão impedir o crescimento do e-commerce ou de outros serviços online disponibilizados pela Companhia. Adicionalmente, leis e regulamentações futuras específicas sobre e-commerce podem englobar regras específicas relativas à tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online e características e qualidade de produtos e serviços. Caso tais leis e regulamentos futuros sejam

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

restritivos ou onerosos para a Companhia, suas atividades e resultados podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, ainda não há consenso entre as autoridades e o sistema judiciário brasileiro a respeito de como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos se aplicariam à Internet e ao *e-commerce*, de forma que, caso a interpretação da Companhia a respeito da forma de aplicação de tais regras ao e-commerce seja diferente da adotada pelas autoridades governamentais, a Companhia pode ser atuada e objeto de processos administrativos ou judiciais em decorrência do descumprimento de tais regras, o que pode afetar negativamente as operações e resultados da Companhia.

**(i) Riscos Relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e sua atuação limita-se ao território brasileiro.

**(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais**

***A Companhia está sujeita a leis e regulamentações ambientais.***

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas.

Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar e/ou compensar os danos causados ou indenizar terceiros.

A Companhia não pode garantir que essas leis e regulamentações não ficarão mais rigorosas. Caso fiquem mais rigorosas, a Companhia pode ter que aumentar significativamente, os seus gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia, bem como a sua imagem e reputação.

Para mais informações sobre a regulação socioambiental a qual a Companhia está sujeita, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

**(k) Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos**

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual surto da pandemia do COVID-19, e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na cadeia de suprimentos global. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios e resultados, bem como o valor de nossas ações.***

O recente surto global do COVID-19 pode ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias- primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

***O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem afetar desfavoravelmente o negócio, resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Companhia.***

A economia brasileira tem se caracterizado por intervenções frequentes e eventualmente drásticas por parte do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis, o que se espera que continue acontecendo no futuro. As modificações em leis e regulamentos feitas nos últimos anos, de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos, frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções das taxas de juros, alterações nas políticas fiscais e tributárias, controle de salários e preços, controles das taxas de câmbio, bloqueio de acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controles de capital e restrições à importação. A Companhia não controla e não pode prever quais medidas ou políticas os governos dos países onde atua podem adotar no futuro.

O negócio, desempenho financeiro e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças em políticas e regulamentos que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como:

- inflação;
- flutuações de taxas de câmbio;
- políticas de controle de taxas de câmbio;
- flutuações de taxa de juros;
- disponibilidade de liquidez nos mercados domésticos de capitais, de crédito e financeiro;
- expansão ou retração das economias latino-americanas, especialmente Brasil e México, conforme medida por taxas de crescimento do PIB;
- greves de funcionários de autoridades portuárias, aduaneiras e fiscais;
- mudanças nos regulamentos do mercado de transporte;
- aumentos de preço do petróleo e outros insumos;
- instabilidade de preços;
- regulamentos trabalhistas e previdenciários;
- escassez e racionamento de água e energia;
- políticas fiscais e/ou sanitárias; e
- outros acontecimentos de natureza econômica, política, diplomática e social no Brasil ou que afetem o país.

A instabilidade resultante de quaisquer alterações em políticas ou regulamentos, que podem afetar esses ou outros fatores no futuro, poderá contribuir para a incerteza econômica nos países em que a Companhia atua, especialmente no Brasil, e aumentar a volatilidade nos mercados brasileiros de

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

valores mobiliários e dos títulos emitidos no exterior por companhias brasileiras. Não é possível prever o impacto que eventos políticos e desenvolvimentos macroeconômicos globais e brasileiros podem ter sobre os negócios da Companhia. Além disso, como resultado da atual instabilidade política, há uma incerteza considerável em relação a políticas econômicas futuras, e a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e nem se essas políticas afetarão adversamente a economia, os negócios e/ou a condição financeira da Companhia.

***A contínua instabilidade política afetou adversamente a economia brasileira, o que poderá afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.***

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. Esse cenário pode se intensificar com a eleição presidencial brasileira a ser realizada em outubro de 2022.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas derivadas das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Muitos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como executivos de alto escalão de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política, celebraram acordos de confissão com promotores federais e/ou renunciaram ou foram destituídos de seus cargos como resultado das investigações da Lava Jato. Esses indivíduos supostamente aceitaram subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construtoras, entre outras. Esses recursos também foram supostamente destinados ao enriquecimento pessoal de certos indivíduos.

Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro.

Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo nós. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Na data deste Formulário de Referência, investigações vêm sendo realizadas em diversos níveis hierárquicos da administração pública. Quaisquer consequências decorrentes dessas investigações, incluindo processos de afastamento de autoridades, cassação de mandatos, dentre outras, podem ter um efeito material adverso no ambiente político e econômico do Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo nós.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o futuro preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso e seus consequentes desdobramentos irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. Também não podemos prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderá resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderão afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar adversamente as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo as da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira. Por fim, importante destacar que estudos macroeconômicos vinculam a celeridade da recuperação da economia brasileira ao sucesso na realização de campanhas de vacinação contra a COVID-19.

Apesar de referidas campanhas já terem sido iniciadas no território nacional, a velocidade na aquisição de vacinas e insumos pelo Governo Federal, bem como a condução das campanhas de vacinação pelas autoridades competentes, têm sido fortemente criticadas no Brasil e internacionalmente. Nesse sentido, não é possível prever em que momento os índices de recuperação econômica e de aumento da confiança de investidores no mercado brasileiro voltarão a alcançar ou se restabelecer em patamares superiores aos atuais, como resultado das políticas de saúde pública implementadas.

***A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia.***

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia ("SELIC") tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzirem os investimentos de longo prazo. Os índices de inflação anual foram de 7,55%, 7,32% e 23,15% em 2018, 2019 e 2020, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M). O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anual foram de– 7,55%, 7,32% e 23,15% em 2018, 2019 e 2020, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas (IGP-M), e de 3,75%, 4,31% e 4,52% em 2018, 2019 e 2020, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

***Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, países da Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.***

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderá prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da companhia, destacamos a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que pode afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações e, consequentemente, as ações de emissão da Companhia.

***A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados; isto porque, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores de nossos valores mobiliários de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, consequentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários por nós emitidos. O preço de mercado

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

***Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações de emissão da Companhia.***

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção.

Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa e apontou que a revisão reflete a deterioração das perspectivas econômicas e fiscais do país, e os riscos negativos tanto por conta da incerteza política quanto sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações de emissão da Companhia.

***A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.***

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. Apesar da melhora significativa da economia brasileira quanto à década passada e do crescimento em sua resiliência contra fatores externos, o Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação aos outros países da América Latina e demais países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das suas ações.

# 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

## 4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

Além dos fatores de risco indicados no item “4.1 – Fatores de Risco”, a Companhia está exposta a riscos de mercado, ou seja, riscos de mudanças em fatores como taxas de juros ou taxas de câmbio, nos preços de ações e indicadores de inflação, que sejam capazes de influenciar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

O risco de mercado mais significativo para a Companhia é o risco de taxa de juros.

Este risco é aquele que a Companhia conhece e acredita que atualmente pode afetá-la adversamente. Riscos adicionais que a Companhia não conhece atualmente ou que considera irrelevantes neste momento também podem vir a afetá-la. Para informações a respeito do gerenciamento destes riscos vide item 5.2 deste Formulário de Referência.

**Risco de Taxa de Juros**

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco de taxa juros principalmente em decorrência das obrigações de longo prazo assumidas pela Companhia, que estão sujeitas a taxas de juros fixas ou variáveis. No caso dos empréstimos emitidos às variáveis, a Companhia é exposta ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa e, com relação aos empréstimos de taxas fixas, a Companhia fica exposta ao risco de valor justo associado à taxa de juros cobrada.

*Análise de Sensibilidade*

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

| Instrumento de taxa variável (Em milhares de R$) | | Em 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 32.743 |
| Custos e despesas antecipadaa | CDI | 100.345 |
| Partes relacionadas | CDI | 25.435 |
| **Total ativos** | | **158.523** |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 126.414 |
| Empréstimos e financiamentos | Euro | 29.328 |
| Passivos de arrendamento | CDI | 3.726 |
| **Total instrumento financeiro passivo** | | **159.468** |
| **Exposição líquida em R$** | | **28.383** |
| **Exposição em €** | | **(29.328)** |

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

| Indexador | Cenário remoto | Cenário possível | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto |
|---|---|---|---|---|---|
| CDI | 1,40% | 2,40% | 3,40% | 4,40% | 5,40% |
| Euro | 4,91 | 5,41 | 5,91 | 6,41 | 6,91 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| (Em milhares de R$) | Saldo em 31/12/2020 | Cenário remoto | Cenário possível | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto |
| Exposição em R$ | 28.383 | 397 | 681 | 965 | 1.249 | 1.533 |
| Exposição em € (Passivo) | (29.328) | 6.750 | 4.451 | 2.152 | (148) | (2.447) |
| Exposição em € (Ativo) | 35.680 | (6.750) | (4.451) | (2.152) | 148 | 2.447 |
| Total Exposição em € | 6.352 | - | - | - | - | - |

*Custo financeiro*

A alíquota de 3,40% para o CDI corresponde a taxa projetada para o final ano de 2021 pelo Banco Itaú (nossa principal instituição financeira) em seu relatório de projeções econômicas de 12 de fevereiro de 2021. Os cenários extrapolados consideram uma variações de 1p.p e 2p.p. dessa taxa.

Para o cálculo da marcação a mercado (MtM) é utilizada a PTAX projetada pelo Banco Itaú em seu relatório de projeções econômicas de 12 de fevereiro de 2021. Os cenários extrapolados consideram uma desvalorização/valorização de 50 centavos e 1 euro dessa taxa.

# 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

Nós e nossas controladas figuramos como partes em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária e administrativa, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Em 31 de dezembro de 2020, nós e nossas controladas figurávamos como parte, no polo ativo ou passivo, em aproximadamente 503 processos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía provisionado o valor total de R$ 2.670 mil, referente aos processos com risco de perda provável, tendo em vista que a Companhia constitui provisão apenas para os processos com o referido prognóstico de perda.

O processo descrito neste item foi selecionado considerando sua capacidade de representar impacto significativo ao nosso patrimônio, à nossa capacidade financeira ou aos nossos negócios. Foram considerados, na seleção de processos relevantes, além de processos com valor envolvido superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo em nossa imagem ou, ainda que possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão, independentemente de seu valor.

| **Processo nº 0006785-43.2003.8.17.0480** | |
|---|---|
| **a. Juízo** | 1ª Vara Cível de Caruaru |
| **b. Instância** | Superior Tribunal de Justiça |
| **c. Data de instauração** | 23.12.2003 |
| **d. Partes no processo** | Autor: Josefa de Araújo Oliveira e Outros<br>Réu: Inter Partner Assistance e outros |
| **e. Valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 6.645.955,77 (seis milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos) |
| **f. Principais fatos** | Trata-se de ação indenizatória por danos morais e materiais e com pedido de tutela antecipada. Em síntese, os Autores alegam que o Sr. José Maviel, marido e pai dos Autores, em 21.8.2001 foi encontrado desacordado e encaminhado para o Hospital de Frei Justo Venture em SEABRA/BA. Os Autores foram informados que o estado de saúde do Sr. José Maviel era grave, com provável diagnóstico de AVC, e que aquele Hospital não teria os equipamentos necessários para realizar os exames. Como o Sr. José Maviel era segurado do Bradesco Seguros, os Autores entraram em contato com a central de atendimentos da Bradesco Seguros para transferir o Sr. José Maviel de hospital. Diante da inércia do Bradesco Seguros na autorização para remoção e troca de hospital, os Autores contrataram empresa particular para efetuar a remoção do Sr. José Maviel, no entanto, ainda assim, o Sr. José Maviel faleceu. Além disso, a empresa particular que o removeu incluiu o nome do falecido no SPC diante do não pagamento do serviço prestado. A Inter Partner Assistance foi denunciada à lide, pois teria se recusado a fazer a remoção do paciente através de ambulância simples, sob o fundamento de que se tratava de caso de risco e somente poderia ocorrer com ambulância de UTI. A ação foi julgada parcialmente procedente para condenar os réus ao pagamento de (i) indenização por dano moral no valor de 900 salários mínimos; e (ii) indenização por dano material no valor de R$ 2.924,37 (dois mil novecentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos), a ser acrescido de juros e correção monetária. Foi interposto recurso de apelação, que foi julgado parcialmente procedente para reduzir o valor |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| Processo nº 0006785-43.2003.8.17.0480 | |
|---|---|
| | de danos morais para R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos Autores, bem como para condenar o Bradesco Seguros e a Inter Partner Assistance ao pagamento de pensão mensal à viúva e ao filho menor no valor de 2/3 do ganho habitual do falecido, desde a morte, até a data que completaria 65 anos. Foram interpostos recursos especiais, que foram inadmitidos. Diante disso, foram interpostos agravos em recurso especial, que se encontram pendente de julgamento. |
| **g. Chance de perda** | Possível |
| **h. Impacto em caso de perda do processo** | Em caso de perda, não é esperado nenhum impacto financeiro para a Companhia, tendo em vista que a Companhia possui direito de indenização com relação a este valor por parte dos acionistas vendedores da Inter Partner Assistance, nos termos do *"Quota Purchase Agreement"*. Para maiores informações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência. |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

### 4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total provisionado para os processo descrito no item 4.3 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R$ 2.094.465,20 (dois milhões, noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

## 4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

### 4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

## 4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

### 4.4.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item

Não aplicável.

# 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

### 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que nós ou nossas controladas figuramos como parte.

# 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

**4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais nós e nossas controladas figuramos como partes.

| Processos Cíveis | |
|---|---|
| **Valores Envolvidos** | R$ 4.753.057,53 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos) |
| **Prática que causou tal contingência** | A Companhia está envolvida em 329 ações judiciais cíveis, em trâmite perante o Juizado Especial Cível e que envolvem questões decorrentes de relações de consumo, como suposto vício no produto, falha na prestação de serviço, venda casada e direito de arrependimento. Em síntese, os Autores requerem indenização por dano moral e material, bem como obrigação de fazer. Não há prática específica que tenha causado a referida contingência. Tratam-se de ações decorrentes da própria atividade da Companhia. |

| Processos Trabalhistas | |
|---|---|
| **Valores Envolvidos** | R$ 2.020.796,18 (dois milhões, vinte mil e setecentos e noventa e seis reais e dezoito centavos) |
| **Prática que causou tal contingência** | Há 13 (treze) autos de infração lavrados em face da Companhia pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, que versam sobre o descumprimento à normas trabalhistas (descumprimento da jornada de trabalho, não concessão de intervalos interjornada, trabalho durante feriados nacionais e religiosos, ausência de registro de empregados, depósitos de FGTS, dentre outros). |

## 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

### 4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Em 31 de dezembro de 2020, nós e nossas controladas havíamos provisionado o valor de R$1.506 mil para os processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência.

# 4.7 - Outras Contingências Relevantes

### 4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 4.

# 4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

### 4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

# 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de março de 2021 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

Além disto, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso *website* de relações com investidores: https://ri.cdf.net.

### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo de nossa Política de Gerenciamento de Riscos é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, de forma a identificar, monitorar e gerenciar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação.

### (i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nas Seções 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- Negócio e/ou Estratégico: são os riscos associados com as nossas decisões estratégicas para atingir os nossos objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade, bem como aqueles relacionados à continuidade da Companhia, à incerteza das variáveis intrínsecas ao negócio, como a possibilidade de não conseguir manter ou aumentar as vendas de seus serviços; além dos riscos relacionados à atuação da concorrência e o risco de imagem, que podem vir a causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia;

- Operacional: riscos relacionados à nossa operação (processos, pessoas, tecnologia e ambiente organizacional), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das nossas atividades. Podem se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade de prestar seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;

- Financeiro: está associado à exposição das nossas operações financeiras/contábeis e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, que nos expõe à multas e penalidades; e

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Regulatório e/ou de *Compliance*: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao nosso setor de atuação, bem como leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal), acordos, regulamentos, estatuto, código de conduta e/ou demais políticas.

**(ii) Instrumentos utilizados para proteção**

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no "ISO 31000.2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos":

***Processo de Avaliação:***

A avaliação de riscos é realizada de acordo com o previsto abaixo:

- identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

- análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, conforme matriz de risco abaixo:

- priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco ao qual nós e nossos acionistas estamos dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com a seguinte classificação:

  (a) Risco inaceitável: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(b) Risco inesperado: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer;

(c) Risco provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos; e

(d) Risco aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

***Tratamento:***

Após a avaliação e devida classificação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da nossa área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos, de forma a adequar a nossa exposição aos limites do risco aprovado.

As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua (a) eliminação; (b) mitigação; ou (c) transferência à terceiros.

***Comunicação e Consulta***

A comunicação e a consulta entre os nossos colaboradores, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias nos processos de gerenciamento.

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os nossos processos de tomada de decisão, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

***Monitoramento***

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita abaixo.

**(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

***Conselho de Administração***

O Conselho de Administração é responsável por:

- aprovar as políticas, diretrizes, matriz/modelagem de risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria;
- fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos que estamos expostos (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- avaliar, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de riscos.

***Diretoria***

A Diretoria é responsável por:

- desenhar as diretrizes, matriz/modelagem de risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos riscos;
- definir a estrutura para o nosso sistema de gerenciamento de riscos interno;
- definir, em conjunto com a área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos, os planos de ação para mitigação dos riscos;
- supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e
- disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

***Comitê de Auditoria***

O Comitê de Auditoria é responsável por:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da nossa área de auditoria interna e da área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos; e
- avaliar e monitorar as nossas exposições de risco;
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

***Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos***

Os gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos de gerenciamento de riscos, com reporte para a Diretoria, são responsáveis por:

- identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;
- comunicar, tempestivamente, à nossa área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos, os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco; e
- implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

***Área de Controles Internos, Compliance e Riscos Corporativos***

A área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos da Companhia é responsável por:

- administrar o sistema de gerenciamento de risco;
- fornecer apoio metodológico aos nossos departamentos operacionais e funcionais por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos;
- apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco;
- supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os riscos emergentes;
- acompanhar a Diretoria na implantação da Política de Gerenciamento de Riscos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- avaliar os riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos.

A área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos é autônoma, embora suas atividades sejam reportadas e acompanhadas pelo Diretor-Presidente. Os membros da área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos não podem acumular funções com atividades operacionais.

***Área de Auditoria Interna***

A Área de Auditoria Interna é responsável por:

- aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Área de Auditoria Interna se reporta diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

**(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Conforme informado na Seção 12.1, possuímos Comitê de Auditoria estatutário vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Ademais, divulgamos anualmente relatório resumido do Comitê de Auditoria, conforme retratado dentre as competências do referido Comitê na Seção 5.3 deste Formulário de Referência.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

# 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado**

**(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Não adotamos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021, os riscos de mercado, tal qual os demais Riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

**(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. O gerenciamento de riscos da Companhia é composto por 4 (quatro) etapas: (i) processo de avaliação; (ii) tratamento; (iii) comunicação e consulta; e (iv) monitoramento.

**(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas aos quais estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor conforme nosso plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio e risco de taxa de juros.

Com relação aos riscos de mercado, são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

Outro risco de mercado está relacionado à elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

**(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não possuímos uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas podemos utilizar derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa administração, com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. Nesse sentido, a Companhia realizou a contratação de contratos na modalidade de *Non-deliverable forward ("*NDF*")*, com o objetivo de proteção (hedge) do risco de variação cambial do Euro.

**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Não possuímos parâmetros objetivos para o gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos, pois entendemos que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos.

**(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)**

Nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos especulativos, mas somente instrumentos financeiros para fins de proteção patrimonial, conforme descrito no item (ii) acima.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos segue o modelo de “Três Linhas de Defesa”, no qual o gerenciamento dos Riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento de nossos riscos de mercado e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

# 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**5.3 - Descrição dos controles internos**

**(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de *compliance* encontram-se detalhados na Seção 5.4 abaixo.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que será divulgado por nós, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

**(b) estruturas organizacionais envolvidas**

A estrutura organizacional da Companhia, conforme aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021 por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, área de auditoria interna e área de controles internos, compliance e riscos corporativos, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

<u>Conselho de Administração</u>:

O Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressa mediante deliberação e voto da maioria dos conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na administração.

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração:

- fixar as orientações gerais dos negócios da Companhia;
- aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;
- aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;
- fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;
- escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; e

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia em valor superior à alçada da Diretoria.

Comitê de Auditoria Estatutário:

Atualmente, possuímos um Comitê de Auditoria estatutário instituído em 15 de março de 2021, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de Regimento Interno próprio aprovado em 15 de março de 2021.

De acordo com o Regimento Interno do Comitê, o órgão é composto por, no mínimo, três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis, do Estatuto Social e do referido Regimento Interno.

Além das competências legais e daquelas que venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria estatutário, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principais atribuições:

- opinar sobre a contratação ou destituição de nossos auditores independentes;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades de nossa auditoria interna e da área de controles internos;
- avaliar e monitorar as nossas exposições de risco;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento de nossas políticas internas, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a nós, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Ainda, o Comitê de Auditoria Estatutário deve elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Área de Auditoria Interna:

Compete à área de auditoria interna da Companhia:

- aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A área de auditoria interna da Companhia é vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário e seus membros não podem acumular funções com atividades operacionais.

Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos Corporativos:

Compete à área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos da Companhia:

- administrar o sistema de gerenciamento de riscos;
- fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos;
- apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco;
- supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os riscos emergentes;
- acompanhar a Diretoria na implantação da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- avaliar os riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos

A área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos é autônoma, embora suas atividades sejam reportadas e acompanhadas pelo Diretor-Presidente, e seus membros não podem acumular funções com atividades operacionais.

**(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A administração da Companhia é responsável por: (i) estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; (ii) monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos, conforme o disposto em nosso Código de Ética e Conduta; e (iii) auxiliar os controles relacionadas às demonstrações financeiras e à gestão.

A estrutura de controles internos mencionada, aliadas às revisões e trabalho conjunto da Diretoria, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da área de auditoria interna e da área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos da Companhia, além das aprovações individuais, colegiadas e consolidadas de todos os órgãos envolvidos, asseguram à administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, destaca-se, entre as competências da área de auditoria interna da Companhia citadas no item (b) acima, a de aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

e governança e revisar e avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais. Ainda, compete à tal área determinar o grau de confiança das informações e dados contábeis e de outra natureza preparados dentro da Companhia. No mesmo sentido, a Companhia estabeleceu a área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos, que tem dentre as suas competências a de avaliar periodicamente a aderência dos controles internos.

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão de assessoramento vinculado ao nosso Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento, de caráter permanente e que avalia o grau de eficiência dos controles internos da Companhia.

O Comitê de Auditoria deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, a ser divulgado por nós, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Anualmente, a Administração recebe dos auditores independentes carta de recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n° 308, de 14 de maio de 1999 ("Instrução CVM 308"), propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor independente considera os controles internos da Companhia relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Após a finalização dos trabalhos de auditoria por parte do auditor independente e emissão do relatório de auditoria, a Administração recebe dos auditores independentes carta de recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM 308, e propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n°01/2019, item 7, os auditores independentes têm um prazo de até 60 dias contados da data de emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado nesse item. Por essa razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida deste relatório, observados os prazos legais. Cabe mencionar que o relatório circunstanciado será emitido pelo auditor independente da Companhia antes do lançamento da oferta pública inicial de ações da Companhia e dentro do prazo de 60 dias após a data da emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, os auditores independentes da Companhia não tinham emitido o relatório circunstanciado com as eventuais deficiências significativas no que tange aos seus controles internos. Tão logo o relatório seja emitido, eventuais deficiências significativas serão reportadas neste item, o que deverá ocorrer até o lançamento da oferta pública inicial de ações da Companhia.

## 5.4 - Programa de Integridade

**5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, entre as quais destacam-se aquelas descritas em nosso Código de Conduta (conforme abaixo definido) que foi recentemente atualizado e reformulado, conforme detalhado a seguir.

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

Temos como princípios: (i) a integridade, por meio da valorização do senso ético, honestidade, de atitudes transparentes e prática da confiança mútua; (ii) o respeito, buscando fomentar a empatia, o respeito às diferenças e o cumprimento das regras necessárias para o desempenho de nossas atividades; (iii) a colaboração entre os nossos colaboradores, garantindo um ambiente de diálogo aberto para que possamos reconhecer cada indivíduo e compartilhar conhecimento entre si; (iv) o cuidado com o negócio, buscando a contínua inovação e aperfeiçoando nossas atividades de forma a maximizar as eficiências e resultados por meio do empreendimento, da inovação e da criatividade; e (v) o sucesso do cliente, direcionando a execução de nossas atividades para garantir que o cliente seja o centro de nossas decisões, agregando valor aos serviços prestados e buscando atender e superar as expectativas de nossos clientes e parceiros de negócios.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 15 de março de 2021 reformulamos e atualizamos nosso código de ética e conduta, quando o Conselho de Administração aprovou nosso atual código de ética e conduta ("Código de Conduta"), que estabelece como condutas inaceitáveis aquelas consideradas fraudulentas, o privilégio ou favorecimento de representantes públicos, fornecedores ou prestadores de serviços e o aproveitamento de falhas sistêmicas para benefício próprio. Adicionalmente, o Código de Conduta proíbe qualquer prática de fraude, corrupção ou suborno.

Dentre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Conduta, realizamos a apresentação e entrega do Código de Conduta a todos nossos administradores, colaboradores e terceiros envolvidos, além de, a fim de realizar a fixação do conteúdo e reciclagem, oferecemos treinamentos anuais sobre as orientações do Código de Conduta, presenciais ou por meio *online* a todos os administradores, colaboradores e terceiros.

Adicionalmente, de acordo com nosso Código de Conduta, todos os nossos colaboradores deverão firmar um Termo de Adesão, declarando que receberam uma cópia do documento e comprometendo-se a cumprir integralmente seus dispositivos em todas as suas atividades.

Nossos riscos são reavaliados e nossas políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas constantemente, sem uma periodicidade formal previamente estabelecida, de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

## 5.4 - Programa de Integridade

***ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

Nossa área de Recursos Humanos é um órgão autônomo e é responsável por (i) receber, avaliar e dar encaminhamento a todas as dúvidas e denúncias de descumprimento do Código de Conduta recebidas através do canal de denúncias; (ii) promover a legitimação, o respeito e o aperfeiçoamento permanente do Código de Conduta; (iii) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e sua adequação à realidade do nosso ambiente de negócios; (iv) manter a cultua ética e decidir sobre a aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento do Código de Conduta; e (v) assegurar que o tratamento das consultas e denúncias ocorra sempre de forma sigilosa e somente em fórum adequado.

Por fim, a área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos, cujas atribuições estão definidas na Política de Gerenciamento de Riscos formalmente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, possui a atribuição de definir os procedimentos para o monitoramento de terceiros, acompanhando, portanto, o relacionamento com terceiros e fornecedores que mantêm relações comerciais com a Companhia. Nesse sentido, está envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

Dessa forma, entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

***iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

Na data deste Formulário de Referência, possuímos um Código de Conduta, cuja atualização foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de março de 2021.

• *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Os princípios e diretrizes do Código de Conduta devem ser difundidos e são aplicáveis a todos os nossos administradores, colaboradores e quaisquer outros terceiros e prestadores de serviços que atuem em benefício da Companhia.

• *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

Realizamos treinamentos anuais a todos os colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

• *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Quaisquer violações ao Código de Conduta, às nossas regras internas e/ou à legislação e regulamentação aplicáveis, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, poderão ensejar ações disciplinares e penalidades.

A análise a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta serão realizadas pela área de Recursos Humanos, que deverá proceder na verificação da procedência e implicações da denúncia e deliberará pela determinação das sanções cabíveis, exceto no caso de denúncia envolvendo Diretores ou membros do Conselho de

## 5.4 - Programa de Integridade

Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário ou da própria área de Recursos Humanos, em que a denúncia, acompanhada da análise da área de Recursos Humanos deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração, que deliberará pela determinação das sanções cabíveis.

As ações disciplinares para as situações incompatíveis com o Código de Conduta são classificadas de acordo com seu grau de gravidade, podendo acarretar advertência verbal, advertência escrita, suspensão e demissão (sem e com justa causa), conforme previsto em nosso Código de Conduta.

A área de Recursos Humanos deliberará, individualmente de acordo com as denúncias recebidas, sobre a aplicação das sanções.

• *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A atualização do Código de Conduta foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de março de 2021, e pode ser consultado no nosso website (https://ri.cdf.net).

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui canal para acolher denúncias de relatos sobre o descumprimento dos deveres previstos no Código de Conduta, qualquer situação e negócios suspeitos de fraude, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros.

• *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O canal de denúncias é interno, sendo endereçadas as denúncias em caráter confidencial, imparcial e isento, e de forma anônima.

• *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O acesso ao canal de denúncias pode ser utilizado tanto por nosso público interno quanto externo, através do e-mail: denuncia@cdf.net

• *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

O Código de Conduta estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato na extensão do permitido pela legislação aplicável, buscando garantir que não haverá retaliação ao colaborador que realizar a denúncia.

• *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta deverão ser realizadas pela nossa área de Recursos Humanos, que deverá proceder na verificação da procedência e implicações da denúncia e deliberará pela determinação das sanções cabíveis, exceto no caso de denúncia envolvendo Diretores ou membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário ou da própria área de Recursos Humanos, deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração, que deliberará pela determinação das sanções cabíveis.

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, a Companhia conta com o auxílio de assessores jurídicos e financeiros para realização de processos de *due-diligence* nas companhias

## 5.4 - Programa de Integridade

eventualmente envolvidas, com o intuito de obter um *valuation* e mapear os eventuais riscos e principais vulnerabilidades aos quais tais sociedades estariam expostas.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Conforme detalhado na presente Seção 5, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

## 5.5 - Alterações significativas

**5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Em 15 de março de 2021, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Gerenciamento de Riscos, conforme detalhada na Seção 5.1 acima. Adicionalmente, também em 15 de março de 2021, nosso Código de Conduta foi reformulado e atualizado, e passamos a contar com o Código de Conduta descrito na Seção 5.4 acima.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4 deste Formulário de Referência.

# 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

### 5.6 - Outras Informações Relevantes - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

| | |
|---|---|
| **Data de Constituição do Emissor** | 05/06/2003 |
| **Forma de Constituição do Emissor** | Sociedade Limitada |
| **País de Constituição** | Brasil |
| **Prazo de Duração** | Prazo de Duração Indeterminado |
| **Data de Registro CVM** | Registro Sendo Requerido |

# 6.3 - Breve Histórico

## 6.3 - Breve histórico

Em 2007, os Srs. Numa Pereira do Valle, Ricardo Alves Lima, Dimas Camargo Maia e Eugênio Staub Filho e a Sra. Ana Cristina Pereira do Valle desenvolveram o projeto de criação de uma empresa de suporte tecnológico *premium* (*Help Desk*) para consumidores finais.

Contando com a colaboração dos demais acionistas da Companhia, o projeto inicial foi desenvolvido com base na ampla experiência que os novos executivos agregaram ao grupo, especialmente em gestão em tecnologia e vivência no mundo digital, aliada à vasta experiência com o mercado de eletroeletrônicos e tecnologia de consumo, juntamente com conhecimento de distribuição através do setor de varejo. A Companhia busca atender, desde a sua fundação, a padrões de governança e equilíbrio entre os acionistas.

O foco inicial da Companhia no seu surgimento foi o de prestar suporte técnico para novos consumidores de computadores pessoais, mercado esse que, em 2007, estava em franca expansão. Desde o início, a Companhia tem como objetivo oferecer um serviço pioneiro e de qualidade que atendesse de forma rápida e simples às dúvidas e problemas enfrentados por seus consumidores.

Quando iniciamos nossas parcerias com as primeiras empresas de varejo distribuindo Suporte Tecnológico Premium (*Premium Technical Support*), percebemos a oportunidade de aumentarmos ainda mais nossa atuação de um modelo operacional totalmente baseado na prestação de serviços remotos, através de uma central de técnicos altamente qualificados.

A Companhia deu início ao modelo B2B2C através de parcerias com empresas que atuavam no setor de seguros e, na sequência, buscou parcerias com grandes redes varejistas. Em vista do sucesso do modelo adotado, ampliamos o nosso portfólio de serviços, passando a atuar também na modalidade *on-site*. Dessa forma, a constituímos dois importantes pilares operacionais: (i) a Central de Especialistas para atendimento remoto; e (ii) a Rede de Técnicos para atendimento presencial, com abrangência nacional.

Para complementar o modelo operacional e comercial adotado, desenvolvemos projetos rentáveis que visam a ampliação da abrangência de serviços e a capilaridade de sua distribuição, na modalidade “ganha-ganha”, como a “CDF Ganha”, “Parceiro Comercial Ganha” e “Consumidor satisfeito e fidelizado”.

Em 2012, conquistamos uma parceria comercial com a Oi Internet S.A., que adquiriu 15% do capital da CDF e passou a distribuir os nossos serviços de Suporte Tecnológico Premium para sua base de clientes de banda larga. A referida parceria comercial permitiu um alcance à uma base de mais de 1 (um) milhão de usuários, o que nos ajudou a desenvolver mais nossa musculatura operacional, além de evoluir nossa governança. No início de 2018, os acionistas fundadores da Companhia realizaram a recompra dos 15% de participação acionária anteriormente pertencente à Oi e a Companhia voltou a ter sua estrutura de capital original.

Entre 2013 e 2015, a Companhia deu início a um movimento para reforçar a sua diretoria e realizou a contratação de dois executivos de mercado, Tomas Trabulsi e Tiago Machado, para liderar e desenvolver as áreas de vendas, marketing e novos negócios, bem como as áreas financeira e de controladoria. À partir de 2015, a Companhia passou a ser auditada, inicialmente pela Ecovis Pemom, e nos últimos 3 exercícios sociais (2018, 2019 e 2020) pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Em 2017, a Companhia realizou a aquisição da Tectotal, uma investida da Telefônica, Intel Capital e Ideias Net, fundada em 2007. Tendo em vista que a empresa adquirida era a principal concorrente da Companhia no mercado, a referida aquisição representou a retirada de um concorrente do mercado de atuação e permitiu a captura de sinergias de custos, trazendo uma carteira complementar com importantes parceiros comerciais e clientes para compor a base de consumidores da Companhia.

## 6.3 - Breve Histórico

Aproveitamos o momento do início da digitalização de alguns segmentos para evoluirmos nossa plataforma de distribuição de serviços e lançamos multicanalidade para o consumidor final e integramos nossa rede de técnicos para gestão online da jornada do cliente final.

A adição dessas plataformas de tecnologia proprietárias nos possibilitou estreitar ainda mais nossa relação com os parceiros comerciais, uma vez que ampliou a integração e a gestão completa de entrega e execução dos serviços. Adicionalmente, incrementamos os pontos de controle nos processos operacionais, levando nosso NPS para níveis de excelência.

Desenvolvemos uma parceria comercial com a AXA Assistance do Brasil, nos tornando seu exclusivo provedor de serviços de suporte tecnológico e instalações. , Em 2019, em decorrência do vínculo comercial mantido, tivemos a oportunidade de realizar a aquisição da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistência), repetindo o sucesso do nosso primeiro M&A com a captura de todas as sinergias de custos, o incremento de uma importante carteira de parceiros comerciais e também de novos serviços nos quais ainda não atuávamos.

Contando com forte expertise na atuação com parceiros dos setores de varejo e telecomunicações e sólidas barreiras de entrada no mercado, demos continuidade ao nosso plano de expansão. Desenvolvemos um novo canal de distribuição com empresas que atuam no setor de *utilities* no final de 2020, por meio da negociação de duas importantes novas parcerias, para a distribuição de serviços de gás e eletricidade ao consumidor final.

Adicionalmente, já estamos em negociação com mais de 20 (vinte) varejos regionais para replicarmos o modelo de sucesso dos varejos nacionais e 3 (três) já iniciarão suas operações no primeiro semestre de 2021. Ainda, mapeamos mais de 16 (dezesseis) potenciais empresas-alvo de novas aquisições, todas em estágio inicial de exame e sem documentos celebrados, buscando a abertura de novos canais e a ampliação de nosso portfólio de serviços.

Em 2020, iniciamos um projeto piloto para testarmos a distribuição direta ao consumidor final (B2C), e percebemos uma oportunidade de crescimento que será desenvolvida nos próximos meses.

Tendo em seu DNA a qualidade na prestação dos serviços, buscamos desde a nossa fundação, colaboradores que pudessem contribuir para esse objetivo. Dessa forma, desenvolvemos uma parceria com o CEAP - Centro Educacional Assistencial e Profissionalizante, uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita para cursos voltados também a tecnologia. Em decorrência da referida parceria, excelentes profissionais se desenvolveram na Companhia e atualmente muitos exercem cargos de liderança.

Com o crescimento da Companhia, outras parcerias para captação de profissionais foram desenvolvidas e atualmente os 530 colaboradores trazem uma importante diversidade para a Companhia. Neste sentido, possuímos um time de executivos que conta com 54% de mulheres e 50% de todos os funcionários da Companhia são negros ou pardos.

Sempre atentos ao desenvolvimento social, criamos em 2010 o Educa CDF, um programa que permite qualquer colaborador estudar gratuitamente desde cursos de línguas até pós-graduação, mesmo que não tenha nenhuma relação com sua área de atuação na Companhia. O sucesso do programa foi ampliado para apoiar a capacitação e treinamento das redes de técnicos espalhadas por todo Brasil por meio do projeto “Treina CDF”, possibilitando mantermos nosso NPS (que foi de 83 em 2020) sempre em níveis de excelência.

Atualmente, todas as iniciativas já existentes relativas à atenção com ambiente, sociedade e corporativo, nos levaram ao desenvolvimento do programa GAS – Governança Ambiental e Social, que passa a incorporar todas as iniciativas existentes e em desenvolvimento com relação ao tema.

## 6.3 - Breve Histórico

Finalmente, a Companhia iniciou processo de evolução de sua estrutura de capital com o objetivo de fazer uma Oferta Pública de Ações. Através desse projeto, pretendemos fortalecer a Companhia, acelerar seu crescimento explorando inúmeras oportunidades de mercado já mapeadas e continuar e perenizar a história de sucesso desses últimos 14 (quatorze) anos.

# 6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

**6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

# 6.6 - Outras Informações Relevantes

### 6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

# 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

### Visão Geral

Prestamos serviços de suporte e assistência residencial, com o objetivo de garantir que a manutenção e realização de melhorias domésticas sejam de fácil acesso e eficientes para os nossos clientes. Acreditamos ser um dos principais *marketplaces* B2B2C de serviços do Brasil, bem como um dos grandes *players* do mercado a oferecer serviços de assistência doméstica de forma completa e com presença nacional, com um modelo de negócios escalável e voltado a dois principais núcleos de atuação: (i) Suporte Tecnológico *Premium* (*Premium Technical Support*); e (ii) Assistência Residencial (*Home Services (HS)*. Temos como público-alvo, predominantemente, consumidores dos setores de varejo, *utilities*, telecomunicação, seguradoras, *e-commerce*, dentre outros segmentos, atuando majoritariamente através dos nossos parceiros comerciais de forma a agregar valor ao consumidor final por meio da prestação de nossos serviços, que viabilizam a utilização do produto inicialmente adquirido.

Com mais de 49 milhões de usuários passando pela nossa plataforma de atendimento, sendo 9,1 milhões deles atualmente ativos, possuímos uma rede de clientes consolidada, mantendo parcerias com os principais varejistas do país que possuem forte presença e destaque no *market share* do varejo brasileiro, além de parcerias com grandes grupos do segmento de energia e com seguradoras. Acreditamos que nossas parcerias comerciais garantem uma maior previsibilidade e consistência em nossa rede de clientes, bem como um maior potencial de fidelização. A tabela abaixo apresenta a evolução da receita líquida da Companhia nos últimos 6 (seis) exercícios:

No segmento de *Premium Technical Support*, atuamos prestando serviços de suporte remoto para problemas relacionados à tecnologia, incluindo configuração, instalação e manutenção de dispositivos, *hardwares* ou de *softwares* em modelo de *Help Desk* com atendimento remoto disponível 24 horas por dia por uma central de especialistas composta por 404 colaboradores. Nossa central de especialistas auxilia nossos clientes em questões que vão desde problemas técnicos nos seus equipamentos, até a configuração de aparelhos como smartphones, tablets, notebooks, sistemas de som, instalação de *softwares*, entre outros. Nosso modelo de negócios dentro dessa linha envolve a venda do serviço através de pacotes de assinaturas mensais de 1, 3, 4, 6, 12 e 24 meses, conforme o caso, com um ticket médio girando em torno de R$24 mensais.

Dentro de nossa linha de *Home Services* (HS), oferecemos serviços de (i) *Home Improvement (HI)*, que englobam a execução de serviços como a (a) instalação de eletrodomésticos, com ticket médio de R$348 por serviço; e (b) impermeabilização de estofados; e (ii) *Home Repair (HR)*, que envolve serviços domiciliares gerais de reparos e manutenção emergenciais, tal como encanamento e problemas elétricos, com um ticket médio de R$174 por serviço utilizado. Nosso atendimento na linha de *Home Services* é realizado por meio de serviços presenciais agendados, que conta com uma rede de mais de 7.000 técnicos especializados no serviço a ser prestado ao cliente. Além disso, oferecemos outras formas de suporte ao cliente por meio de diversos canais integrados: (i) canal de comunicação por *chat* e/ou *WhatsApp*; (ii) aplicativo de celular; (iii) *website* da Companhia; e (iv) atendimento por vídeo conferência.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Para o desenvolvimento de nossas operações, contamos com uma central de especialistas de 404 colaboradores e com uma rede de 7.785 técnicos que atuam (i) presencialmente, por meio de nossas visitas agendadas, com atuação na totalidade dos Estados brasileiros; e (ii) remotamente, por meio de nossas centrais e canais de atendimento para suporte à distância, em todo o território nacional. Ainda, contamos com 4.731 pontos de venda físicos, além de nosso canal de vendas *e-commerce* que representou crescimento de 55% em nossa receita líquida entre os exercícios de 2020 e 2019. Adicionalmente, para garantir o alcance nacional de sua plataforma, a Companhia também conta com uma central de atendimento de 1.000m$^2$ localizada em Alphaville, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com capacidade para 250 funcionários.

Acreditamos ser um dos pioneiros na forma como nossos serviços são prestados, além de uma referência no mercado de atuação pela inovação e utilização de tecnologia de ponta para garantir suporte completo aos nossos clientes. Com um sistema de plataformas proprietárias, tal como a Taki e a Toaki e uma área interna de Tecnologia da Informação especializada no gerenciamento de tais sistemas, priorizamos o desenvolvimento tecnológico do sistema de suporte oferecido aos nossos clientes. Adicionalmente, nossos sistemas proprietários são complementados com base na contratação e integração de outras plataformas de call center (AVAYA), ERP (TOTVS), suporte remoto de acesso e vídeo (ISLONLINE e Rescue Lens), gestão de atendentes (OPTIMUS) e Power B.I. (Microsoft).

A Companhia tem como principal foco a garantia de qualidade em todos os serviços prestados, se posicionando como uma empresa com qualidade em um mercado informal e com poucos players sofisticados. Para isso, controla e monitora a qualidade do serviço de maneira granular, realizando acompanhamento de todos os serviços e *compliance* interno, com um criterioso controle da documentação e dos arquivos disponíveis para atendimento de eventuais solicitações por parte de seus clientes, medindo o *Net Promoter Score* ("NPS") por parceiro comercial, tipo do serviço e/ou produto, técnico de campo, técnico de suporte remoto, região, entre outros fatores, garantindo que seja capaz de identificar e melhorar problemas no atendimento, assegurando a entrega de melhores serviços para os nossos clientes e resultando em um NPS de 83 em 2020. Adicionalmente, buscando sempre ter em seu quadro profissionais de qualidade, a Companhia possui dois programas que auxiliam na seleção e treinamento da nossa rede de técnicos: (i) "Treina CDF", programa desenvolvido internamento para treinamento dos técnicos; (ii) "Educa CDF", programa de subsídios para qualquer curso educacional de nível técnico e superior, disponível para todos os funcionários da Companhia.

Ademais, o modelo de operações com técnicos *on-demand* desenvolvido internamente pela Companhia, conta com: (i) uma rede de mais de 7.000 técnicos de suporte *on-demand*; (ii) área de recrutamento de técnicos; (iii) rede de técnicos contratada como pessoa jurídica, por meio de MEIs e pequenas empresas; (iv) técnicos selecionados com *background check*, seguro e licenças

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

necessárias; (v) treinamentos presenciais e online desenvolvidos para técnicos terceiros, e (vi) uma equipe de 16 (dezesseis) técnicos *offsite* próprios para desenvolvimento de processos[1].

Dessa forma, possuímos um sistema integrado com o de nossos principais parceiros comerciais que permite o acompanhamento e monitoramento de toda a jornada do cliente, desde o momento da realização da compra até a conclusão e avaliação do serviço prestado. Com o objetivo de garantir maior automação de nossos processos operacionais, desenvolvemos o aplicativo de celular voltado para a utilização de nossos técnicos, buscando uma maior padronização e qualidade no serviço. Ainda, utilizamos múltiplos canais para garantir o acompanhamento e crescente melhoria da experiência de nossos clientes.

Contamos também com uma central de especialistas com mais de 404 colaboradores e uma rede de 7.785 técnicos especializados, possuindo um sistema diferenciado para atender os mais de 130 mil clientes servidos mensalmente. Acreditamos que o modelo de negócio desenvolvido com foco na prestação de serviços de qualidade contribui para a fidelização de nossa rede de clientes, resultando em uma elevada taxa de satisfação. Investimos no constante desenvolvimento de nossa equipe técnica, oferecendo diversos treinamentos periódicos tanto para a nossa equipe própria quanto para os técnicos terceirizados, de forma a valorizar os talentos que possuímos e tornar o serviço cada vez mais especializado e satisfatório para nossos clientes.

Nossos produtos de PTS e *Home Services* são vendidos através de contratos de longo prazo com os nossos parceiros comerciais através dos mais de 4.731 pontos de venda B2B2C, com maior foco no setor varejista, no formato de *White Label*. A maior parte dos nossos contratos prevê condições que nos garantem uma geração consistente de receita, dentre eles pagamento antecipado, garantia mínima de receita, exclusividade na prestação e direito de preferência para novos serviços selecionados, longos prazos de vigência e a aplicação de multas em caso de rescisão imotivada antes do final da respectiva vigência contratual. Além disso, oferecemos alguns dos nossos produtos através da página de *Check-Out* dos nossos canais digitais, com ofertas de produtos B2C, envolvendo vendas diretas, *subscription* e renovações. Destaca-se que como forma de solidificar seu relacionamento com parceiros, a Companhia oferece pagamentos de antecipação de comissão, como uma forma de prover liquidez ao parceiro.

A Companhia atua no mercado há mais de 14 anos, e vem apresentando uma geração de receita consistente, com lucratividade e geração de caixa. Com um *Compound Annual Growth Rate* ("CAGR") entre 2016 e 2020 girando em torno de 15,0%, nossa receita líquida atingiu R$174,9

[1] Equipe própria da Companhia para realização de testes e recolhimentos de *insights* que serão repassados para a rede de empresas terceiras nos treinamentos

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

milhões, apresentando um EBITDA de R$54,0 milhões e um lucro líquido de R$23,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Conseguimos também apresentar uma redução consistente de nossos custos e despesas, aumentando em mais de 10 pontos percentuais nossa margem EBITDA nos últimos 5 anos, que saiu de cerca de 19,0% no exercício de 2016 para 30,9% no exercício de 2020. Apesar do nosso crescimento e rentabilidade consistentes, fomos capazes de manter níveis adequados de risco, com uma carteira de clientes sólida e manutenção de contratos de longo prazo que garantem a consistência da nossa geração de receita.

**Principais Informações Operacionais e Financeiras**

As tabelas abaixo apresentam os principais indicadores financeiros e operacionais para os exercícios sociais indicados.

Dados Financeiros

| | Exercício findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| *(em milhares de reais, exceto %s)* | **2020** | **2019** | **2018** |
| Receita Líquida | 174.881 | 191.999 | 193.947 |
| Lucro Bruto | 99.676 | 104.594 | 96.473 |
| Lucro antes do resultado financeiro | 47.012 | 47.455 | 40.716 |
| Lucro Líquido | 23.725 | 25.147 | 23.623 |
| *Margem Líquida*(1) | 13,6% | 13,1% | 12,2% |
| EBITDA (2) (4) | 54.032 | 50.328 | 42.592 |
| *Margem EBITDA* (3) (4) | 30,9% | 26,2% | 22,0% |
| EBITDA Ajustado(5) | 56.483 | 61.911 | 47.360 |
| *Margem EBITDA Ajustado*(6) | 32,3% | 32,2% | 24,4% |
| ROE(7) | 162,4% | 180,6% | 203,7% |
| Dívida Líquida(8) | 126.727 | 128.675 | 127.404 |
| Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido(9) | 8,7x | 9,2x | 11,0x |

(1) A Margem líquida é representada pela divisão do lucro líquido do exercício pela receita líquida.
(2) O EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização. Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado considerado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, alternativa ao fluxo de caixa operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.
(3) A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.
(4) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.
(5) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado pela amortização de contratos com varejistas e pelo resultado de compra vantajosa da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistência). Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.
(6) A Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.
(7) O ROE (*Return on Equity*) significa retorno sobre o patrimônio líquido e é obtido pela divisão do lucro líquido do exercício pelo patrimônio líquido consolidado da Companhia. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.
(8) A Dívida Líquida corresponde ao somatório de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento deduzido do caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possue significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.
(9) O Índice de Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido da Companhia.

# 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

**Dados Operacionais**

| | Em e/ou no exercício findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Número de Atendimentos | 1.205.865 | 1.550.482 | 1.682.422 |
| Pontos de Venda Físicos | 4.731 | N/A | N/A |
| Rede de Técnicos | 7.785 | 3.948 | 2.148 |
| Empresas Terceirizadas na Rede | 2.595 | 1.316 | 716 |

**Oportunidades do Setor**

Com uma carteira de clientes consolidada, contando com relacionamentos de longo prazo com os principais varejistas brasileiros, a Companhia entende que possui uma grande oportunidade de expansão considerando apenas o aumento da penetração da nossa atual carteira. Esse aumento poderá ocorrer tanto pela ampliação de linhas de serviço já atualmente oferecidas quanto pelo crescimento da conversão de venda no canal *online*, além de uma receita relevante já contratada (com metas mínimas estipuladas) e com potencial de renovação dos contratos.

Tendo já formado parcerias relevantes e com a concretização de relacionamentos e contratos com alguns dos líderes nacionais do varejo a longo prazo, acreditamos estar prontos para replicar o nosso modelo de negócios em varejistas menores, fortalecendo nossa rede de clientes. Em conjunto com fatores adicionais como (i) o forte relacionamento de longo prazo com nossos parceiros comerciais; (ii) a rede de técnicos independentes estabelecida e com *know-how* suficiente para atrair, capacitar e reter nossos talentos; (iii) o constante investimento no avanço tecnológico de nossos sistemas integrados com os de nossos parceiros; e (iv) a qualidade dos serviços prestados ao consumidor, com nota NPS de 83 em 2020, as vantagens competitivas no mercado em que atuamos tornam-se solidificadas.

Com cerca de 60% do *Market Share* no segmento de eletrônicos e eletrodomésticos sendo representados por varejistas menores (*Euromonitor, 2021*) e com o segmento de *Home and Garden* pulverizado, com as principais redes representando apenas 17,7% do Market Share (*Euromonitor, 2021*), o aumento da penetração nos varejistas menores será uma importante avenida de crescimento para a Companhia, permitindo não só o potencial aumento no volume, mas também uma potencial consistência na geração de receita, dada a possibilidade de criação de contratos com cláusulas de pagamento antecipado e garantia mínima de receita.

Apesar de mantermos contratos com os nossos principais parceiros que nos garantem uma certa resiliência na condução de nossos negócios, 93% de nossa receita advém apenas da captação de novos clientes, sendo que a renovação de planos de assinatura mensais para prestação de serviços representa apenas 7%. Buscamos a implantação de um modelo voltado à renovação de planos de assinatura mensais pela nova rede de clientes e reativação da base de clientes inativos, que atualmente representam 28,1 milhões dos 37,2 milhões da nossa base total de clientes. Além desse modelo, o *cross-sell* de produtos de assinatura para clientes que utilizam nossos serviços de instalação acreditamos que poderá representar, no longo prazo, uma estrutura de geração de receita recorrente, que hoje vemos acontecer em mercados internacionais, com *players* internacionais importantes, como a Frontdoor (maior provedora em receita de *Home Services* dos EUA, com um foco na assistência de reparos), que contou, em 31 de dezembro de 2020, com quase 69% da sua receita decorrente da renovação de clientes, além de uma taxa de retenção de clientes acima de 76% (Fonte: Earnings Release da Frotdoor, com data-base de 31 de dezembro de 2020).

Outro segmento com potencial de crescimento importante para a Companhia é o aumento da prestação de serviços de *utilities*, apresentando um amplo espectro de atividades de atuação, tal como manutenção de gás, serviços elétricos e serviços de encanamento, incluindo nomes importantes no exterior tal como a Home Serve, empresa britânica focada em prestar serviços de seguros residenciais para manutenção, com cerca de 94% da sua receita proveniente de assinaturas e com parcerias comerciais com importantes nomes do segmento de *utilities*, tal como a Liberty Utilities, Water Authority, Appalachian Power, entre outros (Fonte: Earnings Release da Home Serve, com data-base de 31 de dezembro de 2020). Tal segmento pode representar uma importante

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

avenida de crescimento para a Companhia tendo em vista que contribui para o desenvolvimento de uma maior gama de serviços a serem oferecidos aos nossos clientes, tornando sua experiência cada vez mais completa e possibilitando maior recorrência da receita da Companhia.

Neste sentido, assinamos contratos com duas grandes empresas do segmento de *utilities* com duração de 5 anos. Acreditamos que essas novas parcerias permitirão o aumento de nosso portfólio de serviços, passando a oferecer serviços como o de manutenção de aquecedores de gás, bem como a implementação e expansão do modelo de contratação com planos de assinaturas mensais.

Um outro setor importante de potencial crescimento está voltada aos segmentos de *PTS* e *Home Improvement*, que podem se beneficiar com a forte expansão do mercado de Telecom e ISPs que vem ocorrendo nos últimos anos, com um aumento expressivo do percentual de usuários da rede 4G no Brasil, saindo de 2,4% do total de usuários de rede móvel em 2014 para cerca de 67,8% em 2019, e um aumento de cerca de 1,5 vezes no número de usuários de banda larga durante o mesmo período, saindo de cerca de 22,2 milhões para cerca de 32,6 milhões de usuários no mesmo período (Fonte: Relatório Anual de Gestão – Anatel, 2019). Acreditamos que poderemos nos beneficiar ainda mais dessa tendência de mercado, com investimento no desenvolvimento de parcerias cada vez mais recorrentes com *players* regionais, que em 2019 representaram cerca de 32,9% do mercado de distribuição dos acessos de banda larga fixa no Brasil (Fonte: Relatório Anual de Gestão – Anatel, 2019).

A Companhia acredita que a expansão no segmento B2C também pode ser um importante veículo para seu crescimento nos próximos anos. Atuando através da sua marca Tecki, que possui um *website* próprio voltado à venda de assinatura de serviços de *PTS*, podemos utilizar da plataforma para expandir essa linha de negócios com pagamentos de comissões reduzidos, além da possibilidade de poder fazer um *Cross-Sell* de produtos complementares para assinantes.

Com um histórico de aquisições, incluindo a aquisição da Tectotal realizada em 2017 e a da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. ("Inter Partner"), em 2019, desenvolvemos *know-how* e um fluxo de fusões e aquisições, que, no nosso entendimento, apresenta potencial para adicionar importantes clientes à nossa base. Acreditamos que o desenvolvimento de um projeto de aquisição de empresas que atuem como nossos parceiros comerciais represente oportunidades de ganhos e sinergias para o nosso negócio, com um foco na expansão do portfólio dos nossos serviços, além da possibilidade de ganhos de escala e da criação de novos canais de distribuição.

Além das oportunidades de crescimento acima descritas, a Companhia entende que existem diversas outras frentes que devem ser abordadas no futuro, com o objetivo de destravar o potencial de geração de valor a partir da entrada em novos mercados e desenvolvimento de novos modelos de negócios, incluindo a expansão para o segmento de *Real Estate*, com a possibilidade de venda de serviços residenciais em conjunto com a venda dos imóveis, a introdução de programas de franquias com técnicos terceirizados, além da possibilidade de expansão internacional com a entrada em novos mercados da América Latina. Um exemplo concreto é o segmento de mobilidade, que apresenta uma ampla gama de oportunidades tal como reboque, socorro e troca de pneus, tratando-se de um mercado muito relevante e com poucos competidores.

**Nossas Vantagens Competitivas**

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para o nosso sucesso:

***Modelo de negócios consolidado, com maior previsibilidade das operações e constante investimento em inovações tecnológicas***

Possuímos um modelo de negócios cuja receita líquida advinda dos clientes que atendemos em decorrência de nossas parcerias comerciais representou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, praticamente a totalidade da nossa receita líquida, com menos de 0,1% proveniente de clientes não relacionados aos nossos parceiros comerciais. Por meio de um histórico de longo prazo e com a utilização de instrumentos contratuais cujos termos e condições podem prever garantia mínima de

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

receita e exclusividade na prestação de serviços, dentre outros, possuímos maior garantia e previsibilidade sobre a base de clientes a ser atendida.

Ainda, a complementação de nossos serviços com os de nossos parceiros comerciais agrega valor ao consumidor final e, por meio do constante investimento no treinamento de nossa equipe especializada e nos recursos tecnológicos utilizados em nossas operações, atuamos com foco na satisfação do consumidor final. Dessa forma, buscamos, além da atração de novos clientes em decorrência da prestação de serviços assistenciais e emergenciais especializados e de qualidade, a fidelização dos clientes que atendemos inicialmente por meio de nossos parceiros comerciais. Por fim, focamos também no desenvolvimento de mecanismos tecnológicos que garantam o suporte completo aos nossos clientes durante todo o processo de envolvimento com o nosso negócio, além do investimento em garantir robusta integração de nossos sistemas internos com os de nossos parceiros comerciais.

***Alto potencial de crescimento em mercados em plena expansão.***

Com contratos de longo prazo já firmados com alguns dos principais varejistas do país, além da entrada em segmentos com potencial de expansão e baixa penetração do mercado de prestação de serviços de assistência e suporte tecnológico e doméstico, como o segmento de *utilities*, acreditamos no crescimento de nossas operações. O segmento de *utilities* envolve serviços como os de manutenção de gás periodicamente, bem como suporte presencial para assuntos relacionados aos produtos oferecidos.

Atualmente temos mais de 18 contratos assinados com alguns dos principais varejistas do país, cujo mercado de atuação vem apresentando um crescimento importante nos últimos anos, especialmente no segmento de *e-commerce*. Adicionalmente, contamos também com relações comerciais com algumas das maiores redes de *utilities* do país. Dessa forma, acreditamos no potencial para crescimento em um segmento que permitirá a expansão do modelo de assinaturas mensais para a contração de serviços e um aumento na proporção de nossas receitas recorrentes, o que, no entendimento da Companhia, pode garantir crescimento, de forma consistente e sustentável, a longo prazo.

***Modelo de negócios Asset-Light e altamente escalável.***

Possuímos uma estrutura de negócios enxuta e capaz de suportar níveis de crescimento importantes devido ao modelo de negócios *Asset Light*, bem como aos parceiros comerciais com alta capilaridade e capacidade de distribuição. Com mais de 130 mil clientes atendidos mensalmente, possuímos mais de 125 agentes de acompanhamento dos nossos técnicos, além de 279 agentes de *Help Desk* e mais de 80% dos chamados atendidos em menos de 20 segundos. Ainda, contamos com uma rede de técnicos na qual 100% são contratados como pessoa jurídica, incluindo MEIs e pequenas empresas. Temos somente 16 técnicos CLT em são Paulo, funcionando como um laboratório para testes e treinamento/capacitação dos terceiros. Portanto, o modelo de negócios baseia-se também em uma plataforma de suporte de serviços, trazendo inclusão digital e beneficiando os grupos mais vulneráveis, fornecendo serviços como: *streaming*, serviços de nuvem, controle parental e antivírus.

Adicionalmente, mantendo parcerias com alguns dos principais varejistas do país, possuímos acesso a uma equipe de vendas já treinada e uma base de clientes estabelecida, além de ter um ganho de capilaridade em novas regiões a cada nova parceria estabelecida dada a extensão do número de lojas dos nossos principais parceiros.

***Rápida expansão pelo território nacional e atuação em um mercado com fortes barreiras de entrada.***

No entendimento da Companhia, o seu crescimento pelo território nacional ocorreu devido à uma estrutura de suporte remota e técnicos terceirizados, que resulta em uma maior eficiência operacional, permitindo um crescimento saudável associado a uma diluição das nossas despesas administrativas e comerciais, fazendo, inclusive, com que dobrássemos o número de cidades em que operamos no período compreendido entre 2016 e 2020, passando de 1.495 para cerca de 3.155. Com a nossa expansão já iniciada em novos segmentos, como o de *utilities*, além da oportunidade de parcerias com varejistas menores, a Companhia entende que poderá apresentar nos próximos

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

anos um crescimento ainda mais acentuado, permitindo maior capilaridade e eficiência nas nossas operações. O desenvolvimento de novas parcerias comerciais tanto com varejistas que possuam atuação nacional quanto regional contribuem para facilitar o nosso acesso à consumidores em todo o território nacional.

Por fim, acreditamos que o nosso mercado de atuação possui atualmente fortes barreiras de entrada para novos competidores, tendo em vista que (i) possuímos relacionamentos de longo prazo e historicamente estáveis e renováveis com grandes parceiros comerciais (varejistas, seguradores, *e-commerce*, empresas de telecomunicações e de *utilities*); (ii) contamos com uma rede de técnicos independentes consolidada, bem como com a experiência e o *know-how* necessários para atrair, capacitar e reter nossos talentos; (iii) investimos em tecnologia voltada ao desenvolvimento de uma melhor experiência aos nossos clientes, inclusive por meio da integração entre os nossos sistemas internos e os de nossos parceiros comerciais. Dessa forma, a Companhia entende que consegue garantir todo o suporte necessário aos consumidores finais sem exigir quaisquer esforços adicionais por parte deles; e (iv) histórico e boa qualidade e consistência nos serviços prestados, conforme demonstram os dados de registro da Companhia que avaliam o seu NPS, que foi de 83 em 2020.

***Recrutamento e fidelização dos profissionais***

A Companhia garante qualidade no serviço prestado através do processo de recrutamento das empresas de rede de técnicos e capacitação dos mesmos, os quais enxergam uma oportunidade no volume de negócios gerado pela Companhia, o que é possibilitado com base em 4 pilares centrais: recrutamento, credenciamento, treinamento e fidelização.

***Consistente geração de caixa e resiliência dos nossos resultados.***

Fomos capazes de aumentar as vendas de nossos parceiros mesmo durante o período de pandemia, especialmente por meio de vendas referentes ao segmento de suporte tecnológico e de assistência residencial, que representaram 52,2% e 47,8% de nossa receita líquida, respectivamente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Além disso, 100% dos contratos com performance mínima garantida e não performada foram devidamente cumpridos pelos nossos parceiros comerciais, com pagamentos realizados dentro dos prazos estabelecidos.

O número de serviços realizados apresentou uma alta expressiva no terceiro e quarto trimestres de 2020 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, com uma alta média de cerca de 18,2%. Nosso faturamento bruto no segmento de varejo no período compreendido entre os meses de agosto e dezembro de 2020 apresentou um crescimento médio de 37%, mostrando tendência de recuperação.

Além disso, apresentamos um crescimento consistente em nossas receitas, bem como um aumento em nossos níveis de rentabilidade. Nosso EBITDA possui um CAGR de 29,8%, passando de R$19,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2016 para R$54,0 milhões no exercício findo em 31

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

de dezembro 2020, acompanhado de uma Margem EBITDA que passou de cerca de 19% no exercício de 2016 para 30,9% no exercício de 2020. Nosso lucro líquido vem apresentando também um crescimento consistente nos últimos anos, com uma margem líquida média próxima de 11% nos últimos 5 anos, além de apresentarmos taxa importante de conversão de caixa, acima de 60% desde 2017 e próximas de 70% no exercício de 31 de dezembro 2020.

Adicionalmente, a Companhia também apresenta uma boa performance histórica no que tange aos níveis de alavancagem do negócio.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado[1]

(1) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado pela amortização de contratos com varejistas e pelo resultado de compra vantajosa da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistência). Para mais informações, vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência.

***Administração com sólida experiência e um alto padrão de governança.***

Nossa equipe de gestores possui, além de uma formação acadêmica sólida, vasta experiência profissional em empresas do varejo e em grandes grupos do mercado financeiro, oferecendo um *background* técnico e um conhecimento sobre o segmento que representa potencial importante de desempenho operacional e financeiro para a Companhia desde a sua fundação em 2007.

Adicionalmente, adotamos as melhores práticas de governança corporativa exigidas pelo segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") no qual nossas ações serão listadas, com a criação de estruturas dedicadas para as funções de controles internos, auditoria interna, *compliance* e gestão de riscos. Possuímos um Conselho de Administração há mais de 13 anos e que conta atualmente com membros independentes, além de uma governança consolidada, com estruturas como uma Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração especializados e com ampla experiência na condução de empresas. Nossas ações serão listadas no Novo Mercado da B3, segmento de governança que adota o mais alto nível de governança corporativa, exigindo diversos requisitos, como por exemplo a composição do Conselho de Administração deve incluir, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes (ou 20% de sua composição, o que for maior), constituição de comitê de auditoria, instalação de área de auditoria interna e elaboração e divulgação de diversas políticas e regimentos internos com conteúdo mínimo exigido pela regulamentação aplicável, dentre outros. A adesão ao Novo Mercado representa nosso contínuo compromisso com altos padrões de governança corporativa e o respeito aos nossos acionistas, de modo que a Companhia seguirá investindo em mecanismos e procedimentos internos de integridade, ouvidoria e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta atualmente em vigor.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

***Iniciativas* Environmental, Social and Governance *("ESG").***

**Nossa Estratégia**

Nosso objetivo a longo prazo é buscar maior consolidação da marca e fidelização de nossos clientes, inclusive dos consumidores finais que atendemos em decorrência de nossas parcerias comerciais, especialmente por meio do desenvolvimento de novos serviços de assistência e de tecnologia para garantir suporte e atendimento completo aos nossos consumidores. Acreditamos que a nossa estratégia, focada na expansão orgânica dos nossos serviços e fidelização da nossa base de clientes, pode servir de alicerce para a expansão planejada de nossos negócios e geração de valor para nossos acionistas. Os principais pontos de nossa estratégia estão resumidos abaixo:

***Aumento da recorrência das nossas receitas com a implementação do modelo de planos mensais de assinaturas para nossos clientes.***

Após a celebração de novas parcerias comerciais com grandes empresas do segmento de *utilities*, buscamos oferecer aos nossos clientes uma maior e mais completa oferta de produtos e serviços, de forma a expandir um modelo de negócios que conte com planos mensais de assinaturas para os nossos clientes. O aumento em nossa base de clientes fixos e assinantes tem potencial de garantir a contínua evolução, desenvolvimento e especialização dos nossos colaboradores, buscando atender de forma mais completa quaisquer dificuldades enfrentadas pelos nossos clientes de forma rápida e eficiente.

Ainda, o desenvolvimento de modelo de planos mensais de assinaturas contribuiria para a expansão de nosso modelo de negócios B2C, contando ainda com potencial de reativação de clientes com assinaturas vencidas, pagamentos de comissão reduzidos e receitas recorrentes. Por fim, a Companhia acredita que tal expansão permitirá um crescimento mais sustentável e ainda mais resiliente de suas receitas, fidelizando nossa base de clientes e permitindo a expansão para novas linhas de negócio.

***Desenvolvimento e aprimoramento constante das nossas tecnologias proprietárias.***

Buscamos constantemente implementar iniciativas visando a melhoria e completude da experiência dos consumidores, tendo como objetivo prestar um serviço de qualidade e garantir suporte integral ao cliente durante todo o processo, inclusive por meio do monitoramento de todas as etapas envolvidas e da disponibilização de diversos canais de atendimento. Assim, os softwares proprietários da companhia incluem: (i) software de gestão de contratos; (ii) software de gestão de visitas on-site com rastreamento por GPS; (iii) inteligência artificial para reduzir tempo do serviço

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

remoto; e (iv) integração dos sistemas próprios com clientes para operacionalização das parcerias e experiência do usuário.

Desenvolvemos o "Taki", um *software* proprietário responsável pela gestão dos nossos contratos, além do registro e acompanhamento de cada serviço de assistência. O referido aplicativo é ainda integrado com o sistema dos nossos principais parceiros comerciais. Adicionalmente, o "Toaki" é um aplicativo de distribuição de tarefas, gestão e acompanhamento de serviço pelos técnicos. Nossas tecnologias proprietárias vêm se mostrando essenciais para uma melhor gestão das nossas operações e uma melhor entrega dos nossos serviços. Dessa forma, manteremos o foco em desenvolver novos produtos e novas tecnologias para facilitar e atender satisfatoriamente nossos clientes, buscando aprimorar a experiência em nossa plataforma.

***Aprimoramento das modalidades de contratos comerciais que possuam termos e condições vantajosos para o nosso modelo de negócios***

Atualmente, trabalhamos com dois principais modalidades de instrumentos contratuais para a formalização de nossas parcerias comerciais. Enquanto um deles possui caráter mais flexível, investimos no desenvolvimento de um modelo de contrato que garanta maiores vantagens no desenvolvimento de nosso modelo de negócios, bem como na criação de valor agregado tanto para os nossos parceiros quanto para os consumidores finais.

Acreditamos que a utilização e o aperfeiçoamento de contratos que possuam (i) previsão de garantia mínima de receita, determinando a aplicação de multa em caso de não cumprimento da meta estipulada contratualmente; (ii) cláusula de exclusividade e direito de preferência para a prestação dos nossos serviços aos clientes de nossos parceiros comerciais; (iii) vigência de longo prazo, com previsões que facilitem a renovação do instrumento uma vez encerrada a vigência; e (iv) em caso de rescisão, a aplicação de multas que representem percentual do saldo da meta que não houver sido performada em função da rescisão.

***Crescer de forma não orgânica por meio da análise de oportunidades de aquisições nos mercados em que operamos.***

Temos como objetivo o crescente desenvolvimento e crescimento inorgânico de nosso negócio por meio da aquisição de empresas varejistas, seguradoras e de *e-commerce*, dentre outras, tendo em vista que representam potencial importante de expansão para nossa base de clientes e sinergia de negócios. Em decorrência das operações de fusões e aquisições que realizamos em 2017 e 2019 (aquisição da Tectotal e da Inter Partner, respectivamente), investimos no desenvolvimento de um time especializado em analisar e avaliar oportunidades de fusões e aquisições em nosso mercado de atuação. Acreditamos que o desenvolvimento de um modelo de negócios com foco na análise de tais oportunidades tem potencial de contribuir de forma rápida e eficiente com o nosso crescimento, aumentando nossa base de clientes, diversidade de serviços oferecidos e presença nacional em novas regiões.

## 7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

**7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:**

**a. interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável.

**b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**

• *os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"*

Não aplicável.

• *quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições*

Não aplicável.

• *estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas*

Não aplicável.

**c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável.

# 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### (a) Produtos e serviços comercializados

Para fins de análise e gerenciamento de suas operações, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com dois segmentos operacionais:

- Suporte tecnológico: refere-se à prestação de serviços de manutenção, configuração, instalação e outros serviços de tecnologia da informação, em computadores, celulares, *tablets*, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; e

- Assistência residencial: refere-se aos serviços prestados na instalação de produtos eletroeletrônicos como aparelhos de áudio e vídeo e instalação de produtos de linha branca. Além disso, inclui também os serviços emergenciais prestados pela Companhia, como encanador, eletricista, chaveiro, telhadista, impermeabilização de estofados, dentre outros.

### (b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

| | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | | 2019 | | 2018 | |
| (em milhares de reais, exceto %) | R$ | % do total | R$ | % do total | R$ | % do total |
| Suporte tecnológico | 91.285 | 52,2% | 138.186 | 72,0% | 152.396 | 78,6% |
| Assistência residencial | 83.597 | 47,8% | 53.813 | 28,0% | 41.551 | 21,4% |
| **Receita líquida** | **174.881** | **100,0%** | **191.999** | **100,0%** | **193.947** | **100,0%** |

### (c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

| | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | | 2019 | | 2018 | |
| (em milhares de reais, exceto %) | R$ | % do total | R$ | % do total | R$ | % do total |
| **Lucro líquido** [1] | **20.865** | **100,0%** | **22.832** | **100,0%** | **22.035** | **100,0%** |

[1] O lucro líquido da Companhia não é apresentado em suas Demonstrações Financeiras por segmento operacional. Dessa forma, apresenta no quadro acima apenas o saldo total do lucro líquido de cada um dos exercícios acima indicados.

# 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

## 7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

### (a) Características do Processo de Produção

**Suporte Tecnológico**

No segmento de suporte tecnológico, nosso processo de atendimento ao consumidor se dá por meio do suporte majoritariamente remoto para problemas enfrentados relacionados à tecnologia. Nosso modelo de negócios na linha *Premium Technical Support* ("PTS") envolve a prestação de serviços por meio da aquisição de pacotes de assinaturas mensais pelos nossos clientes. Neste sentido, realizamos o monitoramento de todo o histórico de atendimento durante o período contratado, o que garante maior acompanhamento do processo como um todo por parte de nossos profissionais especializados.

Ainda, possuímos sistemas de tecnologia da informação integrados com os de nossos parceiros comerciais (modelo B2B2C), o que permite que possamos acompanhar e monitorar todo o histórico e processo do consumidor final, desde a aquisição de bem ou serviço das empresas varejistas, seguradoras, do setor de telecomunicações, dentre as outras com as quais possuímos relações comerciais. Destacamos que, em 31 de dezembro de 2020, a prestação de serviços para consumidores de nossos principais parceiros comerciais representou praticamente a totalidade da receita líquida de vendas da linha PTS.

Vislumbrando garantir a qualidade do nosso serviço, nossa equipe de mais de 530 especialistas está disponível 24 horas por dia em uma central de atendimento remoto. Participamos ativamente de todo o processo com o cliente, desde a identificação e diagnóstico do problema enfrentado, até a análise das soluções disponíveis para configurar, instalar ou realizar a manutenção do dispositivo em questão e, posteriormente, a implementação do atendimento e a avaliação dos serviços prestados.

**Assistência Residencial (*Home Services*)**

O segmento de *Home Services* ("HS") compreende os serviços de (i) *Home Improvement*, que compreende serviços como a impermeabilização de estofados e a instalação de eletrodomésticos e móveis; e (ii) *Home Repair*, que envolve serviços gerais de reparo e manutenção domiciliares. Nosso processo de prestação de serviços na linha de HS é realizado por meio de visitas presenciais agendadas e contamos com uma rede de 7.785 técnicos especializados, permitindo que tenhamos atuação em todos os Estados brasileiros. Dentre a equipe que realiza os nossos atendimentos presenciais, a totalidade dos técnicos são terceirizados, funcionários de aproximadamente 2.600 pequenas empresas com as quais possuímos relações comerciais fidelizadas e de longo prazo.

Assim como no segmento de PTS, o desenvolvimento de nossa tecnologia permite possuirmos sistemas integrados com os de nossos parceiros para o acompanhamento completo do processo produtivo de prestação de nossos serviços, desde a aquisição do bem ou serviço e, por fim, com a avaliação do atendimento recebido. Em 31 de dezembro de 2020, os consumidores que atendemos em decorrência de nossas parcerias comerciais representou praticamente a totalidade da receita de vendas da linha de HS.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O diagrama abaixo ilustra todo o processo de monitoramento e acompanhamento dos nossos clientes na prestação de nossos serviços:

**(b) Características do processo de distribuição**

Possuímos um modelo de distribuição de nossos produtos e serviços que conta com 4.731 pontos de venda físicos, o nosso e-commerce e uma central de atendimento. Ainda, o nosso modelo de negócios que conta tanto com o atendimento à distância quanto com uma equipe de técnicos terceirizados nos permite maior flexibilidade e alcance nacional para realizar a distribuição de nossos serviços, realizando mais de 130 mil atendimentos mensalmente.

A nossa maior central de atendimento remoto é localizada em São Paulo, na qual a totalidade de nossos colaboradores realizam atendimentos. Possuímos, ainda, diversos canais de atendimento disponíveis para nossos clientes, com suporte por meio de chat, WhatsApp, vídeo-conferência, aplicativo, telefone e website, garantindo uma cobertura completa e tecnológica para a distribuição de nossos serviços.

O nosso modelo de distribuição também permite uma integração entre a nossa equipe de atendimento, clientes e parceiros comerciais, integrando as nossas centrais de atendimento, e-commerce e outros canais com os sistemas desenvolvidos pelos próprios parceiros comerciais garantindo uma experiência mais completa para o consumidor.

**(c) Características dos mercados de atuação**

**(i) Participação em cada um dos mercados**

**Mercado de Suporte Técnico *Premium (“PTS”)***

O mercado de serviços de suporte de tecnologia no Brasil é altamente fragmentado e informal, com players majoritariamente regionais. Neste cenário, a Companhia acredita que construiu ao longo dos últimos 14 anos uma rede única para a prestação deste serviço no Brasil, através de uma estrutura de colaboradores composta por mais de 530 especialistas que atuam com atendimento remoto em modelo de *Help Desk* e disponibilidade de 24 horas por dia. O modelo de atuação da Companhia permite a solução de problemas relacionados a tecnologia de forma rápida e eficiente que se reflete em um alto nível de satisfação do consumidor final, medido através de um *Net Promoter Score* (“NPS”) de 83 em

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

2020. O nível de NPS entregue pela Companhia é consideravelmente superior ao encontrado em outros prestadores de serviços, como 41 em empresas de TI e 24 de telecomunicações.

Os serviços de PTS englobam todo tipo de suporte relacionado a tecnologia para consumidores finais, incluindo tanto suporte com questões de *software* (por exemplo, dúvidas com programas de computador, aplicativos de celular, serviços na nuvem, etc.) como *hardware* (como computadores, *notebooks*, roteadores, *smartphones*, etc.).

No mercado externo, em países como Reino Unido e Estados Unidos, é possível enxergar uma tendência de integração da venda destes serviços de assistência pelos grandes varejistas, um movimento ainda em fase inicial no Brasil. Alguns exemplos desta tendência internacional incluem a Geek Squad[1], o lançamento do Amazon Home Services pela Amazon, e o oferecimento de serviços de suporte de tecnologia pelo Walmart nos Estados Unidos.

No Brasil, a Companhia tem liderado este movimento, sendo pioneira em seu modelo de negócios e oferecendo aos seus parceiros comerciais a possibilidade de prestação deste serviço complementar que potencializa a venda de produtos tecnológicos de alto valor agregado e também fideliza os consumidores ao oferecer um serviço que permite a melhor utilização do produto inicialmente adquirido. A Companhia possui ampla atuação nos principais canais de venda relacionados a equipamentos eletrônicos através do relacionamento de longa data com empresas do setor de telecomunicações e de varejo.

O segmento de PTS tem se beneficiado de uma série de tendências, das quais descrevemos as principais abaixo:

**(a) Exposição ao movimento de digitalização da população**

O Brasil tem apresentado forte movimento de digitalização da população, com a porcentagem de usuários de internet mais que dobrando no período compreendido entre os anos de 2008 e de 2019, crescendo de 34% para 74%. A expectativa é que este número continue apresentando crescimento relevante nos próximos anos, devido principalmente ao aumento na oferta e barateamento de aparelhos eletrônicos e planos de internet móvel e banda larga fixa.

Além do crescimento do acesso à internet no país, a população brasileira possui uma forte cultura digital, com o brasileiro médio gastando mais tempo na internet do que os americanos, em grande parte devido à relevância das redes sociais para o país:

[1] A Geek Squad é uma subsidiária da multinacional americana e canadense de produtos eletrônicos de consumo Best Buy

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: CETIC.br e Consumer Barometer do Google (2018)

Fonte: We are Social (2017): GlobalWebindex: análise da McKinsey

Apesar da relevância das redes sociais, a utilização da internet no Brasil ainda possui espaço para desenvolvimento em diversas verticais, e deve crescer conforme novos produtos e serviços são digitalizados, conforme descritos abaixo.

**Streaming:**

- Vídeo: O mercado de entretenimento passou por grandes transformações nos últimos anos. A forma pela qual se consome vídeos, músicas e filmes mudou radicalmente e transformou essas indústrias. Entre 2016 e 2018, de acordo com o levantamento do App Annie, o Brasil já se posicionava como o 6° maior consumidor de streaming do mundo. Atualmente, com mais de 7,5 milhões de usuários no Netflix e mais de 69 milhões de espectadores por mês no Youtube, as plataformas de streaming já concentram a segunda maior audiência no Brasil. Pesquisa realizada pela divisão de Mídia da Nielsen Brasil em parceria com a Toluna, com foco em hábitos e tendências do consumo digital, revela que 42,8% dos brasileiros entrevistados assistem a conteúdos de streaming todos dias, enquanto outros 43,9% têm essa prática ao menos uma vez por semana;

- Áudio: O consumo de conteúdo, notícias e *podcasts* fomentam também a era do áudio. Atualmente no Brasil, o consumo de streaming de áudio alcança 30% do total da população que utiliza a internet (aproximadamente 120 milhões de usuários), e conta com aproximadamente 36,6 milhões de usuário únicos multiplataforma (Desktop + Mobile). O Spotify, líder do segmento, possui mais de 13 milhões de assinantes. Analisando as 4 (quatro) maiores plataformas de áudio pela média de minutos consumidos por visitante e pelo alcance temos: (a) Spotify, que possui maior alcance entre homens e mulheres entre 15 e 24 anos, sendo que as mulheres se destacam pelo seu maior consumo médio de minutos; (b) Deezer: maior

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

alcance entre os homens entre 25 e 34 anos, porém o maior consumo médio de minutos está entre as mulheres de 15 a 24 anos; e (c) Soundcloud e Sua Música: homens entre 15 e 24 anos são responsáveis pelo maior consumo médio de minutos e também em alcance.

- Indústria de Jogos[2]: estudo realizado pela consultoria Newzoo concluiu que o mercado de jogos eletrônicos já movimenta US$ 1,5 bilhão por ano no Brasil – ou o dobro de uma década atrás. Outro levantamento, desta vez realizado pela PWC, projetou o potencial do setor. Segundo a pesquisa, o mercado de games no país deverá crescer 5,3% até 2022. Apenas com jogos para celulares, estima-se que as receitas do segmento subirão de US$ 324 milhões para US$ 878 milhões nos próximos 3 anos. O Brasil é o 13º maior mercado de games do mundo, mas, se as projeções forem confirmadas, deverá estar entre os 10 primeiros no futuro próximo. Segundo a pesquisa mais recente da Superdata, empresa do grupo Nielsen, o total gasto em jogos digitais em março deste ano superou US$ 10 bilhões (cerca de R$ 56 bilhões) no mundo, representando o recorde do valor mensal. Na comparação com o mesmo período de 2019, o maior crescimento foi apresentado nos jogos para console (ou videogames de mesa) com 42%; em seguida vêm os jogos para celulares (14%) e por último os de computador (12%). Indispensável na rotina dos brasileiros, o celular é a plataforma preferida dos adeptos aos games eletrônicos: 83% deles escolhem jogar usando um smartphone. Com a melhoria da rede 4G e a chegada do sistema 5G, os jogos para celular devem se tornar ainda mais atrativos. Segundo a consultoria Newzoo, uma tendência que está se consolidando é a de "games como serviço", como são chamados os programas que cobram assinaturas para que o consumidor possa acessar os jogos. O Brasil possui quase 400 estúdios de produção de jogos atualmente, que estão investindo imensamente na criação de novos jogos.

**(b) Exposição ao crescimento da venda de aparelhos eletrônicos**

**Aparelhos e sistemas suscetíveis ao uso de Assistência Técnica Premium (PTS) formam um grande mercado no Brasil**

Fonte: Anatel, Game Brasil 2020; Euromonitor International Limited, Consumer Electronics 2021, vendas formais ao consumidor final, em unidades.

[2] Brazil Digital Report 2020, McKinsey & Company

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

No ano de 2020, segundo relatório da Webshoppers, o segmento de informática foi o que apresentou maior crescimento do faturamento no 2º trimestre de 2020 em relação a 2019 nas vendas online (+101%).

**Crescimento de Vendas de Eletrônicos Portáteis no Brasil (milhares de unidades)**

Fonte: Euromonitor International Limited, Consumer Electronics in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final, em unidades.

Apesar do alto crescimento dos últimos anos, ainda existe potencial para aumentar a penetração de dispositivos móveis com acesso à internet per capita, que era de 2,4 em 2018 e é esperado para atingir 3,5 em 2023. Esta é uma tendência mundial que é vista com o desenvolvimento tecnológico e a conectividade de aparelhos que vão além dos computadores pessoais e dos *Smartphones*.

**Penetração de Aparelhos no Brasil (% da população[1])**

Fonte: CETIC.br, Consumer Barometer do Google (2018)

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: CETIC.br, Consumer Barometer do Google (2018)

Nota: (1) Baseado em questionários, dados referem-se apenas a entrevistados adultos

*Smart Tv's*, *Smarthwatches* e *Tablets* são exemplos de tendências tecnológicas que viarem para ficar e que constantemente demandam assistência tecnica de conectividade, configuração e manutenção por parte de consumidores que nem sempre dominam a tecnologia envolvida em todos estes aparelhos.

**(c) IOT e Aparelhos Conectados em Geral**

Somado a essas tendências, ocorre a evolução do mercado de Internet das Coisas ("IOT"), setor que deve movimentar mais de 30 bilhões de dólares na América Latina até 2023, segundo relatório da consultoria de análise de dados GlobalData. O Brasil desponta como um dos locais mais promissores para o segmento. Em 2019, de acordo com estudo da Frost & Sullivan realizado em junho de 2019, o mercado brasileiro de internet das coisas representou cerca de 45% do faturamento do segmento de toda a América Latina.

O número de aparelhos de IOT - aparelhos que podem ser incorporados a sensores, *softwares* e outras tecnologias, com o objetivo de conectar e trocar dados com dispositivos e sistemas pela internet – deve chegar a 415,7 milhões em 2023 no Brasil, e a projeção de receita com IOT no país é de US$ 3,3 bilhões de dólares para o mesmo ano.

**Número de aparelhos de IOT no Brasil (milhões)**

Fonte: ABINC (Associação Brasileira de Internet das Coisas)

Com a criação de novos aparelhos eletrônicos com funções diferenciadas e cada vez mais complexos e conectados, é esperado que ocorra um aumento da demanda por suporte tecnológico no país.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Mercado de *Home Services***

**(a) Serviços de Instalação**

Uma parcela relevante dos serviços oferecidos pela Companhia está atrelada à instalação de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos. Apesar de uma queda provocada pelo COVID-19 em 2020, este mercado tem uma perspectiva de crescimento para os próximos anos, principalmente pelo aumento de vendas de eletrodomésticos com potencial para serviços de instalação.

**Vendas de Mobília e Utensílios Domésticos no Brasil (R$ bilhões)**

Fonte: Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

**Vendas de Eletrodomésticos Suscetíveis a Instalação no Brasil (mm unidades)**

Fonte: Euromonitor International Limited, Consumer Appliance in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final, em unidades. Na amostra de equipamentos suscetíveis a instalação foi considerada equipamentos de lavanderia, grandes equipamentos para cozinhar, geladeira/congelador, equipamentos de ar-condicionado e aquecedores.

Os serviços de instalação prestados pela Companhia são de grande importância para os seus parceiros comerciais, já que potencializam a venda de produtos onde a sua instalação envolve complexidades. Os serviços são oferecidos pelos próprios parceiros comerciais e a Companhia atua no formato de *White Label,* o que demonstra a confiança na qualidade e nos padrões de *compliance* dos serviços que são prestados pela Companhia na casa de seus consumidores finais. Instalações de aparelhos de ar condicionado, coifas e televisões são alguns dos exemplos da atuação da Companhia, gerando valor para a experiência de consumo.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De acordo com levantamento realizado pelo aplicativo Guiabolso em 2021, brasileiros agora possuem gastos com casa e carro como prioridade em seus planos para 2021. Entre os usuários do aplicativo, a intenção de realizar gastos com imóveis, seja através de compra, troca ou reforma, aumentou 48% em janeiro de 2021 em relação ao mesmo mês de 2020. Essa tendência deve beneficiar a Companhia e sua operação no segmento de Home Services.

**(b) Assistência residencial e Serviços de impermeabilização**

O mercado de assistência residencial no Brasil ainda é extremamente pulverizado e com baixo nível de profissionalização. A maior parte dos serviços de reparos e consertos são realizados por pessoas físicas que muitas vezes não oferecem ao consumidor final uma garantia de qualidade e segurança do serviço que será prestado. O nível de preparo destes prestadores de serviços nem sempre é amparado por capacitação técnica e treinamento, o que aumenta os riscos de execução atrelados a procedimentos que muitas vezes envolvem alta complexidade.

Foi através da percepção que o mercado brasileiro carece de uma estrutura de abrangência nacional, treinada e preparada para atuar nas mais diversas demandas de reparos e manutenção, que a Companhia. A Companhia possui hoje uma rede com mais de 7.000 técnicos especializados, *softwares* e aplicativos proprietários de acompanhamento da jornada durante os atendimentos em campo, além de realizar e implementar treinamentos e rigorosos padrões de *compliance*. Os técnicos da Companhia passam por uma criteriosa seleção e por treinamentos da Educa CDF. Estes conjuntos de fatores fazem com que o índice de reclamações da Companhia não ultrapassem 3,0% dos atendimentos.

A prestação de serviços assistenciais de reparos e manutenção por companhias com alto nível de profissionalização e abrangência nacional já é uma realidade mais madura em outros países. Companhias listadas como a Frontdoor dos Estados Unidos e a HomeServe do Reino Unido são exemplos de sucesso de companhias que agregam valor ao consumidor final através da profissionalização e da manutenção de altos padrões de atendimento.

Ao que diz respeito a serviços de impermeabilização de sofás, é esperado que este mercado cresça no cenário pós COVID-19. Em 2020, de acordo com um balanço do portal de compras *online* OLX, a segunda categoria no aumento de buscas em suas páginas foi a de sofás, com 38% mais procuras do que em 2019.

Além disso, dados do IBGE revelam que, em agosto de 2020, quando em comparação com o mesmo mês de 2019, o crescimento na fabricação e venda de móveis foi de 39,9% no Brasil. Outra pesquisa que mostra o crescimento no setor foi realizada pelo Grupo German em dez fábricas, e que indica a expansão em três segmentos do setor no último trimestre: (i) aumento de 60% na comercialização de móveis planejados, 20% na de móveis residenciais e 30% no ramo de estofados.

**(ii) Condições de competição nos mercados**

***Exposição ao Varejo em Geral***

O comércio varejista é um dos principais setores da economia brasileira, tendo movimentado 1,2 trilhões de reais em vendas em 2019. É esperado que em 2024 o mercado brasileiro de varejo alcance 1,6 trilhões de reais em vendas, de acordo com a Euromonitor International.

No ano de 2019 no Brasil, de acordo com dados oficiais do IBGE, o índice de Consumo das Famílias (indicador de monitoramento da capacidade financeira de consumo das famílias brasileiras) foi de R$4,75 trilhões, e representa cerca de 65% do PIB.

A Companhia utiliza o segmento varejista como canal de venda desde a sua origem, e se consolidou como o principal *player* que oferece para os seus parceiros comerciais a prestação de serviços de alta qualidade em todo o território nacional. A capacidade de atender os consumidores finais em todos os estados é um grande diferencial da Companhia, que possui entre os seus principais clientes grupos varejistas com lojas espalhadas por todo o Brasil. O aprimoramento do serviço prestado aos varejistas

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

nos últimos anos permitiu a Companhia criar um amplo conhecimento do mercado, o que tem pautado a sua expansão também para grupos regionais em um trabalho feito com o apoio da Companhia em todas as etapas, inclusive no treinamento das equipes de vendas.

Além de gerador do maior número de empregos formais do país, o setor varejista apresenta crescimento constante, e a expectativa para os próximos anos é de forte aumento neste crescimento:

**Vendas de Varejo no Brasil (R$ bilhões)**

Fonte: Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

O mercado de varejo no Brasil é altamente fragmentado, e o maior *player* possui apenas 8,0% de *Market Share,* de acordo com dados divulgados pelo Euromonitor em 2020. Apesar da Companhia já possuir alguns dos principais *players* do mercado como clientes, estes representam apenas 15,5% do *Market Share* do varejo brasileiro, e ainda existe uma grande oportunidade para explorar novos varejistas que representam a maior parte do mercado.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

***Market Share*** **[1] no Varejo Brasileiro (2020)**

[1] *Market Share* por Receita de Vendas

Fonte: Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final excluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

Diversos varejistas parceiros da Companhia possuem forte atuação no mercado de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, produtos que atualmente são os mais suscetíveis a utilização do serviço da Companhia. Neste mercado, a Companhia possui parcerias com *players* que em conjunto representam mais de 40% de *market share* no segmento.

**Market Share[1] dos Varejista Especializado em Eletrônicos e Eletrodomésticos no Brasil (2020)**

[1] Market Share por Receita de Vendas

Fonte: Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final excluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As vendas destes clientes têm apresentado forte tendência positiva, e a Companhia acredita que este crescimento deve continuar ao longo dos próximos anos devido tanto ao crescimento do mercado em geral quanto pelo ganho de *market share* e qualidade da gestão de seus clientes. Este é um importante fator gerador de demanda para a Companhia, e apresenta perspectivas positivas nos próximos anos.

Sendo um mercado altamente competitivo e pulverizado, o varejo brasileiro é composto por 4,8 milhões de empresas, e a Companhia acredita que consegue atender tanto redes nacionais quanto regionais com seu portfólio de produtos e serviços.

***Exposição ao segmento de telecomunicações***

Como consequência do aumento de usuários de internet e smartphones, houve nos últimos anos uma maior demanda pelo consumo de banda, que exigiu uma expansão contínua da rede de telecomunicações para suportá-la.

Para atender a essa mudança de paradigma, as empresas de telecomunicação investiram mais de R$ 795 bilhões, corrigidos pelo IGP-DI, em infraestrutura desde a privatização do setor segundo o portal Teletime.

O serviço de Banda Larga Fixa totalizou 36,3 milhões de contratos ativos em dezembro 2020. Em 12 meses, houve um aumento de 3,4 milhões de acessos (+10,3%). Na comparação com o trimestre anterior (setembro), o serviço apresentou crescimento 658,3 mil contratos (+1,8%). Acessos de fibra ótica representam 46,7% do mercado, com 17,0 milhões de assinantes, um aumento de 66,0% nos últimos 12 meses

A partir de 2017, a Anatel também simplificou os procedimentos de licenciamento de novos ISPs (Internet Service Providers), retirando a obrigação de outorga e isentando as taxas de registro para pequenas empresas, o que facilitou o crescimento destes players.

As operadoras de atuação nacional centralizaram seus investimentos nos grandes centros, segundo a Anatel, 83% das conexões de fibra óptica estão reunidas no sul e sudeste apesar destas regiões representarem apenas 56,4% da população. Como consequência, com a falta de concorrência em diversas outras regiões do país, a expansão das PPPs se deu em ritmo acelerado na última década.

Apesar da demanda por internet aumentar cada vez mais em todas as regiões do país, a região que mais tem recebido investimentos em infraestrutura de redes de alta capacidade e fibra óptica no Brasil tem sido a região nordeste. Os pequenos provedores estão auxiliando o desenvolvimento de rede de fibras óticas na região e, segundo a Anatel, em 2018, houve um aumento de mais de 30% no total de acessos realizados por provedores de internet no Nordeste.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Penetração da Banda Larga Fixa no Brasil vs. outros países (2019)**

Fonte: Globalcomms – considera apenas banda larga em domicílios

O Brasil apresenta forte crescimento no mercado de internet móvel e banda larga fixa, com destaque para o crescimento de pequenos provedores de internet (ISPs). Os ISPs têm ganhado *market-share* rapidamente no número de acessos de banda larga fixa, principalmente devido à tecnologia de fibra óptica, que permite conexões de alta velocidade a custos competitivos.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Assinantes de Banda Larga Fixa e Penetração Domiciliar**

(assinantes em milhões, porcentagem de domicílios com acesso a banda larga fixa)

Fonte: Anatel

Os ISPs apresentam grande potencial como canal de venda de produtos e serviços da Companhia, dado a alta fragmentação e alcance nacional dos players deste segmento. De acordo com a Anatel, ao final de 2020, o Brasil conta com mais de 6,000 ISPs (potenciais parceiros comerciais), 36,0 milhões de acessos de banda larga fixa, sendo 16,8 milhões destes através da tecnologia de fibra óptica. Os ISPs já possuem mais de 30% de *market-share* de acessos de banda larga fixa no Brasil.

***Market-Share* de Banda Larga Fixa por *Player***

Fonte: Anatel

Acreditamos que o modelo de contratos da Companhia, que conta com o adiantamento de comissão aos parceiros comerciais, tem grande apelo para os ISPs, que possuem alta necessidade de investimentos em infraestrutura para oferecer seus serviços. Além disso, a CDF possui experiência na operação com empresas de Telecom.

***Exposição ao mercado de Utilities***

As empresas do setor de *Utilities* representam uma peça importante do segmento de Home Services da Companhia. Os serviços de manutenção e reparo agregam valor as empresas parceiras de *utilities* ao trazer soluções para os consumidores com alto padrão de qualidade. Serviços como a manutenção preventiva de aquecedores a gás e o reparo em instalações elétricas são exemplos que contribuem para o bem estar dos consumidores finais trazendo uma maior segurança para as instalações domesticas.

Enquanto no mercado externo uma série de *players* (como a HomeServe, por exemplo) já utilizam parcerias com estas empresas como canal de venda, no Brasil a Companhia foi pioneira neste modelo de negócios e conta com parcerias celebradas para explorar sua base de clientes e ofereces serviços de manutenção e assistência residencial.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Alguns fatores deverão destravar também um maior desenvolvimento no setor. No segmento de gás, por exemplo, foi aprovado pelo Senado ao final de 2020, o novo marco regulatório do gás natural, que agora volta para a Câmara dos Deputados para deliberação. A proposta desse projeto de lei é a de que o regime de exploração de gasodutos passe de concessão para autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o que deverá destravar o setor. Com a aprovação, a capilaridade do segmento deverá aumentar e desconcentrar o setor, fomentar a concorrência, reduzir preço, etc.

No saneamento o Novo Marco deverá criar oportunidades de expansão da atual rede. Espera-se que o marco legal do saneamento abra caminho para investimentos da ordem de R$ 800 bilhões no setor de água e esgoto nos próximos anos**.** Entre os objetivos estão (i) a coleta de esgoto para 90% da população, a qual hoje não alcança 75%, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e; (ii) o fornecimento de água potável para 99% da população até o fim de 2033.

Este canal de venda tem o potencial de dar acesso à Companhia a todos os domicílios contratantes de serviços de *Utilities*, sejam eles energia, saneamento, água, entre outros e espera-se grande crescimento neste segmento

**Porcentagem da População com Acesso a Serviços de Saneamento Básico e Energia Elétrica**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua 2019

| | Rede geral de distribuição de água como principal forma de abastecimento | Rede geral de esgotamento sanitário ou fosse séptica ligada à rede | Energia elétrica proveniente da rede geral |
|---|---|---|---|
| 2016 | 85,8% | 65,9% | 99,5% |
| 2017 | 85,7% | 66,0% | 99,5% |
| 2018 | 85,8% | 66,3% | 99,5% |
| 2019 | 85,5% | 68,3% | 99,5% |

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

***Exposição ao segmento B2C***

Os consumidores têm buscado cada vez mais praticidade, menos burocracia e eliminação de etapas do processo de compra em seu dia a dia. A tendência de procura por desintermediação foi uma mudança vista no comportamento de consumidores que utilizam a tecnologia. Este canal de acesso direto é importante pois é um ponto de relacionamento da marca com seus consumidores finais, ainda mais em casos como o da Companhia em que na maioria das vezes se opera de forma *White Label*, o que torna necessário estabelecer um reconhecimento de marca própria.

O *e-commerce* tem sido, neste sentido, uma ferramenta importante, estimulando e facilitando a desintermediação de vendas, uma vez que proporciona às empresas uma facilidade de acesso ao público-alvo de forma mais abrangente a um menor custo.

O segmento de *e-commerce* no Brasil vêm também se desenvolvendo e crescendo através de diferentes alavancas (i) fatores demográficos (ii) aumento do uso de smartphones (iii) entrada da geração Millenials no mercado consumidor (iv) maior acesso à internet (v) facilidade de uso das plataformas digitais e por último a pandemia do COVID-19, que levou à uma rápida reação do mercado como um todo para se adaptar ao comércio eletrônico e modelo de vendas online.

**GMV (R$ bi) e Penetração (%) do E-commerce no Brasil**

Fonte: Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

Foi com a intenção de atingir também diretamente o consumidor final que busca maior conveniência e facilidade através da contratação direta e sem sair de casa que a Companhia criou a Tecki (https://www.teckicdf.net/). A Tecki é a sua marca própria que atua na prestação de serviços de PTS com planos mensais de 3, 6 e 12 meses com atendimento 24 horas por dia e através de diversos canais.

**(d) Eventual sazonalidade**

Historicamente, os resultados de nossas operações têm apresentado maior representatividade no quarto trimestre de cada exercício. As vendas de nossos parceiros comerciais, principalmente do setor de varejo, apresentam grande aumento nesta época em razão das comemorações de final de ano, como por exemplo Natal e Black Friday, bem como do recebimento de décimo terceiro salário por parte dos consumidores. A receita bruta de vendas consolidada no quarto trimestre de 2020 representou aproximadamente 30,74% da receita bruta consolidada anual da Companhia. Nesse sentido, as vendas no quarto trimestre são, em geral, maiores do que a média dos outros trimestres.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**(e) Principais insumos e matérias primas**

**(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados (por critérios financeiros e técnicos) e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor. A Companhia possui um procedimento de gestão de fornecedores, o qual estabelece a metodologia para homologação de sua contratação, baseada não apenas na qualidade do produto e em seu preço, mas também na reputação dos fornecedores, na sua situação financeira, na sua garantia de entrega e na disponibilidade dos produtos. Adicionalmente, a grande maioria dos fornecedores da Companhia assinam contratos contendo cláusulas padrões da Companhia relacionadas a leis anticorrupção e sigilo de informações.

**(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores**

A comercialização dos produtos que utilizamos em nossos atendimentos é composta por uma ampla variedade de fornecedores. Nesse sentido, o fornecimento dos produtos é realizado de forma pulverizada, de modo que, mesmo que tenhamos um número limitado de fornecedores em determinadas categorias de insumos, não possuímos dependência material de nossos fornecedores para a realização de nossas atividades e não há concentração exagerada ou dependência de nenhum fornecedor exclusivo.

**(iii) Eventual volatilidade em seus preços**

A Companhia conta com uma base amplamente diversificada de produtos e, em consequência, de fornecedores. Como não há um insumo ou matéria-prima principal que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos utilizados na prestação de serviços da Companhia ou que possa gerar grande impacto na sua receita, os preços de seus produtos não apresentam volatilidade. Uma parcela relevante de sua cadeia de fornecedores é baseada no Brasil, e, portanto, o efeito devido à exposição cambial é reduzido.

# 7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

## 7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

### (a) Montante total de receitas provenientes do cliente

O modelo de negócios da Companhia envolve a atuação por meio de seus parceiros comerciais, prestando serviços para os consumidores finais dos parceiros que atuam nos setores de varejo, telecomunicação, *utilities* e seguradoras, dentre outros.

O quadro a seguir demonstra os parceiros comerciais da Companhia cujas vendas relacionadas aos seus consumidores finais representaram, individualmente, valor superior a 10% da receita líquida total da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| Parceiros Comerciais | Exercício findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Parceiro 1 | 29,6% | 22,8% | 20,0% |
| Parceiro 2 | 20,7% | 34,3% | 24,9% |
| Parceiro 3 | 14,5% | 6,9% | 6,2% |

Apesar da concentração em alguns de seus parceiros comerciais, a Companhia acredita que tais parcerias garantem uma maior previsibilidade e consistência em sua rede de clientes. Adicionalmente, ressalta-se que as principais relações comerciais mantidas pela Companhia possuem longo e consolidado histórico de relacionamento, contando com parcerias existentes há mais de 10 anos.

Por fim, a Companhia utiliza diversos mecanismos em seu modelo de contratos de parceria de forma a minimizar riscos de concentração, como por exemplo: (i) contratos de longo prazo de duração, com vigência inicialmente prevista entre 4 e 15 anos, de fácil renovação; (ii) previsão de multa em caso de rescisão, calculada como porcentagem da meta mínima garantida em contrato; (iii) cláusulas de exclusividade e direito de preferência para a prestação de novos serviços selecionados; e (iv) cláusulas de pagamento antecipado.

### (b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os clientes advindos das relações comerciais citadas no item (a) acima influenciam as receitas provenientes tanto do segmento de Suporte Tecnológico quanto de Assistência Residencial.

# 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

**7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**

**(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Nossas atividades e a prestação dos nossos serviços não dependem de autorizações governamentais, licenças ou alvarás expedidos por entidades governamentais para a condução de seu regular exercício. Também não estamos sujeitos à fiscalização de nenhuma agência reguladora.

Ademais, no que se refere ao funcionamento de nossas instalações, é obrigatória a obtenção de alvarás e de algumas licenças, tais como Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. A não obtenção ou não renovação dessas licenças ou alvarás pode acarretar um efeito adverso relevante para as condições operacionais das nossas instalações, bem como para as condições financeiras da Companhia como um todo. A incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações entre outros.

Ademais, estamos sujeitos à regulamentação específica de proteção ao consumidor no que se refere à prestação de nossos serviços, bem como à regulação relativa à proteção de dados vigente no Brasil, conforme descritas abaixo:

**Código de Defesa do Consumidor**

Estamos sujeitos à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), que estabelece os princípios e requisitos legais aplicáveis às relações de consumo no Brasil. Assim, as obrigações e a relação de responsabilidade estabelecida entre a Companhia e seus consumidores é regulada por meio do Código de Defesa do Consumidor. Trata-se do marco regulatório de proteção aos consumidores, determinando seus direitos, dentre os quais está o direito à informação clara e precisa sobre os produtos e serviços a ele oferecidos no mercado, com especificações corretas referentes às suas características, estrutura, qualidade, preço e riscos que podem oferecer.

**Regulamentação de Proteção de Dados Pessoais**

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação passível de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais constitucionais e setoriais, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;

- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;

- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas não definiu o conceito de dados pessoais; e

- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral (e não mais apenas constitucional e setorial), criando um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da lei, os quais tratam das sanções administrativas aplicáveis e que entrarão em vigor posteriormente, em 1º de agosto de 2021, de acordo com a Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Conforme mencionado, o âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a lei estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (não mais apenas o consentimento, como previsto no Marco Civil); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

A LGPD foi alterada por meio da Lei 13.853/2019, que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, agindo como agência reguladora dos setores envolvendo o tratamento de dados pessoais, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica, embora esteja temporariamente subordinada à Presidência da República. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais, mas até o presente momento a ANPD ainda não editou nenhum regulamento relacionado à proteção de dados pessoais. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP. O Decreto entrou em vigor em 5 de novembro de 2020, na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União, e desencadeou o prazo legalmente previsto de 2 (dois) anos para transformação da ANPS em autarquia federal autônoma.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O presente panorama permite que a ANPD inicie sua operação a qualquer momento, emitindo normas e diretrizes que poderão se aplicar à Companhia e impor novos limites às suas atividades de tratamento de dados pessoais.

Ademais, a despeito de estarem suspensas as sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Conforme mencionado, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD ( em agosto de 2021), caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (c) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluído os tributos, limitada, no total, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (f) multa diária, observando o limite total de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (g) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (h) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período; e (i) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação e regulação vigente e em desenvolvimento quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

**(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Tendo em vista a natureza de suas atividades, atualmente a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais.

Procuramos, no entanto, manter e exigir que os nossos fornecedores mantenham válidas e regulares todas as licenças e condições sanitárias e ambientais exigidas pelos órgãos públicos competentes para a realização de suas atividades, bem como para atender às disposições específicas da legislação sobre proteção do meio ambiente e de saúde, segurança e medicina do trabalho.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância e devem comunicar ao Ministério Público caso esta inobservância se enquadre como crime ambiental e/ou cause danos ambientais, para as devidas providências de responsabilização nas esferas penal e civil, se for o caso.

Caso haja fiscalização ambiental e os órgãos e agências governamentais constatem irregularidades em relação à legislação ambiental, podem ser impostas sanções que vão desde a aplicação de advertências até multas e embargos ou paralisação das atividades. No Direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

Como consequência, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. Como consequência, os danos ambientais ocasionados, ainda que realizados por empresas contratadas, podem gerar a responsabilidade da Companhia pela reparação e compensação dos danos ao meio ambiente e/ou a terceiros. Apesar de não haver previsão legal, a doutrina e a jurisprudência têm entendimento majoritário de que a pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

A legislação ambiental também prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta representar um obstáculo para a recuperação dos danos causados à qualidade do meio ambiente. De acordo com a legislação brasileira, pode haver a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia para assegurar que recursos financeiros suficientes estejam disponíveis para a reparação e/ou a compensação dos danos causados ao meio ambiente. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica prevê que, não obstante a limitação de responsabilidade aplicável às sociedades limitadas e anônimas, os bens dos acionistas podem ser utilizados como meios de compensação dos danos ambientais causados pela Companhia em caso de estado de insolvência da Companhia, o que pode gerar prejuízos financeiros aos seus acionistas.

Na esfera administrativa, os órgãos ambientais têm a função de autorizar, licenciar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo impor multas e outras penalidades administrativas sempre que houver violação das regras de uso, proteção e reparação do meio ambiente.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da biodiversidade; V - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora; VI - destruição ou inutilização do produto; VII - suspensão de venda e fabricação do produto; VIII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; IX - demolição de obra; X - suspensão parcial ou total das atividades; e XI - restritiva de direitos. Além disso, o valor da multa administrativa pode variar entre o mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e pode ter seu valor dobrado ou triplicado na hipótese de reincidência geral ou específica, respectivamente. Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar ou compensar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por crimes ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

**(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

**Marcas**

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações.

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo o território nacional, por um período 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de marcas registradas e em processo de registro junto ao INPI, tais como CDF. RESOLVE. e TECKI BY CDF, as quais são extremamente relevantes para suas atividades e não é dependente de marcas, patentes e licenças de direitos de

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

propriedade intelectual de terceiros para o devido desenvolvimento de suas atividades e manutenção de sua posição competitiva.

**Nomes de Domínio**

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("**DNS**"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Atualmente, a Companhia é titular de diversos nomes de domínio relevantes para o desenvolvimento de suas atividades em território nacional.

Não obstante, é importante ressaltar que a Companhia não é dependente de marcas, patentes e licenças de direitos de propriedade intelectual de terceiros para o devido desenvolvimento de suas atividades e manutenção de sua posição competitiva.

Para maiores informações sobre marcas, nomes de domínio e demais ativos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

# 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

**7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**

**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social de 31 de dezembro de 2020.

**(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social de 31 de dezembro de 2020.

**(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social de 31 de dezembro de 2020.

# 7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

### 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

# 7.8 - Políticas Socioambientais

## 7.8 - Políticas socioambientais

**(a) Divulgação de informações socioambientais**

Nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, motivo pelo qual não adotamos uma política formal de responsabilidade socioambiental, bem como não publicamos relatório de sustentabilidade.

**(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

**(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

**(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

**(e) se o emissor não divulga relatório anual de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, explicar o motivo**

A Companhia entende que a legislação atual não exige a divulgação de relatório anual de sustentabilidade que leve em conta os ODS para suas atividades. A Companhia é engajada em temas sustentáveis, de modo que está trabalhando no diagnóstico e na definição de temas críticos, por meio da análise de materialidade e do âmbito de sua atuação, de modo que pretende, posteriormente, divulgar relatórios de sustentabilidade, evidenciando a correlação dos seus temas materiais com os ODS.

# 7.9 - Outras Informações Relevantes

## 7.9 - Outras informações relevantes

**Patrocínio, Parcerias, Convênios e Iniciativas**

A Companhia tem investido em programas que tem como objetivo ajudar a sociedade através do apoio aos jovens que estão iniciando a sua carreira. Desde a sua fundação, a Companhia entende que como uma empresa que presta serviços, o seu principal ativo são as pessoas. Por isso, a Companhia investe em programas que desenvolvem seus funcionários e também patrocina instituições de ensino que desenvolvem profissionalmente jovens que vivem em uma região carente da cidade de São Paulo. Esses programas estão descritos abaixo:

(i) Projeto Educa CDF: A Companhia oferece bolsas de estudo, pagando 100% do valor do curso, para todos os seus funcionários. Esse programa possibilita que o funcionário escolha cursar qualquer área de conhecimento na qual ele queira se desenvolver. Os cursos podem ser de Graduação, Pós-Graduação, especialização, certificados técnicos ou cursos de inglês e espanhol; e

(ii) Patrocínio CEAP: Desde 2007, a Companhia é parceira do CEAP (https://ceappedreira.org.br/) não só como patrocinadora, por meio do apoio financeiro à instituição, como também recrutando anualmente muitos alunos recém-formados na CEAP para iniciar a sua carreira na Companhia. O CEAP é uma organização não governamental que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita e oferece anualmente cursos de formação e qualificação profissional para 1.015 jovens. O grupo já atendeu mais de 7.500 jovens em situação de alta vulnerabilidade social.

Outra iniciativa da Companhia é um programa denominado GAS (Governança, Ambiental, Social), que trata de temas muito importantes para a solidificação a cultura da Companhia, que tem como objetivo e foco principal as pessoas. Esse programa contempla as seguintes atividades:

(i) Governança: Desenvolvimento de políticas e regimentos internos que tem como objetivo padronizar os processos da Companhia, garantindo que estes tenham mais visibilidade e transparência a todos os funcionários.

(ii) Ambiental: A Companhia se preocupa com o impacto ambiental de suas atividades e tem iniciativas para minimizar esse efeito.

(iii) Social: Como a Companhia considera que seus funcionários são seu maior ativo, realiza campanhas para promover a diversidade entre os seus funcionários com relação a gênero, raça, idade, extrato social, dentre outros. Entendemos que a diversidade aumenta a produtividade média da Companhia e promove um ambiente de trabalho mais agradável.

# 8.1 - Negócios Extraordinários

## 8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e/ou que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

# 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

**8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

# 8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

## 8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, não foi celebrado nenhum contrato relevante por nós ou por nossas controladas que não fosse diretamente relacionado com nossas atividades operacionais.

# 8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

**8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

# 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

| Descrição do bem do ativo imobilizado | País de localização | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|---|---|---|---|---|
| Rua Ferreira de Araújo, 186, Conjunto 202, Pinheiros | Brasil | SP | São Paulo | Alugada |
| Alameda Rio Negro, nº500, 5º andar, Alphaville | Brasil | SP | Barueri | Alugada |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 829022945, para a marca mista "TECTOTAL", na classe Ncl(9)09 | Registro válido até 18/10/2031 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 829022961, para a marca mista "TECTOTAL", na classe Ncl(9)38 | Registro válido até 18/10/2031 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 902055690, para a marca mista "TECTOTAL", na classe Ncl(9)09 | Registro válido até 02/10/2022 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 902055879, para a marca mista "TECTOTAL", na classe Ncl(9)38 | Registro válido até 02/10/2022 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 902055933, para a marca mista "TECTOTAL", na classe Ncl(9)37 | Registro válido até 20/05/2024 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 909460744, para a marca mista "TECTOTAL", na classe Ncl(10)42 | Registro válido até 24/10/2027 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 909460760, para a marca mista "TECTOTAL", na classe Ncl(10)35 | Registro válido até 24/10/2027 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 911959173, para a marca mista "TecDrive", na classe Ncl(10)37 | Registro válido até 14/08/2028 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 911959203, para a marca mista “TecDrive”, na classe Ncl(10)42 | Registro válido até 14/08/2028 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 829220526, para a marca nominativa “CDF-CENTRAL DE FUNCIONAMENTO”, na classe Ncl(9)42 | Registro válido até 24/10/2027 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 829220534, para a marca nominativa “CDF-CENTRAL DE FUNCIONAMENTO”, na classe Ncl(9)35 | Registro válido até 03/11/2029 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 829388257, para a marca mista “CENTRAL DE FUNCIONAMENTO”, na classe Ncl(9)35 | Registro válido até 19/01/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 829388249, para a marca mista "CENTRAL DE FUNCIONAMENTO", na classe Ncl(9)42 | Registro válido até 19/01/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.<br><br>A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Pedido de Registro nº 920259278, para a marca mista "TECKI BY CDF.", na classe Ncl(11)35 | Aguardando exame de mérito | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. Trata-se de exame de mérito pelo INPI, que pode resultar em indeferimento do pedido de registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utiliza-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, pois trata-se de exame de mérito pelo INPI e a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Marcas | Registro nº 920259430, para a marca mista "TECKI BY CDF.", na classe Ncl(11)37 | Aguardando exame de mérito | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. Trata-se de exame de mérito pelo INPI, que pode resultar em indeferimento do pedido de registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utiliza-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, pois trata-se de exame de mérito pelo INPI e a Companhia tem mera expectativa de direito. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 920259561, para a marca mista "TECKI BY CDF.", na classe Ncl(11)42 | Aguardando exame de mérito | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. Trata-se de exame de mérito pelo INPI, que pode resultar em indeferimento do pedido de registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utiliza-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, pois trata-se de exame de mérito pelo INPI e a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Marcas | Registro nº 921704976, para a marca mista "CDF. RESOLVE.", na classe Ncl(11)35 | Prazo apresentação de oposição | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. Trata-se de prazo para apresentação de oposição por terceiros, que pode resultar em decisão de indeferimento do pedido de registro da marca pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utiliza-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, pois trata-se de prazo para apresentação de oposição de terceiros e a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Marcas | Registro nº 921704992, para a marca mista "CDF. RESOLVE.", na classe Ncl(11)37 | Prazo apresentação de oposição | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. Trata-se de prazo para apresentação de oposição por terceiros, que pode resultar em decisão de indeferimento do pedido de registro da marca pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utiliza-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, pois trata-se de prazo para apresentação de oposição de terceiros e a Companhia tem mera expectativa de direito. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | magalusolucoes.com.br | Registro válido até 19/08/2021 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | cdf.net.br | Registro válido até 04/10/2021 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | magaluconecta.com.br | Registro válido até 14/04/2022 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | servicoscomgas.app.br | Registro válido até 20/07/2025 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | comgaservicos.com.br | Registro válido até 12/06/2022 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | comgasservicos.com.br | Registro válido até 12/06/2022 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | toindo.net.br | Registro válido até 24/07/2023 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | magaluresolve.com.br | Registro válido até 25/07/2024 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | teckibycdf.net | Registro válido até 13/05/2025 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | teckicdf.net | Registro válido até 13/05/2025 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | magaluconecta.app.br | Registro válido até 20/07/2025 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | magalusolucoes.app.br | Registro válido até 20/07/2025 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | tecki.tec.br | Registro válido até 20/07/2025 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | emailcdf.net | Registro válido até 22/01/2026 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | carrefourconnect.com.br | Registro válido até 01/02/2026 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | luconecta.com.br | Registro válido até 31/03/2026 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | luajuda.com.br | Registro válido até 31/03/2026 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | luconecta.net | Registro válido até 31/03/2026 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | guruvivo.com.br | Registro válido até 30/01/2030 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | cdf.net | Registro válido até 11/02/2030 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | extrafacilita.com.br | Registro válido até 12/12/2030 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | centralcdf.com.br | Registro válido até 14/12/2030 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | luajuda.net | Registro válido até 31/03/2026 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br><br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

410

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Exercício social** | **Valor contábil - variação %** | **Valor mercado - variação %** | **Montante de dividendos recebidos (Reais)** | | **Data** | **Valor (Reais)** | | |
| CDF Assistências Ltda. | 52.570.231/0001-34 | - | Controlada | Brasil | SP | São Paulo | a) prestação de serviços de assistência e suporte geral; b) prática de operações de câmbio manual; c) representação por conta de terceiros; d) representação de seguros; e) comercialização de serviços de assistência; f) gestão e regulação de sinistros; g) participação em outras sociedades como sócia ou acionista. | 100,000000 |
| | | | | **Valor mercado** | | | | |
| **31/12/2020** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | **Valor contábil** | 31/12/2020 | 3.602.000,00 | | |
| **31/12/2019** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **31/12/2018** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **Razões para aquisição e manutenção de tal participação** | | | | | | | | |
| Companhia responsável por diversas atividades de prestação de serviços de assistência da Companhia. | | | | | | | | |
| TECTOTAL Assistência e Suporte Digital Ltda. | 09.212.610/0001-23 | - | Controlada | Brasil | SP | São Paulo | a) prestação de serviços de assistência e suporte geral; (b) participação em outras sociedades como sócia ou acionista. | 100,000000 |
| | | | | **Valor mercado** | | | | |
| **31/12/2020** | -1,706151 | 0,000000 | 0,00 | **Valor contábil** | 31/12/2020 | 9.045.000,00 | | |
| **31/12/2019** | 3,985810 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **31/12/2018** | 40,260501 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **Razões para aquisição e manutenção de tal participação** | | | | | | | | |
| Companhia responsável por diversas atividades de prestação de serviços de assistência da Companhia. | | | | | | | | |

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

### 9.2 - Outras informações relevantes

Abaixo seguem informações acerca de programas de computador detidos pela Companhia:

Tipos de ativo: Programa de computador

Descrição dos ativos: Software “Taki”, “Taki – Prestador”, “Taki – Prestadores”, “Toaki”, “Toindo”, “Toakiweb”, “Iaki”, “Instala Pneus”, “Portal de Credenciamento”, “Portal Tecki”, “WebApp Magalu”, “WebApp Comgas”, “CAF”, “Vivo Guru – App”, “Vivo Guru – Site”, “Vivo Homefix – App”, “LuConecta”, “Casas Bahia”, “Aplicativo Vida Saudável”, e “Aplicativo Pernambucanas”.

Eventos que podem causar a perda dos direitos: A perda dos direitos relacionados aos programas de computador poderia ser causada pela comprovação de que o programa de computador da Companhia viola direitos de terceiros. O registro é meramente declaratório de direito e, portanto, a perda do registro não implica em perda dos direitos autorais sobre o programa de computador.

Consequência da perda dos direitos: Não há como qualificar o impacto. A perda dos direitos sobre os programas de computador implica na impossibilidade de impedir que terceiros utilizem programa de computador com código de programação idêntico ou semelhante, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre tal código. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judicias na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de utilizar o programa de computador na condução de suas atividades. A titularidade e proteção do software independe de prévio registro no INPI, sendo o registro recomendado para fins de comprovação da anterioridade.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras constantes dos itens 10.1 a 10.9 foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e, por este motivo, devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das operações de arrendamento (IFRS 16/ CPC 06-R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção de tal norma e, por isso, não são comparáveis com as informações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A análise horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras entre dois períodos diferentes. Para as demonstrações dos resultados, a análise vertical representa o percentual dos itens em relação à receita líquida da Companhia. Para o balanço patrimonial, a análise vertical representa o percentual dos itens em relação ao total do ativo total e/ou ao total do passivo e patrimônio líquido.

Deve-se ressaltar que a análise dos Diretores da companhia a respeito das variações patrimoniais e de resultado apresentada nessa seção constituem uma análise sobre a situação financeira da Companhia. A Administração não pode garantir que a situação financeira em conjunto com os resultados obtidos nos últimos anos venha a se reproduzir no futuro.

### (a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia atua nos setores de Suporte Tecnológico e de Assistência Residencial, nos quais acredita ser uma das maiores provedoras do Brasil, oferecendo serviços como *help desk* de informática, instalação de eletrodomésticos, impermeabilização de estofados e assistências emergenciais, dentre outros serviços. A Companhia presta esses serviços através de uma central de especialistas (serviços remotos) e através de uma rede de técnicos terceirizados (serviços presenciais) que permitem a atuação da Companhia na totalidade dos Estados brasileiros. A venda dos serviços se dá primordialmente através de parceiros comerciais. O maior canal de distribuição dos serviços são as redes de empresas varejistas, seguido das empresas do setor de telecomunicações e seguradoras.

A Companhia vem crescendo nos últimos anos através da execução do seu plano estratégico, que tem como base ampliar seu portfólio de serviços e aumentar os seus canais de distribuição através do desenvolvimento de novas parcerias comerciais. Essa estratégia é executada de maneira orgânica, mas também é acelerada através de aquisições de empresas. Entre elas, a aquisição em 2020 da operação brasileira da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistências Ltda.). Essa aquisição aumentou o número de parceiros comerciais da Companhia, trazendo contratos com grandes redes varejistas, além de incrementar o portfólio de serviços da empresa fornecendo capacidade técnica para a prestação de novos serviços.

Os Diretores da Companhia acreditam que o período compreendido entre 2020 e 2018 apresentou uma importante trajetória de crescimento devido ao seu modelo de negócios baseado em contratos comerciais, novos parceiros comercias e novos serviços provenientes da aquisição estratégica efetuada em 2020, além de contar com investimentos na digitalização da prestação dos seus serviços, o fortalecimento de sua equipe administrativa e somado também à redução de seus custos e despesas através da implantação da modalidade de trabalho remoto (*home office*).

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A posição de endividamento da Companhia é influenciada pelo modelo de negócios adotado pela Companhia, baseado na existência de contratos comerciais que, em determinados casos, possuem dispositivos que preveem o pagamento antecipado de parte das comissões de vendas que seriam pagas aos parceiros comerciais no decorrer do prazo do contrato. O referido modelo apresenta determinados benefícios, quais sejam: (i) o parceiro comercial recebe de maneira antecipada uma parte das suas comissões futuras, melhorando sua posição de caixa; e (ii) a Companhia consegue fechar contratos com maior prazo de vigência e determina junto ao parceiro comercial uma meta mínima de receita mensal ou trimestral que deverá ser honrada pelo parceiro comercial. Isso garante a geração de fluxo de caixa mínimo para a Companhia durante o prazo desses contratos, gerando maior previsibilidade para uma parte relevante da performance financeira da Companhia.

Entre 2020 e 2018 a Companhia celebrou 3 (três) contratos com essa característica de antecipação de comissão, com diferentes parceiros comerciais varejistas. Para financiar esse modelo, a Companhia captou no mercado financeiro, através de empréstimos bancários, os recursos para honrar esses compromissos.

A Companhia entende que suas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

**Principais Indicadores Financeiros**

Em 31 de dezembro de 2018, ano em que a Companhia celebrou a renovação de um importante contrato comercial envolvendo antecipação de comissão, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R$2.927 mil e a dívida líquida totalizava R$127.404 mil, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 11,0x.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$1.915 mil e a dívida líquida totalizava R$128.675 mil, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 9,2x.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$32.743 mil. Esse aumento no nível de caixa e equivalentes de caixa em comparação aos exercícios de 2019 e 2018 deve-se, principalmente, à captação, em março de 2020, de R$20.000 mil através de empréstimos bancários para criação de um colchão de liquidez para que a Companhia enfrentasse o período da pandemia do COVID-19 com mais tranquilidade. Esse caixa adicional não foi consumido durante o exercício. A dívida líquida em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$126.727 mil, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 8,7x.

**(b) Estrutura de Capital**

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos três últimos exercícios sociais uma estrutura de capital bastante concentrada em capital de terceiros em detrimento de capital próprio. Essa realidade é consequência direta dos empréstimos bancários realizados para honrar a renovação dos contratos comerciais que tem como caraterística o pagamento antecipado de comissões de vendas. Esta estrutura foi impactada nos últimos exercícios pela decisão de distribuição de dividendos em um percentual relevante.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Sendo assim, os Diretores da Companhia consideram que a atual estrutura de capital da Companhia condiz com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

| (em milhares de reais, exceto %s) | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| **Estrutura de Capital** | **2020** | **2019** | **2018** |
| Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) | 266.163 | 184.508 | 187.112 |
| Capital próprio (patrimônio líquido) | 14.613 | 13.922 | 11.595 |
| **Capital total (terceiros + próprio)** | **280.776** | **198.430** | **198.707** |
| Parcela de capital de terceiros | 94,8% | 93,0% | 94,2% |
| Parcela de capital próprio | 5,2% | 7,0% | 5,8% |

Conforme demonstrado na tabela acima, a parcela de capital de terceiros que compõe a estrutura de capital da Companhia se manteve estável nos últimos três exercícios sociais.

**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, os Diretores da Companhia acreditam ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

A tabela abaixo apresenta os principais índices de liquidez da Companhia:

| *(em milhares de reais, exceto índices)* | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| **Índices de Liquidez** | **2020** | **2019** | **2018** |
| Total do ativo | 280.776 | 198.430 | 198.707 |
| Total do passivo circulante e não circulante | 260.033 | 184.508 | 187.112 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 32.743 | 1.915 | 2.927 |
| Ativo circulante | 116.857 | 65.725 | 64.730 |
| Passivo circulante | 128.058 | 88.203 | 77.997 |
| **Índice de Liquidez Geral(1)** | **1,08x** | **1,08x** | **1,06x** |
| **Índice de Liquidez Imediata(2)** | **0,27x** | **0,02x** | **0,04x** |
| **Índice de Liquidez Corrente(3)** | **0,91x** | **0,75x** | **0,83x** |

(1) O Índice de Liquidez Geral é calculado por meio da divisão do total do ativo pelo total do passivo circulante e não circulante.
(2) O Índice de Liquidez Imediata é calculado por meio da divisão do caixa e equivalentes de caixa pelo passivo circulante.
(3) O Índice de Liquidez Corrente é calculado pela divisão entre ativo circulante e passivo circulante.

Nos três últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de captação de recursos de terceiros, principalmente, instituições financeiras com as quais a Companhia possui relacionamento.

Conforme demonstrado na tabela acima, o índice de liquidez corrente da Companhia esteve em patamares abaixo de 1 ao final dos três últimos exercícios sociais. Isso se deve basicamente aos compromissos financeiros da Companhia, especificamente com relação aos empréstimos bancários captados com o objetivo de honrar as renovações dos contratos com pagamento de antecipação de comissão de vendas. Os Diretores da Companhia não consideram esse nível de endividamento como um problema tendo em vista que, como contrapartida desses passivos, o referido modelo de negócios conta também com contratos comerciais que garantem à Companhia uma receita mínima

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

garantida pelo mesmo prazo do empréstimo bancário contratado para financiar o pagamento das comissões antecipadas. Ou seja, a própria geração de caixa do contrato é suficiente para cobrir os custos de execução dos serviços, os custos financeiros atrelados a esses financiamentos e ainda remunerar os acionistas da Companhia.

Assim, considerando o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 (doze) meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos do COVID-19 na economia brasileira, nas operações e nos fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos junto à instituições financeiras do país. Esses empréstimos e financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para honrar as renovações dos contratos com pagamento de antecipação de comissão de vendas.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, os Diretores não vislumbram necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento bancário da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (em milhares de reais) | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Banco Itaú – em moeda nacional | 96.414 | 102.172 | 126.248 |
| Banco Itaú – em moeda estrangeira | 29.330 | - | - |
| Banco Santander | 30.000 | 22.861 | - |
| **Total – Empréstimos e Financiamentos** | **155.744** | **125.033** | **126.248** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, tomados com a principal finalidade de honrar as renovações dos contratos com pagamento de antecipação de comissão de vendas e, particularmente, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, fortalecer o caixa da companhia em razão da incerteza causada pela pandemia da COVID-19.

A seguir, a Companhia apresenta uma breve descrição dos contratos celebrados:

**CCB Itaú Unibanco**

Empréstimo captado em 23 de dezembro de 2020, no valor de R$94.000.000,00 e com vencimento em 21 de dezembro de 2029. O empréstimo foi contratado em função do investimento realizado pela Companhia em 2018, com o objetivo de renovar o contrato de exclusividade com um dos clientes da Companhia, que possui prazo de seis anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido. Em 2020, ocorreu a renegociação do contrato de exclusividade com o referido cliente, aumentando o prazo do contrato em questão.

Com o objetivo de alinhar o prazo do contrato comercial e do financeiro, houve a captação de novo empréstimo com Itaú, com liquidação do anteriormente vigente. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas medias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa de 4,15% ao ano. Os efeitos de *debt modification* do contrato foram registrados no resultado do exercício.

**Empréstimo Internacional Itaú Unibanco**

Empréstimo captado em 25 de março de 2020, no valor de EUR 4.600.000,00, para a obtenção de recursos em função do investimento realizado pela Companhia, com vencimento em 5 de março de 2025 e com uma taxa fixa de juros de 5,82% ao ano. O empréstimo foi contratado com o objetivo de renovar o contrato de exclusividade com um dos seus clientes. O contrato com o varejista tem prazo de 12 anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido. Além disso, os recursos captados nesse contrato foram também usados para reforçar o caixa da companhia. O custo dessa operação corresponde a 14,43% ao ano.

**CCB Santander**

Empréstimo captado em 23 de dezembro de 2020, no valor de R$30.000.000,00 e com vencimento em 10 de junho de 2024. O empréstimo foi contratado em função do investimento realizado pela Companhia em 2019, com o objetivo de renovar o contrato de exclusividade com um de seus clientes. O contrato com o varejista tem prazo de 4 anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido. Em 2020, ocorreu a renegociação do contrato de exclusividade com o referido cliente, aumentando o prazo de seu contrato. Com o objetivo de alinhar o prazo do contrato comercial e do financeiro, houve a captação de novo empréstimo com Santander com liquidação do anteriormente vigente.

Além disso, os recursos captados nesse contrato foram usados para reforçar o caixa da companhia. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas medias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 4,33% ao ano. Os efeitos de *debt extinguishment* do contrato foram registrados no resultado do exercício.

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

**(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações constantes dos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia junto às instituições financeiras descritas no item 10.1(f)(i) acima. Tais contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*), inclusive em relação à manutenção de índices financeiros.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo alienação de ativos, alienação de controle societário e reorganização societária, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

**Contratos Financeiros – Itáu**

Os contratos financeiros celebrados com o Itaú possuem cláusulas restritivas e que determinam, entre outras restrições, os seguintes covenants financeiros à Companhia: (i) a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser menor ou igual que (a) 2,6x no ano de 2020; (b) 1,8x no ano de 2021 até a liquidação de todas as obrigações assumidas; (ii) a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos, realizar pagamento de juros sobre o capital próprio ou quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia e/ou qualquer um dos devedores solidários estejam em mora com qualquer uma das obrigações assumidas. Sendo certo que, na hipótese de a Companhia estiver adimplente com todas as obrigações previstas, e desde que a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado seja igual ou superior a 1,0x, a Companhia poderá distribuir dividendos e juros sobre capital próprio de até no máximo (a) 50% do lucro líquido no ano de 2020; (b) 70% do lucro líquido no ano de 2021 e (c) 80% do lucro líquido a partir do ano de 2022 até a integral liquidação das obrigações assumidas; (iii) hipótese de ocorrência de vencimento antecipado se (a) a Companhia não mantiver o índice resultante do quociente entre sua Dívida Bancária Líquida por seu EBITDA Ajustado em 2020 igual ou inferior a 1,8x até o final da operação em 2024; e (iv) não realizar distribuição de lucros (a) caso esteja inadimplente perante o Itaú Unibanco em decorrência do financiamento assumido; e (b) acima de 80% do lucro líquido do período.

Por EBITDA Ajustado entenda-se ajuste pela exclusão dos efeitos da “Amortização do Upfront VV”, registrados na rubrica de “Contratos a vencer - upfront” na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**Contratos Financeiros – Santander**

O contrato financeiro celebrado com o Santander possui cláusulas restritivas e que determinam, entre outras restrições, os seguintes covenants financeiros à Companhia: (i) haverá vencimento antecipado do contrato (a) se a Companhia distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 70% (setenta por cento) do lucro líquido anual, apurado pelo Banco Santander, em qualquer momento, caso a relação Dívida Financeira Líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, seja igual ou superior a 1,0x; ou (b) se a Companhia distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual, apurado pelo Banco, em qualquer situação e em qualquer outro momento, observado o disposto no item (a) acima; e (c) a Companhia deverá manter a relação Dívida Financeira Líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, menor ou igual a 2,00x em 2021; e 1,50x a partir de 2022.

**(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de empréstimo e financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais, incluindo os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos. O relacionamento da Companhia com as instituições financeiras do país permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

**(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

| (em R$ milhares, exceto percentuais) | Exercício findo em 31 de dezembro de | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstração do resultado do exercício** | **2020** | **AV** | **2019** | **AV** | **AH** |
| **Receita líquida** | **174.881** | **100,0%** | **191.999** | **100,0%** | **-8,9%** |
| Custo dos serviços prestados | (75.205) | -43,0% | (87.405) | -45,5% | -14,0% |
| **Lucro bruto** | **99.676** | **57,0%** | **104.594** | **54,5%** | **-4,7%** |
| Despesas administrativas e comerciais | (61.859) | -35,4% | (56.013) | -29,2% | 10,4% |
| Outras despesas e receitas | 9.195 | 5,3% | (1.126) | -0,6% | -916,4% |
| **Lucro antes do resultado financeiro** | **47.012** | **26,9%** | **47.455** | **24,7%** | **-0,9%** |
| Resultado financeiro | (17.830) | -10,2% | (11.115) | -5,8% | 60,4% |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | **29.182** | **16,7%** | **36.340** | **18,9%** | **-19,7%** |
| Imposto de renda e contribuição social | (5.457) | -3,1% | (11.193) | -5,8% | -51,2% |
| **Lucro líquido do exercício** | **23.725** | **13,6%** | **25.147** | **13,1%** | **-5,7%** |

**Receita líquida**

A receita líquida totalizou R$ 174.881 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$17.118 mil ou 8,9%, quando comparada com o valor de R$191.999 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. No exercício de 2020, a Companhia sofreu uma forte redução de faturamento, principalmente, no primeiro semestre do ano em função da pandemia do COVID-19. Entre os meses de março e maio, a maior parte das lojas de nossos parceiros comerciais varejistas tiverem suas portas fechadas em função das regras de distanciamento social impostas pelas autoridades brasileiras. Além disso, ao final do exercício de 2019, um dos parceiros comerciais da Companhia que estava enfrentando problemas societários decidiu descontinuar a venda dos serviços da Companhia. Esses dois impactos negativos foram parcialmente compensados por receitas adicionais derivadas da aquisição da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistências Ltda) que passou a contribuir com o resultado da Companhia a partir de março de 2020.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Custo dos serviços prestados**

O custo dos serviços prestados totalizou R$ 75.205 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$ 12.200 mil ou 14,0%, quando comparados com o valor de R$ 87.405 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução deve-se, principalmente, por dois motivos, sendo o primeiro em função da redução do volume de vendas, principalmente, impactado pela pandemia do COVID-19 e pelo encerramento do contrato com um dos parceiros comerciais da Companhia ao final do exercício de 2019. Adicionalmente, 2 (dois) parceiros comerciais que tiveram seus contratos renovados com base na realização de pagamentos antecipados por parte da Companhia tiveram problemas para garantir volume financeiro mínimo conforme estipulado em contrato no decorrer do exercício de 2020 em função do fechamento de suas lojas. Apesar disso, estes parceiros honraram suas obrigações contratuais junto à Companhia que reduziu o pagamento dos custos de intermediação de vendas em função desses contratos e das metas não atingidas.

**Lucro Bruto**

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro bruto totalizou R$ 99.676 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$ 4.918 mil ou 4,7%, quando comparado com o valor de R$ 104.594 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A margem bruta, representada pela divisão do lucro bruto pela receita líquida, atingiu 57,0% e 54,5%, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, representando um aumentou de 2,5 pontos percentuais na comparação entre os exercícios.

**Despesas administrativas e comerciais**

As despesas administrativas e comerciais totalizaram R$ 61.859 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 5.846 mil ou 10,4%, quando comparadas com o valor de R$ 56.013 mil referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, à continuidade do processo de melhoria dos sistemas e infraestrutura de tecnologia da informação da Companhia. Entre os exercícios de 2020 e 2019, as despesas relacionadas a conservação de equipamentos observaram aumento de R$ 1.381 mil. Além disso, destacamos o aumento do quadro administrativo da Companhia nas áreas de marketing, produtos, qualidade e gestão operacional para suportar os planos de crescimento dos próximos anos, de forma que as despesas com pessoal aumentaram R$ 2.891 mil em relação ao exercício anterior. Outro fator importante foi o aumento da despesa com amortização no valor de R$ 4.059 mil em relação ao exercício de 2019.

**Outras despesas e receitas**

As outras despesas e receitas totalizaram receita de R$ 9.195 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R$ 10.319 mil ou 916,4%, quando comparadas com a despesa de R$ 1.126 mil no exercício findo em 31 de dezembro 2019. Essa variação deve-se, principalmente, ao reconhecimento de R$ 9.429 mil referente ao resultado de compra vantajosa apurado na aquisição da atual CDF Assistência Ltda.

**Lucro antes do resultado financeiro**

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro antes do resultado financeiro totalizou R$ 47.012 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$ 443 mil ou 0,9%, quando comparado ao valor de R$ 47.455 mil no exercício de 2019.

**Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou uma despesa de R$ 17.830 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 6.715 mil ou 60,4%, quando comparado com o valor de R$ 11.115 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, em função do aumento do endividamento da Companhia para enfrentar o cenário de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

incerteza causada pela pandemia do COVID-19 e, também, em função dos custos de captação dos novos empréstimos com Itaú e Santander, com liquidação dos anteriormente vigentes.

**Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social**

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 29.182 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$36.340 mil no exercício de 2019, representando uma redução de R$ 7.158 mil ou 19,7%.

**Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou uma despesa de R$ 5.457 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado à despesa de R$ 11.193 mil observada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 5.736 mil ou 51,2%. Essa redução ocorreu devido a redução do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social explicado acima.

**Lucro líquido do exercício**

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro líquido do exercício totalizou R$ 23.725 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$ 1.422 mil ou 5,7%, quando comparado com o valor de R$ 25.147 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

| (em milhares de reais, exceto percentuais) | Exercício findo em 31 de dezembro de | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstração do resultado do exercício** | **2019** | **AV** | **2018** | **AV** | **AH** |
| **Receita líquida** | **191.999** | **100,0%** | **193.947** | **100,0%** | **-1,0%** |
| Custo dos serviços prestados | (87.405) | -45,5% | (97.474) | -50,3% | -10,3% |
| **Lucro bruto** | **104.594** | **54,5%** | **96.473** | **49,7%** | **8,4%** |
| Despesas administrativas e comerciais | (56.013) | -29,2% | (55.158) | -28,4% | 1,6% |
| Outras despesas e receitas | (1.126) | -0,6% | (599) | -0,3% | 88,0% |
| **Lucro antes do resultado financeiro** | **47.455** | **24,7%** | **40.716** | **21,0%** | **16,6%** |
| Resultado financeiro | (11.115) | -5,8% | (5.769) | -3,0% | 92,7% |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | **36.340** | **18,9%** | **34.947** | **18,0%** | **4,0%** |
| Imposto de renda e contribuição social | (11.193) | -5,8% | (11.324) | -5,8% | 1,2% |
| **Lucro líquido do exercício** | **25.147** | **13,1%** | **23.623** | **12,2%** | **6,5%** |

### Receita Líquida

A receita líquida totalizou R$ 191.999 mil no exercício findo em 31 dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 1.948 mil ou 1,0%, quando comparada com o valor de R$ 193.947 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução deve-se, principalmente, a descontinuidade de serviço de *Help Desk* de informática em um dos grandes parceiros comerciais da Companhia. A decisão de descontinuar foi tomada em conjunto pela Companhia e o parceiro comercial, uma vez que esse serviço estava canibalizando outros serviços vendidos pelo parceiro comercial que geravam maiores margens e um ticket médio maior.

### Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados totalizaram R$ 87.405 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$10.069 mil ou 10,3%, quando comparado com o valor de R$ 97.474 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução está relacionada, principalmente, à redução nos custos de intermediação de vendas pagas a um dos nossos principais parceiros comerciais. No exercício de 2018, a Companhia renovou o contrato com esse parceiro comercial o que envolveu um investimento relevante por parte da Companhia. O contrato com esse varejista tem metas de vendas estabelecidas e volume financeiro mínimo garantido. No exercício de 2019, o volume financeiro desse contrato ficou abaixo do mínimo estabelecido em contrato, o que gerou uma recuperação de custo derivado do repasse mínimo contratual.

### Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro bruto totalizou R$ 104.594 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 8.121 mil ou 8,4%, quando comparado com o valor de R$ 96.473 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A margem bruta, representada pela divisão do lucro bruto pela receita líquida, atingiu 54,5% e 49,7% nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, representando um aumentou de 4,8 pontos percentuais.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Despesas administrativas e comerciais**

As despesas administrativas e comerciais totalizaram R$ 56.013 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 855 mil ou 1,6%, quando comparadas com o valor de R$ 55.158 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente, (i) ao reconhecimento de despesas com amortização de arrendamento de R$ 1.890 mil no exercício de 2019 devido à adoção do CPC 06-R2/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019; (ii) ao aumento de R$ 884 mil na despesa com amortização de contratos varejistas; (iii) ao aumento de R$ 545 mil na despesa com conservação de equipamentos devido a continuidade do processo de melhoria dos sistemas e infraestrutura de TI da Companhia; (iv) ao aumento de R$ 706 mil nas despesas administrativas, com serviços de terceiros e despesas comerciais para suportar os planos de crescimento da Companhia para os próximos anos; e (v) ao aumento de R$ 263 mil na despesa com provisão de contingências. O aumento nas despesas administrativas e comerciais foi parcialmente compensado pela redução de R$ 1.602 mil nas despesas com pessoal e de R$ 1.811 mil nas despesas com locação e correlatas.

**Outras despesas e receitas**

As outras despesas e receitas totalizaram R$ 1.126 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 527 mil ou 88,0%, quando comparadas com o valor de R$ 599 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento de outras despesas líquidas e das despesas tributárias.

**Lucro antes do resultado financeiro**

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro antes do resultado financeiro totalizou R$ 47.455 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado ao valor de R$ 40.716 mil no exercício de 2018, representando um aumento de R$ 6.739 mil ou 16,6%.

**Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou uma despesa de R$ 11.115 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 5.346 mil ou 92,7%, quando comparado com o valor de R$ 5.769 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente, captação de recursos financeiros através de empréstimos bancários em junho de 2018 para fazer frente à renovação do contrato de um dos parceiros comerciais da Companhia que culminou com pagamento antecipado de parte das comissões de vendas. Dessa maneira, a despesa financeira advinda com o aumento do endividamento impactou o exercício de 2018 apenas no segundo semestre, enquanto que no exercício de 2019 o impacto englobou o exercício como um todo.

**Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social**

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 36.340 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado ao valor de R$ 34.947 mil no exercício de 2018, representando um aumento de R$ 1.393 mil ou 4,0%.

**Imposto de renda e contribuição social**

A despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 11.193 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 representando uma diminuição de R$ 131 mil ou 1,2%, quando comparada a despesa de R$ 11.324 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, permanecendo praticamente estável.

**Lucro líquido do exercício**

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro líquido totalizou R$ 25.147 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 1.524 mil ou 6,5%,

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

quando comparado com o valor de R$ 23.623 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

| (em milhares de reais, exceto percentuais) | Em 31 de dezembro de | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Balanço Patrimonial - ATIVO | 2020 | AV | 2019 | AV | AH |
| Caixa e equivalentes de caixa | 32.743 | 11,7% | 1.915 | 1,0% | **1.609,8%** |
| Contas a receber de clientes | 40.919 | 14,6% | 30.107 | 15,2% | **35,9%** |
| Impostos a recuperar | 10.460 | 3,7% | 5.893 | 3,0% | **77,5%** |
| Custos e despesas antecipadas | 23.431 | 8,3% | 27.042 | 13,6% | **-13,4%** |
| Instrumentos financeiros derivativos | 693 | 0,2% | 0 | 0,0% | **0,0%** |
| Outros ativos | 8.611 | 3,1% | 768 | 0,4% | **1.021,2%** |
| **Total do ativo circulante** | **116.857** | **41,6%** | **65.725** | **33,1%** | **77,8%** |
| Contas a receber de clientes | 1.412 | 0,5% | 817 | 0,4% | **72,8%** |
| Partes relacionadas | 25.562 | 9,1% | 33.428 | 16,8% | **-23,5%** |
| Custos e despesas antecipadas | 98.502 | 35,1% | 79.668 | 40,1% | **23,6%** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.164 | 0,4% | 1.871 | 0,9% | **37,8%** |
| Depósitos judiciais | 891 | 0,3% | 242 | 0,1% | **268,2%** |
| Imobilizado | 3.760 | 1,3% | 2.910 | 1,5% | **29,2%** |
| Intangível | 29.210 | 10,4% | 9.653 | 4,9% | **202,6%** |
| Ativo de direito de uso | 3.418 | 1,2% | 4.116 | 2,1% | **-17,0%** |
| **Total do ativo não circulante** | **163.919** | **58,4%** | **132.705** | **66,9%** | **23,5%** |
| **Total do ativo** | **280.776** | **100,0%** | **198.430** | **100,0%** | **41,5%** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| (em milhares de reais, exceto percentuais) | Em 31 de dezembro de | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Balanço Patrimonial - PASSIVO** | **2020** | **AV** | **2019** | **AV** | **AH** |
| Fornecedores | 34.076 | 12,1% | 14.806 | 7,5% | 130,1% |
| Empréstimos e financiamentos | 29.926 | 10,7% | 32.134 | 16,2% | -6,9% |
| Debêntures | 0 | 0,0% | 1.315 | 0,7% | -100,0% |
| Passivo de arrendamento | 894 | 0,3% | 1.760 | 0,9% | -49,2% |
| Receitas diferidas | 43.396 | 15,5% | 27.115 | 13,7% | 60,0% |
| Partes relacionadas | 8.257 | 2,9% | 1.985 | 1,0% | 316,0% |
| Obrigações tributárias | 4.198 | 1,5% | 4.351 | 2,2% | -3,5% |
| Salários e encargos sociais | 5.204 | 1,9% | 4.737 | 2,4% | 9,9% |
| Valores a pagar por aquisição controlada | 2.107 | 0,8% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| **Total do passivo circulante** | **128.058** | **45,6%** | **88.203** | **44,5%** | **45,2%** |
| Empréstimos e financiamentos | 125.818 | 44,8% | 92.899 | 46,8% | 35,4% |
| Passivos de arrendamento | 2.832 | 1,0% | 2.482 | 1,3% | 14,1% |
| Receitas diferidas | 4.183 | 1,5% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Instrumentos financeiros derivativos | 93 | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Valores a pagar por aquisição controlada | 2.107 | 0,8% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Provisões para contingências | 2.670 | 1,0% | 351 | 0,2% | 660,7% |
| Parcelamentos fiscais | 402 | 0,1% | 573 | 0,3% | -29,8% |
| **Total do passivo não circulante** | **138.105** | **49,2%** | **96.305** | **48,5%** | **43,4%** |
| Patrimônio líquido | 14.613 | 5,2% | 13.922 | 7,0% | 5,2% |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **280.776** | **100,0%** | **198.430** | **100,0%** | **41,5%** |

### Ativo Circulante

O Ativo Circulante da Companhia aumentou R$ 51.132 mil ou 77,8%, de R$ 65.725 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 116.857 mil em 31 de dezembro de 2020. A principal conta que influenciou esse aumento foi o caixa e equivalentes de caixa. Em 2020, com o objetivo de criar um colchão de liquidez para enfrentar as incertezas da pandemia do COVID-19 a companhia decidiu reduzir a distribuição dos dividendos e captou empréstimos no valor total de R$ 20.000 mil. No entanto, os efeitos da pandemia no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram muito baixos do que o inicialmente projetado, ocasionando na manutenção de um caixa e equivalentes de caixa confortável em 31 de dezembro de 2020 de R$ 32.743 mil, comparado a R$ 1.915 mil em 31 de dezembro de 2019.

### Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes representaram o valor de R$ 40.919 mil em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de 35,9% quando comparado com o valor de R$ 30.107 mil observado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento aconteceu principalmente em função de dois fatores, o primeiro foi a vinda da carteira de clientes da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (atualmente denominada CDF Assistências Ltda) que tem um perfil de parceiros comerciais com prazo de pagamento mais longo que a média da carteira de parceiros da CDF e TecTotal. Além disso, em 2020 o volume de faturamento de um dos parceiros comerciais da companhia no canal Telecom aumentou sua participação dentro da receita total e, em função de ter um prazo maior que os outros parceiros também contribui para essa variação.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Impostos a Recuperar**

Os Impostos a Recuperar representaram o valor de R$ 10.460 mil em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de 77,5% quando comparado com o valor de R$ 5.893 mil observado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação seu deu em decorrência do aumento do saldo de IR Diferido provenientes das reapresentações de 2019 e 2018 que reduziram o lucro líquido desses exercícios.

**Outros Ativos**

Outros Ativos representaram um valor de R$ 8.611 mil em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de 1.021,2% quando comparado com o valor de R$ 768 observado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de seu em decorrência da contabilização da ativo intangível relacionado a aquisição da empresa Inter Partner Assistance Prestadora De Serviços De Assistência 24 Horas Ltda. (“Inter Partner Assistance”).

**Ativo Não Circulante**

O Ativo Não Circulante da Companhia aumentou R$ 31.214 mil ou 23,5%, de R$ 132.705 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 163.919 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, pelo aumento nos custos e despesas antecipadas em função da renovação do contrato de um dos parceiros comerciais da Companhia com pagamento antecipado de parte das comissões de vendas e, também, pelo ativo intangível dada a aquisição da empresa Inter Partner Assistance Prestadora De Serviços De Assistência 24 Horas Ltda. (“Inter Partner Assistance”) realizada em março de 2020.

**Passivo Circulante**

O Passivo Circulante da Companhia aumentou R$ 39.885 mil ou 45,2%, de R$ 88.203 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 128.058 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R$ 19.270 mil ou 130,1%, passando de R$ 14.806 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 34.076 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, em razão da adição da aquisição da Inter Partner Assistance realizada em março de 2020. Outro fator que contribuiu para esse aumento foi o crescimento da operação de assistência residencial, aumentando assim o volume de pagamentos realizados pela Companhia para os prestadores de serviço terceirizados.

(ii) Aumento no saldo de receitas diferidas, no montante de R$ 16.281 mil ou 60,0%, passando de R$ 27.115 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 43.396 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, em razão da adição da receita diferida advinda da aquisição da Inter Partner Assistance realizada em março de 2020.

**Passivo Não Circulante**

O Passivo Não Circulante da Companhia aumentou R$ 41.800 mil ou 43,4%, de R$ 96.305 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 138.105 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento do endividamento da Companhia para fazer frente à renovação do contrato de um dos seus parceiros comerciais com pagamento antecipado de parte das comissões de vendas, bem como com o objetivo de criar um colchão de liquidez para enfrentar as incertezas da pandemia do COVID-19, ocasionando um aumento nos empréstimos e financiamentos de R$ 32.919 mil em 31 de dezembro de 2020, quando comparado à 31 de dezembro de 2019.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido aumentou R$ 691 mil ou 5,0%, de R$ 13.922 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 14.613 mil em 31 de dezembro de 2020, mostrando estabilidade no Patrimônio Líquido da Companhia.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

| (em milhares de reais, exceto percentuais) | Em 31 de dezembro de | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Balanço Patrimonial - ATIVO** | **2019** | **AV** | **2018** | **AV** | **AH** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.915 | 1,0% | 2.927 | 1,5% | **-34,6%** |
| Contas a receber de clientes | 30.107 | 15,2% | 31.117 | 15,7% | **-3,2%** |
| Impostos a recuperar | 5.893 | 3,0% | 3.770 | 1,9% | **56,3%** |
| Custos e despesas antecipadas | 27.042 | 13,6% | 24.498 | 12,3% | **10,4%** |
| Outros ativos | 768 | 0,4% | 2.418 | 1,2% | **-68,2%** |
| **Total do ativo circulante** | **65.725** | **33,1%** | **64.730** | **32,6%** | **1,5%** |
| Contas a receber de clientes | 817 | 0,4% | 0 | 0,0% | **0,0%** |
| Partes relacionadas | 33.428 | 16,8% | 31.192 | 15,7% | **7,2%** |
| Custos e despesas antecipadas | 79.668 | 40,1% | 86.549 | 43,6% | **-8,0%** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.871 | 0,9% | 3.145 | 1,6% | **-40,5%** |
| Depósitos judiciais | 242 | 0,1% | 222 | 0,1% | **9,0%** |
| Imobilizado | 2.910 | 1,5% | 3.102 | 1,6% | **-6,2%** |
| Intangível | 9.653 | 4,9% | 9.767 | 4,9% | **-1,2%** |
| Ativo de direito de uso | 4.116 | 2,1% | 0 | 0,0% | **0,0%** |
| **Total do ativo não circulante** | **132.705** | **66,9%** | **133.977** | **67,4%** | **-0,9%** |
| **Total do ativo** | **198.430** | **100,0%** | **198.707** | **100,0%** | **-0,1%** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| (em milhares de reais, exceto percentuais) | Em 31 de dezembro de | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Balanço Patrimonial - PASSIVO** | **2019** | **AV** | **2018** | **AV** | **AH** |
| Fornecedores | 14.806 | 7,5% | 18.077 | 9,1% | **-18,1%** |
| Empréstimos e financiamentos | 32.134 | 16,2% | 19.258 | 9,7% | **66,9%** |
| Debêntures | 1.315 | 0,7% | 3.453 | 1,7% | **-61,9%** |
| Passivos de arrendamento | 1.760 | 0,9% | 0 | 0,0% | **0,0%** |
| Receitas diferidas | 27.115 | 13,7% | 25.204 | 12,7% | **7,6%** |
| Partes relacionadas | 1.985 | 1,0% | 1.035 | 0,5% | **91,8%** |
| Obrigações tributárias | 4.351 | 2,2% | 3.588 | 1,8% | **21,3%** |
| Salários e encargos sociais | 4.737 | 2,4% | 7.382 | 3,7% | **-35,8%** |
| Valores a pagar por aquisição controlada | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | **0,0%** |
| **Total do passivo circulante** | **88.203** | **44,5%** | **77.997** | **39,3%** | **13,1%** |
| Empréstimos e financiamentos | 92.899 | 46,8% | 106.990 | 53,8% | **-13,2%** |
| Debêntures | 0 | 0,0% | 630 | 0,3% | **-100,0%** |
| Passivos de arrendamento | 2.482 | 1,3% | 0 | 0,0% | **0,0%** |
| Provisões para contingências | 351 | 0,2% | 556 | 0,3% | **-36,9%** |
| Parcelamentos fiscais | 573 | 0,3% | 939 | 0,5% | **-39,0%** |
| **Total do passivo não circulante** | **96.305** | **48,5%** | **109.115** | **54,9%** | **-11,7%** |
| Patrimônio líquido | 13.922 | 7,0% | 11.595 | 5,8% | **20,1%** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **198.430** | **100,0%** | **198.707** | **100,0%** | **-0,1%** |

### Ativo Circulante

O Ativo Circulante aumentou R$ 995 mil ou 1,5%, de R$ 64.730 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 65.725 mil em 31 de dezembro de 2019, permanecendo praticamente estável. Essa redução se deu principalmente devido à redução no saldo de caixa e equivalente de caixa e contas a receber de clientes, que foi parcialmente compensada pelo aumento no saldo de custos e despesas antecipadas.

### Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante apresentou uma redução de R$ 1.272 mil ou 0,9%, de R$ 133.977 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 132.705 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução deve-se, principalmente, pela redução nos custos e despesas antecipadas, no montante de R$ 6.881 mil ou 8,0%, de R$ 86.549 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 79.668 mil em 31 de dezembro de 2019, principalmente em razão da amortização dos adiantamentos de comissão realizados com os parceiros comerciais da Companhia que foi parcialmente compensada pelo aumento no saldo de ativo de direito de uso pelo início da adoção em 2019 do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.

### Passivo Circulante

O Passivo Circulante aumentou R$ 10.206 mil ou 13,1%, de R$ 77.997 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 88.203 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse crescimento ocorreu principalmente pelo aumento no saldo de empréstimos e financiamentos, no montante de R$ 12.876 mil ou 66,9%, de R$ 19.258 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 32.134 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, por captação de empréstimo para fazer frente a renovação do contrato de um dos seus parceiros comerciais com pagamento antecipado de parte das comissões de vendas. A instituição financeira concedeu carência de um ano para o início dos pagamentos do

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

referido empréstimo ocasionando o aumento no saldo do circulante em 31 de dezembro de 2019 quando do encerramento do período de carência.

**Passivo Não Circulante**

O Passivo Não Circulante reduziu R$ 12.810 mil ou 11,7%, de R$ 109.115 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 96.305 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente pela queda no saldo de empréstimos e financiamentos, no montante de R$ 14.091 mil ou 13,2%, de R$ 106.990 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 92.899 mil em 31 de dezembro de 2019, devido à reclassificação de parte dos empréstimos e financiamento para o circulante devido ao término do período de carência.

**Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido aumentou R$ 2.327 mil ou 20,1%, de R$ 11.595 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 13.922 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de R$ 25.147 mil, parcialmente compensado pela distribuição de dividendos de R$ 22.891 mil.

**FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO**

A seguir, são apresentadas as principais alterações nos valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

| (em milhares de reais) | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | AH |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 25.123 | 40.867 | (15.744) |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento | 1.462 | (2.034) | 3.496 |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento | 4.243 | (39.845) | 44.088 |
| **Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa** | **30.828** | **(1.012)** | **31.840** |

**Fluxo de caixa das atividades operacionais**

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais reduziu R$ 15.744 mil ou 38,5%, de R$ 40.867 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R$ 25.123 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esse variação deve-se, principalmente, ao desembolso de caixa relevante a título de adiantamento de comissão para a renovação do contrato com um de nossos parceiros comerciais.

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1.462 mil, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R$ 2.034 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 3.496 mil. Essa melhora pode ser atibuída principalmente a investimentos.

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 4.243 mil, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R$ 39.845 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$ 44.088 mil ou 110,6%. Essa redução é atribuída, principalmente, (i) ao aumento na captação de empréstimo e financiamentos de R$149.206 mil no exercício de 2020, quando comparado ao exercício anterior, para reforçar o caixa da Companhia para enfrentamento ao período de incertezas gerado pela pandemia do COVID-19, bem como para fazer frente a um relevante adiantamento de comissão para a renovação do contrato com um dos clientes da Companhia; (ii) pela redução de R$ 13.076 mil na distribuição de dividendos no exercício de 2020, quando comparado ao exercício anterior; parcialmente compensado pelo aumento (i) de R$ 112.422 mil no caixa líquido aplicado no pagamento de empréstimos e financiamentos; e (ii) de R$ 8.039 mil no caixa líquido aplicado na redução de capital ocorrida no exercício de 2020.

**FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

| (em milhares de reais) | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | AH |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais | 40.867 | (101.188) | 142.055 |
| Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento | (2.034) | (1.569) | (465) |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos | (39.845) | 99.460 | (139.305) |
| **Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa** | **(1.012)** | **(3.297)** | **2.285** |

**Fluxo de caixa das atividades operacionais**

O caixa gerado nas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$40.867 mil. O caixa aplicado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$101.188 mil, apresentando uma variação positiva de R$142.055 mil. Essa variação é atribuída principalmente ao fato de que em 2018, a Companhia realizou um relevante adiantamento de comissão para a renovação de 2 (dois) contratos com clientes. Além disso, em 2018 foi também celebrado um contrato de mútuo entre a Companhia e seus acionistas para que os acionistas fizessem a compra da participação acionária de 15% da empresa Oi Internet S.A.

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 2.034 mil, comparado à R$ 1.569 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento pode ser atribuído principalmente aos maiores níveis de ativos imobilizados.

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

O caixa aplicado nas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$39.845 mil, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R$ 99.460 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R$ 139.305 mil ou 140,1% é atribuída, principalmente, a redução na captação de empréstimos e financiamentos de R$ 126.500 mil no exercício de 2019, quando comparado ao exercício anterior. Esta captação foi utilizada para realizar o pagamento antecipado de comissões de vendas a um parceiro relevante da Companhia e viabilizar a renovação de contrato de prestação de serviços entre as partes.

# 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

**10.2 - Resultado operacional e financeiro**

**Os diretores devem comentar**

**a. Resultados das operações do emissor, em especial:**

**(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia é composta pelos seguintes componentes: (i) prestação de serviços de suporte tecnológico; (ii) prestação de serviços de assistência residencial; (iii) vendas de produtos em seus pontos físicos; e (iv) vendas realizadas por meio de seu *e-commerce*.

As receitas da Companhia são provenientes majoritariamente do spread entre o valor pago pelo consumidor final pelo serviço prestado e o valor que repassamos aos prestadores de serviço, líquido da comissão de vendas devida aos nossos parceiros comerciais.

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia e, consequentemente, de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi primordialmente a capacidade da equipe de venda dos parceiros comerciais da Companhia em oferecer e comercializar os serviços prestados pela Companhia. No modelo de negócios da Companhia, quem faz a venda dos serviços são os seus parceiros comerciais (redes varejistas, operadoras de telecomunicações e empresas de *utilities*). A Companhia remunera esses canais de distribuição primordialmente através do pagamento de comissões sobre as vendas realizadas pelos parceiros comerciais.

**(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciados principalmente pelos seguintes fatores:

(i) Emprego e Renda: Os resultados da Companhia podem sofrer alterações relevantes em função da evolução das taxas de emprego e renda do país. Tendo em vista que a Companhia presta serviços não essenciais, poderá se deparar com a situação em que o consumidor final dos serviços diminua a propensão em adquirir os serviços da Companhia, reduzindo assim os seus volumes de venda. Isso trará efeitos imediatos para a geração de receita da Companhia e sua estrutura de operações para prestação dos serviços; e

(ii) Inflação: Apesar do impacto da inflação não estar diretamente refletido na receita da Companhia, o seu impacto se dá principalmente nos custos e despesas da Companhia com salários, contratos de aluguéis, custo dos serviços prestados pela rede de técnicos e serviços de terceiros em geral.

Na avaliação da Administração, os impactos observados nos negócios ou nas metas financeiras da Companhia em razão da pandemia não foram relevantes até o momento. No entanto, a Companhia ainda está avaliando as respostas governamentais e o avanço das crises de saúde e econômica que se originaram em decorrência da pandemia. Caso haja uma prolongada desaceleração nas condições econômicas, a Companhia e seus negócios poderão vir a ser afetados de maneira relevante.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações de receita observadas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estavam sujeitas à determinadas variáveis econômicas, dentre as quais podemos destacar como mais importantes:

- Taxas de desemprego;
- Índices de Inflação; e
- Taxas de Juros.

As variáveis indicadas acima afetam diretamente a renda disponível e a confiança dos consumidores de nosso setor de atuação e, por consequência, a sua propensão em adquirir serviços não essenciais, como os oferecidos pela Companhia. Os impactos financeiros desses efeitos podem ser melhor avaliados no item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

**(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os índices de inflação e a taxa de juros impactam de maneira relevante os custos e despesas da Companhia da seguinte forma:

- Salários: a inflação é o principal componente para estabelecer os percentuais de dissídio a serem aplicados nos salários dos funcionários. Como as despesas com folhas de pagamento são a maior despesa da Companhia, variações nas taxas de inflação impactam diretamente o seu resultado financeiro;
- Contratos de aluguéis: os contratos de aluguéis têm índice de reajuste baseado no IGP-M e são aplicados anualmente;
- Custo dos serviços prestados pela rede de técnicos: quaisquer variações observadas na inflação geram impacto nos custos arcados pela rede de técnicos que a Companhia contrata para prestar os serviços de campo, que serão posteriormente repassados para a Companhia;
- Serviços de terceiros em geral: diversos contratos que a Companhia celebra com seus fornecedores têm cláusulas de reajuste automático nos preços de seus serviços; e
- Empréstimos e Financiamentos: o aumento das taxas de juros impacta diretamente o custo dos empréstimos contratados pela Companhia nos últimos anos. A modalidade de taxa da maioria dos empréstimos existentes é a pós-fixada, o que significa que em caso de variação da taxa de juros, os custos dos empréstimos da Companhia também sofrerão impactos.

Os impactos financeiros desses efeitos podem ser melhor avaliados no item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

# 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Aquisição da Inter Partnet Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. ("Inter Partner")

Em 2020, a Companhia realizou a aquisição da Inter Partner, conforme descrito no item 15.7 deste Formulário de Referência. Em decorrência da referida aquisição, foram introduzidos novos contratos de parceria comercial com grandes redes varejistas e a Companhia teve a oportunidade de incrementar o portfólio de serviços fornecendo maior capacidade técnica para a prestação destes novos serviços.

Dessa forma, a Administração entende que os efeitos a longo prazo da referida aquisição representarão sinergias e ganhos ainda maiores para a Companhia, tendo em vista que o aumento no número de parceiros comerciais relevantes impactará diretamente na receita de vendas da Companhia. Ainda, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novos serviços continuará também representando ganhos e melhores resultados para a Companhia, tendo em vista que aumentará o seu público-alvo e fidelizará os clientes já existentes em decorrência da maior qualidade no serviço prestado.

Incorporação da Montpellier Participações S.A. ("Montpellier")

Em 2018, a Companhia realizou a incorporação da Montpellier, conforme descrito no item 15.7 deste Formulário de Referência. Após a consumação da operação, a companhia incorporada foi extinta e a totalidade de seu patrimônio foi transferido para a Companhia, por sucessão universal.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

# 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor**

**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia. As únicas mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as descritas abaixo.

CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

Em 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o "CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente", emitido pelo CPC e pelo IASB. A referida norma determina os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela será reconhecida. A norma determina que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes pelo valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços transferidos. A receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável, que inclui eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Sob a nova norma, a Companhia passou a avaliar se seus contratos com clientes possuem obrigações de desempenho distintas e em que momento as respectivas receitas devem ser reconhecidas.

CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o "CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos", norma contábil emitida pelo CPC e pelo IASB, que elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros. A partir dessa norma, os arrendatários deverão reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou que envolvam pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

Anteriormente, as empresas reconheciam principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

Em decorrência da edição do CPC 47/IFRS 15, houve um impacto relevante no reconhecimento das receitas da Companhia. Tendo em vista que existem planos de contratação mensal dos serviços da Companhia de 1, 3, 4, 6, 12 e 24 meses e que, portanto, grande parte dos contratos de serviços tem mais de 1 (um) mês de vigência, a Companhia passou a fazer o diferimento das receitas reconhecendo no DRE apenas os valores correspondentes a proporção do contrato que foi efetivamente cumprido. Para cumprir essa norma, a Companhia desenvolveu um sistema de tecnologia da informação que realiza todo o controle do diferimento das receitas e envia para o ERP da Companhia para que seja feita a contabilização.

O impacto dessa alteração de prática contábil se dá pelo aumento do Ativo Circulante e Passivo Circulante da Companhia porque toda a receita diferida é reconhecida no Passivo durante o prazo dos contratos e todo a comissão de venda dos parceiros comerciais diferida é reconhecido no Ativo da empresa.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos

Com relação ao CPC 06/IFRS 16, a Companhia avaliou a edição da norma e, em atendimento a ela, os seus contratos de locação de imóveis passaram a ser contabilizados conforme o novo pronunciamento contábil, resultando em reconhecimento de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. Sob a nova norma, os valores registrados no ativo passam a sofrer depreciação linear pelo período restante dos contratos e os valores registrados no passivo passaram a sofrer atualização mensal a título de juros.

O impacto dessa alteração de prática contábil se dá pelo aumento do Ativo e Passivo da Companhia em função da característica descrita no parágrafo acima. Além disso, há um efeito no DRE da empresa pois os contratos de aluguel de imóveis que eram contabilizados no grupo de Despesas administrativas e comerciais passaram a ser contabilizados como amortização.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 apresentou o seguinte parágrafo de ênfase:

*Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 4 (v) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para apresentar as demonstrações do valor adicionado, as informações por segmentos e resultado por ação, e aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à revisão de política contábil que a Administração entende melhor refletir as operações da Companhia e devido à correção de erros descritos na referida nota explicativa. Em 4 de junho de 2020 e 6 de junho de 2019, emitimos nossos relatórios de auditoria, sem modificações, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

# 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e, portanto, informam que a preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas contábeis são baseadas na experiência histórica, no melhor conhecimento existente e em outros fatores considerados relevantes e que acredita-se serem razoáveis diante das circunstâncias. Por este motivo, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser diferente daqueles estimados devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Nesse sentido, os diretores informam que as seguintes políticas contábeis requerem um julgamento subjetivo por parte da Administração e foram selecionadas de acordo com a relevância que podem causar nas demonstrações financeiras da Companhia.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, foram sumarizadas as principais políticas contábeis críticas envolvendo esses julgamentos da administração, incluindo as premissas e as variáveis nas quais se baseiam especialmente nessas políticas:

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser feita de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes da incidência dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, dentre outros.

A Administração entende que a adoção dessa política atende às práticas contábeis e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material por estar relacionada a contas contábeis que possuem saldos relevantes e cujo aspecto mais relevante da estimativa adotada se encontra na definição da taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

**Provisão para demandas judiciais**

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que a adoção dessa política atende à norma contábil.

**Impostos**

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

A administração entende que a adoção dessa política atende à norma contábil e apresenta um risco significativo de resultar em um ajuste material por haver a possibilidade de existir interpretações diferentes como resultado da leitura da legislação fiscal e que o aspecto mais relevante da estimativa adotada encontra-se nos dados utilizados no modelo de avaliação que resulta no plano anual de negócios da Companhia, base para a definição do lucro tributável em exercícios subsequentes.

**Mensuração ao valor justo da contraprestação contingente**

Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto.

A Administração entende que a adoção dessa política atende a norma contábil e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material pelo fato de impactar as transações de combinações de negócios e que o aspecto mais relevante da estimativa adotada s encontra-se nos dados utilizados no modelo de avaliação dos ativos intangíveis identificados no laudo de alocação do preço pago.

# 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

**10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nos seus balanços patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui outros itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

**10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item10.6, os diretores devem comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

# 10.8 - Plano de Negócios

**10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. Investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos**

Os investimentos da Companhia são destinados ao aprimoramento dos serviços oferecidos atualmente e a efetividade dos canais de atendimento existentes, além de permitir a expansão da oferta de novos produtos, ampliando a percepção de valor junto aos clientes e parceiros comerciais da Companhia.

Os principais investimentos da Companhia podem ser classificados da seguinte forma:

(i) Investimento em infraestrutura física;

(ii) Investimento em infraestrutura de TI;

(iii) Investimento em sistemas de TI;

(iv) Investimento em melhorias operacionais; e

(v) Aquisição de novas empresas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o valor de investimento em CAPEX na Companhia totalizou R$1.277 mil, sendo R$587 mil relacionados à ativos tangíveis e R$690 mil relacionados a ativos intangíveis.

**ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo caixa aportado por investidores financeiros, geração de caixa por suas atividades operacionais e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

**iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que, com a exceção das aquisições de empresas e ativos já divulgadas anteriormente no item 10.3 deste Formulário de Referência, não há outras aquisições que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços.

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

**ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços.

## 10.8 - Plano de Negócios

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

**iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços.

# 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

**10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

**IMPACTOS DA COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA E AS MEDIDAS ADOTADAS**

Conforme descrito no item 4.1 - "*A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (Sars-Cov-2), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia, depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes nos negócios da Companhia, sua condição financeira e os resultados das suas operações e, finalmente, sua capacidade de continuar operando seus negócios e gerando resultados a seus acionistas.*" deste Formulário de Referência, o ano de 2020 foi bastante desafiador para o ambiente de negócios no país em vista do enfrentamento da pandemia da COVID-19, que trouxe efeitos negativos sem precedentes para os mercados.

O necessário distanciamento social adotado para combater a pandemia prejudicou a geração da oferta e da demanda de todos os setores da economia. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o setor de serviços apresentou uma retração de 7,8% em 2020 quando comparado ao ano de 2019. Diante desse cenário adverso, a Companhia sofreu impactos relevantes no seu negócio principalmente no primeiro semestre de 2020. Além disso, a Companhia acredita que a pandemia provocada pelo novo coronavírus continuará a afetar os seus negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa e ainda que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

***Efeitos da pandemia da COVID-19 sobre as demonstrações financeiras***

Em 10 de março de 2020, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu orientação na qual destaca a importância de as companhias considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis.

A Companhia e os seus administradores monitoram a situação e avaliam constantemente eventuais impactos decorrentes da pandemia. Mesmo com a evolução do conhecimento e das profilaxias sobre o vírus, ainda é complexo mensurar o efeito decorrente dos impactos da pandemia da COVID-19 e, à medida que identifica esses impactos, a Administração mensura e incorpora em seus julgamentos e estimativas contábeis. Esses impactos, uma vez identificados, poderão produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômicos financeiros futuros decorrentes da pandemia de COVID-19. Até a data da emissão de suas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia não identificou indícios de fatos que possam alterar significativamente as avaliações realizadas ou indicar que a Companhia poderá comprometer a capacidade de manter a sua continuidade operacional tampouco às suas estimativas e julgamentos contábeis.

***Outras medidas tomadas***

Entre os meses de março e maio de 2020, a maior parte das lojas físicas dos parceiros comerciais varejistas da Companhia tiveram suas portas fechadas em função das regras de distanciamento social impostas pelas autoridades brasileiras, o que representou uma diminuição no número de suas vendas e, por consequência, na prestação dos serviços pela Companhia, impactando as suas operações e resultados financeiros.

A Administração da Companhia então focou seus esforços para elaborar um plano de enfrentamento e prevenção dos possíveis impactos da COVID-19, que resultou na tomada das seguintes medidas:

- Adoção do Trabalho Remoto: após 15 (quinze) dias da determinação da quarentena no país, a Companhia se organizou e conseguiu prover infraestrutura de TI para que 100% dos seus funcionários passassem a trabalhar de casa, com acesso a todos os sistemas de tecnologia e telecomunicações da Companhia. A Administração da Companhia avaliou que a produtividade do

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

corpo administrativo de seus funcionários se manteve nos níveis que antecederam a pandemia e que a qualidade dos serviços prestados pelos funcionários do grupo de atendimento também se manteve em patamares iguais ou maiores do que quando trabalhavam fisicamente no escritório. Essa realidade fez com que fosse definido que mesmo após o final da pandemia, quando o retorno do trabalho presencial for liberado pelas autoridades, a Companhia estabelecesse uma prática híbrida de trabalho entre o trabalho físico no escritório e o *home office*. Os funcionários administrativos trabalham 60% do tempo no escritório e 40% em casa e os funcionários do atendimento trabalham 10% do tempo no escritório e 90% em casa. Essa decisão possibilitou a devolução de 2/3 (dois terços) do espaço de escritório que a Companhia tinha em locação. O valor das multas rescisórias pagas referentes à saída desses imóveis foi de R$ 1.260 mil. Outro efeito importante ligado à essa decisão foi a redução do custo mensal de vale transporte dos funcionários, o que também reduziu as despesas da Companhia, melhorando a rentabilidade da sua operação;

- Renegociação de Contratos: no início do período da pandemia, a Companhia realizou renegociações com alguns de seus parceiros comerciais cuja parceria era regida por instrumentos mais rígidos, de forma a flexibilizar os termos então previstos. A Companhia ressalta, no entanto, que em todos os casos de renegociação, as multas contratualmente previstas foram devidamente pagas;

- Preservação de Empregos: outra importante ação da Companhia para minimizar os impactos da pandemia em seu resultado foi a utilização da Medida Provisória nº 936 aprovada pelo Governo Federal e que suspendeu e/ou reduziu a jornada de trabalho de boa parte dos funcionários da Companhia até que o volume de atendimentos voltasse a patamares mais altos; e

- Preservação e Fortalecimento de Caixa: implementação de medidas de fortalecimento de caixa, como a contratação de empréstimo com instituição financeira em razão da incerteza causada pela pandemia da COVID-19, o contingenciamento de despesas e revisão do plano de investimentos. Além disso, foi implementada rotina de acompanhamento do fluxo de caixa com foco nas medidas para geração de receitas e contenção de gastos.

A Administração da Companhia entende que se a duração da curva de contágio da pandemia decorrente da COVID-19 se prolongar no tempo deverá haver uma desaceleração natural da economia e medidas de restrição contínuas afetando, portanto, o poder de compra dos consumidores de varejo, o que poderá impactar negativamente o resultado esperado da Companhia, com possível diminuição de vendas e impactos na receita, no resultado das operações, negócios, condição financeira e fluxo de caixa da Companhia. No entanto, não houve, até a data deste Formulário de Referência, renegociação material de contratos com os fornecedores ou parceiros comerciais da Companhia, tampouco quaisquer outras mudanças materiais que poderiam impactar negativamente sua receita.

A Administração da Companhia acompanha continuamente o faturamento de suas operações, o que possibilita que sejam capazes de antever, em certa medida, o impacto da pandemia da COVID-19 em suas atividades. A Companhia acredita que seus fluxos de caixa operacionais futuros serão suficientes para atender às suas necessidades futuras de caixa operacional e de investimento no futuro próximo e que as medidas de economia de custos descritas abaixo fortaleceram nossa capacidade de suportar o impacto adverso da pandemia da COVID-19.

# 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

### 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenha sido divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

# 11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

### 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenha sido divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

# 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossa administração é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Contamos também com um Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração. Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, quando necessário.

**(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros titulares, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitidas a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

Além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, é de responsabilidade do Conselho de Administração:

*A. De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Conselho de Administração:*

- fixar a orientação geral dos nossos negócios;
- aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;
- aprovar nosso Código de Conduta e políticas corporativas relacionadas a (a) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (b) gerenciamento de riscos; (c) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (d) remuneração de administradores; e (e) indicação de administradores;
- eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;
- fiscalizar a gestão dos Diretores;
- examinar a qualquer tempo os nossos livros e papéis; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;
- escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- apreciar o nosso Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;
- apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação e de incorporação, por nós, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

- deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

- deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

- manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

- aprovar nosso voto em qualquer deliberação societária relativa às nossas controladas ou coligadas, que não seja da alçada da Diretoria, no caso de nossa administração, nos termos do Estatuto Social;

- autorizar a emissão de ações, nos limites autorizados no artigo 6 do Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

- dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 2º do Artigo 6 do Estatuto Social, (a) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis; (b) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos nossos administradores e empregados ou de nossas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (c) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

- deliberar sobre a negociação com ações de nossa emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

- estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a nossa estrutura de capital, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a nossa estrutura de capital de valor superior à alçada da Diretoria;

- deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

- deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;

- deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (a) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (b) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (c) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

- autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior à alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no nosso orçamento anual;

- estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

- conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

- aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

- elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de nossa emissão, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da oferta pública quanto ao nosso interesse e do conjunto de nossos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nós; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisições disponíveis no mercado;

- aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

- aprovar as atribuições da Auditoria Interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções;

- designar os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;

- estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, a ser realizado ao menos uma vez durante a vigência do mandato da administração; e

- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

*B. Além disto, compete exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração:*

- convocar a Assembleia Geral, nos termos do o artigo 9, § 1, do Estatuto Social;

- presidir a Assembleia Geral, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social;

- organizar a agenda das reuniões do Conselho de Administração;

- convocar, organizar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social;

- assegurar que os membros do Conselho de Administração recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da agenda das reuniões;

- coordenar as interações entre o Conselho de Administração e a administração e os comitês da Companhia; e

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- nomear um Secretário de Governança, para apoiar o Conselho de Administração no exercício se suas atividades, conforme detalhado no artigo 6 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

As atribuições de nosso Comitê de Auditoria Estatutário estão indicadas no item (iii) abaixo.

***(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados***

O Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário, possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021 e que podem ser consultados no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso *website* (https://ri.cdf.net), bem como fisicamente em nossa sede.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, sendo certo que, quando instituídos, o Conselho de Administração aprovará seus respectivos regimentos internos, os quais estipularão as competências, as composições, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidades das reuniões, prazos dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

***(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto***

Possuímos um Comitê de Auditoria Estatutário, que atende plenamente aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado e parcialmente aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM.

Nosso Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que (i) ao menos 1 (um) deles deve ser um Conselheiro Independente (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado da B3); (ii) ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; (iii) 1 (um) dos membros poderá acumular as qualificações descritas nos itens (i) e (ii) acima; e (iv) nenhum dos membros poderá ser controlador, nem diretor, ou subordinado de diretor, da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

É de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário:

*A. De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário:*

- opinar sobre a contratação ou destituição dos nossos auditores independentes;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos;
- avaliar e monitorar as nossas exposições de risco;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à nós, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Além disso, o Comitê de Auditoria Estatutário deve elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

*B. Além disto, o Comitê de Auditoria* Estatutário *contará com um Coordenador, nomeado pelo Conselho de Administração, que será responsável, nos termos do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário, por:*

(i) convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário;

(ii) representar o Comitê de Auditoria Estatutário em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia. Também será encarregado de representar o Comitê de Auditoria Estatutário assinando correspondências, intimações e relatórios;

(iii) convidar outros participantes a participar das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário; e

(iv) cumprir e impor o cumprimento do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

***(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.***

Nós não possuímos uma política formalizada de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, não contratamos serviço extra auditoria.

Vale citar que, nos termos de nosso Estatuto Social, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir nossos auditores independentes.

Além disto, o Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos de seu Regimento Interno, é responsável por recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, bem como por supervisionar suas atividades.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria Estatutário, deve assegurar-se de que os auditores independentes cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, informando quaisquer discussões havidas com os nossos colaboradores e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudança no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamento contábeis alternativos, avaliação dos riscos e análise de possibilidade de fraudes. O Conselho de Administração pode convocar nossos auditores independentes e os de nossas sociedades controladas direta ou indiretamente para prestar os esclarecimentos que entender necessários. Ademais, o Comitê de Auditoria Estatutário, que se reporta ao Conselho de Administração, supervisiona todas suas atividades dos auditores independentes e pode recomendar ao Conselho de Administração a substituição destes, caso entenda que a prestação dos serviços não está satisfatória.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021 e que pode ser consultado no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso *website* (https://ri.cdf.net), bem como fisicamente em nossa sede. Nos termos do artigo 21 do nosso Estatuto Social e do Regimento Interno da Diretoria, a Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor de Relações com Investidores cumulado com o cargo de Diretor Financeiro, um Diretor de Operações e um Diretor Comercial e Marketing. Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

A Diretoria possui todos os poderes para implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos nossos negócios, observados valores de alçada fixados pelo Conselho de Administração e as competências dos demais órgãos societários. Em conformidade com nosso Estatuto Social e o Regimento Interno da Diretoria, é de responsabilidade da Diretoria:

*A. De acordo com o Estatuto Social, como órgão colegiado:*

(i) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as nossas demonstrações financeiras, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(ii) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;

(iii) individualizar a remuneração dos administradores após a definição da remuneração global para o exercício social em Assembleia Geral;

(iv) deliberar sobre a abertura, manutenção, transferência e o fechamento de filiais; e

(v) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

*B. Compete ao Diretor-Presidente, individualmente:*

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia;

(ii) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social da Companhia;

(iii) aprovar a estrutura organizacional da Companhia;

(iv) dirigir, no mais alto nível, as relações institucionais da Companhia;

(v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

(vi) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

*C. Compete ao Diretor de Relação com Investidores, individualmente:*

(i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;

(ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e

(iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

*D. Compete ao Diretor de Finanças, individualmente:*

(i) gerenciar e responder pelo controle orçamentário da Companhia;

(ii) prover informações financeiras e gerenciais;

(iii) responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia;

(iv) supervisionar as atividades jurídicas, de contabilidade e fiscais da Companhia; e

(v) gerenciar a expansão da Companhia.

*E. Compete ao Diretor de Operações, individualmente:*

(i) gerenciar e garantir a execução de todos os procedimentos operacionais relativos aos atendimentos remotos e presenciais da Companhia;

(ii) aplicar política de cadastramento, treinamento, gestão e controle da rede de técnicos envolvidos na prestação de serviço;

(iii) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados; e

(iv) executar o planejamento estratégico e operacional definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

*F. Compete ao Diretor Comercial e Marketing, individualmente:*

(i) gerenciar e responder pelos resultados de vendas e marketing da Companhia;

(ii) desenvolver novos negócios, prospectar potenciais clientes, trazer inovação em produtos e experiência do consumidor;

(iii) mapear potenciais empresas ou negócios para aquisição; e

(iv) definir e executar planejamento estratégico

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Nosso Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado e não possui regimento interno próprio.

Quando instalado, nosso Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

**(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada *órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:***

Nos termos de nosso Estatuto Social, conforme aprovado em 15 de março de 2021, compete ao Conselho de Administração estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria. Nesse sentido, em 15 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Indicação de Administradores, que dispõe sobre o mecanismo de avaliação periódica dos membros do conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês da Companhia.

***(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros***

*Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração*

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Conselheiros uma autoavaliação de cada um de seus membros, individualmente, uma avaliação do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

*Diretoria*

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os Diretores que estiverem na função por mais de 90 dias.

Adicionalmente, os Diretores também são avaliados anual e individualmente, por processo de avaliação de desempenho "360 graus" ("Avaliação de Desempenho"), que inclui tanto a avaliação por seus subordinados, quanto por seus pares e pelo Diretor-Presidente. O Diretor-Presidente, por sua vez, também participa do processo de Avaliação de Desempenho, sendo também avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelos Diretores (seus subordinados). A Diretoria, como grupo, é avaliada pelo Conselho de Administração.

A condução do processo de avaliação dos Diretores individualmente é de responsabilidade do Diretor-Presidente. A avaliação da diretoria como órgão é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

***(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação***

*Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração*

O processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética; e a efetividade dos Comitês.

*Diretoria*

Processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

***(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão***

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, bem como de seus respectivos membros, são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser aprimorados. Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos. Os planos de ação podem ser utilizados, por exemplo, para a definição de metas para o ano subsequente, para reajustes eventuais de remuneração ou, até mesmo, para indicação para outros cargos na administração da Companhia.

*Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração*

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho e dos Conselheiros serão divulgados a todos os membros do Conselho.

*Diretoria*

Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados serão discutidos em sessões de *feedback* individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

***(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos***

Não contratamos serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação interna.

# 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

**12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

**Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:**

**a. Prazos de convocação**

Não adotamos prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente de qualquer formalidade prevista em nosso Estatuto Social e na Lei das S.A., é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

**b. Competências**

Como consta da Lei das S.A., a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Além dos poderes atribuídos pela legislação vigente, é de competência exclusiva da Assembleia Geral as seguintes matérias:

(i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(ii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos superiores a 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente que deverá ser distribuído aos acionistas como dividendos;

(iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

(iv) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(v) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;

(vi) alterar o Estatuto Social;

(vii) deliberar sobre a nossa dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação ou de qualquer de nossas sociedades;

(viii) aprovar previamente a negociação, por nós, de ações de nossa própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;

(ix) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

(x) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e no Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(xi) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e

(xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

**c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Endereço físico: Nossa sede localizada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06.454-000.

Endereço eletrônico: ri@cdf.net

**d. Identificação e administração de conflitos de interesses**

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das S.A. prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável e o acionista responderá pelos danos causados. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das S.A. e administrados pelo Conselho de Administração.

Na administração de conflitos de interesses, é registrada a abstenção dos acionistas que tenham qualquer interesse relacionado às matérias a serem deliberadas pela assembleia.

**e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

Nos termos do artigo 126º, parágrafo 1º, da Lei das S.A., nossos acionistas pessoas físicas podem ser representados por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser nosso acionista, administrador, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., e em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 1/2021 os acionistas que são pessoas jurídicas podem ser representados por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados como tal, de acordo com nosso Estatuto Social ou com as regras previstas no Código Civil. Assim, no caso de pessoas jurídicas, seus procuradores não precisam ser acionistas, advogados ou administradores da Companhia.

**f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Nossos acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja nosso acionista, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Admitimos procurações enviadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato, mas orientamos nossos acionistas a enviarem com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Além disto, não adotamos procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possuímos nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

**g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização**

Para exercício dos direitos de voto à distância com envio direto para nossa sede, os acionistas devem nos enviar os seguintes documentos para o endereço: Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06.454-000, cidade de Barueri, Estado de São Paulo:

(a) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricando e assinando; e

(b) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(i) para as pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;

(ii) para pessoas jurídicas: (ii.1) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii.2) documento de identidade com foto do representante legal; e

(iii) para fundos de investimento: (iii.1) último regulamento consolidado do fundo; (iii.2) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii.3) documento de identificação com foto do representante legal.

Em relação aos documentos indicados nos itens A e B, acima, solicitamos, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais). Os boletins de voto à distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos por nós em plena ordem até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481/09, comunicaremos aos acionistas se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

**h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

Não disponibilizamos sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância**.** Os acionistas titulares de ações de nossa emissão que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instituições de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. O serviço de coleta e transmissão de instituições e preenchimento de voto poderá ser realizado também pelo nosso agente escriturador, descrito em nosso Formulário Cadastral.

**i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

Os acionistas que pretendam incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas pelo correio para a Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, CEP 06.454-000, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos a proposta, ou por correio eletrônico para ri@cdf.net, tal como previsto na regulamentação aplicável.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebido pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal em até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia geral extraordinária convocada para este fim.

**j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

**k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Não aplicável.

# 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

**12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

**(a) frequência das reuniões**

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano, ao final de cada trimestre, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário.

As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho poderão ser representados por outro membro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do membro ausente.

No último exercício social não possuíamos Conselho de Administração em funcionamento.

**(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

**(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Possuímos uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021, com o objetivo de fornecer orientações à conduta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os interesses da Companhia, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Nos termos da referida política, o membro do Conselho de Administração que estiver envolvido em processo de aprovação ou que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação à área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatuário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Além disto, nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., os membros do nosso Conselho de Administração e de nossa controlada que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

**(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

Adotamos uma política de indicação de administradores ("Política de Indicação de Administradores"), a qual foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2021, e que pode ser consultada no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso *website* (https://ri.cdf.net) e fisicamente em nossa sede.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

***(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e***

Nossa Política de Indicação de Administradores foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de março de 2021. Referida política pode ser consultada pode ser consultada no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso *website* (https://ri.cdf.net), bem como fisicamente em nossa na sede.

***(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros***

Diretrizes e Critérios para Indicação

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros titulares, eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) assembleias gerais ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, seguindo a nossa diretriz geral, o processo de indicação deve buscar que o Conselho de Administração seja composto tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções.

Os membros indicados ao nosso Conselho de Administração, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no nosso Estatuto Social e demais pactos societários porventura existentes que tenham como objeto:

(a) alinhamento e comprometimento com nossos valores e a cultura e seu Código de Conduta;

(b) reputação ilibada;

(c) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;

(d) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;

(e) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;

(f) experiência profissional em temas diversificados;

(g) estar isento de conflito de interesse (salvo dispensa da assembleia geral); e

(h) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Procedimento para Indicação

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes da Política de Indicação de Administradores, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na Assembleia Geral de acionistas que os eleger, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado e no § 2º do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia.

Cada indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no § 2º do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado e no § 3° do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia.

O nosso Conselho de Administração deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

O procedimento acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do Conselho de Administração:

- que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e
- para eleição mediante votação em separado (aplicável às companhias com acionista controlador).

São consideradas situações que podem comprometer a independência do membro do Conselho de Administração, sem prejuízo de outras:

- ter atuado como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de grupo;
- de controle, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da companhia ou de suas partes relacionadas;
- ter atuado, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia;
- possuir laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da Companhia; ou
- ter cumprido um número excessivo de mandatos consecutivos como conselheiro na Companhia.

# 12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

**12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Nos termos do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, ficamos obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., no nosso estatuto social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Profissão** | **Cargo eletivo ocupado** | **Data de posse** | **Foi eleito pelo controlador** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos e funções exercidas no emissor** | | **Descrição de outro cargo / função** | | | |
| Tiago Bannitz de Paula Machado | 25/05/1977 | Pertence apenas à Diretoria | 15/03/2021 | 2 anos | 0 |
| 273.665.778-04 | Administrador de Empresas | 19 - Outros Diretores | 15/03/2021 | Não | 0.00% |
| N/A | | Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. | | | |
| Tomas Trabulsi | 22/11/1975 | Pertence apenas à Diretoria | 15/03/2021 | 2 anos | 0 |
| 173.920.918-40 | Engenheiro | 19 - Outros Diretores | 15/03/2021 | | 0.00% |
| N/A | | Diretor Comercial e Marketing | | | |
| Numa Pereira do Valle Bisneto | 21/02/1944 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 15/03/2021 | 2 anos | 0 |
| 024.045.328-04 | Engenheiro Civil | 20 - Presidente do Conselho de Administração | 15/03/2021 | Não | 100.00% |
| N/A | | | | | |
| Maria Andrea de Castro Melegari Janer | 20/02/1973 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 15/03/2021 | 2 anos | 0 |
| 887.663.659-53 | Empresária | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 15/03/2021 | Não | 100.00% |
| N/A | | | | | |
| Victor do Nascimento Leal Junior | 16/02/1965 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 15/03/2021 | 2 anos | 0 |
| 055.446.048-35 | Administrdor de Empresas | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 15/03/2021 | Não | 100.00% |
| N/A | | | | | |
| RICARDO UCHOA ALVES LIMA | 22/04/1946 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 15/03/2021 | 2 anos | 0 |
| 061.291.538-72 | Administrador de Empresas | 21 - Vice Presidente Cons. de Administração | 15/03/2021 | Não | 100.00% |
| Coordenador do Comitê de Auditoria, tendo sido eleito e empossado em 15/03/2021 | | | | | |
| Abel Amaral Camargo Junior | 13/04/1969 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 15/03/2021 | 2 anos | 0 |
| 097.462.558-27 | Engenheiro | 27 - Conselho de Adm. Independente ( | 15/03/2021 | Não | 100.00% |

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Profissão** | **Cargo eletivo ocupado** | **Data de posse** | **Foi eleito pelo controlador** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos e funções exercidas no emissor** | | **Descrição de outro cargo / função** | | | |
| Membro do Comitê de Auditoria Estatutário, tendo sido eleito e empossado em 15/03/2021 | | | | | |
| Eugênio Emílio Staub Filho | 18/11/1971 | Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração | 15/03/2021 | 2 anos | 4 |
| 148.108.828-96 | Administrador | 33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente | 15/03/2021 | Não | 0.00% |
| Membro do Conselho de Administração, tendo sido eleito e empossado em 15/03/2021. | | | | | |
| ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE | 20/08/1973 | Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração | 15/03/2021 | 2 anos | 4 |
| 253.065.768-85 | Publicitária | 39 - Outros Conselheiros / Diretores | 15/03/2021 | Não | 0.00% |
| Membro do Conselho de Administração, tendo sido eleita e empossada em 15/03/2021 | | Diretora de Operações e Conselheiro (Efetivo) | | | |

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Tiago Bannitz de Paula Machado - 273.665.778-04

O Sr. Tiago Bannitz de Paula Machado é graduado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV (1998), além de possuir Mestrado em Administração de Empresas (2006) pela mesma instituição. Possui mais de 22 anos de experiência profissional atuando em empresas nacionais e multinacionais em funções ligadas à área financeira. Iniciou sua carreira como Trainee do Grupo Philip Morris (1999), trabalhou como Business Controller das empresas Gradiente (2000), Nike (2005) e Kraft Foods (2011). Em 2013 assumiu a posição de Controller da operação da Lenovo no Brasil. Em 2015 se juntou à Companhia para assumir a posição de Chief Financial Officer onde é responsável pelas áreas de Finanças, Relação com Investidores, Tecnologia da Informação e Recursos Humanos.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tomas Trabulsi - 173.920.918-40

Tomas Trabulsi é graduado em Engenharia Civil pela Unicamp (2001), além de possuir Pós Gradução em Gestão de Negócios (2003) pelo Ibmec. Possui mais de 20 anos de experiência profissional atuando em empresas nacionais e multinacionais em funções ligadas as áreas comercial e marketing. Iniciou sua carreira como estagiário do Itaú (2001), trabalhou como Gerente de Negócios das empresas Gradiente (2002). Em 2006 se juntou a Philips do Brasil passando por diversas posições até assumir Diretoria de unidade de negócios. Em 2013 se juntou a CDF para assumir a posição de Diretor Comercial e Marketing onde é responsável pelas áreas Comercial , Novos negócios e Marketing.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Numa Pereira do Valle Bisneto - 024.045.328-04

Numa Pereira do Valle Bisneto é Engenheiro Civil e Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Iniciou sua carreira profissional na Itaquera Crédito Imobiliário. No década de 70 trabalhou na GTO - Grupo Técnico de Obras e depois atuou na Construtora Fundasa S.A., onde tornou-se acionista controlador e Diretor-Presidente. Em 2002, assumiu cargo de Diretor Executivo na USS - Unidade de Serviços de Seguro Assistenciais, onde liderou as áreas Comercial e de Operações e teve participação ativa em seu turn-around. Também envolveu-se no subsequente processo de abertura de capital da USS /Tempo. Com grande espírito empreendedor, idealizou a Companhia e uniu o grupo de acionistas e profissionais que fundaram a Companhia em 2007. Desde a fundação da Companhia, preside o seu Conselho de Administração.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Maria Andrea de Castro Melegari Janer - 887.663.659-53

A Sra. Maria Andrea de Castro Melegari Janer possui mais de 20 anos de experiência em inovação, marketing digital, branding e comunicação, tendo iniciado sua experiência profissional no jornalismo do grupo RBS, em Santa Catarina. Realizou curso de marketing na University of California, Berkeley, e trabalhou na consultoria de branding da Addison, em São Francisco, que posteriormente trouxe para o Brasil por meio de uma joint-venture com a Ana Couto Branding, onde acabou liderando a área de estratégia por quase 10 anos. Ainda, trabalhou na Tátil Design, atendendo marcas como a Brastemp e TIM e pela Approach Comunicação Integrada, responsável pela criação da área de planejamento estratégico. Posteriormente, liderou a área de novos negócios da Interbrand, atendendo marcas como a Copag, Tegra, Suvinil, Endeavor, Patrus e Telha Norte, dentre outras e, por fim, é fundadora da Oxygen, plataforma de conteúdo que trata sobre tendências e futurismo para empresas.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Victor do Nascimento Leal Junior - 055.446.048-35

O Sr. Victor do Nascimento Leal Junior é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) em 1988 e possui mestrado, MBA, pelo The MIT Sloan School of Management do Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos em 2000. Tem 36 anos de experiência profissional tendo servido na diretoria executiva de empresas com Mappin Lojas de Departamentos S.A. (1985 a 1993), Gradiente Eletrônica S.A. e Nintendo do Brasil Ltda (1993 a 2002). É co-fundador e foi co-CEO do Grupo St. Marche – St Marche Supermercados, Empório Santa Maria e Eataly do Brasil (2002 a 2021). Atualmente ocupa a posição de Chief Growth Officer bem como a vice-presidência do Conselho de Administração do Grupo St Marche.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

RICARDO UCHOA ALVES LIMA - 061.291.538-72

O Sr. Ricardo Uchoa Alves é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e possui mestrado (MBA) pela Universidade de Illinois (EUA). Iniciou a carreira no Comind S.A. Crédito Imobiliário como Gerente Financeiro, além de ter exercido cargos executivos na Metal Leve, Translor, Ultracargo e USS. No setor público, participou dos governos Paulo Egydio Martins-Coordenador de Ação Regional, e André Franco Montoro- Chefe de Gabinete da Secretaria de Governo, além de ter ocupado a Secretaria Geral do Ministério da Indústria e Comércio no período 1985/1986. Foi membro de Conselhos de Administração de Badesp, Fepasa, Embraer e Tempo. Atualmente é Consultor de Gestão e ocupa posições em Conselhos de Administraçã de empresas como o Banco ABC Brasil, Algaia Participações Ltda. e São Paulo Cia de Dança.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Abel Amaral Camargo Junior - 097.462.558-27

O Sr. Abel Amaral Camargo Junior é engenheiro formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, possui especialização em Administração de Marketing pela FGV (CEAG) e MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral. Trabalhou durante 11 anos na Asea Brown Boveri, no Brasil e na Suíça, onde ocupou funções executivas com responsabilidade por várias Unidades de Negócio no setor de Energia, Automação e Serviços. Atua há 18 anos no setor de Telecomunicações, dos quais 13 anos na Operadora Oi S.A., onde ocupou várias posições executivas e atuou como membro de Conselhos de Administração de empresas investidas, além de presidir algumas empresas controladas pela Operadora. Há 4 anos está na American Tower onde ocupa atualmente a função de Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Eugênio Emílio Staub Filho - 148.108.828-96

O Sr. Eugenio Emílio Staub Filho é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP (1994) e possui MBA pela Duke University nos Estados Unidos (1999). Iniciou sua carreira profissional na área de Marketing da Gradiente Eletrônica S/A em 1991, chegando ao cargo de Gerente de Produto em 1995. Entre 1997 e 1998, trabalhou no Bank Boston e Goldman Sachs nos Estados Unidos. Retornou ao Brasil e à Gradiente em 1999 como Diretor Administrativo. Também ocupou os cargos de Diretor Executivo de Relações com Investidores e Vice-Presidente de Marketing e Vendas da companhia. Juntou-se à Companhia como Diretor Presidente / CEO logo após sua fundação.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE - 253.065.768-85

A Sra. Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle é graduada em Propaganda e Marketing, pela Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP (1994), e possui título de especialização em E-Commerce pela Universidade de New York (1999). Tem vasta experiência nas áreas de Marketing e Operações em empresas do setor Internet e Tecnologia, tais como Zip.net, Agência Click, Garage Interactive Marketing, e atuou como Gerente de TI na Hélios Carbex por 4 anos. Cofundadora da Companhia (2007), liderou sua estruturação e atua como Chief Operating Officer na Companhia desde então.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|---|---|
| Tiago Bannitz de Paula Machado - 273.665.778-04 | |
| N/A | |
| Tomas Trabulsi - 173.920.918-40 | |
| N/A | |
| Numa Pereira do Valle Bisneto - 024.045.328-04 | |
| N/A | |
| Maria Andrea de Castro Melegari Janer - 887.663.659-53 | |
| N/A | |
| Victor do Nascimento Leal Junior - 055.446.048-35 | |
| N/A | |
| RICARDO UCHOA ALVES LIMA - 061.291.538-72 | |
| N/A | |
| Abel Amaral Camargo Junior - 097.462.558-27 | |
| N/A | |
| Eugênio Emílio Staub Filho - 148.108.828-96 | |
| N/A | |
| ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE - 253.065.768-85 | |
| N/A | |

## 12.7/8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Descrição outros comitês** | **Profissão** | **Descrição outros cargos ocupados** | **Data eleição** | **Número de Mandatos Consecutivos** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos/funções exercidas no emissor** | | | | | | |
| RICARDO UCHOA ALVES LIMA | Comitê de Auditoria | Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99 | Outros | 22/04/1946 | 15/03/2021 | 2 anos |
| 061.291.538-72 | | Administrador de Empresas | Coordenador do Comitê | 15/03/2021 | 0 | 100.00% |
| O Sr. Ricardo é membro do Conselho de Administração | | | | | | |
| Abel Amaral Camargo Junior | Comitê de Auditoria | Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99 | Membro do Comitê (Efetivo) | 13/04/1969 | 15/03/2021 | 2 anos |
| 097.462.558-27 | | Engenheiro | | 15/03/2021 | 0 | 100.00% |
| O Sr. Abel é membro independente do Conselho de Administração | | | | | | |
| Saulo de Tarso Alves de Lara | Comitê de Auditoria | Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99 | Membro do Comitê (Efetivo) | 27/01/1954 | 15/03/2021 | 2 anos |
| 678.691.498-53 | | Administrador de Empresas | | 15/03/2021 | 0 | 100.00% |
| N/A | | | | | | |

467

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

RICARDO UCHOA ALVES LIMA - 061.291.538-72

O Sr. Ricardo Uchoa Alves é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e possui mestrado (MBA) pela Universidade de Illinois (EUA). Iniciou a carreira no Comind S.A. Crédito Imobiliário como Gerente Financeiro, além de ter exercido cargos executivos na Metal Leve, Translor, Ultracargo e USS. No setor público, participou dos governos Paulo Egydio Martins-Coordenador de Ação Regional, e André Franco Montoro- Chefe de Gabinete da Secretaria de Governo, além de ter ocupado a Secretaria Geral do Ministério da Indústria e Comércio no período 1985/1986. Foi membro de Conselhos de Administração de Badesp, Fepasa, Embraer e Tempo. Atualmente é Consultor de Gestão e ocupa posições em Conselhos de Administraçã de empresas como o Banco ABC Brasil, Algaia Participações Ltda. e São Paulo Cia de Dança.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Abel Amaral Camargo Junior - 097.462.558-27

O Sr. Abel Amaral Camargo Junior é engenheiro formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, possui especialização em Administração de Marketing pela FGV (CEAG) e MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral. Trabalhou durante 11 anos na Asea Brown Boveri, no Brasil e na Suíça, onde ocupou funções executivas com responsabilidade por várias Unidades de Negócio no setor de Energia, Automação e Serviços. Atua há 18 anos no setor de Telecomunicações, dos quais 13 anos na Operadora Oi S.A., onde ocupou várias posições executivas e atuou como membro de Conselhos de Administração de empresas investidas, além de presidir algumas empresas controladas pela Operadora. Há 4 anos está na American Tower onde ocupa atualmente a função de Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Saulo de Tarso Alves de Lara - 678.691.498-53

Saulo de Tarso Alves de Lara é graduado em Administração de Empresas (1979) pela Fundação Getúlio Vargas. Fez cursos de extensão no IMD – International Management Development (1984) onde obteve sua pós-graduação na área de Control and Finance. O Sr. Saulo iniciou sua carreira na Arthur Andersen permanecendo como auditor externo por dez anos. No período de 1987 até 1996 atuou no segmento da construção civil, em indústria cimenteira, responsável pela área de controle e controle corporativo das operações do Brasil e América do Sul. Em 1996, foi indicado para ser o CFO de empresa Americana, do ramo de embalagens. Em 1998, foi contratado como diretor de Planejamento e Controle da Cyrela Brazil Realty, permanecendo na companhia até 2010, quando assumiu o cargo de Diretor de Controladoria na PDG Realty. Desde 2013, é CFO da Greenwood Resource Brasil.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|---|---|
| RICARDO UCHOA ALVES LIMA - 061.291.538-72 | |
| N/A | |
| Abel Amaral Camargo Junior - 097.462.558-27 | |
| N/A | |
| Saulo de Tarso Alves de Lara - 678.691.498-53 | |
| N/A | |

468

## 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

| Nome | CPF | Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador | CNPJ | Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada |
|---|---|---|---|---|
| **Cargo** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| Numa Pereira do Valle Bisneto | 024.045.328-04 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade) |
| Presidente do Conselho de Administração | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE | 253.065.768-85 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | |
| Diretor de Operações | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| Numa Pereira do Valle Bisneto | 024.045.328-04 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade) |
| Presidente do Conselho de Administração | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE | 253.065.768-85 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | |
| Controladora | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| Numa Pereira do Valle Bisneto | 024.045.328-04 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade) |
| Presidente do Conselho de Administração | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| ANA ELISA PEREIRA DO VALLE STAUB | 253.066.028-00 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | |
| Controladora | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE | 253.065.768-85 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) |
| Diretora de Operações | | | | |

## 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

| Nome | CPF | Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador | CNPJ | Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada |
|---|---|---|---|---|
| **Cargo** | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| ANA ELISA PEREIRA DO VALLE STAUB | 253.066.028-00 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | |
| Controladora | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE | 253.065.768-85 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) |
| Controladora | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| ANA ELISA PEREIRA DO VALLE STAUB | 253.066.028-00 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | |
| Controladora | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| ANA ELISA PEREIRA DO VALLE STAUB | 253.066.028-00 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | Marido ou Esposa (1º grau por afinidade) |
| Controladora | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| Eugênio Emílio Staub Filho | 148.108.828-96 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | |
| Diretor-Presidente | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| Numa Pereira do Valle Bisneto | 024.045.328-04 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | Sogra ou Sogro (2º grau por afinidade) |
| Presidente do Conselho de Administração | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| Eugênio Emílio Staub Filho | 148.108.828-96 | CDF Assistência e Suporte Digital S.A. | 08.769.874/0001-10 | |
| Diretor-Presidente | | | | |

## 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

| Nome | CPF | Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador | CNPJ | Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada |
|---|---|---|---|---|
| **Cargo** | | | | |

**Observação**

471

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não haviam relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

# 12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

Nos termos do artigo 15 de nosso Estatuto Social, indenizaremos e manteremos indenes os membros de nosso Conselho De Administração, da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções.

O parágrafo 1º de referido artigo 15 de nosso Estatuto Social, descreve situações nas quais não indenizaremos os Beneficiários, a saber: (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Não obstante, outros excludentes de indenização poderão ser estabelecidos nos contratos de indenidade que serão firmados com os Beneficiários.

Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 15 de nosso Estatuto Social, caso o Beneficiário seja condenado por uma decisão judicial, arbitral ou administrativa, transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados nos termos dos itens (i) a (iii) do parágrafo acima, o Beneficiário, além de não fazer jus ao recebimento de indenização pelas penalidades eventualmente impostas, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

O nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de março de 2021 aprovou, nos termos do parágrafo 3º do artigo 15 de nosso Estatuto Social, o modelo padrão do contrato de indenidade, a ser celebrado entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês de assessoramento ao conselho de administração e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ("Modelo de Contrato de Indenidade").

Vale destacar que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia ainda está no processo de formalização da contratação de uma apólice de seguro D&O, de forma que não é possível informar qual será o prêmio de seguro a ser pago e as demais condições que ainda serão estabelecidas.

A administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes e complementares de atração e retenção de bons profissionais, compondo um pacote de cobertura adequado para administradores de companhia aberta. Neste sentido, o seguro D&O, em particular, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos Beneficiários, também garante a indenização do terceiro prejudicado, o que não se verifica no âmbito dos contratos de indenidade. Adicionalmente, é possível constatar a complementaridade desses instrumentos a medida em que o contrato de indenidade poderá ser aplicado para suprir a indenização que não estiver coberta pelo seguro D&O, após expressa declaração da respectiva seguradora, bem como no caso de a seguradora não realizar o pagamento devido no prazo de até 30 dias da realização do pedido de indenização, desde que observados os termos e condições dos contratos de indenidade.

A existência de uma proteção adequada permite a tomada de decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis de tolerância a riscos fixados no interesse da companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil.

# 12.12 - Outras informações relevantes

## 12.12 - Outras informações relevantes

### Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

| Evento | Data | Quórum de instalação | Instalação em segunda convocação |
|---|---|---|---|
| Assembleia Geral Extraordinária | 27.2.2018 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 28.2.2018 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 27.3.2018 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária | 17.5.2018 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 4.6.2018 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 30.11.2018 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 3.6.2019 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária | 30.7.2019 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 4.2.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 3.8.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária | 13.10.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 31.12.2020 | 100% | Não |

### Governança Corporativa

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado, ao qual estamos em processo de adesão, é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Destacamos abaixo algumas das principais regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas, dentre outros:

(i) o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;

(ii) no caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (*tag along* de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador;

(iii) instalação de área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);

(iv) em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento;

## 12.12 - Outras informações relevantes

(v) o conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos;

(vi) a empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% ou 15% das ações em circulação (*free float*), neste último caso, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da Companhia se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses;

(vii) estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria;

(viii) elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com Partes Relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);

(ix) divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos *e press releases* de resultados; e

(x) divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

Além disto, aderimos voluntariamente várias práticas de governança corporativa recomendadas pelo CBGC. Dentre essas práticas, descritas ao longo deste Formulário de Referência, sendo algumas delas exigência do Regulamento do Novo Mercado, destacam-se as seguintes:

(i) as funções de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor não devem ser acumuladas pela mesma pessoa;

(ii) possuímos um Comitê de Auditoria Estatutário, composto por pelo menos 3 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dos quais pelo menos um deve ser um membro do Conselho de Administração. Este comitê, entre suas funções, aconselha o nosso Conselho Administrativo no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, controles internos, gestão de riscos e conformidade;

(iii) nosso Conselho de Administração aprovou os seguintes documentos corporativos formais: (i) Código de Conduta; (ii) Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários; (iv) Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses; (v) Política de Indicação de Administradores; (vi) Política de Remuneração de Administradores; (vii) Política de Destinação de Resultados; (vii) Regimento Interno do Conselho de Administração; e (viii) Regimento Interno de Comitê de Auditoria Estatutário;

(iv) aderimos à Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de litígios envolvendo a Companhia e nossos administradores e acionistas;

(v) possuímos apenas ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto nas Assembleias Gerais;

(vi) nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag-along*);

(vii) nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem de nossas ações ordinárias no Novo Mercado (salvo hipóteses

## 12.12 - Outras informações relevantes

de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada; e

(viii) definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias.

# 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), formalmente aprovada em 15 de março de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (https://ri.cdf.net) e fisicamente em nossa sede social.

A Política de Remuneração estabelece objetivos, diretrizes e regras para a determinação da remuneração dos nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários e os Membros dos Comitês, sendo coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores. Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia, de acordo com a legislação aplicável.

**(b) composição da remuneração**

**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Conselho de Administração e Comitês

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, ao tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e ao valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso.

Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membro do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, não farão jus a qualquer acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Ainda, os membros do Conselho de Administração e dos Comitês não fazem jus ao recebimento de remuneração variável, bem como de benefícios motivados pela cessação do cargo, benefícios pós-emprego ou de remuneração baseada em ações.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por (i) uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade; e (ii) pelos seguintes benefícios aos quais nossos diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis: (a) Vale Refeição; (b) Seguro de Vida; (c) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O); (d) Auxílio Educação; (e) Plano de Assistência Médica; e (f) Estacionamento.

Os diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, elemento discricionário e adicional de remuneração, que permite à nós oferecer retribuição adicional aos Diretores pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira. Tal remuneração é atrelada ao cumprimento das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado, é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que, se cumprida, possibilita aos elegíveis o recebimento da remuneração variável daquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de bônus ou participação nos lucros ou gratificações excepcionais, entre outras formas de remuneração variável, que serão concedidos por liberalidade da Companhia, nos termos das políticas internas determinadas pelo Conselho de Administração. Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia, bem como pode ser concedido um plano de previdência aos Diretores, além dos benefícios motivados pela cessação do cargo dos Diretores.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

***(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total***

As tabelas abaixo apresentam as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia para os últimos 3 (três) exercícios sociais:

| 31 de dezembro de 2020 | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
|---|---|---|---|---|
| Diretoria Estatutária | 57,1% | 42,9% | 0,0% | 100,0% |
| Diretoria Não-Estatutária | 56,7% | 43,3% | 0,0% | 100,0% |

| 31 de dezembro de 2019 | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
|---|---|---|---|---|
| Diretoria Estatutária | 39,6% | 60,4% | 0,0% | 100,0% |
| Diretoria Não-Estatutária | 39,4% | 60,6% | 0,0% | 100,0% |

| 31 de dezembro de 2018 | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
|---|---|---|---|---|
| Diretoria Estatutária | 41,6% | 58,4% | 0,0% | 100,0% |
| Diretoria Não-Estatutária | 38,4% | 61,6% | 0,0% | 100,0% |

Ademais, o conselho fiscal não havia sido instalado.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

***(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima dentro dos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das S.A.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado das empresas de atuação do mesmo segmento e visa a atração e retenção de profissionais que contribuam de forma efetiva para os resultados da Companhia, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral. Como critérios para o reajuste anual da remuneração fixa dos órgãos da administração da Companhia, são considerados: (i) quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados por empresas do mesmo setor e porte no mercado, considerando, ainda, posições de complexidade similar; e (ii) meritocracia.

A Companhia realiza pesquisas de mercado internamente, por meio de sua área de recursos humanos, e busca comparar suas práticas às de outras companhias. Eventualmente e conforme necessidade, poderão ser realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave de membros do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento.

***(iv) razões que justificam a composição da remuneração***

Analisamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria de nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

***(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato***

Conforme disposto na Política de Remuneração, membros do Conselho de Administração que também forem membros da diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de diretores. Atualmente, possuímos 2 (dois) membros do Conselho de Administração que não são remunerados em decorrência do exercício de seus cargos como membro da diretoria estatutária da Companhia.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com as práticas observadas no mercado.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.**

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com as práticas observadas no mercado.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A nossa Política de Remuneração se alinha aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela a Diretoria a metas financeiras, metas internas de resultados da Companhia e metas individuais, todas voltadas ao nosso plano de negócios.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros de sua administração. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

*(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam*

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos Diretores.

*(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos*

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange tanto para a remuneração fixa mensal, recebida a título de pró labore, quanto a remuneração variável e baseada em ações, no caso da Diretoria. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

*(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor*

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da nossa Política de Remuneração, avaliando se a remuneração paga por nós condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico financeira.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 6,25 | 3,50 | | 9,75 |
| Nº de membros remunerados | 1,50 | 3,50 | | 5,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 90.000,00 | 2.501.415,35 | | 2.591.415,35 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 59.767,92 | | 59.767,92 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 1.890.961,27 | | 1.890.961,27 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Observação** | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, (i) o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração foram informados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, (i) o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração foram informados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. | | |
| Total da remuneração | 90.000,00 | 2.561.183,27 | | 4.542.144,54 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 4,00 | 2,00 | | 6,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 2,00 | | 2,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 1.596.268,00 | | 1.596.268,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 28.723,00 | | 28.723,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 1.199.566,00 | | 1.199.566,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Observação** | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, (i) o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração foram informados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, (i) o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração foram informados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 1.624.991,00 | | 2.824.557,00 |

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Nº total de membros | 4,00 | 2,00 | | 6,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 2,00 | | 2,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 1.596.168,00 | | 1.596.168,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 24.931,00 | | 24.931,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 2.434.863,00 | | 2.434.863,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Observação** | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, (i) o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração foram informados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, (i) o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração foram informados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 4.055.962,00 | | 4.055.962,00 |

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Nº total de membros | 4,00 | 2,00 | | 6,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 2,00 | | 2,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 1.594.346,00 | | 1.594.346,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 21.662,00 | | 21.662,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 2.241.105,00 | | 2.241.105,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| **Observação** | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, (i) o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração foram informados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, (i) o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração foram informados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 3.857.113,00 | | 3.857.113,00 |

# 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

## 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Número total de membros | 6,25 | 2,75 | | 9,0 |
| Nº de membros remunerados | - | - | | - |
| **Bônus** | - | - | | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”) | - | - | | - |
| **Participação nos Resultados** | - | - | | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”) | - | - | | - |
| **Bônus Diferido** | - | - | | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”) | - | - | | - |
| Remuneração baseada em ações | - | - | | - |

| Remuneração variável para o exercício social em 31/12/2020 - Valores Anuais | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Número total de membros | 4 | 2 | - | 6 |
| Nº de membros remunerados | - | - | - | - |
| **Bônus** | - | - | - | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”) | - | - | - | - |
| **Participação nos Resultados** | - | - | - | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | 2.901.548,80 | - | 2.901.548,80 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”) | - | 1.450.774,40 | - | 1.450.774,40 |
| **Bônus Diferido** | - | - | - | - |

## 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | - | - | - | - |
| Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |

| Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Número total de membros | 4 | 2 | - | 6 |
| Nº de membros remunerados | - | - | - | - |
| **Bônus** | - | - | - | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | - | - | - | - |
| **Participação nos Resultados** | - | - | - | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | 2.901.398,81 | - | 2.901.398,81 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | - | 1.450.699,40 | - | 1.450.699,40 |
| **Bônus Diferido** | - | - | - | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | - | - | - | - |
| Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |

| Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Número total de membros | 4 | 2 | - | 6 |
| Nº de membros remunerados | - | - | - | - |
| **Bônus** | - | - | - | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | - | - | - | - |
| **Participação nos Resultados** | - | - | - | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |

## 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | 2.896.148,11 | - | 2.896.148,11 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | - | 1.448.074,06 | - | 1.448.074,06 |
| **Bônus Diferido** | - | - | - | - |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | - | - | - | - |
| Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |

# 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

**a. Termos e condições gerais**

Plano de Opção de Compra de Ações

Possuímos um plano de opção de compra de ações, que foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de março de 2021 ("Plano"). De acordo com as disposições, são elegíveis ao Plano os nossos administradores, empregados e demais colaboradores, bem como de nossas subsidiárias, a critério do Conselho de Administração ("Beneficiários").

O Plano será administrado pelo nosso Conselho de Administração, dispondo de amplos poderes dentro de sua competência para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para execução do Plano.

De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos os Beneficiários, o número de opções outorgadas, a distribuição de tais opções entre os Beneficiários, o preço de exercício, as regras de *vesting*, a data de vigência e as demais regras específicas de cada Programa, observados os termos e condições gerais.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a validade e eficácia das opções ainda em aberto concedidas com base nele.

**b. Principais objetivos do plano**

O Plano tem por objetivo outorgar opções de compra de ações aos nossos Beneficiários e de nossas controladas, com a finalidade de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos nossos e aos de nossos acionistas.

**c. Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O oferecimento de opções estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face dos modelos adotados. Os modelos adotados esperam ser eficazes como mecanismos de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

**d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O Plano tem como objetivo a remuneração dos Beneficiários e visa a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais e dos interessas de nossos acionistas. Possuímos uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. O Plano constitui instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

**e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

O Plano alinha os nossos interesses e de nossos administradores por meio de benefícios de acordo com a performance das nossas ações. Por meio do Plano, buscamos estimular a melhoria em nossa gestão e a permanência de nossos executivos e empregados, buscando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo. Ademais, o Plano visa a possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da mesma, nos termos e condições previstos no Plano.

**f. Número máximo de ações abrangidas**

O Plano estará limitado a uma diluição máxima de até 8% (oito por cento) do nosso total de ações na data da divulgação do anúncio de início da oferta ("IPO").

**g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

O Plano está limitado a uma diluição máxima de até 8% (oito por cento) do nosso capital social.

**h. Condições de aquisição de ações**

Em cada Programa, o nosso Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar Beneficiários, bem como as características de eventual outorga de opções. A indicação de um Beneficiário para um determinado Programa não implica sua indicação como Beneficiário em qualquer outro Programa futuro.

A adesão a cada Programa é voluntária, e a pessoa indicada a se tornar um Beneficiário, se tiver interesse em participar de determinado Programa, deverá firmar o competente contrato de outorga de opção de compra de ações firmado entre nós e cada Beneficiário ("Contrato de Outorga"), no prazo fixado em cada Programa.

**i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço a ser pago pelo Participante à Companhia pelo exercício de cada Opção, no caso daquelas outorgadas no primeiro Programa, corresponderá ao preço por ação fixado para as novas ações da Companhia emitidas no âmbito de seu IPO e, no caso dos demais Programas, ao preço médio ponderado por volume financeiro das ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa. O Conselho de Administração poderá determinar a aplicação de um desconto em relação ao preço determinado conforme descrito anteriormente.

**j. Critérios para fixação do prazo de exercício**

As opções maduras, ou seja, aquelas opções que tenham cumprido os requisitos de *vesting* mas que ainda não tenha sido exercidas ("Opções Maduras") poderão ser exercidas pelo Beneficiário em até 30 dias contados da sua data de outorga. As Opções Maduras que não forem exercidas pelo Beneficiário até o término do prazo de exercício serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

O exercício das Opções Maduras será feito mediante entrega do competente termo de exercício de opções, devidamente preenchido e assinado pelo participante, conforme previsto no Contrato de Outorga.

Exercida a Opção Madura, o Conselho de Administração definirá a forma de liquidação da opção.

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Salvo se o Conselho de Administração estabelecer e divulgar uma data fixa, possuímos um prazo até o final do mês subsequente ao mês do recebimento do termo de exercício de opções para efetuar a transferência ou emissão das ações para o participante, contra a assinatura do competente boletim de subscrição ou termo de transferência de ações, conforme o caso, e o recebimento do preço do exercício.

**k. Forma de liquidação**

Para liquidação dos exercícios das opções, podemos, a critério do Conselho de Administração e nos termos da legislação aplicável: (i) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) vender ações mantidas em tesouraria.

**l. Restrições à transferência das ações**

Salvo se o Conselho de Administração estabelecer de outra forma no âmbito de um Programa, as ações recebidas em decorrência do exercício de Opções Maduras não estarão sujeitas a lock-up e estarão livres para negociação, respeitados eventuais períodos de bloqueio e demais restrições previstas em lei.

**m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Qualquer alteração legal significativa no tocante à legislação, regulamentação ou jurisprudência de mercado de capitais, tributária, previdenciária ou trabalhista aplicáveis a planos de incentivo de longo prazo, poderá levar à revisão parcial ou integral do Plano, ou mesmo sua suspensão, a critério do Conselho de Administração.

**n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nenhuma disposição do Plano poderá ser interpretada como constituição de quaisquer direitos aos Beneficiários além daqueles previstos no Plano, e nem conferirá direito estatutário e/ou direito de permanência até o término do seu mandato ou contrato de trabalho, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia de destituí-lo ou desligá-lo, nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com os Programas poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo durante a vigência dos Programas:

a) em caso de pedido de desligamento voluntário ou por justa causa, o Beneficiário terá o direito de exercer as Ações Maduras, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contado da data do desligamento. Todas as Opções que ainda não tenham se tornado Maduras estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

b) em caso de desligamento sem justa causa, o Beneficiário terá o direito de (i) exercer todas as Opções Maduras, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias; e (ii) manter um número pro rata de Opções que não estejam Maduras, proporcional ao prazo de Vesting decorrido, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias. Caso as Opções ainda não Maduras estejam sujeitas a condições de performance ou resultado que ainda não possam ser apuradas no momento do desligamento, a determinação do número de Opções a serem mantidas pelo Beneficiário será feita conforme previsto no respectivo Programa.

c) no caso de morte ou invalidez permanente do Beneficiário, o Beneficiário terá o direito de manter uma quantidade de Opções determinado da mesma forma que no caso de desligamento sem justa causa. Salvo determinação em contrário do Conselho de Administração, em caso de morte ou invalidez permanente, a Opções tornar-se-ão imediatamente Maduras e deverão ser exercidas em

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

até 60 (sessenta) dias contados da data da morte ou invalidez permanente. A Companhia realizará o pagamento aos herdeiros, sucessores e/ou cônjuges meeiros do Beneficiário ou, a seu exclusivo critério, depositará o valor correspondente em conta bancária vinculada, pendente conclusão de eventuais procedimentos de inventário e/ou sucessão.

Não obstante as situações previstas acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério e dentro das competências estabelecidas no Plano, (i) conferir tratamento a determinado Beneficiário que se desligue em condições diversas, (ii) acelerar os prazos de Vesting; e/ou (iii) estabelecer que o Beneficiário poderá manter um número de Opções superior ao previsto no Plano, podendo também estabelecer condições adicionais para a concessão de tal direito.

## 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

**13.5. - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Informamos que não há informações sobre a remuneração baseada em ações reconhecidas nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, tendo em vista que o Plano de Opção de Compra de Ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2021.

Ainda, informamos também que não há informações de remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente tendo em vista que não houve outorga de ações até o momento.

## 13.6 - Opções em Aberto

**13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

Informamos que até o momento nenhuma ação foi entregue no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2021, bem como não há em aberto qualquer exercício de opção de compra de ações no âmbito desse Plano.

## 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

**13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

Item não aplicável, pois nos três últimos exercícios sociais nenhuma ação foi entregue pela Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

**13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo**

Item não aplicável, considerando que nenhuma ação foi entregue no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, não tendo sido prestada nenhuma informação nos itens 13.5 a 13.7 referente a referido Plano.

## 13.9 - Participações Detidas Por Órgão

**13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

Em 31 de dezembro de 2020, os membros da administração detinham as seguintes participações acionárias na Companhia:

| Órgão | Ações | |
|---|---|---|
| | Número | Participação (%) |
| Conselho de Administração | 372.846 | 50,00% |
| Diretoria | 99.374 | 13,33% |
| Conselho Fiscal | 0 | 0,00% |

# 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, considerando que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

## 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

**Valores anuais**

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Nº de membros | 2,00 | 2,00 | 2,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Nº de membros remunerados | 2,00 | 2,00 | 2,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da maior remuneração(Reais) | 1.858.235,32 | 2.721.878,87 | 2.760.043,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da menor remuneração(Reais) | 966.321,74 | 1.334.083,10 | 1.097.069,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor médio da remuneração(Reais) | 1.412.278,53 | 2.027.980,99 | 1.928.556,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**Observação**

| Diretoria Estatutária |
|---|

498

| Conselho de Administração | |
|---|---|
| 31/12/2020 | A Companhia nao possuía membros remunerados pela atividade do membro do Conselho de Administração |
| 31/12/2019 | A Companhia nao possuía membros remunerados pela atividade do membro do Conselho de Administração |
| 31/12/2018 | A Companhia nao possuía membros remunerados pela atividade do membro do Conselho de Administração |

| Conselho Fiscal | |
|---|---|
| 31/12/2020 | A Companhia não possuía Conselho Fiscal. |
| 31/12/2019 | A Companhia não possuía Conselho Fiscal. |
| 31/12/2018 | A Companhia não possuía Conselho Fiscal. |

# 13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não há mecanismos pré-acordados atualmente para indenização de administradores em caso de aposentadoria ou destituição de cargos. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela de cessação do cargo a esses Diretores.

# 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

**13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

| Órgão | Percentual de Partes relacionadas |
|---|---|
| Conselho de Administração | N/A |
| Diretoria Estatutária | 100% |

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

| Órgão | Percentual de Partes relacionadas |
|---|---|
| Conselho de Administração | N/A |
| Diretoria Estatutária | 100% |

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

| Órgão | Percentual de Partes relacionadas |
|---|---|
| Conselho de Administração | N/A |
| Diretoria Estatutária | 100% |

A Companhia esclarece que, nos últimos três exercícios sociais, bem como no exercício social corrente, não possui Conselho Fiscal instalado.

# 13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

## 13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

### 13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, mesmo que não relacionados ao exercício de cargo na Companhia.

# 13.16 - Outras Informações Relevantes

### 13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

# 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

### 14.1 - Descrições dos recursos humanos

**(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados em 31 de dezembro de 2020:

| Atividade | 31/12/2020 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | NORTE | NORDESTE | SUL | SUDESTE | Total |
| **Administrativo** | - | - | - | 107 | 107 |
| **Diretoria** | - | - | - | 4 | 4 |
| **Coord, Ger. e Ger. Executivo** | - | - | - | 28 | 28 |
| **Operação** | - | - | - | 359 | 359 |
| **Supervisores** | - | - | - | 21 | 21 |
| **Estagiários e Aprendizes** | - | - | - | 11 | 11 |
| **Total** | **-** | **-** | **-** | **530** | **530** |

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados em 31 de dezembro de 2019:

| Atividade | 31/12/2019 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | NORTE | NORDESTE | SUL | SUDESTE | Total |
| **Administrativo** | - | - | - | 94 | 94 |
| **Diretoria** | - | - | - | 4 | 4 |
| **Coord, Ger. e Ger. Executivo** | - | - | - | 23 | 23 |
| **Operação** | - | - | - | 326 | 326 |
| **Supervisores** | - | - | - | 16 | 16 |
| **Estagiários e Aprendizes** | - | - | - | 14 | 14 |
| **Total** | **-** | **-** | **-** | **477** | **477** |

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados em 31 de dezembro de 2018:

| Atividade | 31/12/2018 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | NORTE | NORDESTE | SUL | SUDESTE | Total |
| **Administrativo** | - | - | - | 81 | 81 |
| **Diretoria** | - | - | - | 4 | 4 |
| **Coord, Ger. e Ger. Executivo** | - | - | - | 17 | 17 |
| **Operação** | - | - | - | 410 | 410 |
| **Supervisores** | - | - | - | 19 | 19 |
| **Estagiários e Aprendizes** | - | - | - | 17 | 17 |
| **Total** | **-** | **-** | **-** | **548** | **548** |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

**b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, distribuídos por região e por atividade prestada:

| Atividade | 31/12/2020 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | NORTE | NORDESTE | SUL | SUDESTE | Total |
| **Limpeza** | - | - | - | 4 | 4 |
| **Total** | - | - | - | 4 | 4 |

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, distribuídos por região e por atividade prestada:

| Atividade | 31/12/2019 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | NORTE | NORDESTE | SUL | SUDESTE | Total |
| **Limpeza** | - | - | - | 7 | 7 |
| **Total** | - | - | - | 7 | 7 |

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, distribuídos por região e por atividade prestada:

| Atividade | 31/12/2018 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | NORTE | NORDESTE | SUL | SUDESTE | Total |
| **Limpeza** | - | - | - | 8 | 8 |
| **Total** | - | - | - | 8 | 8 |

**c) Índice de rotatividade**

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade:

| Índice de Rotatividade (Acumulado em 12 meses) | | |
|---|---|---|
| 2018 | 2019 | 2020 |
| 21,5% | 24,8% | 39,9% |

# 14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

### 14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Em março de 2020, a Companhia realizou a aquisição da empresa Inter Partner Assistance Prestadora De Serviços De Assistência 24 Horas Ltda., que passou a ser 100% controlada pela Companhia, aumentando o seu quadro de funcionários em 96 pessoas.

# 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

**14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

**(a) política de salários e remuneração variável**

A Companhia considera sua política de remuneração como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: (i) remuneração em linha com o mercado; (ii) condições de atrair e reter bons profissionais; (iii) programas de capacitação e desenvolvimento; (iv) definição de estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais, e (v) programas de reconhecimento e ações meritocráticas, além de fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Com objetivo de manter a remuneração dos colaboradores competitiva em relação ao mercado competidor, a Companhia participa regularmente de pesquisas salariais de seu segmento de atuação. A partir da pesquisa, a Companhia estabelece níveis de competitividade salariais.

**(b) política de benefícios**

Os empregados da Companhia são elegíveis a diversos benefícios de acordo com o cargo, e em concordância com a legislação aplicável. Os empregados contam com um pacote de benefícios que inclui: (i) vale-transporte ou cartão mobilidade; (ii) vale-refeição ou alimentação; (iii) assistência médica e odontológica; (iv) seguro de vida; (v) programa de incentivo educacional; (vi) auxílio internet; e (vii) estacionamento.

(i) Vale Transporte ou Cartão Mobilidade: os funcionários da Companhia podem optar pela melhor forma de se deslocar de sua residência à empresa, de forma segura, com desconto em folha de pagamento de 6% sobre o salário, caso aceite o benefício no momento de admissão. Para a concessão do referido benefício, a Companhia utiliza parcerias com diversas empresas;

(ii) Vale Refeição ou Alimentação: a Companhia utiliza os serviços do parceiro Alelo, e o colaborador pode escolher receber o benefício mensal creditado em um cartão de vale alimentação ou vale refeição. O desconto mensal equivale a 20% do valor creditado no cartão e fornecido integralmente nas férias do colaborador. Os valores diários variam de acordo a jornada de cada colaborador;

(iii) Assistência Médica e Odontológica: A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores os seguintes planos médicos: (a) Intermédica Smart 400; e (b) Sul América, tanto médico quanto odontológico. Os planos são ofertados a cargos de coordenação e superiores. O tipo de plano varia de acordo com o upgrade de cada cargo;

(iv) Seguro de Vida: a Companhia fornece a todos os colaboradores o seguro de vida empresarial do Grupo Prudential, sem desconto de participação do colaborador;

(v) Programa de Incentivo Educacional: a Companhia patrocina até 100% das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação à escolha de seus colaboradores. O colaborador deve ser aprovado em entrevista específica e não possuir nenhum tipo advertência escrita ou estar afastado do exercício de suas funções na Companhia. Ainda, a Companhia oferece aulas de línguas com ofertas especiais em decorrência de parcerias;

(vi) Auxílio Internet: desde o início da pandemia, a Companhia oferece aos seus colaboradores auxílio internet no valor de R$ 100,00 para viabilizar e facilitar o trabalho remoto; e

(vii) Estacionamento: de acordo com o cargo, é oferecido estacionamento gratuito dentro do condomínio em que a Companhia desempenha suas atividades.

## 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

**(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:**

A Companhia não possuía um plano de remuneração baseado em ações para empregados não administradores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

# 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

Os empregados da Companhia são representados pelo SINDPD - Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo.

A Companha mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, sem histórico de greve ou paralisações. Ainda, a Companhia divulga aos seus colaboradores as convenções coletivas e demais ações promovidas pela entidade sindical.

## 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

**14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatório | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| **Detalhamento por classes de ações (Unidades)** | | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| **RICARDO UCHOA ALVES LIMA** | | | | | |
| 061.291.538-72 | Brasileiro | Sim | Sim | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 7.500.010 | 25,000% | 0 | 0,000% | 7.500.010 | 25,000% |
| **OLD BRIDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR** | | | | | |
| 21.254.881/0001-47 | Brasileiro | Sim | Sim | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 7.500.010 | 25,000% | 0 | 0,000% | 7.500.010 | 25,000% |
| **ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE** | | | | | |
| 253.065.768-85 | Brasileiro | Sim | Sim | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 3.999.002 | 13,330% | 0 | 0,000% | 3.999.002 | 13,330% |
| **ANA ELISA PEREIRA DO VALLE STAUB** | | | | | |
| 253.066.028-00 | Brasileiro | Sim | Sim | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 11.001.018 | 36,670% | 0 | 0,000% | 11.001.018 | 36,670% |
| **OUTROS** | | | | | |
| 0 | 0,000% | 0 | 0,000% | 0 | 0,000% |
| **AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:** | | | | | |
| 0 | 0,000% | 0 | 0,000% | 0 | 0,000% |

511

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatório | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | | | | | |
| 30.000.040 | 100,000% | 0 | 0,000% | 30.000.040 | 100,000% |

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatório | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| OLD BRIDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR | | | | 21.254.881/0001-47 | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| Old Bridge Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior | | | | | |
| 21.254.931/0001-96 | Brasileiro | Não | Não | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 278.610 | 100,000 | 0 | 0,000 | 278.610 | 100,000 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| OUTROS | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| TOTAL | | | | | |
| 278.610 | 100,000 | 0 | 0,000 | 278.610 | 100,000 |

513

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Old Bridge Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior** | | | | **21.254.931/0001-96** | |
| **AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:** | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| **Dimas de Camargo Maia Filho** | | | | | |
| 058.923.768-34 | Brasileiro | Não | Não | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 149.367 | 99,999 | 0 | 0,000 | 149.367 | 99,999 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Globalway Investimentos e Participações Ltda.** | | | | | |
| 03.472.622/0001-00 | Brasileiro | Não | Não | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 2 | 0,001 | 0 | 0,000 | 2 | 0,001 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **OUTROS** | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |

514

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatório | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Old Bridge Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior | | | | 21.254.931/0001-96 | |
| TOTAL | | | | | |
| 149.369 | 100,000 | 0 | 0,000 | 149.369 | 100,000 |

515

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Globalway Investimentos e Participações Ltda.** | | | | **03.472.622/0001-00** | |
| **AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:** | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| **Caio de Camargo Maia** | | | | | |
| 251.266.338-80 | Brasileiro | Não | Não | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 1 | 0,100 | 0 | 0,000 | 1 | 0,100 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Dimas de Camargo Maia Filho** | | | | | |
| 058.923.768-34 | Brasileiro | Não | Não | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 998 | 99,800 | 0 | 0,000 | 998 | 99,800 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Marcelo de Camargo Maia** | | | | | |
| 282.027.018-21 | Brasileiro | Não | Não | 15/03/2021 | |
| Não | Luiz Antônio Passetti | | | 00.000.162/5898-32 | |
| 1 | 0,100 | 0 | 0,000 | 1 | 0,100 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

516

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatório | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Globalway Investimentos e Participações Ltda. | | | | 03.472.622/0001-00 | |
| OUTROS | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| TOTAL | | | | | |
| 1.000 | 100,000 | 0 | 0,000 | 1.000 | 100,000 |

517

## 15.3 - Distribuição de Capital

| | |
|---|---|
| **Data da última assembleia / Data da última alteração** | 15/03/2021 |
| **Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)** | 3 |
| **Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)** | 1 |
| **Quantidade investidores institucionais (Unidades)** | 0 |

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

| | | |
|---|---|---|
| **Quantidade ordinárias (Unidades)** | 0 | 0,000% |
| **Quantidade preferenciais (Unidades)** | 0 | 0,000% |
| **Total** | 0 | 0,000% |

## 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

**15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico**

# 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Na data deste Formulário de Referência, possuímos 1 (um) acordo de acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia, do qual os acionistas controladores são parte ("Acordo de Acionistas"). No entanto, ressaltamos que os acionistas controladores da Companhia estão realizando um processo de revisão do Acordo de Acionistas atualmente vigente, mediante a celebração de um aditamento de modo a prever (i) a inclusão do Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior como signatário do acordo; (ii) a nova estrutura de capital da Companhia; e (iii) o aprimoramento do acordo de votos relativo às assembleias gerais da Companhia.

**(a) Partes**

São partes no acordo de acionistas: (i) Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle ("Ana Cristina"); (ii) Ricardo Uchoa Alves Lima ("Ricardo"); (iii) Dimas de Camargo Maia Filho ("Dimas"); e (iv) Ana Elisa Pereira do Valle Staub ("Ana Elisa" e, em conjunto com Ana Cristina, Ricardo e Dimas, os "Acionistas"), bem como, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.

**(b) Data de celebração**

O Acordo de Acionistas da Companhia foi celebrado em 25 de abril de 2012.

**(c) Prazo de vigência**

O Acordo de Acionistas possui prazo indeterminado, podendo ser renovado, por unanimidade, no âmbito da própria Companhia.

**(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

Sujeitam-se ao Acordo de Acionistas as ações ordinárias detidas pelos Acionistas que estejam expressamente vinculadas ao Acordo de Acionistas ("Ações Vinculadas").

Previamente a cada Assembleia Geral da Companhia, deverá ser convocada e realizada reunião para discutir cada uma das matérias da ordem do dia da Assembleia Geral ("Reunião Prévia"), nas quais os Acionistas deliberarão sobre a sua orientação de voto, que deve ser igual para todos na Assembleia Geral. Após a realização das Reuniões Prévias, deverão ser lavradas notificações dos Acionistas à Companhia, computando os seus votos exercíveis a cada Assembleia Geral.

**(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**

Não aplicável, tendo em vista que não há disposições no Acordo de Acionistas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais.

**(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

Caso qualquer Acionista pretenda ceder, gratuita ou onerosamente, direta ou indiretamente, no todo ou em parte as suas Ações Vinculadas ("Acionista Ofertante"), o referido Acionista Ofertante é obrigado a oferecê-las individualmente a todos os demais Acionistas ("Acionistas Ofertados"), por meio da entrega de correspondência registrada com aviso de recebimento ou entregue com protocolo aos Acionistas Ofertados. A referida correspondência deverá detalhar as condições da oferta, discriminando a quantidade de Ações Vinculadas, a moeda de pagamento, o preço a ser pago e os direitos que serão ofertados. Os Acionistas Ofertados terão até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da correspondência, para manifestar sua intenção de compra, por escrito, ao Acionista Ofertante. Caso nenhum Acionista Ofertado manifeste sua intenção de adquirir a totalidade das Ações Vinculadas sendo ofertadas, o Acionista Ofertante não será obrigado a alienar suas Ações Vinculadas preferencialmente.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

O Acionista que manifestar seu interesse de compra poderá exercer o seu direito de preferência que lhe couber, na proporção da participação que possuir no capital social da Companhia à época ("Direito de Preferência"). O exercício do Direito de Preferência estará sujeito aos procedimentos abaixo expostos.

Na hipótese dos Acionistas renunciarem ou não exercerem o seu Direito de Preferência à aquisição das ações ofertadas a que fizer jus, as eventuais sobras decorrentes do não exercício ("Sobras") deverão ser as mesmas ofertadas aos Acionistas que exercerem o Direito de Preferência, na respectiva proporção de suas participações no capital social da Companhia. Tais Acionistas terão um prazo de até 15 (quinze) dias corridos para se manifestaram sobre a aquisição das Sobras.

Caso o Direito de Preferência não seja exercido, o Acionista Ofertante poderá alienar suas Ações vinculadas a terceiros em até 60 (sessenta) dias contados da expiração do prazo mencionado acima, desde que em sua totalidade e observando as mesmas condições enviadas aos Acionistas Ofertados. Caso a alienação não seja feita dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, o Direito de Preferência é reestabelecido aos Acionistas Ofertados.

As restrições de alienação de Ações Vinculadas acima indicadas não são aplicáveis às transferências das Ações Vinculadas aos ascendentes, descendentes e cônjuges dos Acionistas, bem como para sociedades de participação brasileiras, existentes ou que venham a ser constituídas por qualquer Acionista, seus ascendentes ou descendentes, e desde que o seu objeto social inclua a participação em capital da Companhia.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas determina também a opção de venda conjunta (*tag along*), estabelecendo que caso qualquer Acionista, individual ou conjuntamente, receba proposta de terceiro para adquirir Ações Vinculadas que represente a alienação do controle da Companhia, tais Acionistas deverão informar os demais Acionistas através de correspondência registrada com aviso de recebimento ou entregue com protocolo para que estes possam exercer o direito de participar em conjunto da venda, alienando proporcionalmente parte de suas Ações Vinculadas e seguindo, rigorosamente, o mesmo montante *pro rata* ao bloco a ser adquirido e as mesmas condições de preço e pagamento.

Os Acionistas interessados em exercer o direito de *tag along* deverão notificar os Acionistas vendedores das Ações Vinculadas ao terceiro comprador por meio de correspondência registrada, com aviso de recebimento ou entregue com protocolo, com cópia para os demais Acionistas e para a administração da Companhia, em até 30 (trinta) dias do conhecimento da negociação em curso.

**(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

Não aplicável, tendo em vista que não há disposições no Acordo de Acionistas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais.

# 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Em 22 de janeiro de 2018, foi celebrado o "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" entre (i) (a) Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle; (b) Ana Elisa Pereira do Valle Staub; (c) Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior; (d) Ricardo Uchoa Alves Lima (em conjunto, os "Compradores"); (ii) Oi Internet S.A. ("Vendedora"); e (iii) a Companhia como interveniente anuente, por meio do qual foram definidos os termos e condições aplicáveis à aquisição da totalidade das 229.270 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Oi Internet pelos Compradores. Após a consumação da operação, a Vendedora deixou de ser acionista da Companhia e os Compradores passaram a deter a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia.

# 15.7 - Principais Operações Societárias

## 15.7 - Principais operações societárias

| | |
|---|---|
| **a) evento** | Aquisição pela Companhia da totalidade das quotas da Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. ("Inter Partner Assistance") (antiga denominação da CDF Assistências Ltda.) |
| **b) principais condições do negócio** | Em 11 de novembro de 2019, foi celebrado o "*Quota Purchase Agreement*" entre a Inter Partner Assistance e a Companhia, conforme aditado, por meio do qual foram definidos os termos e condições aplicáveis à aquisição da totalidade das quotas da Inter Partner Assistance pela Companhia. Em 3 de março de 2020, após cumpridas ou renunciadas as condições precedentes, a aquisição foi consumada pelas partes. |
| **c) sociedades envolvidas** | Inter Partner Assistance Prestadora de Serviços de Assistência 24 Horas Ltda. (antiga denominação da CDF Assistências Ltda.) e a Companhia |
| **d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário** | Não houve alteração no quadro acionário da Companhia. Após a consumação da operação, a Inter Partner Assistance passou a ser integralmente detida pela Companhia. |
| **e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** | Cumprimento das regras societárias aplicáveis, bem como do Estatuto Social da Companhia. |
| **f) quadro societário antes e depois da operação** | Quadro societário antes da operação: |

## 15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|---|
| | Quadro societário após a operação: |

| | |
|---|---|
| **a) evento** | Incorporação da Montpellier Participações S.A. ("Montpellier") pela CDF – Central de Funcionamento Tecnologia e Participações S.A. (antiga denominação social da Companhia) |
| **b) principais condições do negócio** | Em 28 de fevereiro de 2018, foi celebrado o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Montpellier Participações S.A. pela CDF – Central de Funcionamento Tecnologia e Participações S.A." entre a Montpellier e a CDF – Central de Funcionamento Tecnologia e Participações S.A. (antiga denominação social da Companhia), o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da incorporação da Montpellier pela Companhia. |
| **c) sociedades envolvidas** | Montpellier Participações S.A. e a Companhia |
| **d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário** | Após a consumação da operação, a Montpellier foi extinta e a totalidade do seu patrimônio foi transferida, por sucessão universal, para a Companhia. Tendo em vista que a Companhia detinha, na data da incorporação, 100% das quotas representativas do capital social da Montpellier, a incorporação se deu sem aumento de capital da Companhia. |
| **e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** | Realização de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 28 de fevereiro de 2018, na qual os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a incorporação da Montpellier pela Companhia. |

## 15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|---|
| **f) quadro societário antes e depois da operação** | Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração no quadro societário da Companhia. Após a consumação da operação a Montpellier foi extinta e a totalidade do seu patrimônio foi transferida à Companhia, por sucessão universal. |

| | |
|---|---|
| **a) evento** | Aquisição de ações de emissão da Companhia anteriormente detidas pela Oi Internet S.A. ("Oi Internet") pelos acionistas controladores da Companhia. |
| **b) principais condições do negócio** | Em 22 de janeiro de 2018, foi celebrado o "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" entre (i) (a) Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle; (b) Ana Elisa Pereira do Valle Staub; (c) Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior; (d) Ricardo Uchoa Alves Lima (em conjunto, os "Compradores"); (ii) Oi Internet S.A. ("Vendedora"); e (iii) a Companhia como interveniente anuente, por meio do qual foram definidos os termos e condições aplicáveis à aquisição da totalidade das 229.270 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Oi Internet pelos Compradores. |
| **c) sociedades envolvidas** | Oi Internet S.A., Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior e Companhia. |
| **d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário** | Após a consumação da operação, os Compradores passaram a deter a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia. |
| **e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** | Cumprimento das regras societárias aplicáveis, bem como do Estatuto Social da Companhia. |

## 15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|---|
| **f) quadro societário antes e depois da operação** | Quadro societário antes da operação:<br> <br><br>Quadro societário após a operação:<br> <br> |

# 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

### 15.8 - Fornecer outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 15.

# 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

**16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

A Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses ("Política de Partes Relacionadas") da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021, estabelece as regras que devem ser observadas em todas as transações comerciais da Companhia que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política de Partes Relacionadas), bem como para administração de outras situações que envolvam conflitos de interesses, reais, potenciais ou aparentes.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é fornecer orientações à conduta dos administradores da Companhia e de suas controladas, assim entendidos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria (estatutária e não-estatutária, de forma a zelar para que todas as Transações com Partes Relacionadas (conforme definidas na Política de Partes Relacionadas) e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os interesses da Companhia, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pela área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. A área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com a Política de Partes Relacionadas. A área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos da Política de Partes Relacionadas.

A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das Partes Relacionadas e pela classificação de operações como uma Transação com Partes Relacionadas; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação e resolução de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma Transação com Partes Relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a Companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores, exceto caso o empréstimo seja concedido no âmbito do programa de incentivo aos integrados, caso o administrador ou controlador figure como integrado, e de acordo com os mesmos termos e condições que foram concedidos aos demais integrados naquele exercício social; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente em nosso *website* https://ri.cdf.net, bem como fisicamente em nossa sede social.

## 16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ana Cristina do Valle, Ricardo Uchoa Lima, Dimas Maia Filho e Ana Elisa do Valle Staub | 26/02/2018 | 23.000.000,00 | R$25.562.000,00 | | Até 10 de novembro de 2023 | SIM | 0,000000 |

| | |
|---|---|
| **Relação com o emissor** | Acionistas controladores da Companhia |
| **Objeto contrato** | Trata-se de Contrato de Mútuo celebrado entre a Companhia (credor) e Ana Cristina Junqueira do Valle, Ricardo Uchoa Alves Lima, Dimas de Camargo Maia Filho e Ana Elisa Pereira do Valle Staub (devedores) no valor total de R$ 23.000.000,00, sendo R$ 3.065.900,00 (13,33%) para Ana Cristina, R$ 8.434.100,00 (36,67%) para Ana Elisa, R$ 5.750.004,43 (25%) para Dimas e R$ 5.750.004,43 (25%) para Ricardo, para pagamento em 67 parcelas mensais, sendo a última com vencimento em 10.11.2023. |
| **Garantia e seguros** | Não aplicável |
| **Rescisão ou extinção** | Extinção de pleno direito mediante pagamento integral do principal e juros ou por comum acordo entre todas as partes |
| **Natureza e razão para a operação** | Operação de mútuo em favor de acionistas da Companhia. |
| **Posição contratual do emissor** | Outra |
| **Especificar** | CREDOR<br>Parte dos recursos provenientes da parcela secundária da oferta pública inicial de ações da Companhia serão utilizados pelos devedores para liquidar as obrigações referentes ao Contrato de Mútuo. |

## 16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

### 16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

**a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Na data deste Formulário de Referência, o Estatuto Social da Companhia estabelece que compete ao Conselho de Administração aprovar a política relacionada a transações com partes relacionadas e gerenciamento de conflitos de interesses e os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse são aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Política de Transações com Partes Relacionadas. Adicionalmente, a partir da data de admissão da Companhia no segmento de listagem do Novo Mercado da B3, a Companhia passa a adotar as práticas de governança estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado, com o intuito de assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer parte relacionada sejam realizadas em termos e condições usuais de mercado, e sempre respeitando os interesses da Companhia.

Caso seja identificada, pelos administradores da Companhia, qualquer matéria que possa dar ensejo a qualquer conflito de interesse entre a Companhia e qualquer parte relacionada, estes devem, obrigatoriamente, manifestar as razões de tal conflito de interesses, ausentando-se das discussões sobre o tema e abstendo-se de votar.

Além disso, a Lei das S.A. prevê que conselheiros e diretores são proibidos de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia em detrimento desta; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A celebração da transação descrita no item 16.2 acima observou condições comutativas de mercado, bem como as práticas estabelecidas em lei.

**b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia observa as condições gerais praticadas pelo mercado à época da celebração do respectivo contrato, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza anteriormente realizadas.

Ademais, todas as transações com partes relacionadas são formalizadas por meio de instrumento escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

Todas as Transações com Partes Relacionadas a serem celebradas no curso dos negócios e que não envolvam Valores Relevantes, deverão ser formal e previamente aprovadas pela área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos com relato ao Comitê de Auditoria Estatutário após a assinatura da Transação com Partes Relacionadas.

As Transações com Partes Relacionadas a serem celebradas fora do curso normal dos negócios, e desde que não envolvam Valores Relevantes, deverão ser aprovadas formal e previamente pela área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

As Transações com Partes Relacionadas, que envolvam Valores Relevantes, sejam celebradas no curso normal dos negócios ou não, deverão ser formal e previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos.

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

O Conselho de Administração ou a área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos, conforme o caso, poderão aprovar uma Transação com Partes Relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em Condições de Mercado ou com pagamento compensatório adequado e no interesse da Companhia e/ou de suas controladas.

O Conselho de Administração ou a área de controles internos, *compliance* e riscos corporativos, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma Transação com Partes Relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no interesse da Companhia e/ou de suas controladas.

Com o objetivo de trazer clareza e evitar quaisquer dúvidas em relação a comutatividade da transação elencada no item 16.2, acima, a Companhia esclarece que os termos e condições do Contrato de Mútuo celebrado entre a Companhia e os devedores observaram os procedimentos acima elencados, tendo em vista que foram observadas as condições gerais praticadas pelo mercado à época, contando inclusive com uma cotação de índices de remuneração com instituição financeira brasileira de primeira linha para definição dos termos comerciais da transação. Ainda, foi formalizada por meio de instrumento escrito, no qual constam seus principais termos e condições, quais sejam: duração, índice de remuneração, forma de pagamento, condições para rescisão, dentre outros.

Em razão dos fatores acima, é possível demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas entre a Companhia e/ou as controladas e qualquer das partes relacionadas à Companhia, bem como o respectivo pagamento compensatório adequado em tais negociações, mediante sua comparação com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral, conforme o caso.

# 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

**16.4 – Outras informações relevantes**

Para fins da Política de Partes Relacionadas, entende-se como uma "Transação com Partes Relacionadas" uma transação em que uma Parte Relacionada celebra um contrato com a Companhia e/ou qualquer de suas controladas. Para fins do ora disposto, o termo "contrato" refere-se a transações em que haja transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma Parte Relacionada e a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, independentemente de as partes terem atribuído ou não um valor ou preço à transação ou terem formalizado a transação por meio de um contrato escrito.

Para fins desta Política é considerada uma "Parte Relacionada" qualquer pessoa física ou jurídica, ou qualquer outra entidade que está relacionada com a Companhia, conforme indicado a seguir:

(a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a Companhia se:

(i) tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;

(ii) tiver influência significativa sobre a Companhia; ou

(iii) for membro do pessoal chave da administração da Companhia ou de sua controladora.

(b) Uma entidade está relacionada com a Companhia se qualquer das condições abaixo for observada:

(i) a entidade e a Companhia são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter-relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);

(ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (*joint venture*) da Companhia (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a Companhia é membro);

(iii) a entidade e a Companhia estão sob o controle conjunto (*joint venture*) de uma terceira entidade;

(iv) a entidade está sob o controle conjunto (*joint venture*) de uma terceira entidade e a Companhia for coligada dessa terceira entidade;

(v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a Companhia e a que está relacionada com ela;

(vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);

(vii) uma pessoa identificada na letra (a) (i) tem influência significativa sobre a entidade, ou é membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade); ou

(viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da entidade que reporta ou à controladora da entidade que reporta.

Adicionalmente, a Companhia informa que está atualmente em processo de negociação de termo aditivo ao Termo de Cooperação celebrado com a Rendem Serviços de Intermediação Ltda. ("Rendem") em 21 de fevereiro de 2020 ("Termo de Cooperação"). A referida renegociação busca determinar novos termos comerciais para a parceria comercial estabelecida, de forma a garantir a comutatividade da mesma, bem como estabelecer o pagamento de uma contrapartida financeira, em valores que estejam em linha com os praticados pelo mercado, em decorrência da disponibilização e facilitação de acesso pela Rendem à base de clientes da Companhia para a prestação de seus próprios serviços. Por fim, a Companhia informa que o termo aditivo será celebrado antes da divulgação do Aviso ao Mercado relativo à sua oferta pública inicial de ações.

## 17.1 - Informações Sobre O Capital Social

| Data da autorização ou aprovação | Valor do capital (Reais) | Prazo de integralização | Quantidade de ações ordinárias (Unidades) | Quantidade de ações preferenciais (Unidades) | Quantidade total de ações (Unidades) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Tipo de capital** | **Capital Emitido** | | | | |
| 15/03/2021 | 7.654.157,59 | Totalmente integralizado | 30.000.000 | 0 | 30.000.000 |
| **Tipo de capital** | **Capital Subscrito** | | | | |
| 15/03/2021 | 7.654.157,59 | Totalmente integralizado | 30.000.000 | 0 | 30.000.000 |
| **Tipo de capital** | **Capital Integralizado** | | | | |
| 15/03/2021 | 7.654.157,59 | Totalmente integralizado | 30.000.000 | 0 | 30.000.000 |
| **Tipo de capital** | **Capital Autorizado** | | | | |
| 15/03/2021 | 0,00 | | 30.000.000 | 0 | 30.000.000 |

533

## 17.2 - Aumentos do Capital Social

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não realizou aumentos em seu capital social.

## 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

| Data aprovação | Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades) | | | Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações |
| **Desdobramento** | | | | | | |
| 15/03/2021 | 745.491 | 0 | 745.491 | 30.000.000 | 0 | 30.000.000 |

535

## 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

| Data de deliberação | Data redução | Valor total redução (Reais) | Quantidade ações ordinárias (Unidades) | Quantidade ações preferenciais (Unidades) | Quantidade total ações (Unidades) | Redução / Capital anterior | Valor restituído por ação (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04/02/2020 | 04/02/2020 | 8.039.015,91 | 782.974 | 0 | 782.974 | 51,23000000 | 10,27 |

**Forma de restituição** A quantia total da redução do capital social da Companhia, no montante de R$8.039.015,91 foi restituída aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

**Razão para redução** A redução do capital social ocorreu devido ao fato de que o capital social da Companhia era excessivo.

# 17.5 - Outras Informações Relevantes

### 17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se descritas nos demais itens da presente seção.

## 18.1 - Direitos Das Ações

| Espécie de ações ou CDA | Ordinária |
|---|---|
| **Tag along** | 100,000000 |
| **Direito a dividendos** | Nos termos da Lei das S.A., aos nossos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A. Tal dividendo obrigatório não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. |
| **Direito a voto** | Pleno |
| **Conversibilidade** | Não |
| **Direito a reembolso de capital** | Sim |
| **Descrição das características do reembolso de capital** | Liquidação: De acordo com as regras da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas receberão os pagamentos na proporção de suas participações no capital social;<br>Reembolso: De acordo com o Estatuto Social, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral; e<br>Resgate: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações de emissão da Companhia podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas em assembleia geral extraordinária que representem, no mínimo, 50% do capital social da Companhia. |
| **Restrição a circulação** | Não |
| **Resgatável** | Não |
| **Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate** | |
| **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** | Os direitos que não sejam estabelecidos por lei poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das Sociedades por Ações. |
| **Outras características relevantes** | Solicitamos a admissão de nossas ações para negociação no segmento Novo Mercado da B3. A partir da data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de nossa emissão, nossos acionistas terão todos os direitos previstos no Regulamento do Novo Mercado. |

# 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

A Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia estabelecem que a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela Lei das Sociedades por Ações ou pelo Estatuto Social.

Não há outras cláusulas constantes do Estatuto Social da Companhia que limitem o direito de voto dos acionistas.

O Estatuto Social prevê ainda a obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações nos seguintes casos: (i) alienação de controle acionário; e (ii) aquisição de participação relevante na Companhia.

Oferta Pública de alienação de controle

O Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Oferta Pública de Aquisição por atingimento de participação relevante

O Estatuto Social prevê que qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social, tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia.

# 18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, nossos acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

## 18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários que não sejam suas ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

## 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários que não sejam suas ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

# 18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

### 18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de nossa emissão está sendo requerida perante a CVM e a B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de nossa emissão passarão a ser admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

## 18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

**18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Nos três últimos exercícios sociais, não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros relativas a valores mobiliários do emissor.

# 18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

**18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas:**

Não aplicável.

## 18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

**18.11 - Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro**

Não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

# 18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

**18.12 - Fornecer outras informações que julgue relevantes**

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

## 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Não aplicável, visto que não aprovamos planos de recompra de nossas ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

## 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria e, portanto, não foram realizadas movimentações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

# 19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

### 19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 19 do Formulário de Referência.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

| | |
|---|---|
| **Data aprovação** | **15/03/2021** |
| **Órgão responsável pela aprovação** | Conselho de Administração |
| **Cargo e/ou função** | A Política de Divulgação e Negociação abrange todas as pessoas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM n° 358, incluindo a Companhia, os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude do seu cargo, função ou posição na Companhia ou em suas controladas, subsidiárias ou coligadas, tiver aderido expressamente ao termo de adesão à Política de Divulgação e Negociação e possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre nossos negócios, bem como aqueles que tenham conhecimento da Informação Privilegiada e que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição. |

**Principais características e locais de consulta**

A Política de Divulgação e Negociação tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas pessoas vinculadas; (iii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do insider trading; e (iv) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos valores mobiliários emitidos por nós.
As proibições também se aplicam a negociações realizadas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas ou seus parentes próximos, incluindo os casos em que esses negócios forem feitos por intermédio de:
(a) sociedade controlada pelas pessoas mencionadas acima, direta ou indiretamente;
(b) terceiros com quem foi assinado um contrato de gestão, fideicomisso (trust) ou administração de carteira de investimentos em ativos financeiros;
(c) procuradores ou agentes;
(d) cônjuges dos quais eles não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos na sua declaração de imposto de renda anual de pessoa física; e
(e) quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada, por meio de qualquer uma das pessoas impedidas de negociar, cientes de que elas ainda não foram divulgadas ao mercado.
A negociação realizada por fundos de investimento, cujos cotistas são as pessoas mencionadas acima, não será considerada uma negociação indireta, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador de fundos ou fundo de investimento não possam, de forma alguma, ser influenciadas por sus cotistas.
A Política de Divulgação e Negociação pode ser consultada em nosso website (https://ri.cdf.net), bem como fisicamente em sua sede social.

| | |
|---|---|
| **Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** | Além dos períodos de restrição à negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores poderá decidir sobre a imposição de períodos de restrição à negociação. Nesse caso, ele deverá indicar claramente às pessoas vinculadas o início e o final da vigência desses períodos de restrição à negociação adicionais. O Diretor de Relações com Investidores não é obrigado a informar as razões para a determinação do período de restrição à negociação e, em qualquer caso, as pessoas vinculadas deverão manter confidenciais as informações sobre a determinação do período de restrição à negociação. |

# 20.2 - Outras Informações Relevantes

### 20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgamos relevantes em relação a esta Seção 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

# 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

**21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

Além da Política de Divulgação e Negociação descrita na seção 20.1 acima, observamos a legislação e as normas específicas da CVM em vigor, em especial a Lei das S.A. e as Instruções da CVM 358 e 480, que disciplinam, entre outras matérias, as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes.

A Política de Divulgação e Negociação, em conjunto com as demais regras aplicáveis descritas acima, têm por objetivo:

(i) estabelecer o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. O princípio fundamental que caracteriza um ato ou fato como relevante é o potencial de qualquer ato ou fato relacionado com os negócios da companhia influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

(ii) estabelecer procedimentos para que divulguemos tempestivamente atos ou fatos relevantes à CVM e ao mercado em geral, buscando a simetria informacional entre investidores e potenciais investidores, bem como casos em que os fatos relevantes poderão excepcionalmente deixar de ser divulgados, exclusivamente na hipótese em que sua divulgação colocará em risco o nosso interesse legítimo;

(iii) exigir e estabelecer procedimentos para que os nossos administradores e membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) divulguem o número, tipo e forma de negociação das ações de nossa emissão, bem como de nossa controlada e sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

(iv) exigir e estabelecer procedimentos para que qualquer acionista divulgue alterações em sua participação direta ou indireta em nosso capital social, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente; e

(v) proibir a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação e Negociação pode ser consultado ser encontrado no nosso website (https://ri.cdf.net ), bem como fisicamente em nossa sede social.

# 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

**21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

A nossa Política de Divulgação e Negociação baseia-se nos seguintes princípios e objetivos:

(i) fornecer informações adequadas aos acionistas e à B3;

(ii) garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fatos Relevantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados;

(iii) consolidar as boas práticas de governança corporativa; e

(iv) cooperar com a higidez e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação e Negociação estabelece como responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores a divulgação e comunicação tempestiva de Fatos Relevantes à CVM e à B3, observado que:

(i) a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e à B3, preferencialmente após o encerramento dos negócios em todos os países em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados ou, caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, deve ser feita com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao início da negociação dos valores mobiliários emitidos por nós na B3. Se e quando nossos valores mobiliários forem negociados simultaneamente na B3 e em entidades do mercado estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra geral, antes ou depois do encerramento da negociação em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro;

(ii) nos casos excepcionais, em que for absolutamente necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de nossa emissão na B3, o Diretor de Relações com Investidores deverá contatar a b3 previamente à efetiva divulgação do Fato Relevante, que poderá suspender a negociação dos valores mobiliários, nos termos da regulamentação aplicável. Se for necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em entidades do mercado diversas da B3, será aplicável o procedimento adotado por tais entidades do mercado, sendo certo que, no caso de incompatibilidade, prevalecerá a regulamentação aplicável à B3; e

(iii) a divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no nosso website de relações com investidores, no endereço https://ri.cdf.net.

Os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política de Divulgação e Negociação e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações. Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação, caberá, conforme o caso, ao acionista controlador ou ao Conselho de Administração, por meio do seu presidente, a adoção de tais medidas devidas.

Sempre que a CVM ou a B3 exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de valores mobiliários de nossa emissão ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Excepcionalmente, os Fatos Relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos acionistas controladores ou administradores da Companhia entender(em) que a sua divulgação colocará em risco nosso interesse legítimo. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação e Negociação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais Fatos Relevantes.

Caso o Fato Relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos Acionistas Controladores, estes, deverão informar o Diretor de Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruir o Diretor de Relações com Investidores a não divulgar o Fato Relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o nosso interesse legítimo. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação e Negociação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tal Fato Relevante.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para garantir a confidencialidade.

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações, por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

**Procedimentos de Preservação do Sigilo**

As pessoas vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes, às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento.

Os procedimentos a seguir também devem ser observados:

(i) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;

(ii) não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;

(iii) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;

(iv) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e

(v) sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os valores mobiliários de nossa emissão, antes da divulgação das informações ao mercado.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos nossos funcionários ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus acionistas controladores, subsidiárias ou coligadas, exceto um administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação e Negociação.

## 21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

**21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação e Negociação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

# 21.4 - Outras Informações Relevantes

### 21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgamos relevantes em relação a esta Seção 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.